

TERRITORIALIDADES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DE LUTA

**TIAGO SIQUEIRA REIS
EVÂNIO MASCARENHAS PAULO
ORG.**

Tiago Siqueira Reis
Evânio Mascarenhas Paulo
Organizadores

**Territorialidades, conflitos
socioambientais e perspectivas de
luta**



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com e Microsoft Copilot. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Ugur Azizoglu
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
Universidade Kayseri, Türkiye
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T327

Territorialidades, conflitos socioambientais e perspectivas de luta / Organização de Tiago Siqueira Reis, Evânio Mascarenhas Paulo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025.
264p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756488>

1. Território. 2. Geografia política. I. Reis, Tiago Siqueira (Organizador). II. Paulo, Evânio Mascarenhas (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Território



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A região amazônica terá centralidade na obra, no entanto, procuraremos apresentar ao leitor trabalhos que tratem de assuntos mais gerais que estejam relacionados a Territorialidades, Conflitos Socioambientais e Perspectivas de Lutas, como por exemplo, debates teóricos e metodológicos, estudos e ensaios sobre ecologia política, mudanças climáticas, agronegócio, agroecologia, povos tradicionais, capitalismo e meio ambiente, reforma agrária, mineração, garimpo, saúde, bem como todos aqueles assuntos que impactam diretamente na vida das populações da região da Amazônia brasileira e internacional. A ideia é gerar reflexões que conectem a Amazônia aos debates mais gerais e estes a Amazônia. Portanto, não é obrigatório o texto trabalhar especificamente sobre a Amazônia.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar	6
Capítulo 2	16
El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano.....	16
Capítulo 3	31
Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.....	31
Capítulo 4	62
Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia.....	62
Capítulo 5	76
Marxism and the environment: the issues	76
Capítulo 6	100
Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica	100
Capítulo 7	126
Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil.....	126
Capítulo 8	139
As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial ..	139
Capítulo 9	157
Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19.....	157
Capítulo 10.....	179
Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)	179
Capítulo 11.....	192
Ecosocialismo, uma proposta concreta.....	192
Capítulo 12.....	213
America Latina: la Simplificación Territorial.....	213
Capítulo 13.....	238
A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa	238
Capítulo 14.....	249
A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção	249
Índice Remissivo.....	263
Os organizadores	264

Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar

Recebido em: 29/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap1

Tiago Siqueira Reis 

Evânio Mascarenhas Paulo 

INTRODUÇÃO

A saúde é elemento chave para a compreensão de diferentes conflitos sociais, políticos, culturais, econômicos, dentre outros, e em especial, socioambientais. De partida a saúde figura como “elemento vital, que mexe com a vida e morte dos seres humanos, que perpetua ou liberta (possibilita a libertação) das relações de dominação” (Escorel, 1989, p. 192). A saúde deve ser considerada a partir das diferentes expressões espaciais do capitalismo, pois é parte estruturante dos modos de produzir e consumir, tornando-se *locus* privilegiado de estudo sobre como se organiza e constrói a vida social em distintas territorialidades e formações sociais.

A investigação ao tomar como objeto a saúde contribuirá para a compreensão da diversidade dos processos humanos. Cabe destacar que a Constituição Federal brasileira (CF) de 1988, bem como o direito universal e igualitário do cidadão à saúde, estabelecem o direito a um meio ambiente equilibrado, com condições de saneamento básico, moradia e água potável condizentes com uma vida digna e com a saúde socioambiental. Portanto, pensar a saúde não é simplesmente associá-la ao binômio saúde-doença somente por meio do sentido de recuperação das moléstias, significa que a saúde é:

a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o *resultado* das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (...). Esse conceito de saúde como *resultante* e como *condicionante* de um conjunto de fatores, transforma a luta pela saúde numa luta global, por transformação social (BRASIL, 1987, p. 4).

A lógica capitalista vem intensificando os conflitos socioambientais sobretudo na Amazônia. O consenso que se estabelece parte da defesa do economicismo como única ideia de progresso, colocando em risco a vida humana e dos ecossistemas no planeta. Os modos de vida dos povos tradicionais e seus territórios são desrespeitados, a ofensiva capitalista têm manejado diferentes formas de degradação socioambiental, nomeadamente, a apropriação dos recursos naturais e dos espaços públicos. Dentre os principais problemas temos a degradação do solo, ar, água, das condições de moradia, ausência de saneamento básico, do avanço da mineração e de processos industriais que impactam diretamente e são capazes de tornar irreversíveis os danos causados à saúde humana, bem como ao meio ambiente e à fauna.

Em paralelo, a região amazônica, vivencia também o agronegócio, elevando os riscos à saúde através do uso indiscriminado de agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes químicos, contaminando os lençóis freáticos, o meio ambiente em geral, e colocando em risco a saúde humana, animal e vegetal. Soma-se a estes fatores a desigualdade social e a concentração de renda, elementos que colocam a saúde pública como intrínseca para a compreensão dos fenômenos.

A insustentabilidade das políticas de desenvolvimento econômico para a Amazônia brasileira, especificamente no que diz respeito ao estado de Roraima, impactam diretamente na saúde das populações mais vulneráveis e marginalizadas pelas políticas públicas. O modelo de desenvolvimento direcionado pelo progresso econômico se contrapõe a sustentabilidade da vida no planeta. Para intervir nesse cenário desalentador, “é preciso melhorar os indicadores da eficácia das políticas públicas de saúde, para informar e conscientizar a sociedade civil, organizada e motivada para sua plena participação nas decisões que afetam sua saúde e seu bem-estar” (Rattner, 2009, p. 1971).

A compreensão da dinâmica das políticas públicas e da organização social têm como cerne a perspectiva do conflito, da luta social como fator transformador para a melhoria da qualidade de vida ou para frear e até mesmo contrabalançar processos desagregadores e de precarização da vida. Nesse sentido, do ponto de vista das lutas na área da saúde, temos como marco dos encontros das organizações coletivas da sociedade civil aos projetos hegemônicos das classes e frações dominantes a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, no ano de 1986. As conferências são realizadas desde 1941, somente em 1986 registrou-se a participação da sociedade civil organizada, alterando a institucionalidade das formas de conceber e elaborar as políticas públicas de saúde ao estabelecer a presença da sociedade civil nas instâncias governamentais (Reis, 2016; 2022).

A discussões travadas na VIII CNS, resultaram numa série de conquistas inéditas no campo da saúde que se fizeram inscrever na Constituição Federal Brasileira de 1988. A principal bandeira foi a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar das divergências e conflitos de interesses presentes na constituinte. A proposta do SUS, conseguiu manter o essencial do projeto da reforma sanitária elaborado pelas organizações da sociedade civil de natureza progressista e socialista e consolidado durante a VIII CNS. Criou-se, portanto, o sistema público de saúde no Brasil denominado de Sistema Único de Saúde (SUS), passando a ser regulamentado pelas Leis nº 8080, de 1990 e nº 8142, de 1990, determinando ações e serviços públicos de saúde através de uma rede regionalizada, de atendimento integral, hierarquizada, descentralizada e prevendo a participação da comunidade.

A CF de 1988 garantiu direitos inéditos no país na área da saúde, com destaque para o princípio da universalidade e por reconhecer a saúde como um direito social. A saúde na CF de 1988 é compreendida no âmbito da Seguridade Social, conjuntamente com a previdência social e a assistência social, sendo definida em seus artigos 196 a 200 que tratam especificamente do tema como direito de todos e dever do Estado, com acesso universal e igualitário, de modo que o Estado passa a ser o

responsável por sua regulamentação, fiscalização e controle, permitindo a execução dos serviços em saúde por meio de instituições públicas, terceiros, pessoa física ou jurídica de direito privado (BRASIL, 1988).

Nesse quadro temos a Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, entre outras providências, institui as conferências e os conselhos, em cada esfera de governo, como instâncias colegiadas do SUS, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo (BRASIL, 1990). A Lei n. 8.142/90 determinou que as conferências em níveis federal, estadual e municipal seriam realizadas com intervalo de quatro anos com a “representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação de políticas de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde” (BRASIL, 1990).

Assim, os conselhos e as conferências de saúde passam a exercer fundamental papel nos processos democráticos da saúde pública ao institucionalizar a participação da sociedade civil nas arenas legais de disputa pela elaboração e promoção da saúde pública, constituindo-se em fóruns deliberativos acerca dos processos de decisão política e ações de saúde.

As Conferências de Saúde são compostas pela representação dos vários segmentos sociais, com objetivo de analisar o quadro da saúde e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas. Por seu turno, os Conselhos são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo, compostos a rigor de forma paritária, com representantes de usuários, do governo, prestadores de serviço e profissionais de saúde. Os conselhos têm por função atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde em cada esfera de governo (municipal, estadual e federal), inclusive nos aspectos econômicos e financeiros (BRASIL, 1990). Os conselhos devem fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, de modo a mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS.

Além disso, os conselhos têm por atribuição: discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde; atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado; definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços; deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde; fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina (BRASIL, 2012).

A literatura especializada aponta que as conferências e os conselhos de saúde formam dois planos superpostos e dizem respeito a compreensão do controle social, a participação da sociedade civil e as disputas por projetos e visões de mundo na área da saúde pública só podem ser separados para fins de meramente analíticos. “Ambos materializam e qualificam o princípio e o valor da democracia no projeto da Reforma Sanitária e, portanto, integram um mesmo campo de análise” (Escorel; Bloch, 2005, p. 96).

Nesse sentido, o mapeamento e levantamento da memória das Conferências Estaduais de Saúde em Roraima podem contribuir para problematizarmos os sentidos políticos encaminhados em cada edição. A primeira conferência ocorreu em 1992, mesmo ano de criação do Conselho Estadual de Saúde de Roraima. A última edição ocorreu em 2018, quando realizou-se a 8ª Conferência Estadual, sendo prevista para abril de 2023 a realização da 9ª Conferência Estadual. As conferências estaduais ocorrem no mesmo ano das conferências nacionais de saúde. Elas são realizadas meses antes da nacional como forma de preparação, nomeação de delegados, levantamento de pautas, propostas e posicionamentos acerca principalmente do tema definido pela conferência nacional e dos demais assuntos que perpassam a saúde pública.

O Conselho Estadual de Saúde de Roraima é o responsável pela organização e convocação das conferências estaduais. O conselho é composto por trinta conselheiros titulares e trinta suplentes, eleitos para assumirem os cargos por dois anos, podendo ocorrer recondução. A composição do conselho se estabelece com: 50% dos segmentos dos usuários da saúde, 25% dos profissionais da saúde e 25% governo e prestadores de serviços em saúde privados, conveniados, ou sem fins lucrativos.

Ao contrário dos conselhos que possuem limites a atuação dos movimentos e organizações sociais coletivas das classes populares e em favor da saúde pública, as conferências são espaços abertos para uma ampla diversidade de ideias e podem ser ocupadas por distintas organizações sociais e projetos que em muitas das vezes não encontram abertura nas relações de força do conselho. As conferências são espaços de conflito por natureza e de disputas pelo controle social. O controle social é contraditório, pois pode ser dominado em certos momentos por classes e frações subalternas e em outros pelas dominantes.

Assim, torna fundamental o estudo de cada momento histórico para compreensão das tensões permanentes e contraditórias. A análise de cada edição nos permite questionar qual o tipo de controle social prevaleceu, o das classes subalternas ou o das classes dominantes? Houve defesa dos interesses das classes subalternas ao intercederem a favor do SUS e dos seus princípios, ou defesa dos interesses das classes dominantes dos projetos em favor de valores privatistas e contrários ao SUS?

As conferências estaduais de saúde são espaços de tensões e expressam diferentes visões de mundo, assim como distintos interesses são defendidos. Desse modo, as conferências não podem ser vistas como espaços homogêneos e neutros, pois são terrenos de intensas disputas e fundamentais para compreendermos o grau de organização e capacidade de intervenção nas políticas públicas de distintos agrupamentos sociais. Não obstante, embora tenha enorme importância, as conferências são institucionalizadas no âmbito do estado e estão situadas no poder Executivo, ao passo que não se têm a

pretensão de controle do capital. Contudo, e não menos importante, são espaços que possibilitam a garantia de direitos à saúde, interferindo nas políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida (Bravo; Correia, 2012).

Estado, sociedade civil e poder: conferências e o controle social na saúde

As conferências de saúde estão vinculadas ao poder público, dessa maneira, a sua compreensão passa necessariamente pelo debate do que se entende por Estado. Assim, entendemos o Estado “como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (Poulantzas, 2015, p. 130). Tal interpretação se contrapõe a concepção institucionalista do Estado, identificado a partir de suas agências burocráticas e de seus agentes, como os políticos propriamente ditos e sujeitos da administração pública, bem como a imagem de um Estado que se coloca acima da sociedade e dos homens. Distancia-se também da noção de Estado como Objeto a serviço exclusivamente dos interesses burgueses ou de uma determinada classe ou fração. Em resumo, evitaremos cair nas armadilhas de pensar o Estado como Coisa-Instrumento e Estado-Sujeito:

O Estado como Coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e a corrente dominante da sociologia política (a corrente “institucionalista-funcionalista”). Ela relaciona esta autonomia ao poder próprio que o Estado passa por deter e com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas especialmente (Poulantzas, 2015, p. 131).

O Estado sendo uma relação específica de forças entre classes e frações de classe, é uma expressão condensada das lutas e contradições de classes. Dessa maneira, ao contrário de um bloco monolítico e sem fissuras como no Estado Sujeito e no Estado Coisa, o Estado é responsável por reproduzir as divisões de classe. Para Poulantzas as contradições e lutas de classes atravessam e constituem a ossatura material do Estado, organizando-o de modo que “a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado” (Poulantzas, 2015, p. 134-135).

O Estado enquanto relação social está presente em formações históricas e sociais concretas, expressando os conflitos sociais que emergem da sociedade civil. A concepção de Estado relacional elaborada por Poulantzas é posterior a uma das mais importantes contribuições para o marxismo e as ciências de modo em geral, estamos falando do conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci.

Nesse sentido, para análise do controle social a partir das conferências de saúde, tomamos como referência o conceito de Estado de Antonio Gramsci, formado pela sociedade política e sociedade civil, que se constituiu através do nexo dialético de unidade-distinção, ou seja, uma inseparável relação entre o exercício da dominação que se expressa na sociedade civil e a coerção na sociedade política, mesmo que ambos possuam funcionamentos distintos (Gramsci, 2017).

A sociedade política também chamada por Gramsci (2017) de “Estado-governo” ou “Estado do político” é o Estado em seu sentido restrito, correspondente ao aparelho de Estado voltado para a administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem de maneira ativa ou passivamente. Conceitualmente mais complexa é a sociedade civil, que segundo Gramsci é formada por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos que organizam as vontades coletivas, visões de mundo, as consciências sociais de modo a adequá-las ou não aos interesses das classes dominantes, através de formas de dominação por meio do convencimento (Gramsci, 2017). Dessa forma, é na sociedade civil que ocorre o processo de “luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista” (Fontes, 2010, p. 133).

Assim, as conferências de saúde enquanto arenas de disputa entre distintos projetos societários e constituídas por diferentes organizações coletivas, é por excelência espaço de luta social no campo da saúde que reverbera e relaciona-se com a sociedade como um todo. O controle social é a luta entre as classes, em tese espera-se que o controle social verificado em suas disputas nas conferências seja movido pela ideia de contradição presente na sociedade civil aos projetos hegemônicos. As relações de força presentes na sociedade civil determinarão se os interesses das classes dominadas terão algum controle no âmbito da saúde. Tal controle poderá ocorrer por meio de políticas públicas, de modo que este controle varia no tempo e espaço de acordo com as disputas e com a capacidade de formar consensos em torno de seus projetos (Correia, 2005, p. 47).

O conceito de sociedade civil “procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado” (Fontes, 2010, p. 133). Os intelectuais desempenham papel central na organização das vontades coletivas e das ações voltadas para a formulação do convencimento para o exercício da hegemonia e contra hegemonia. Como ressalta Mendonça (2014), uma classe ou fração de classe para se desenvolver necessita gerar seu próprio quadro de intelectuais que sejam capazes de conferir homogeneidade e organização em busca da hegemonia. Nesse sentido, a hegemonia é uma das dimensões da dominação para Gramsci, ela é entendida como um conjunto de estratégias que o poder dominante emprega para obter o consentimento a partir da direção política e cultural de uma classe sobre a outra, materializada através da sociedade civil (Coutinho, 2003, p. 128). A hegemonia em Gramsci se fundamenta a partir da “combinação da força e do consenso” (Gramsci, 2017, p. 95).

Destarte, na sociedade civil verifica-se nos aparelhos privados de hegemonia tanto as lutas intra e entre classes sociais que repercutem na sociedade política, constituindo uma relação social na qual o convencimento se irradia nas agências do Estado restrito, ao mesmo tempo em que a coerção da sociedade política se dirige a sociedade civil a fim de fortalecer suas frações de classe, reforçando a partir do Estado restrito seus aparelhos privados de hegemonia (Mendonça, 2013, p. 19). Entende-se que os aparelhos privados de hegemonia:

são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural (Fontes, 2010, p. 133-134).

Nesse sentido, para Gramsci a luta de classes se dá na sociedade civil e, desse modo, a organização das classes subalternas devem nascer na sociedade civil, assim como das classes e frações dominantes. Para Gramsci não é possível conquistar a hegemonia sem a existência de aparelho privado de hegemonia. Será a partir do aparelho de hegemonia que classes e frações de classes, sejam elas burguesas ou subalternas, elaborarão seus projetos de classes e estabelecerão seus confrontos e antagonismos de classe.

O grande desafio é operacionalizar os aportes teóricos em metodologia para a pesquisa. Gramsci nos trouxe importantes e valiosas pistas, como compreender a natureza do privado, isto é, a quem ele se dirige, qual base social organiza e quais são seus objetivos. É preciso esclarecer a qual classe ou fração de classe pertence o aparelho privado e a quem ele se dirige, pois podemos nos deparar com relações complexas, como por exemplo, um aparelho privado da classe dominante que se dirige aos subalternos e, aparelhos que nascidos na classe trabalhadora que se convertem em aparelhos funcionais para as classes e frações burguesas (Hoeveler, 2019).

Desse modo, Sônia Mendonça elaborou um itinerário de pesquisa destinado a operacionalização metodológica do Estado Ampliado gramsciano. Para a historiadora o método gramsciano é efetivamente aplicável, porquanto:

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente interrelação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas mesmas formas de organização da Sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas (Mendonça, 2013, p. 19).

Assim, as conferências estaduais de saúde como objeto de pesquisa são espaços de distintos projetos e disputas pelo controle social na saúde, terreno da sociedade civil gramsciana. Desse modo, torna necessário a compreensão sobre suas formas organizacionais, as organizações coletivas presentes, identificar e conhecer seus quadros dirigentes. Compreender e analisar as divergências e conflitos entre seus projetos e a quem eles se dirigem. Identificar quais as forças sociais em confronto, pois como alertou

Mendonça (1997), não basta identificar os projetos em disputa, mas as forças em confronto por eles personalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde enquanto objeto de estudo vêm despertando nas últimas décadas ainda mais interesse das diferentes áreas do saber para além daquelas vinculadas diretamente a saúde, como por exemplo, recentemente a comunidade de historiadores profissionais passou a incorporar no quadro de grupos de trabalho (GT) da Associação Nacional de História (Anpuh-Brasil) o GT de História da Saúde e das Doenças. Podemos citar ainda a presença da saúde na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a partir de um comitê específico denominado “Comitê de Antropologia e Saúde”, na Sociedade Brasileira de Sociologia no comitê “Sociologia da Saúde”, dentre outros grupos de trabalhos voltados para a saúde nas ciências humanas, sociais e aplicadas. Cabe destacar que área da Saúde Coletiva é por excelência multidisciplinar, abrangendo conhecimentos de diferentes disciplinas como a Sociologia, Antropologia, História etc.

Sendo um dos assuntos de maior relevância no campo acadêmico, após buscarmos no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes e nos repositórios de monografias de conclusão de curso, dissertação e teses da Universidade Federal de Roraima e da Universidade Estadual de Roraima, detectamos uma lacuna em relação ao estudo do controle social, bem como das conferências e do conselho estadual de saúde referente ao estado de Roraima e da região norte do país.

Por conseguinte, o controle social é um tema que vêm ganhando destaque na literatura após sua institucionalização legal na CF de 1988, recebendo apreciação de diferentes áreas do saber científico. É certamente um dos assuntos centrais para compreensão do caráter público da saúde, da luta social, dos limites, avanços, retrocessos e possibilidades de reflexão, disputas e elaboração de políticas públicas na saúde brasileira, sobretudo da presença da sociedade civil no aparelho do Estado. Dessa maneira, torna-se indispensável a construção de um quadro nacional do controle social, suas diferentes realidades, conhecendo o que os aproxima e distância. Para isto, é preciso que se tenha informações, dados e estudos concretos e interesse dos pesquisadores e instituições para o enfrentamento das realidades locais que integram o sistema público de saúde brasileiro.

Portanto, nosso objetivo consiste em incentivar e apontar possíveis alternativas de estudos para pensarmos e conhecermos a saúde pública no estado de Roraima, os movimentos sociais, as organizações coletivas, os projetos para a saúde, as disputas, desse modo, como se dá o controle social na saúde no estado. Além disso, é de vital importância refletirmos sobre os temas em conexão com o restante do país e, não de maneira isolada. A sua importância é reforçada pela carência de estudos acerca da realidade no estado de Roraima, combinado com a posição periférica que a região amazônica é tratada no país.

Nesse sentido, a formação de uma base de dados e ampliação de estudos, focaliza a integração do estado de Roraima nos debates nacionais, destacando o estado e a região Norte do país como um dos centros de referência para a compreensão da saúde pública brasileira, afastando-se da perspectiva de que na região se produzem trabalhos científicos com limitações regionalistas, cabendo aos grandes centros do país a produção de estudos universalistas. A produção na região Norte ou demais regiões do país de maneira nenhuma encontram-se isoladas, as investigações se interconectam e dialogam com outros centros. Assim como propomos na organização da obra *Coleção História do Tempo Presente*, “a integração aqui proposta, portanto, vem no sentido de uma des-hierarquização da produção nacional, enfocando a produção historiográfica amazônica enquanto parte ativa dela” (Reis et al., 2019, p. 6).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. LEI Nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990. Presidência da República. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. Relatório Final. VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília, Ministério da Saúde, 1987.
- BRASIL. Resolução Nº 453, de 10 de maio de 2012. Ministério da Saúde. 2012.
- Bravo, M. I. S.; Correia, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, 2012.
- Correia, M. V. C. O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- Coutinho, C. Nelson Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- Escorel, S. Saúde: uma questão nacional. In: Sonia Fleury Teixeira. (Org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. 1ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 181-192.
- Escorel, S.; Bloch, R. A. de. As conferências nacionais em saúde na construção do SUS. In: Lima, N. T.; Gerschman, S.; Edler, F. C.; Suárez, J. M. (Org.). *Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- Fontes, V. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- Gramsci, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Hoeveler, R. C. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. *Práxis e hegemonia popular*, Marília, n. 4, v. 5, 2019. p. 145-159.

- Mendonça, S. R. de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. Marx e o Marxismo, v. 2, 2014. p. 27-43.
- Mendonça, S. R. de. O Ruralismo Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Mendonça, S. R. de. Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. In: Sonia Regina de Mendonça; Dilma Andrade de Paula. (Org.). Sociedade Civil: ensaios históricos. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, v. 1, 2013. p. 15-25.
- Poulantzas, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 2015.
- Rattner, H. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. Ciência & Saúde Coletiva, 14 (6), 2009. p. 1965-1971.
- Reis, T. S. Cebes, Abrasco e o público-privado na saúde pública brasileira (1976-2002). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- Reis, T. S. Trajetória político-institucional da Fiocruz (1970-2003): a flexibilização gerencial como projeto. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.
- Reis, T. S.; Oliveira, M. P.; Souza, C. M.; Lyra Junior, A. A. (Org.). Coleção História do Tempo Presente: Volume I. 1. ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano

Recebido em: 27/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap2

Claudio Katz 

INTRODUÇÃO

El retroceso de Estados Unidos no disuade la tradicional sumisión de los neoliberales al dominador del Norte. Sus voceros afirman que es el momento de aprovechar la actual preeminencia de la vertiente globalista de Biden, para crear incentivos a la llegada de inversores yanquis (Oppenheimer, 2022).

En ciertos países alientan ese curso con el remate de minerales, tierras o cuencas marítimas. En otras naciones propician la instalación de fábricas o el desenvolvimiento de servicios con mano de obra barata y alto grado de explotación.

Con ese discurso retoman los mitos del gran desarrollo, que acompañaría a la presencia protagónica de la primera potencia en su "Patio Trasero". Pero no explican el fracaso padecido por ese mismo rumbo durante las últimas décadas. El extractivismo minero enriqueció a las compañías que apadrina Washington, sin ninguna contrapartida favorable para la región. Y lo mismo ocurrió con el modelo fragmentario de las maquilas, que ha sido la antítesis de un crecimiento incluyente de América Latina.

Adversidades del mismo tipo se verifican en la carga laboral afrontada por los jóvenes de la región, que han sido integrados a los auspiciados *Call Centers*. Esa actividad no mejora la calificación o la educación de esos sectores y tampoco apuntala circuitos virtuosos de expansión del poder adquisitivo.

FANTASÍAS DEL BUEN SERVIDOR

Los neoliberales repiten un discurso del pasado, sin registrar siquiera las propias reticencias inversoras de las empresas estadounidenses. La mayoría de esas firmas buscan ganancias rápidas con reducido riesgo propio y no ofrecen las imaginarias oportunidades que propagan sus admiradores del Sur. Trump transparentó con su conocida brutalidad esas restricciones, que Biden vuelve a enmascarar con los habituales engaños de la propaganda imperial.

Esas reservas de los capitalistas yanquis sintonizan con los enormes desequilibrios de las economías latinoamericanas. En lugar de constatar esa estructural adversidad, los neoliberales continúan culpando a sus propios conciudadanos por las desgracias de la región. Enfatizan las responsabilidades de

los “gobiernos populistas”, que desperdician la oportunidad de recuperar la condescendencia del Norte con renovados actos de docilidad (Oppenheimer, 2022). Pero no enuncian un sólo ejemplo exitoso de esa mansedumbre.

El balance de los presidentes latinoamericanos más obedientes de Washington ha sido funesto, tanto para las mayorías populares como para el desenvolvimiento de sus países. Las penurias del capitalismo dependiente fueron invariablemente potenciadas por esas gestiones. Ha sido tan nefasto el cenit neoliberal de comienzo del nuevo siglo (Carlos Salinas, Fernando H. Cardoso, Carlos Menem, Patricio Aylwin), como su reproducción durante la reciente restauración conservadora (Macri, Duque, Peña Nieto, Bolsonaro, Piñera).

Los neoliberales sustituyen la evaluación de esas trayectorias por la repetición de lugares comunes. Reiteran que los “problema son nuestros” y ajenos a la presencia estadounidense, cómo si la dominación ejercida por la primera potencia durante más de siglo, fuera irrelevante para las desventuras de la región.

Esa mirada atribuye el subdesarrollo a la idiosincrasia, las costumbres y los comportamientos de la población. Pero omite que en la mayor parte de la historia regional, el rumbo de la sociedad no estuvo dictado por las mayorías populares, sino por los capitalistas y sus funcionarios de turno.

Esa elite desprecia a sus compatriotas, exhibiendo una inocultable admiración por las potencias que dominaron a Latinoamérica, lucrando con la apropiación de los bienes comunes y la explotación de la fuerza de trabajo. Primero ensalzaron al opresor europeo y luego a su reemplazante estadounidense.

Desde el siglo XIX el liberalismo regional ostenta una manifiesta fascinación por el Norte y un simétrico desdén por los pueblos originarios de sus territorios. Forjaron sus propios Estados exaltando la civilización estadounidense, en contraposición a la barbarie que observaban en el Sur. Esa tradición elitista nunca desapareció y recobró fuerza en todas las coyunturas políticas de preeminencia conservadora (Rinke, 2015: 72-75).

Algunos herederos de ese legado reconocen con mayor realismo, que Estados Unidos ya no opera como la indiscutida potencia hegemónica. Constatan que la pérdida de ese liderazgo torna muy difícil la mera alabanza o la simple sumisión. Pero igualmente postulan la conveniencia de preservar un lazo de dependencia, señalando la ventajosa conexión que ofrecería un poder debilitado, frente a la ascendente gravitación de China (Barrenechea, 2022).

Pero no aclaran por qué razón ese continuado padrinazgo de Washington sería beneficioso para América Latina. Recurren a un curioso razonamiento invertido, donde la atadura a una potencia declinante augura ganancias. Si el postulado neoliberal de las ventajas del status dependiente es insostenible, los provechos adicionales que aportaría la fidelidad a una potencia en retroceso son más inhallables. Es sabido que los imperios en declive multiplican la exacción de recursos de las periferias sometidas.

EL MITO DE LA LATINIZACIÓN

Otro argumento de la derecha neoliberal para renovar la subordinación a Estados Unidos es la acelerada latinización de la primera potencia. Subrayan las ventajas generadas por el aumento de la población de origen hispano. Ese grupo sería igual en el 2060 al segmento anglosajón, en un país que ya tiene una significativa masa de hablantes en español. Consideran que por esa vía emergerá una fusión demográfica, idiomática y cultural de ambos polos del continente, que apuntalará el demorado desarrollo del Sur (Barrenechea, 2022).

Ciertamente la presencia de los latinos en la vida estadounidense se ha multiplicado, al compás de un sector que se expande a mayor ritmo que el resto. Pero esa incidencia no genera por sí misma efectos positivos sobre América Latina. Quienes ponderan en forma ciega esa influencia, omiten las enormes tensiones que genera en el escenario político estadounidense.

La irrupción del trumpismo es la expresión más contundente de esa tirantez. La ultraderecha contemporánea se forjó con mensajes de hostilidad, desprecio y confrontación hacia la inmigración latina. Exige mayor punición en la frontera, despliegue de patrullas, confinamiento de los recién llegados y expulsión de los indocumentados. Ha reavivado el imaginario conservador, atribuyendo el declive del *sueño americano* a la afluencia de trabajadores foráneos. Azuza el resentimiento de los blancos empobrecidos, para propagar los proyectos de ampliación del muro fronterizo y medidas para separar a las familias que llegan desde el Sur.

Con esas campañas siembra una fractura entre los trabajadores, que favorece a los capitalistas y permite incrementar la explotación de ambos sectores. Los derechistas ocultan, además, que los jóvenes extranjeros compensan el envejecimiento de la fuerza laboral y contribuyen a solventar la seguridad social. En algunos casos realizan labores descartadas por los trabajadores nativos y en otros nutren de cerebros a los sectores más dinámicos.

El trumpismo alienta el resentimiento de los blancos empobrecidos contra los latinos, con un viejo libreto de odio de las clases medias hacia los desamparados. Ha retomado la antigua receta del racismo sureño contra los afroamericanos, para crear un antagonismo hacia los hispanos.

Esa tensión es ignorada o minusvalorada por los neoliberales de América Latina, que continúan presentando a Estados Unidos como una tierra prometida. Suponen que a la larga predominará una integración indolora de la masa hispana a ese país, olvidando que esa agraciada asimilación nunca fue el destino de los masacrados pueblos originarios o de los esclavizados afroamericanos.

Lo ocurrido con este último sector refuta la ingenua creencia en florecientes mixturas de todos los arribados al territorio estadounidense. La opresión de la enorme minoría de origen afro ha perdurado en la modalidad brutal del racismo, que retoma Trump y en la vertiente hipócrita del multiculturalismo, que encarna Biden.

En ambas versiones se reciclan formas complementarias de discriminación, para garantizar la exclusión de un segmento oprimido del manejo elitista del Estado. No hay ninguna razón para suponer

que a la mayoría de los latinos les espera un porvenir diferente. La experiencia de lo ocurrido con los afroamericanos también demuestra, que cualquier avance efectivo de los derechos de la población hispana, sólo será conquistado a través de la lucha. Esa resistencia es categóricamente contrapuesta al imaginario neoliberal.

El crecimiento demográfico y la gran presencia idiomático-cultural de esa minoría son gravitantes, cuando apuntalan esa acción y crean puentes con América Latina para una batalla convergente contra el imperialismo (Grosfogel, 2020). Los enlaces entre el Norte y el Sur -que el neoliberalismo evalúa en términos de subordinación panamericana- deben ser observados con esa óptica contrapuesta de lucha común contra el mismo opresor.

La ilusión neoliberal de una fusión amigable de la primera potencia con sus sometidos del continente, a través del enlace inmigratorio ha dado lugar a incontables panegíricos. La alabanza más corriente ensalza el nuevo universo de “transamérica” que emergería de ese entrelazamiento. Ese tipo de fantasías es propagado para ocultar la redoblada explotación laboral, que sufre el grueso de los trabajadores hispanos, contratados en los empleos mal remunerados del Norte. Con ese ensueño se enmascara también la política bipartidista de penalización de los inmigrantes, que implementan todos los administradores de la Casa Blanca.

Con Biden se contuvo la construcción del muro y se frenó la deportación de los *dreamers*, pero la militarización de la frontera persiste, con la misma intensidad que la persecución de los inmigrantes. El sucesor de Trump sólo ha optado por negociar con López Obrador la retención del éxodo centroamericano, en localidades más alejadas de la frontera. Pero la tragedia social que imponen las políticas imperiales recrea las caravanas de los desposeídos, que buscan alguna forma supervivencia cruzando el Río Grande.

DISYUNTIVAS FRENTE A DOS PODEROSOS

La idealización neoliberal de Estados Unidos continúa atada al enaltecimiento de los tratados de libre comercio, que la primera potencia ya no puede sostener. Sus fascinados seguidores de la región no han tomado nota de esa contradicción. Simplemente mantienen el viejo libreto de reivindicación de los convenios que promovía el *Consenso de Washington* y que ahora no encuentran sustitutos amoldados al declive del Norte.

El devenir que ha seguido la *Alianza del Pacífico* es muy representativo de ese incierto escenario. Esa asociación -gestada bajo directa instigación estadounidense por gobiernos neoliberales de México, Colombia, Perú y Chile- es elogiada por los economistas ortodoxos, como un ejemplo exitoso de su paradigma. Realzan los principios de apertura comercial que guían ese entramado y reivindican la variedad de acuerdos suscriptos con múltiples países (Pastrana Buelbas; Castro Alegría, 2020).

Pero lo que se pondera como una acabada expresión del “regionalismo abierto y cruzado”, implica en los hechos una intensificación de la dependencia de las cuatro economías, con sus proveedores y

clientes del exterior. La apertura comercial, la liberalización financiera y la flexibilización laboral que introdujeron esos acuerdos, multiplicaron la desigualdad, la explotación laboral y el extractivismo que impera en esos países.

Estas adversas consecuencias son omitidas por los cultores del tratado, que resaltan la gran afluencia de inversiones extranjeras que sucedió a la suscripción del convenio (Schamis, 2021). Eluden aclarar que esas colocaciones de capital se efectivaron en sectores que acentuaron la primarización o en eslabones básicos de la industria, divorciados de cualquier proyecto de desarrollo inclusivo.

La *Alianza del Pacífico* está sujeta al mismo patrón de dependencia que predomina en toda la región. Sus auspiciantes no logran indicar algún rasgo que diferencie a ese cuarteto del resto de América Latina. Los elogios que despliegan los neoliberales (desde su lanzamiento en el 2011), no se asientan en ninguna justificación.

La AP no incrementó el crecimiento, la productividad o la competitividad de sus integrantes. La ponderada estabilidad que mantuvieron durante una década quedó abruptamente socavada en los últimos años por las masivas revueltas populares, que estallaron en tres de los cuatro países del bloque.

Esos levantamientos transparentaron el terrible nivel de opresión, desigualdad y explotación que afianzó el convenio del Pacífico. Si ese tratado hubiera despejado el horizonte de desarrollo que ensalzan sus auspiciantes, no habría irrumpido tanto malestar (en forma tan coincidente) entre los suscriptores de esa Alianza.

Ese entramado ni siquiera mejoró la capacidad negociadora de sus integrantes, puesto que nunca actuó como un mini bloque comercial en las tratativas con sus interlocutores. Un abismo separa en ese terreno a la Alianza de otros conglomerados regionales del mundo (González, 2020).

La AP tampoco se ha extendido a otros países. Esa carencia de nuevos integrantes confirma su ausencia de atractivo. Ecuador buscó una membresía asociada, compatible con los tratados bilaterales que ya tiene con Estados Unidos y con la dolarización integral de su economía. Pero ni siquiera ese amoldamiento alcanzó para incluirlo. Costa Rica y Panamá iniciaron un proceso de adhesión, que nunca desbordó los protocolos iniciales.

La *Alianza del Pacífico* ha operado como brazo económico de los proyectos políticos más derechistas de la región. Sintonizó con Bolsonaro, Macri, Lenin Moreno y Añez y tuvo el auspicio de Trump y su Grupo de Lima, para crear un efímero “Foro para el Progreso de Suramérica” (PROSUR).

Pero la impronta librecambista de la AP chocó con el proteccionismo del magnate estadounidense, que intentó transformar ese acuerdo en un bastión de la guerra arancelaria contra China. Aspiraba a introducir en el convenio, las mismas normas de veto a los acuerdos con el gigante asiático. que impuso en el T MEC con México. Ese objetivo quedó incumplido con su propia salida de la Casa Blanca.

Frente al vacío generado por el abandono que consumó Trump del proyecto librecambista del Pacífico propiciado por Obama (TPP), el cuarteto latinoamericano optó por sumarse a la iniciativa

sustituta que mantuvo Japón (CPTPP), durante el mandato proteccionista del magnate estadounidense. También exploraron convenios con Australia Nueva Zelanda, Corea del Sur y avanzaron en negociaciones específicas con Singapur (PASFTA).

Pero la AP no ha definido una postura nítida frente al gran jugador chino, que propone acuerdos fulminantes para avanzar hacia una rápida desgravación arancelaria. Para consumir esa remodelación, ofrece el marco que está forjando en la región Indo-Pacífica.

Frente a ese desafío Biden propaga mensajes de globalismo liberal, sin definir una estrategia alternativa. Tan sólo refuerza las presiones para distanciar al cuarteto latinoamericano de cualquier acuerdo con China.

Los fascinados neoliberales de la AP no encuentran un libreto común para lidiar con esa disyuntiva. Propician negocios con la nueva potencia oriental, pero preservan una gran dependencia política, ideológica y cultural del mandante estadounidense. La misma presión a intensificar los negocios con China o aceptar las restricciones que exige Estados Unidos, sobrevuela al MECORSUR.

Los neoliberales han perdido la brújula frente al escenario actual. Por un lado, propician las iniciativas de los grupos capitalistas que motorizan las lucrativas tratativas con China y por otra parte, mantienen su alineamiento tradicional con Washington. Ninguna de las dos opciones, incluye algún desarrollo económico con avances sociales para la región.

SECUENCIA DE ADVERSIDADES

El libreto neoliberal es particularmente funesto en el escenario actual. La región se ha transformado en un gran botín de dos potencias, que apetecen su inmenso caudal de recursos naturales. Con el 7% de la población mundial, América Latina dispone del 42-45% del agua dulce, la mitad de la biodiversidad e incommensurables reservas de petróleo, gas y minerales. Alberga, además, el 80% del litio, el 93% del estroncio, el 61% de la fluorita, el 59% de la plata, el 56% del renio, el 54% del estaño y el 44% de la platina.

Esta variedad de materias primas ha recobrado gravitación por su enorme disponibilidad e incidencia en las cadenas globales de valor. Esos circuitos demandan una provisión constante de insumos, que muy pocas zonas pueden facilitar con la cuantía que ofrece Latinoamérica. Por su proximidad geográfica, el control de ese manantial de insumos es la gran prioridad del imperialismo estadounidense.

La coyuntura bélica que ha sucedido a la pandemia ha potenciado la incidencia de esas fuentes de abastecimiento. La guerra de Ucrania ha encarecido abruptamente los alimentos y los combustibles, que la región puede proveer en grandes cantidades y a costos reducidos. Pero esa revalorización de la zona, recrea la vieja adversidad de una especialización en exportaciones básicas, que el neoliberalismo enaltece y convalida.

Este repliegue a los eslabones básicos de la actividad productiva acentúa el despilfarro de la enorme renta de la región, que no es utilizada para los procesos endógenos de acumulación y crecimiento

sostenido. Esa masa de fondos se filtra al exterior en desmedro del desarrollo interno. Los modelos neoliberales que administran ese drenaje, impiden aprovechar los momentos favorables de altos precios de las materias primas y agravan los efectos de los períodos opuestos de depreciación de las exportaciones.

Este desmanejo explica las recurrentes asfixias financieras, que generan el estrangulamiento del sector externo, los desbalances comerciales y las fugas de capital. Y esas agudas tensiones frecuentemente se procesan a través de dramáticas situaciones de inflación, devaluación y retracción del poder adquisitivo.

Las adversidades del capitalismo dependiente de América Latina que gestiona el neoliberalismo salieron a la superficie con gran dramatismo en la reciente crisis de la pandemia. La región no sólo careció de recursos para lidiar por sus desmanteladas estructuras de salud pública. También debió afrontar un nuevo agravamiento de la pobreza (33% de la población) y la indigencia (13,1% de los habitantes). Ambos indicadores registraron el mayor incremento anual de las últimas dos décadas. Esa regresión extendió también el número de individuos subalimentados.

Como en todo el mundo, la desocupación se expandió en América Latina durante esa crisis, pero a diferencia de las economías avanzadas, la miseria golpeó especialmente al sector informal, que aglutina a la mitad de los trabajadores urbanos.

La misma escala de padecimientos se observó con la desigualdad, que el neoliberalismo ha potenciado en la región más inequitativa del planeta. En una zona donde el 10% más rico acapara el 71% de la riqueza total (2014), el número de multimillonarios (patrimonios superiores a 1.000 millones de dólares) saltó de 76 a 107 y sus fortunas se incrementaron de 284.000 a 480.000 millones de dólares (2020).

Además, el derrumbe de producto bruto durante la pandemia duplicó el declive registrado en resto del mundo. América Latina comenzó el actual decenio arrastrando otra "década perdida". El PBI del 2020 fue prácticamente igual a su equivalente del 2011.

También el producto per cápita ha quedado relegado en comparación a la media mundial y para colmo de males, la recuperación que sucedió a la pandemia ha sido inferior al resto del mundo. Los pronósticos de varios organismos internacionales auguran un crecimiento de América Latina inferior a los promedios internacionales. El neoliberalismo acentúa esas adversidades en todos los terrenos.

RECETARIO DE FRUSTRACIONES

Con las prescripciones neoliberales, América Latina tiende a repetir su larga historia de subdesarrollo y dependencia. Esa desventura ha sido durante dos siglos la contracara de la expansión estadounidense, que idealizan los cultores del Norte. Siempre subrayaron el contraste entre ambas trayectorias, sin notar que sus recetas consolidan esa brecha.

Los neoliberales no observan ninguna adversidad en la actual especialización de latinoamericana en el extractivismo minero. Al contrario, realzan ese rumbo olvidando que desde la conquista española implicó el desangre de la población autóctona, la hemorragia de los recursos y el atraso de la economía.

Los conquistadores se apropiaron del sistema preexistente de explotación, mediante la cooptación de la aristocracia indígena, aprovecharon las luchas fratricidas y utilizaron la evangelización para agotar la fuerza de trabajo en los socavones. En los siglos XVI- XVII potenciaron el servilismo hasta niveles inéditos, para extraer minerales de los yacimientos gestionados por las civilizaciones precolombinas. Enriquecieron a la corona y a sus servidores pulverizando esas sociedades (Guerra, 2006: cap 2).

Esa misma depredación recobró fuerza posteriormente, para proveer los materiales básicos que exigía la industrialización de las economías avanzadas. Las grandes familias de la oligarquía local se asociaron con las empresas mineras euro-americanas, para devastar el subsuelo regional y multiplicar las ganancias de las principales firmas de Occidente (Vitale, 1992).

Ese estrago vuelve a reaparecer en el siglo XXI bajo el auspicio de empresas foráneas, que han convertido a Latinoamérica en la gran localización del extractivismo minero. El acaparamiento de esos recursos suscita un permanente conflicto entre compañías extranjeras de distinto origen.

Los neoliberales convalidan también la regresión que entraña el afianzamiento de la especialización agroexportadora de la región, ocultando que ese perfil determinó el subdesarrollo de toda la zona. Auspician, además, los modelos de concentración de la propiedad agraria que condujeron a un estancamiento económico. Omiten que el despegue del admirado rumbo estadounidense se asentó en un contrapuesto dinamismo de los pequeños propietarios (*farmers*).

En el grueso de Hispanoamérica se conformó desde el inicio de la conquista, una clase terrateniente señorial que acaparó propiedades con privilegios de casta. Por el contrario, en Nueva Inglaterra florecieron a partir del siglo XVII las colonias de campesinos libres, que cimentaron la pujanza capitalista.

Las elites neoliberales de América Latina siempre idealizaron la competencia y el mercado fuera de su radio de influencia, mientras usufructuaban del manejo de plantaciones, haciendas y latifundios. Por un lado, enaltecían el modelo de pureza capitalista estadounidense y por otra parte consolidaban la gestión improductiva de sus inconmensurables extensiones de territorio. Esta misma duplicidad se verifica en la actualidad. Los herederos de los viejos terratenientes exaltan ahora el capitalismo globalizado y digital del socio norteamericano, mientras refuerzan la primarización de sus propias economías

Existen innumerables debates entre los historiadores sobre las condiciones económicas, los desenlaces sociales y los cursos políticos, que determinaron la trayectoria antagónica de Estados Unidos y América Latina. Algunos realzan el contexto geográfico dispar y la gran diferencia de desarrollo entre las poblaciones preexistentes, otros remarcan la enorme divergencia entre modelos de colonización capitalista y precapitalista. Mayores controversias suscita la evaluación de cuál fue el momento de consolidación de la brecha histórica entre ambas regiones.

Las tesis que fijan esa fractura desde la misma llegada de los conquistadores europeos, contrastan con los enfoques que atribuyen la gran divergencia, a la forma en que se resolvieron las grandes epopeyas en ambas zonas (Guerra de la Independencia y Guerra de Secesión). Pero no cabe que duda que la

maduración de dos configuraciones contrapuestas de capitalismo agrario y parasitismo oligárquico, desembocaron en cursos antagónicos de industrialización autocéntrica y mero subdesarrollo (Cardoso, Pérez Brignoli, 1979: cap 4).

El camino norteamericano de desenvolvimiento agrario dio lugar a un intenso desarrollo fabril. En cambio, el curso biskmariano de acaparamiento territorial obstruyó en el sur, el despunte de los mercados internos requeridos para transitar ese sendero. Las haciendas, plantaciones y latifundios sólo reciclaron la dependencia y el retraso de América Latina. Con esse trasfondo de disparidad estructural, las empresas del Norte capturaron posteriormente los mercados del Sur e impusieron la dominación imperial de todo el "Patio Trasero".

Los liberales siempre atribuyeron esas bifurcaciones a la supremacía anglosajona, frente a la ineptitud latina. Nunca evaluaron las condiciones que indujeron a esa contraposición de comportamientos de las elites gobernantes.

Esa omisión impide registrar hasta qué punto el neoliberalismo contemporáneo reproduce el mismo patrón de frustraciones del pasado. El extractivismo minero, la primarización exportadora y la especialización en los eslabones básicos de la cadena industrial de valor, recrean las viejas patologías económicas. La distancia con Estados Unidos y la monumental brecha con China vuelve a reciclarse, porque el neoliberalismo contemporáneo ofrece el mismo recetario de fracasos que sus antecesores.

CONTRASTES HISTÓRICOS ALECCIONADORES

El desarrollo de América Latina fue obstruido por la anulación liberal de la soberanía regional. Ningún Estado de la zona maneja con plenitud o efectividad ese atributo por el sometimiento que ha impuesto la custodia estadounidense. El modelo neoliberal de las últimas décadas recortó nuevamente todos los márgenes de esa independencia.

Todos los países de la región reúnen formalmente las características de los Estados nacionales, pero en los hechos operan como formaciones sometidas a los vetos que dispone el Departamento de Estado. Washington hace valer en forma explícita o disimulada su gran supervisión, mediante controles geopolíticos y condicionamientos económicos. En los momentos críticos, la injerencia de sus embajadores es directa e incide en las decisiones cotidianas de los gobiernos.

Esa carencia de soberanía efectiva, impide a los países latinoamericanos desenvolver las políticas económicas autónomas, que se requieren para superar el subdesarrollo. Esa dependencia recicla, a su vez, la inserción periférica de la región en el capitalismo mundial.

Para los liberales contemporáneos la carencia de soberanía no constituye ninguna adversidad. Subrayan que esa ausencia es natural, en el contexto de la "interdependencia" imperante entre todos los países del planeta. Pero omiten registrar que esa amalgama no es equitativa. Opera con normas de jerarquía, dominación y subordinación.

Tampoco atribuyen ninguna gravitación a la carencia histórica de soberanía, que contrapuso el devenir de Estados Unidos con América Latina desde el siglo XIX. Explican esa brecha por alguna inferioridad cultural legada por la herencia aborígen, frente a la pujante modernidad anglosajona. Pero el curso real de la historia se entiende con miradas críticas de esos mitos.

La primera potencia desenvuelve un rol particularmente dominante en todo el continente, al cabo de un largo proceso histórico que situó a Estados Unidos en un lugar contrapuesto a Hispanoamérica. Esa trayectoria le permitió conquistar y consolidar desde el siglo XIX, la soberanía efectiva que sus vecinos del Nuevo Mundo no lograron conservar.

Estados Unidos obtuvo ese manejo pleno del Estado en dos secuencias diferenciadas de la revolución burguesa, que pavimentaron el excepcional desarrollo económico del país. El primer hito de la Independencia (1776) permitió crear las instituciones que favorecieron ese desenvolvimiento. Los grupos agro-mercantiles dominantes del Norte lideraron un largo proceso de disputa con las potencias coloniales de la época (Gran Bretaña, Francia y España), que aspiraban a fraccionar ese territorio para preservar su poder en el continente.

El capitalismo se expandió en el Norte sin ningún resabio ni obstrucción de las formaciones históricas precedentes. Transformó el genocidio de los indios en un proceso de expansión agrícola de pequeñas producciones altamente competitivas.

El segundo momento del despegue estadounidense fue la Guerra de Secesión, que estalló cuando el capitalismo del Norte se tornó inconciliable con el esclavismo del Sur. Los sucesivos compromisos entre ambos sistemas afrontaron un punto de quiebre, cuando la ampliación geográfica de las plantaciones chocó con el desarrollo del mercado interno. Con el triunfo del Norte se consumó la primacía definitiva de la industria, en sintonía con un nuevo ciclo de ensanchamiento de la frontera, mediante la entrega de tierras a los granjeros blancos (Bender, 2011: 171-184).

Pero el capitalismo se consolidó derrotando a las corrientes democrático-radicales del Norte y reconstituyendo el poder de los plantadores en el Sur, que recuperaron sus posiciones y reemplazaron la esclavitud por nuevas formas de opresión de los afroamericanos. Con ese pacto entre las elites de ambas zonas, la renovada exportación de algodón aportó las divisas requeridas por la industria (Post, 2011: 93-103).

De ese desenlace emergió el poderoso Estado-nación, que comandó la conquista del resto del territorio y la posterior dominación de todo el continente. Ese control comenzó con el desplazamiento del centro económico a Nueva York y con la constitución de una estructura monetaria y financiera centralizada, que sostuvo las subsiguientes fases de la industrialización.

Esta sucesión de acontecimientos y desenlaces permitió a Estados Unidos transformarse en la potencia imperial dominante del siglo XX.

América Latina siguió una trayectoria totalmente opuesta, pero no desde el debut de su Independencia. Esa emancipación fue un proceso semejante al curso seguido por Estados Unidos. Las

elites criollas actuaron con la misma motivación de sus pares angloamericanos, bajo las mismas influencias de la Ilustración y con los mismos propósitos de aligerar la carga impositiva. Desarrollaron tanteos parecidos de mera autonomía inicial y posterior búsqueda de alianzas con las potencias rivales de su dominador (Knight, 1998)

También fue semejante la ruptura final de las elites con los funcionarios del Rey y el consiguiente inicio de una revolución burguesa, signada por el cambio del grupo dominante en el manejo del Estado. Los criollos asumieron ese control, pero al cabo de una guerra de Independencia mucho más radicalizada que la prevaleciente en Norteamérica. Las contiendas bélicas fueron más intensas y devastadoras, con mayor movilización popular y participación de negros e indios, que frecuentemente impusieron el inmediato fin de la esclavitud.

Ese carácter jacobino de las revoluciones hispanoamericanas se zanjó -al igual que en anglo américa- con un resultado regresivo para los sectores populares. En los dos casos se verificaron los efectos de la contrarrevolución social, que sucedió a la victoriosa revolución política.

En estas secuencias despuntaron asimetrías entre los dos polos del Nuevo Mundo, pero el resultado final fue semejante. En ambos lugares se logró la Independencia y la posterior consolidación de clases dominantes locales. La gran diferencia radicó en la naturaleza social contrapuesta de esos sectores.

En América Latina no se consumó ninguna Guerra de Secesión, como la verificada entre el Norte y el Sur estadounidense. En lugar del capitalismo industrializado que sucedió a esa conflagración se consolidó de entrada una formación económico-social de subdesarrollo agrario. El predominio de los latifundios, las haciendas y las plantaciones fue el dato dominante de ese período.

En América Latina la revolución burguesa quedó a mitad de camino, al cumplir tan sólo la meta política de la independencia. No abrió rumbos para el desenvolvimiento capitalista acelerado que prevaleció en Estados Unidos. En la región se conformó una multitud de Estados oligárquicos, que obstruyeron la gestación del ruralismo competitivo y bloquearon el despegue de una industrialización intensiva (Kossok 1990: 3-7).

Esa estructura social contrapuesta de ambas regiones se consolidó en la segunda mitad del siglo XIX, cuando la ausencia de una agricultura capitalista en Latinoamérica sofocó definitivamente el despunte industrial. Esa obstrucción afianzó la especialización regional en insumos agro-mineros básicos de exportación. Los terratenientes que lucraban con ese tipo de explotación afianzaron la inserción internacional subordinada de la región. Consolidaron Estados oligárquicos que sellaron el status dependiente de América Latina.

El capitalismo que emergió de esa configuración quedó aprisionado en el subdesarrollo por el acaparamiento inicial de la propiedad territorial. Nunca emergió el protagonismo de los granjeros que en Estados Unidos se entrelazaron con la industria. En América Latina ambos procesos quedaron obstruidos

por las oligarquías liberales, que abrieron las aduanas a la importación manufacturera, como contrapartida de sus ventas de materias primas a las metrópolis.

El crecimiento intensivo y auto centrado que caracterizó a la economía estadounidense contrastó con el estancamiento, que predominó en las haciendas en México, Colombia o Guatemala, en las plantaciones de Brasil y en los latifundios del Río de la Plata.

Ese curso no sólo obstruyó un desarrollo capitalista desde abajo, sino que impidió también un desenvolvimiento alternativo desde arriba. Por eso quedaron bloqueados los modelos bismarkianos, que en otros lugares (Alemania, Japón) despuntaron por medio de la capitalización de la vieja nobleza.

En América Latina prevaleció una variedad dependiente de ese prusianismo, que combinó el predominio de los grandes propietarios de la tierra, con su asociación subordinada al capital extranjero. La oligarquía no transformó su enriquecimiento en procesos internos de acumulación. Recicló transferencias de valor al exterior, que perpetuaron el atraso económico- social de toda la región (Cueva,1986: 79-101).

LA BALCANIZACIÓN RECICLADA

La mirada liberal enaltece a Estados Unidos y denigra a Latinoamérica, contraponiendo la cohesión que caracteriza a la primera potencia con las fracturas, inconsistencias y fragilidades que prevalece al sur del Río Grande. Pero no aporta ninguna interpretación sobre ese contrapunto. Sólo da rienda suelta a su repetido contraste entre la inferioridad congénita de la región y la asombrosa magnificencia anglosajona.

En ningún momento analiza cómo esa asimetría estuvo determinada por la envergadura de los estados nacionales de ambas regiones. En el Norte primó una estructura continental unificada y en América Latina un disperso cúmulo de fracturas balcanizadas.

Esa diferencia resultó decisiva durante la gestación del capitalismo, que despuntó en torno a mercados internos cohesionados por las reglas de cada Estado nacional. En el intrincado proceso de absorción de etnias y lenguas -que entre 1830 y 1880 devino en Occidente en la conformación de esos Estados- hubo una selección final, que reordenó las incontables posibilidades previas. En ese filtro, el tamaño se transformó en un ingrediente decisivo de la gravitación alcanzada por los emergentes estados nacionales.

Esa envergadura territorial facilitó la ubicación de ciertos países en la cúspide de la jerarquía mundial, frente a los competidores de menor dimensión geográfica. Cuando el poderío económico y militar coincidió con el primer atributo, esa primacía quedó asegurada. Estados Unidos contó con un soporte territorial que América Latina nunca logró plasmar.

Luego de la Guerra de Secesión se forjó en un polo del continente, el Estado-nación centralizado que reemplazó al modelo confederado. En Washington se consolidó un poder efectivo que dejó atrás el esquema asociativo, mediante partidos que ocuparon el lugar de las alianzas interregionales. De la

conscripción masiva emergió a su vez una ciudadanía uniforme, con identidades nacionales definidas por la pertenencia a un país unificado. El viejo equilibrio federal quedó disuelto y la política exterior se transformó en una nítida atribución del Poder Ejecutivo. A medida que el telégrafo y el correo enlazaron a un territorio ampliado por sucesivas oleadas de inmigrantes, el imaginario continental empalmó con un estado moderno, regido por el sistema presidencial.

América Latina quedó signada por una trayectoria radicalmente opuesta. Contaba con ventajas iniciales, en la gestación pionera de la nacionalidad por elites ilustradas que compartían una lengua común. Esa cohesión idiomática introdujo un elemento de enorme homogeneidad en un inmenso territorio (Anderson, 1993: cap 7). Pero la Independencia fue sucedida por una fragmentación de Repúblicas, cuyo trazado quedó condicionado por el molde previo de las unidades administrativas del imperio español.

Esos segmentos funcionaban de manera vertical bajo el mando de la Corona, que bloqueaba las relaciones horizontales y la integración zonal, mediante prohibiciones al comercio intercolonial. Esa obstrucción de los virreyes al ascenso de los criollos fomentó un desarrollo protonacional separado, que no fue revertido por la Independencia.

En el largo período de las guerras civiles se definieron las fronteras y los estados que alumbrarían a las distintas naciones de América Latina. En esa etapa se delimitó el contorno de esa formación, sin dilucidar la eventual convergencia en una estructura continental unificada. Los fuertes choques entre unitarios, federales y confederales, entre defensores del proteccionismo y el libre comercio zanjaron el triunfo de los distintos grupos dominantes, que finalmente moldearon la conformación de cada estado al servicio de sus intereses. Esa definición siguió en todos los casos el mismo patrón de balcanización, que alimentó la gran variedad de organismos nacionales finalmente gestados. Esa diversidad de estados oligárquicos consumió, a su vez, una alianza con la potencia imperial dominante (Inglaterra), que convalidó la fractura de América Latina en una veintena de estados de insignificante peso internacional. Las destructivas guerras posteriores (Paraguay, Pacifico, Chaco) consolidaron esa fragmentación en islotes mono productores de insumos, apropiados por los terratenientes y sus socios extranjeros.

Ese desemboque de la historia latinoamericana en pequeñas, dispersas e impotentes unidades afianzó definitivamente la brecha con el poderoso estado continental, que se forjó en el Norte. Ambos procesos fueron resultantes de grandes desenlaces político-militares. Estados Unidos emergió como una potencia ascendente de la Guerra de Secesión y América Latina se deslizó hacia la marginalidad periférica, luego de la derrota del proyecto de unificación continental de Bolívar.

Esa iniciativa tenía un basamento convergente con San Martín y se configuró en el curso de la propia batalla por la Independencia. Esa lucha exigió extender geográficamente la guerra e incorporar masivamente a los plebeyos para vencer al enemigo realista. En esa confrontación irrumpieron las fuertes tendencias al separatismo regional, que asumieron distintas modalidades del liberalismo federalista (Kohan 2013: 69-113).

Bolívar propició un esquema centralista, para combinar en una sola articulación la confederación de estados nacionales emergentes. Pero no pudo neutralizar la reacción de las oligarquías locales, reacias a compartir los lucros de cada localidad. Esos grupos dominantes quedaron además espantados por la movilización militar de los esclavos y los indios (Soler 1980: cap 2).

La derrota del proyecto de unidad continental acentuó la balcanización de América Latina y facilitó nuevas guerras, que potenciaron las sub fracturas ulteriores de las Provincias del Sur, la Gran Colombia, la Confederación Peruano-boliviana y las cinco Repúblicas Centroamericanas (Guerra, 2006: 82-95). Esta fragmentación contrastó con la sólida unificación continental de Estados Unidos, que comenzó a concretar su dominación del "Patio Trasero", a partir de esa descomunal diferencia de poderío.

Ciertamente la mera unidad latinoamericana no garantizaba de por sí, un curso de sostenido desarrollo, equiparable al logrado por la potencia del Norte. Basta notar que Brasil mantuvo y acrecentó su dimensión continental y al mismo tiempo compartió el destino de atraso que imperó en Hispanoamérica. Un territorio inmenso, gestionado con la estructura importada por un emperador lusitano que consolidó la esclavitud, cargaba con las mismas adversidades que sus vecinos.

Pero el ideario bolivariano no se limitaba al enlace unitario y sentaba los cimientos para una trayectoria alternativa a la dependencia. La balcanización ha legado, en cambio, la tradición de impotencia política y servilismo al imperio que corporiza el neoliberalismo. Los sucesores de esa corriente recrean la larga historia de subdesarrollo y privaciones populares que ha caracterizado a la región. En nuestro próximo artículo analizaremos la alternativa socialista a esa desventura.

RESUMEN

El retroceso de Estados Unidos en la región no atenúa el sometimiento neoliberal al dominador de la región. Al contrario, genera fantasías de buen servidor y mitos de prosperidad latinoamericana, derivada del creciente peso de los inmigrantes hispanos. Pero la tentación de negocios con Beijing y la dependencia político cultural de Washington inmoviliza a los conservadores.

El neoliberalismo repite las mismas fórmulas de concentración agraria, que históricamente distanció a la región de la industrialización estadounidense. Desconoce la gravitación de la soberanía política, en la trayectoria histórica contrapuesta de Estados Unidos y América Latina. También ignora la incidencia de la balcanización en la indefensión frente al coloso del Norte. El conservadurismo contemporáneo potencia todas las adversidades legadas por sus antecesores.

REFERENCIAS

Anderson, B. (1993). *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo, F.C.E, México,

- Barrenechea, J. G. (2022). Del antiamericanismo al panamericanismo, 25/05/2022 <https://www.cubaencuentro.com/internacional/articulos/del-antiamericanismo-al-panamericanismo-341128>
- Bender, T. (2011). *Historia de los Estados Unidos, una nación entre naciones*, Siglo XXI. Post, Charles (2011). *The American Road to Capitalism*, Brill, Boston
- Cardoso Ciro, F. S, Pérez Brignoli, H. (1979). *Historia económica de América Latina*, T II, Crítica, Barcelona, 1979
- Cueva, A. (1986). *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, Siglo XXI, México, Anderson, Benedict (1993). *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, F.C.E, México
- González, Susana G. (2020). *Ponen bajo la lupa resultados de la Alianza del Pacífico*, /ponen-bajo-la-lupa-resultados-de-la-alianza-del-pacifico
- Grosfogel, R. (2020). Ocho tesis acerca del imperialismo estadounidense y las luchas antiimperialistas en el siglo XXI, 18/09/2020 <https://rebelion.org/ocho-tesis-acerca-del-imperialismo-estadounidense-y-las-luchas-antiimperialistas-en-el-siglo-xxi/>
- Guerra Vilaboy, S. (2006). *Breve Historia de América Latina*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- Knight, A. (1998) “Latinoamérica: un balance historiográfico”, *Historia y gráfica*, núm 10.
- Kohan, N. (2013). *Simón Bolívar y nuestra independencia*, La Rosa Blindada, Buenos Aires, 2013 Soler Ricaurte (1980). *Idea y cuestión nacional latinoamericanas. De la independencia a la emergencia del imperialismo*, Siglo XXI, México.
- Kossok, M. (1990). *Historia del ciclo de las revoluciones de España y América Latina (1790-1917)*, Universidad de La Habana, (pag 3-7)
- Oppenheimer, A. (2022). Las 3 grandes oportunidades de América Latina, 24-6-2022, <https://www.elnuevoherald.com/opinion-es/opin-col-blogs/andres-oppenheimer-es/article262863903.html>
- Pastrana Buelvas, E.; Castro Alegría, R. (2020). Auge y estancamiento de la Alianza del Pacífico, 18-2 2020 <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/02/AC-7.2020.pdf>
- Post, C. (2011). *The American Road to Capitalism*, Brill, Boston
- Rinke, S. (2015). América Latina y Estados Unidos. Una historia entre espacios desde la época colonial hasta hoy, Madrid, El Colegio de México/Marcial Pons
- Schamis, H. (2021). Diez años de la Alianza del Pacífico, 1/5/2021, <https://www.infobae.com/america/opinion/2021/05/01/diez-anos-de-la-alianza-del-pacifico/>
- Soler Ricaurte (1980). *Idea y cuestión nacional latinoamericanas. De la independencia a la emergencia del imperialismo*, Siglo XXI, México.
- Vitale, L. (1992). *Modos de producción y formaciones sociales en América Latina*, www.mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio.

Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil

Recebido em: 27/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap3

Diogo Ferreira da Rocha 

Tania Pacheco 

Marcelo Firpo de Souza Porto 

INTRODUÇÃO

O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil é uma iniciativa de mapeamento colaborativo que floresce a partir de 2008, numa articulação entre uma instituição pública de pesquisa compromissada com a promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e uma então emergente rede de movimentos sociais, ONGs, associações de base e pesquisadores/as, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Elas definiram os rumos daquela parceria a partir de um objetivo político-epistêmico comum: amplificar a visibilidade dos conflitos ambientais em curso e das vozes contra-hegemônicas e emancipatórias que naquela altura já ressoavam em territórios originários, tradicionais e nas periferias urbana de um país alinhado a uma avassaladora lógica extrativista e socioambientalmente predatória, que cotidianamente (re)produz e intensifica exclusões radicais e injustiças ambientais no Brasil.

Essa experiência se orientou pelo aprendizado, acertos e limites de diversas outras iniciativas que então ou estavam em curso ou tinham sido concluídas por outros grupos de pesquisa ligados à Fiocruz, à RBJA ou a ambas. Uma dessas iniciativas foi uma experiência de construção de uma memória coletiva das ações em curso na Rede, executada por uma equipe de pesquisadores/as da Fiocruz que diariamente realizavam uma seleção da lista de discussões da RBJA, em e-mail, onde circulavam documentos, notas, campanhas e estudos. Tal equipe sistematizava e classificava essas informações com base em categorias que definissem a natureza de cada documento do ponto de vista da temática, do tipo de documento e do tipo de situação que denunciavam, discutiam ou buscavam apoio para a resistência nos territórios, o que constituiu o chamado de **Banco Temático da Rede Brasileira de Justiça Ambiental** e foi disponibilizado no *website* da RBJA (Porto et al., 2006).

Um dos limites mais importantes dessa iniciativa era que, embora a informação estivesse indexada em categorias previamente definidas e o portal da Rede permitisse realizar buscas por palavras-chave, a informação estava disponibilizada de forma fragmentada, de modo que elas *per se* não constituíam uma narrativa sobre cada conflito, apenas forneciam elementos isolados, que deveriam ser sistematizados por

cada usuário de forma a permitir resgatar a memória coletiva dos conflitos. Apesar de tal iniciativa ter tido seus méritos, como uma das experiências seminais de sistematização de informações na Rede, ela não alcançou todos os objetivos estabelecidos, e durante muito tempo teve uma usabilidade limitada nas ações da própria RBJA.

De qualquer forma, forneceu informações importantes para o Mapa de Conflitos, mas, mesmo nessa ocasião, apenas porque parte da primeira equipe de pesquisa também havia trabalhado no Banco Temático. Percebeu-se, então que qualquer outra iniciativa de memória da Rede precisaria “contar a história toda” dos conflitos com foco no protagonismo dos sujeitos territoriais envolvidos nas lutas contra-hegemônicas e não apenas fornecer centenas peças de um quebra-cabeça a ser “montando” pelo usuário no momento da consulta.

Uma segunda experiência – até certo ponto malsucedida – seria a responsável direta pela criação do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil. Aprovado pela plenária do I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, organizado pelo GT de Racismo Ambiental (GT RA) da RBJA em parceria com o Laboratório de Cidadania, Trabalho, Territorialidade e Ambiente da Universidade Federal Fluminense (Lactta/UFF) em 2005, o **Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil** nunca se tornaria completamente uma realidade. Ao longo de dois anos, entretanto, a Coordenação do GT sistematizou as denúncias e as lutas informadas por seus integrantes - centenas de casos que tinham como elemento fundamental os processos de discriminação social e as desigualdades ambientais que atingiam prioritariamente povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e urbanas, dando relevo às injustiças que estavam associadas à ligação entre o modelo de desenvolvimento e racismo. Em 2007, 110 deles seriam precariamente selecionados em apenas três meses, com ajuda pequena equipe, na tentativa de conseguir o apoio da Fundação Ford para a sua concretização como um projeto de pesquisa que levaria a um mapeamento a ser disponibilizado na internet, agora com possibilidades de acréscimos e atualizações (Pacheco e Ribeiro, 2007).

A exiguidade de recursos disponibilizados pela Fundação Ford fez com que o Mapa do Racismo Ambiental fosse preterido pela Rede, na ocasião, mas a coordenadora do GT RA, Tania Pacheco, não desistiu e, com o apoio de Jean-Pierre Leroy, então coordenador da RBJA, e de Fernando Carneiro, Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde (MS, 2007-2008), o projeto de mapeamento ganhou o financiamento do MS e foi proposta uma parceria com o pesquisador da Fiocruz, Marcelo Firpo, membro da RBJA desde seu início e coordenador do projeto de Banco Temático já mencionado. Com isso o escopo foi ampliado para além das injustiças causadas pelo racismo, incluindo a dimensão da saúde coletiva como diretriz fundamental do projeto, por isso, o Mapa de Conflitos contou com o financiamento do Ministério da Saúde até 2016.

A importância do mapeamento das injustiças ambientais e da defesa dos povos e comunidades era inquestionável para todas as pessoas envolvidas, assim como fazê-lo da melhor forma possível. Para isso, além das experiências já adquiridas, era fundamental que também fossem buscadas as melhores e mais fortes

parcerias. Assim, foi aprendendo com os limites e potencialidade de cada experiência já realizada que o **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil** foi então desenvolvido a partir de 2008, partindo dos 110 conflitos iniciais selecionados para o Mapa do Racismo Ambiental e do acúmulo do Banco Temático, numa mais que importante parceria entre Fiocruz, Fase e RBJA Ambiental (Pacheco, Porto e Rocha, 2013).

O Mapa atualmente no ar é muito diferente, mais profundo e dinâmico do que aquele que foi lançado em maio de 2010¹, pois, ao longo dos anos, foi incorporando tanto novas tecnologias de informação, *web design* e ferramentas de busca, como também novas formas de comunicação. Numa cultura contemporânea imersa cada vez mais em imagens, especialmente aquelas em movimento, a equipe do Mapa de Conflitos tem feito um esforço permanente para incorporá-las aos textos, que originalmente eram sua única forma de comunicar os casos. Hoje, podemos veicular fotos, vídeos, gráficos e infográficos, como qualquer plataforma atual de comunicação. Assemelhamo-nos muito mais ao blog Combate Racismo Ambiental, uma plataforma dinâmica de veiculação rápida de notícias, do que aos projetos anteriores, com a diferença que incorporamos deste e do protótipo do Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil. a ideia de “contar a história toda” ao invés de veicular rapidamente fragmentos de informação sobre o caso, como o Banco Temático.

Ao longo deste capítulo, iremos explorar como se deu essa história que leva da primeira versão do Mapa de Conflitos aos dias atuais e o que planejamos para o futuro. Afinal, os tempos mudam e, se continuamos a atualizá-lo até os dias de hoje, isso se dá graças à capacidade de sua equipe de se adaptar a essas mudanças, que se deram tanto na dimensão tecnológica, quanto política e epistêmica do mapeamento. Se ‘nascemos’ de um mundo de documentos estáticos de texto, adaptados ao uso em redes de internet discada, hoje o Mapa incorpora ferramentas para geração em tempo real de gráficos, buscas por categorias cruzadas e tecnologias que permitem que seja confortavelmente acessado por *smartphones* conectados às redes móveis, que se popularizam e se interiorizam cada vez mais no Brasil, ainda que competindo por atenção com redes sociais corporativas onde circulam numerosas *fake news* ou até outras plataformas mantida pelos próprios movimentos sociais. Enfim, os desafios são outros e para mantermo-nos relevantes e atuais, precisamos cotidianamente criar estratégias para enfrentá-los, conforme explicitaremos nas próximas seções deste capítulo.

MAPEAR CONFLITOS AMBIENTAIS, MAS NÃO APENAS

Gênese conceitual e opções político-epistêmicas do mapeamento

Um dos primeiros esclarecimentos que fazemos sempre que apresentamos o Mapa de Conflitos é que ele não é *só* um mapa. Seu objetivo principal não é *apenas* cartografar os conflitos ambientais em

¹ Antes do lançamento oficial ocorrer publicamente na Fiocruz em maio de 2010, houve diversos pré-lançamentos em outros estados, a convite de organizações parceiras, como o que aconteceu em 16 de março de 2010, em evento realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

curso no País, ou criar mapas temáticos sobre alguma categoria populacional ou processos produtivos envolvidos. Nesse sentido, localizar espacialmente os conflitos e inserir pontos em um mapa digital é apenas um dos importantes potenciais da plataforma, mas, de certa forma, é um elemento secundário para nosso “mapa”. O cerne do projeto tem sido contar as histórias dos conflitos ambientais emblemáticos que expressam lutas sociais protagonizadas por diferentes comunidades, movimentos sociais e organizações parceira como ONGs, universidades, Ministério Público, dentre outras. Tais lutas implicam desde problemas específicos de saúde decorrentes da degradação e poluição ambiental, até a defesa dos direitos territoriais e da dignidade frente a projetos e a um modelo de desenvolvimento excludente.

No processo de refinamento do Mapa de Conflitos, é importante ressaltar que, nos últimos anos, ele tem sido influenciado pela sua inserção dentro do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, o Neepees/ENSP/Fiocruz. Criado em 2018, o Neepees articula três campos interdisciplinares do conhecimento, a saúde coletiva, a ecologia política e as escolas pós-coloniais. Tais campos fornecem os principais referenciais das quatro dimensões de justiça que trabalhamos: a social, sanitária, ambiental e cognitiva, e que conformam as lutas sociais por saúde, dignidade e direitos territoriais tanto nos campos quanto nas cidades. Por isso, a justiça ambiental é sempre vista em conexão com as justiça social e sanitária, mas também com a justiça cognitiva, a qual se relaciona diretamente com as ideias de justiça ontológica, epistêmica e histórica. A justiça cognitiva explica por que as violências contra povos e populações vulnerabilizados são expressões não apenas da exploração capitalista, mas das exclusões radicais produzidas pelo colonialismo e os vários tipos de racismos por detrás de genocídios, epistemicídios e violências contra indígenas, negros, camponeses, mulheres e comunidades LGBTQI+.

Nesse sentido, mapear significa não apenas relatar o que está acontecendo em cada território e com cada grupo de povos e comunidades agora, mas sobretudo resgatar no relato o histórico do conflito, respondendo a várias questões. Por exemplo: como se deu o processo de vulnerabilização socioambiental de cada povo ou comunidade? Como o modelo de desenvolvimento hegemônico se realiza nos territórios atingidos? Que outros projetos de vida estão sendo ameaçados pelas opções políticas feitas por pessoas, grupos políticos, instituições e corporações muitas vezes situados em outras regiões do Brasil ou do Mundo? Em resumo, contamos como cada grupo envolvido nos conflitos chegou àquela situação, mas, além disso, o mais importante é que relatamos como cada um deles tem se organizado e se erguido para fazer frente a tais situações. E o fazemos amplificando o alcance de suas vozes, jamais substituindo-as ou reduzindo-as a mera categoria de “informação” ou, pior, “dados secundários”. Elas são o registro vivo e pulsante de territórios conflagrados de povos e comunidades ameaçados/as, mas também aguerridos/as.

É por isso que costumamos dizer que não mapeamos injustiças ambientais, que são muitas e estão crescendo no país nesse momento histórico, mas sim conflitos ambientais. Essa pode parecer uma diferença conceitual sutil para as pessoas envolvidas neles, ou que se interessam pelo assunto, mas para nós possui uma importância fundamental: é nessa passagem das situações de injustiça ambiental para as

de conflito que se situa o elemento político e epistêmico que mais salientamos: a resistência que emerge nos territórios historicamente discriminados e vulnerabilizados. Destacamos também quais alternativas sociais, econômicas, epistêmicas, ambientais e de autocuidado à saúde estão emergindo naqueles espaços e se colocam como os outros viáveis de uma sociedade estruturalmente capitalista, racista, colonial e que transforma diversidade social em elementos de hierarquias sociais em benefício de poucas pessoas, convertendo diversidade em desigualdade e discriminação em nome de monoculturas (*stricto sensu*, como expressão do agronegócio; mas também, *lato sensu*, como expressão das injustiças cognitivas. Portanto, aqui a noção de monocultura também pode ser entendida enquanto parte da dimensão simbólica do conflito), e que caracterizam a modernidade ocidental, eurocêntrica e capitalista.

Para tornar essa questão mais inteligível, precisamos por um breve momento resgatar não apenas os significados, mas também a gênese de ambos os conceitos - injustiça e conflitos ambientais -, num processo que sociólogos do conhecimento como Foucault (2008) vão denominar de *arqueologia do saber*, mas que nós preferimos creditar às influências epistêmicas ainda presentes na formação política e do pensamento social brasileiro do *materialismo histórico*, ou seja, da necessidade sempre premente de buscarmos as bases históricas e econômicas dos processos que analisamos. Numa época sob a égide do capitalismo financeiro e neoliberal ou do capitaloceno (Moore et al., 2016), como alguns autores contemporâneos pretendem caracterizar os tempos em que vivemos, é sempre importante entendermos para onde o Capital está se movendo, por que e quais são os projetos de sociedade por trás desses movimentos, os efeitos que geram; e ainda, no nosso caso, o que eles deixam de fora, invisibilizam, ameaçam ou excluem radicalmente e como as pessoas que sofrem se articulam para enfrentar essas situações.

Como dito anteriormente, alguns conceitos fundamentais se entrelaçam permanentemente na construção de nosso mapeamento: História, Capital, economia, ecologia, meio ambiente, movimentos sociais, discriminação, conflitos, injustiças, racismo, território, desenvolvimento e neoextrativismo, dentre outros. Poderíamos provavelmente escrever um capítulo inteiro sobre cada um deles, mostrando como emergem no pensamento ocidental e como são ressignificados pelos diversos povos não-ocidentais em culturas, conhecimentos e cosmovisões outras, naquela porção do mundo que alguns autores vão caracterizar com a periferia do sistema-mundo (Wallerstein, 1979) ou o Sul Global (Santos, 2014). Mas dada a limitação de espaço e os objetivos deste capítulo, nos concentraremos principalmente na gênese de dois conceitos fundamentais, que são menos debatidos no pensamento socioambiental brasileiro, embora sejam usados em muitas lutas contemporâneas, que são os conceitos de racismo e injustiça ambientais e como eles se relacionam com a noção de conflitos ambientais e com os demais conceitos que orientam a perspectiva político-epistêmica de construção do nosso mapeamento.

Fundamentalmente, os conceitos de racismo e injustiça ambientais emergem das lutas por direitos sociais e, ao se expandirem pelo mundo, vão cada vez mais incorporando significados que se encontram no vocabulário de mobilizações enraizadas nas lutas dos movimentos sociais. É por isso que embora

tenham emergido primeiro nas lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, hoje eles fazem parte do cotidiano de povos e comunidades cultural e historicamente dispare, como os quilombolas brasileiros da Ilha de Maré (Brasil, 2018; Brasil, Neepes, 2020) ou indígenas ameaçados pela mineração no Pará; os ambientalistas europeus envolvidos com lutas contra usinas nucleares (Porto, Finamore e Rocha, 2018); povos das ex-colônias europeias na África, Ásia e na América Latina nas lutas pós-coloniais (Vishvanathan, 2009; Shiva, 2015), ou como alguns autores preferem nomear, contra a colonialidade do saber, do poder e do ser (Escobar, 2007; Maldonado Torres, 2007).

Em comum todas essas perspectivas e lutas têm o reconhecimento de que os processos socioambientais que os povos e comunidades sofrem em seus territórios diariamente estão associados às formas como o capitalismo – especialmente a partir da aliança entre enormes conglomerados corporativos multinacionais (na forma de empresas de capital limitado ou aberto, estatais de capitais mistos, *joint ventures* e *holdings*) e o sistema financeiro internacional (bancos, fundos de investimento e investidores privados) - e as sociedades contemporâneas se relacionam com a natureza e com outros povos que ontologicamente vivem a partir de outras formas de conceber o mundo e de interagir com os elementos não-humanos do planeta (vivos, não-vivos; materiais ou imateriais; energias e fluxos etc.).

Nos Estados Unidos, tudo começa no final da década de 1970, quando pessoas da comunidade de *Warren County* se mobilizam diante da contaminação ambiental produzida por um depósito de resíduos tóxicos contendo *polychlorinated biphenyls* (PCBs), ou, em português, bifenilos policlorados. Ao longo de suas mobilizações, cunhou-se o termo *racismo ambiental* (utilizado publicamente pela primeira vez pelo reverendo Benjamin Chavis em 1982) para caracterizar as interseccionalidades entre o racismo e a exposição aos riscos ambientais (Lazarus, 2000; Pacheco e Faustino, 2013). Posteriormente, tal conceito foi ampliado para incluir também outras comunidades não-brancas no contexto das lutas ambientais estadunidenses (como povos originários, latinos e asio-americanos), fazendo emergir o conceito de **justiça ambiental** como ampliação do **racismo ambiental**.

Nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, tais conceitos foram popularizados através das obras de Robert Bullard, como *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality* (1990) e *Confronting Environmental Racism: Voices From The Grassroots* (1993), que, por seu esforço de análise e sistematização das lutas e narrativas que emergiam nos contextos daquele país, é frequentemente creditado como “pai da Justiça Ambiental”. Foi o trabalho de Bullard que subsidiou muitas das discussões ocorridas no I Colóquio sobre Justiça Ambiental e Cidadania, realizado em 2001 em Niterói/RJ, que possibilitou articulações entre academia e movimentos sociais no Brasil as quais posteriormente originam a própria Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e seu GT que mais influenciou o desenvolvimento do Mapa de Conflitos, o GT de Racismo Ambiental (Acseirad, Herculano e Pádua, 2004).

Ao se discutir a gênese do conceito de racismo ambiental e da justiça ambiental como horizonte de futuro, é comum que seja citado o relatório “*Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation With Racial, and Economic Status of Surrounding Communities*” elaborado pela *United States Environmental*

Protection Agency (US EPA) em 1982, que pela primeira vez reconheceu oficialmente a correlação entre a distribuição dos depósitos de resíduos tóxicos nos Estados Unidos e a distribuição das comunidades majoritariamente não-brancas. Ou seja, quanto maior a proporção de negros, latinos ou asiáticos e seus descendentes num determinado condado, maior era a probabilidade de um depósito de resíduos tóxicos ser ali instalado. Posteriormente percebeu-se que outras dimensões da chamada “qualidade ambiental” também eram racialmente determinadas, como por exemplo, a proteção da população residente aos riscos ambientais associados a determinada planta produtiva ou empreendimento econômico. O que significava que a sociedade estadunidense estava externalizando seus riscos ambientais para povos e comunidades politicamente minoritários, que teriam menos possibilidade de se fazer ouvir no espaço político. Ou seja, a desigualdade ambiental não decorria apenas da classe social: tinha cor de pele, etnia, gênero etc.

Os anos de trabalho junto à RBJA, realizados por diversos grupos de pesquisa e movimentos sociais orientados por essa perspectiva, levaram à constatação que a mesma tendência ocorria no Brasil e em outras partes do mundo, especialmente nas periferias das cidades modernas e nos territórios tradicionais nos campos, florestas e águas ameaçados pelo neoextrativismo. Também se percebeu que não ocorria apenas em sociedades radicalmente racializadas e estruturalmente desiguais, como a dos Estados Unidos (onde emergiram grupos supremacistas com a *Ku Klux Klan* e até hoje se debate a violência contra os não-brancos, como testemunham as mobilizações do movimento *Black Lives Matter*), mas onde quer que o modelo de sociedade ocidental e capitalista fosse hegemônico.

Mais: percebeu-se que o mesmo poderia ocorrer até mesmo nas sociedades orientadas pela perspectiva socialista, como exemplifica Joan Martinez-Alier (2011) em seu livro “Ecologismo dos Pobres”. Era uma tendência ligada fundamentalmente à modernidade colonial eurocentrada e ao modo de vida industrialista no qual ela se baseia (independente de termos Estados e sociedades mais ou menos liberais, desenvolvimentistas ou socialistas; a configuração política de cada país e sociedade é uma variável apenas da intensidade com que tal tendência ocorre, mas não impede que ela emergja nos vários territórios de povos e comunidades discriminados). Mapeamentos realizados no mundo todo, e que foram sistematizados pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) no projeto EJOLT Atlas, (posterior ao Mapa de Conflitos e por ele influenciado, conforme reconhece Martinez-Alier), exemplificam como o racismo e as injustiças ambientais são uma tendência global, mas espacialmente concentrada nos territórios mais vulnerabilizados do ponto de vista político e econômico, como as comunidades não-brancas estadunidenses, o Sul da Europa, a África, América Latina e Caribe, o Leste Asiático e a Índia.

O desafio das contradições e dos paradoxos políticos, econômicos e sociais brasileiros

No Brasil, o Mapa de Conflitos testemunha como tal modelo se reproduz em nosso País, mostrando que aqui tais conflitos ocorrem principalmente nos territórios dos povos tradicionais e originários, de camponeses, nas periferias urbanas, ocupações e favelas. E mostra principalmente que a ascensão de governos ditos progressistas não foi suficiente para reduzir as desigualdades ambientais e em

saúde na mesma medida e com o mesmo sucesso com que reduziu sensivelmente, embora temporariamente, as desigualdades econômicas. Muito pelo contrário, a agenda política desenvolvimentista no País foi assentada justamente sobre a invisibilização dos efeitos negativos das políticas econômicas sobre tais populações.

O paradoxo que presenciamos nos anos 2000 a 2010 é que nunca antes o país reconheceu tantos direitos aos povos e comunidades tradicionais e às minorias políticas, transformados em programas sociais e políticas públicas como o Bolsa Família, o Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Brasil sem Miséria, Pontos de Cultura, Brasil Quilombola, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI ou a instituição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; ou até políticas específicas de saúde no SUS, como a consolidação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASI, a criação da Política de Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PNSIPCFA e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN; as políticas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo programas econômicos como as duas fases do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC ameaçavam a sustentabilidade e a saúde nos territórios das populações-alvo desses programas sociais.

Ou seja, embora o Brasil tenha buscado contrabalançar os efeitos negativos do desenvolvimentismo excludente do período militar ou do neoliberalismo que orientou as políticas econômicas dos primeiros anos da redemocratização do País, os governos do Partido dos Trabalhadores desconsideravam os efeitos negativos e sinérgicos das suas opções econômicas mais estratégicas - como a geração de empregos e renda e as políticas de moradia, por exemplo - sobre o modo de vida de uma parcela cada vez mais excluída da população brasileira. Ao mesmo tempo que muitas comunidades e povos viram-se pela primeira vez diante da possibilidade de acessar programas sociais redistributivos e políticas públicas específicas, muitas dessas pessoas também foram ‘atropeladas’ por obras que continuavam a desconsiderar a dimensão ambiental e territorial das suas vidas.

Se a previdência rural e os programas de renda mínima mobilizaram as economias de muitas cidades do interior do país, é também verdade que o PAC destruiu as economias não-capitalistas existentes em muitos desses municípios, que durante os governos Dilma 2 (pós-ruptura com o MDB), Temer e principalmente no de Bolsonaro, com a crescente extinção ou com o aumento das restrições orçamentárias aos programas e políticas sociais decorrentes do neoliberalismo vigente e da expansão do fascismo social, testemunham o aumento da fome entre pessoas com cada vez menos alternativas de sobrevivência. Sem a redistribuição de renda e, ao mesmo tempo, sem os modos tradicionais de exploração dos territórios, muitos desses povos e comunidades se tornam cada vez mais vulnerabilizados social, ambiental, sanitária e nutricionalmente, deixando-as também permeáveis aos discursos populistas de extrema direita, socialmente fascistas, especialmente daqueles que buscam se legitimar a partir de uma roupagem neopentecostal.

Por isso, cresceram nas periferias urbanas a adesão a discursos políticos que excluem radicalmente as populações que ali vivem, e estão enraizados em soluções individualistas como o empreendedorismo e a economia de ‘colaboração’ e compartilhamento (eufemismos contemporâneos que, na grande maioria das vezes, significam a precarização das relações de trabalho) e para reformas que aumentam as desigualdades sociais, como a recente reforma da previdência e a vigência até 2022 do chamado “teto de gastos públicos”, que em grande parte fragilizem ou inviabilizam as políticas sociais inscritas como direitos de cidadania na Constituição Federal de 1988, como os sistemas públicos de saúde e educação.

O Mapa de Conflitos é um instrumento que contribui para a análise e enfrentamento das dimensões políticas e epistemológicas dos processos hegemônicos de desenvolvimento. Ao contrário de muitas iniciativas que advogam um ideal de neutralidade e objetividade científica, nosso projeto afirma desde o princípio que mais importante do que contar todos os lados da história é contar a história daqueles e daquelas que sofrem primeiramente e com mais intensidade as consequências de todas as opções políticas, econômicas e ambientais hegemônicas. Portanto, nos posicionamos prioritariamente como instrumento de ampliação e difusão das lutas dos movimentos sociais, povos e comunidades afetados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro e pelas políticas de Estado que o estimulam. Isso pode ocorrer tanto através de injeção de recursos do Estado e da sociedade em empreendimentos produtivos, quanto através da transferência regressiva de renda social a partir do mercado financeiro e da dívida pública, que, ao contrário das políticas redistributivas, concentram recursos sociais numa pequena elite rentista, que auferir grandes lucros com a gestão de papéis de dívidas, especulando na bolsa de valores ou pela arbitragem e manipulação de taxas de juros.

É por isso que todos os casos relatados na plataforma partem de algumas questões básicas: Onde está acontecendo? Quem está sendo ameaçado? Como este processo se reflete no território? Como afeta o meio ambiente? Que consequências tem sobre a saúde das populações afetadas? Como elas se autoidentificam? E o mais importante: Como isso aconteceu e quais alternativas estão sendo construídas a partir das lutas desses sujeitos?

As opções políticas, epistêmicas e metodológicas do mapeamento e suas consequências

Para respondermos a essas questões, temos em nossos formulários dois conjuntos de campos. O primeiro deles são perguntas de múltipla escolha que categorizam e sistematizam informações que depois poderão ser quantificadas, transformadas em gráficos ou plotadas no mapa digital, como os municípios e estados onde os conflitos ocorrem, sua localização geográficas, quantas pessoas foram afetadas, como elas se autoidentificam (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moradores de favelas, trabalhadores de diversos setores, populações urbana, pescadores artesanais e marisqueiras etc), bem como que tipo de empreendimento ou política pública está gerando aquelas situações de conflito (portos, aeroportos, hidrovias, atuação do Estado, do judiciário ou políticas de gestão ambiental, monoculturas, mineração etc) ou com quem os movimentos de resistência estão se aliando para demandar seus direitos sociais,

territoriais ou à saúde (redes, ongs, movimentos sociais, associações, sindicatos, ministérios e defensorias públicas, movimentos de atingidos etc).

A outra classe de campos diz respeito ao que consideramos a principal contribuição do Mapa de Conflitos enquanto plataforma de divulgação e difusão de informações, que é sistematizar e narrar as dinâmicas dos conflitos ambientais a partir das perspectivas dos povos e comunidades envolvidos. Para isso temos três campos principais. No primeiro, realizamos uma síntese do caso, traduzindo em texto as informações sistematizadas nos campos anteriores: quem, onde, o que está acontecendo, como identificar as pessoas e os territórios afetados, as consequências, os responsáveis pelas injustiças ambientais e os aliados dos movimentos etc. O segundo campo, e o mais extenso de cada ficha, busca relatar as dinâmicas do conflito, as estratégias de luta de todos os agentes sociais envolvidos e a situação atual daquele caso. Esse é o campo mais trabalhoso e que demanda mais sensibilidade de todos/as os/as pesquisadores/as, pois ali buscamos analisar todas as dimensões de cada situação. Em muitos casos, isso significa remontar às políticas econômicas, sociais, ambientais e até territoriais de diversas fases da história política do país (desde o período colonial ao governo da ocasião) e referenciar os interesses de muitos grupos que atuam local e globalmente (empresas, corporações, conglomerados, bancos, organismos multilaterais etc.).

Além disso, é importante que esse relato não perca de vista a dimensão territorial de cada caso. Como as pessoas ali se relacionam com a natureza, com os recursos presentes nos territórios, com outros grupos sociais e com a sociedade brasileira? Que políticas públicas acionam ou que alianças constroem para defender aquilo que consideram importante em seus territórios e seu modo de vida? Quais são as estratégias que se utilizam para isso? Elas funcionaram? Funcionaram por um tempo e foram revertidas? Se deram a partir de ações do Ministério Público, do judiciário ou do legislativo? Pressionam prefeituras e outras instâncias de governo? Eles propuseram inovações legais ou defendem a manutenção de legislações já existentes que as beneficiam? Ou a execução de políticas públicas e previsões constitucionais que embora existam, não se realizam na prática? Os conselhos de participação social têm ou tiveram algum papel na situação analisada? Existem articulações para além dos territórios, seja a nível nacional ou até internacional? Como elas se constroem e que tipo de narrativas mobilizam na defesa dos direitos dos grupos mais ameaçados? Emergem inovações de algum tipo dessas situações (políticas públicas, práticas, econômicas ou tecnológicas)? Com que instituições de pesquisa se articularam os sujeitos em luta para construir conhecimentos alternativos para promover a justiça ambiental e outras justiça em jogo? Como tudo isso dialoga com o SUS e outras instâncias de promoção de políticas sociais?

É um grande desafio responder a muitas dessas questões já que diante das limitações orçamentárias e de pessoal do projeto, e diante da opção política de trabalharmos com casos em todo o território nacional, utilizamos principalmente informações coligidas em outras bases de dados e em fontes secundárias, na maioria das vezes. Elas podem ser artigos, livros, TCCs, dissertações, teses, relatórios, notícias, postagens nas redes sociais e blogs, documentos públicos do Ministério Público e do judiciário, vídeos, materiais de campanhas, cartilhas e outros documentos diversos. Ou seja, coletamos tudo que

está disponível na internet, ou através das nossas redes de contatos, e traduzimos isso num relato que pode ter a extensão que for necessária para analisar cada caso e de acordo com as informações disponíveis. Isso significa que algumas fichas podem ter apenas algumas páginas e outras mais de 60, quando transpostas para um documento do Word ou outro editor de texto, embora não haja esse tipo de subdivisão na plataforma. Além disso, cada vez mais incorporamos outras linguagens nas fichas, incluindo, fotos, gráficos, tabelas, infográficos, vídeos curtos e até documentários, embora a linguagem textual ainda seja a predominante. Fechando as fichas ainda existem uma cronologia que sintetiza os principais eventos de cada caso e uma listagem das fontes consultadas.

A importância da colaboração com os movimentos sociais e outros agentes presentes nos territórios ou envolvidos nos conflitos ambientais

Quando apresentamos o projeto, afirmamos que ele nasceu a partir da participação de muitas pessoas que haviam inclusive integrado iniciativas anteriores de mapeamento e sistematização de conflitos ambientais, dentro da RBJA ou em articulação com os vários movimentos que a integravam na época, sendo que alguns ainda a integram atualmente. Essa colaboração com a Rede aconteceu em diversos momentos, com intensidades distintas ao longo dos últimos 14 anos. Por exemplo, no princípio vale destacar sua colaboração na elaboração da primeira versão do formulário, quando foi realizada uma oficina para definir as questões que orientariam o mapeamento e as categorias que estariam presentes nas questões de múltipla escolha.

Num segundo momento, quando iniciamos a seleção dos primeiros casos a serem explorados pela equipe de pesquisadores/as, também foi realizada uma consulta à Rede para o estabelecimento dos casos a serem aprofundados, acrescentados às 110 pesquisas do Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil e às sugestões do Banco Temático da RBJA. Também é importante salientar que os/as coordenadores/as dessas iniciativas tornaram-se também coordenadores do próprio Mapa de Conflitos, respectivamente Tania Pacheco e Marcelo Firpo Porto, que contaram com a presença constante e os aportes argutos do hoje saudoso Jean-Pierre Leroy (*in memoriam*), um dos fundadores da RBJA, o qual integrou durante muitos anos a coordenação colegiada da RBJA e a direção da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase, ONG que durante os primeiros anos sediou a secretaria executiva e cedeu sua pessoa jurídica para as atividades da RBJA.

Além disso, alguns dos primeiros casos também foram indicados por membros de movimentos sociais e acadêmicos ligados à Rede, que responderam a um questionário construído e sistematizado com apoio do Departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), onde até 2021 também registramos e sistematizamos informações do Mapa de Conflitos (parceria que foi descontinuada em 2021 quando o Ministério da Saúde extinguiu a plataforma Formsus) ou participaram do processo de validação das pesquisas, numa primeira estratégia de revisão do material produzido pelos/as pesquisadores/as do mapeamento que tinha também a finalidade de legitimar a importância desses conflitos iniciais, chamados

na época de “casos emblemáticos”. Atualmente não existe qualquer revisão externa à equipe de pesquisa e coordenação do mapeamento.

Contudo, ao longo dos anos, o Mapa de Conflitos se tornou cada vez mais independente da Rede onde foi iniciado e cada vez mais foi se tornando um projeto institucional da Fundação Oswaldo Cruz. Hoje, ele é uma das iniciativas encampadas pelo Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde da Escolha Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Neepe/ENSP), sendo integralmente financiado por recursos da própria Fiocruz, também responsável pela contratação dos pesquisadores/as através de sua Fundação de Apoio (a Fiotec) e por fornecer a infraestrutura necessária para sua disponibilização na internet através de uma equipe técnica da Coordenação de Comunicação Institucional da Escola (CCI/ENSP). Nos primeiros anos do projeto, essa responsabilidade esteve a cargo de uma equipe técnica do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - Iicct/Fiocruz), principal unidade da Fiocruz responsável pela sistematização e disponibilização de sistemas de informação. O desenvolvimento da página *web* e dos mecanismos de busca estão atualmente a cargo da Cooperativa ETA - Educação, Informação e Tecnologias para Autogestão e são disponibilizados pelo servidor da ENSP/Fiocruz.

Isso não significa necessariamente que o Mapa de Conflitos tenha se tornado uma iniciativa apenas acadêmica. Pelo contrário, seus princípios nunca foram modificados e até hoje o diálogo e a colaboração com os movimentos sociais envolvidos com os conflitos ambientais são fundamentais para sua realização, marcando o diálogo interdisciplinar e intercultural que caracteriza o Neepe/Fiocruz. O que se modificou ao longo dos anos foram, principalmente, as estratégias de colaboração, o refinamento epistemológico e a institucionalidade do projeto de pesquisa. Ao longo dos anos, ampliamos nossas articulações com diversos outros movimentos sociais e organizações de apoio. Isso ocorre tanto diretamente através do Fale Conosco existente na página do Mapa de Conflitos, cada vez mais a principal ferramenta de aproximação e estreitamento de relações com os usuários da plataforma; como indiretamente através das relações estabelecidas pelos pesquisadores que passaram pelo projeto e eventualmente indicam casos e mantêm relações com a plataforma, embora não estejam mais atuando nela. Ainda há uma relação muito próxima entre a equipe do Mapa e aquela que produz o blog Combate Racismo Ambiental, já que Tania Pacheco permanece tanto na coordenação executiva do Mapa quanto como editora do referido blog, o que nos permite estar permanentemente atentos e atualizados ao que acontece no campo dos conflitos ambientais.

Mais recentemente, após a criação do Neepe em 2018, o Mapa de Conflitos também passou a ser elemento importante de outras iniciativas de pesquisa do Núcleo, seja indiretamente fornecendo informações para esses projetos, seja através da participação de alguns pesquisadores formados através da experiência do projeto, como no caso de Diogo Rocha, que atualmente, além de coordenador executivo do Mapa, participa de vários projetos do Neepe, levando a experiência adquirida no projeto a

essas iniciativas, que por sua vez retroalimentam o Mapa a partir do diálogo direto com povos e comunidades tradicionais em seus próprios territórios.

Mas há também articulações mais diretas, como aquela que ocorreu em cooperação com o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – Fonsanpotma e que pretende aumentar a visibilidade de alguns conflitos ambientais estratégicos para os chamados Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAs) e a sensibilidade e capacidade da plataforma de lidar conceitual, epistemológica e empiricamente com casos envolvendo estas populações, ao mesmo tempo tão importantes e tão desconhecidas pela sociedade brasileira. No âmbito dessa cooperação, membros da equipe do Mapa de Conflitos participaram, junto com outros/as pesquisadores/as do Neepes, da concepção, construção e execução de dois ciclos de oficinas (o primeiro mais focado na dimensão conceitual e epistêmica e o segundo na aproximação com autoridades tradicionais oriundas dos territórios selecionados) para coleta de informações e sistematização e que resultaram na inclusão de novas fichas e na elaboração de estratégias específicas para capacitar a equipe do Mapa de Conflitos a dialogar com casos semelhantes, com um olhar mais aguçado para as demandas desses povos e comunidades. Conceitos como discriminação, justiça cognitiva, soberania alimentar, segurança nutricional, agroecologia e racismo ambiental têm orientado os diálogos estabelecidos no âmbito desta cooperação.

Trata-se, portanto, de um movimento epistêmico e político que aumenta o diálogo do Mapa com povos e comunidades diretamente atingidos em seus territórios, ao mesmo tempo que enfrenta uma dimensão inevitável de qualquer projeto de mapeamento, principalmente se possui uma abrangência nacional, que é a da escala e das interseções que por vezes passam despercebidas. Como é de se esperar, inúmeros territórios onde ocorrem conflitos ambientais são espaço da territorialidade simultânea de diversos povos e populações atingidas. Porém, nem todos geram resistências que caracterizam os conflitos, ou se geram, muitas vezes suas expressões não são captadas da mesma forma pelos canais ou fontes de informação que alimentam o Mapa. Por isso, comunidades indígenas, quilombolas, povos de terreiro, camponeses, periferias urbanas e inúmeros grupos sociais específicos podem se manter invisibilizados nas descrições feitas num dado caso publicizado no Mapa, embora as lutas de outros povos e comunidades na mesma situação estejam presentes no relato.

Infelizmente, alguns agentes no campo socioambiental, por diversos motivos, acabam tendo mais sucesso em romper sua histórica situação de invisibilidade social do que outros. O que nos demanda um processo permanente de refinamento de nossas estratégias metodológicas para conseguir relatar as situações que envolvem esses grupos que poderiam ser caracterizados como “os excluídos entre os excluídos”. A cooperação com o Fonsanpotma foi uma das iniciativas nesse sentido, que visava contribuir para a luta contra o racismo a partir de metodologias mais sensíveis que considerem os conhecimentos específicos dos povos tradicionais de matriz africana e suas lutas.

Também temos construído articulações que nos permitam dialogar com mais proximidade com outros agentes do campo das lutas socioambientais no Brasil. Um exemplo dessas articulações foi um

convênio estabelecido entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fiocruz para compartilhamento de informações entre a equipe do Mapa de Conflitos e a do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Embora tal iniciativa tenha sido atravessada por uma série de questões técnicas e políticas e tenha até o momento resultado apenas na participação dos coordenadores do Mapa na edição de 2015 do Caderno de Conflitos no Campo (Porto, Rocha e Pacheco, 2015), ela aponta para um mútuo entendimento de que as iniciativas de sistematização de informações das várias instituições no campo socioambiental precisam estreitar sua capacidade de se comunicar entre si.

Uma iniciativa semelhante ocorreu ao longo de 2019 e 2020 junto com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na qual a equipe do Mapa de Conflitos participou ativamente, junto com diversas outras instituições do campo agroecológico, de um projeto de reformulação da plataforma Agroecologia em Rede (AeR). Essa articulação ocorre de forma intermitente desde anos antes, quando se tentou construir, com o apoio da Cooperativa EITA, uma plataforma comum de apresentação de mapeamentos, denominada então de Intermapas (a qual incluía também o Farejador da Economia Solidária e o Mapa dos Projetos Financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O Intermapas teve ‘vida’ relativamente curta devido à falta de financiamento de muitas das plataformas que o compunham, mas manteve-se a ideia de que era importante que tais iniciativas dialogassem. Aliás, o próprio Mapa de Conflitos esteve em várias ocasiões ao longo desses 15 anos sujeito a períodos em que problemas financeiros levaram à interrupção de sua atualização e inclusão de novos casos. O Mapa de Conflitos contribuiu, pois, com a concepção e formulação do questionário que atualmente subsidia o Agroecologia em Rede (AeR) na sua coleta de informações, sublinhando a importância de mapear também as ameaças que existem às experiências de transição agroecológica. Espera-se que no futuro se desenvolvam estratégias tecnológicas de maior integração entre ambas as plataformas, com o AeR inclusive fornecendo indicações de casos que eles tenham identificado e estejam ausentes em nossa plataforma.

É importante citar que durante a gestão de Ela Wiecko à frente da Vice-Procuradora-Geral da República e de Deborah Duprat à frente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Mapa de Conflitos também foi integrado ao sistema do Ministério Público Federal e forneceu informações a diversos procuradores da República interessados em atuar em defesa dos direitos coletivos de povos originários e comunidades tradicionais, especialmente a partir da 6ª CCR. Com essa integração tecnológica, as informações coligidas pelo projeto estavam disponíveis na *intranet* do MPF e permitiam rápido acesso aos casos por nós relatados pelos procuradores da República. Infelizmente, devido a mudanças internas na instituição durante os governos Temer e Bolsonaro e em sua orientação política, esse tipo de cooperação foi descontinuado, embora se mantenha no nível pessoal entre alguns procuradores e a coordenação executiva do Mapa.

Por fim, cabe destacar que o Mapa de Conflitos também esteve presente na primeira etapa de mapeamento de casos do EJOLT Atlas, para o qual nossa equipe sintetizou, traduziu para o inglês e

forneceu elementos para a primeira leva de cerca de trinta casos que compuseram os conflitos brasileiros no lançamento daquela plataforma. Essa iniciativa resultou da participação de um dos autores na coordenação do Grupo de Trabalho Saúde Ambiental no projeto EJOLT, coordenado pela Universidade Autônoma de Barcelona entre 2011 e 2015, e que reuniu inúmeros grupos acadêmicos e ONGs que atuavam em mobilizações por justiça ambiental. Durante muitos anos, o Brasil foi o terceiro país com mais casos no mapeamento internacional graças à participação do Mapa de Conflitos, auxiliando na divulgação de muitos dos mais candentes conflitos ambientais enfrentados pela população de nosso País.

Essas foram algumas das iniciativas de colaboração que estabelecemos ao longo dos anos. Nem todas se perenizaram tanto quanto o Mapa de Conflitos, mas todas certamente contribuíram para aprofundar os diálogos com os agentes sociais envolvidos e para o permanente aprimoramento de nossa plataforma. Outros diálogos poderiam ser citados, mas muitos desses não passaram de uma fase inicial de discussões e geraram produtos limitados ou foram apenas colaborações pontuais, como aquela que resultou na elaboração de alguns cadernos interculturais que subsidiaram as discussões do Projeto Vidas Paralelas – Populações do Campo, uma iniciativa coordenada pelo Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (DSC/UnB), mas que permitiu que os movimentos sociais articulados com a iniciativa, em sua maioria formado por camponeses e quilombolas, conhecessem o projeto e refletissem sobre a dimensão extraterritorial e regional dos conflitos que então viviam.

É assim que ao longo dos anos o Mapa de Conflitos tem expandido e modificado suas estratégias de colaboração de forma a cada momento estabelecer as pontes necessárias com os vários movimentos sociais e instituições que atuam no campo das lutas socioambientais e por saúde dos povos e comunidades tradicionais ou urbanas no Brasil. Nossa missão continua a de buscarmos permanentemente realizar as articulações que nos permitam acompanhar as transformações neste campo de lutas, e dessa forma, sermos relevantes para aqueles/as que são a razão de existir do nosso projeto, isto é, todos/as aqueles/as que em alguma fase de suas vidas se ergueram para lutar contra o racismo e as injustiças nas suas diversas formas: sociais, ambientais, sanitárias ou cognitivas. Elas permeiam as relações sociais, a vivência nos territórios e as situações coletivas de saúde no país e fazem com que uma parcela significativa dos povos e comunidades que aqui vivem esteja sob permanente ameaça às suas vidas e à integridade ecológica e cultural que sustentam seus modos de vida.

OS LIMITES EPISTÊMICOS, POLÍTICOS E ESTRUTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA SUPERÁ-LOS

Ao construirmos o mapeamento de conflitos ambientais, com base numa perspectiva dialógica na relação entre o campo científico e o das lutas socioambientais e por saúde no Brasil, nos colocamos simultaneamente diante de desafios epistêmicos, metodológicos, técnicos e políticos, e temos permanentemente buscado construir estratégias para enfrentá-los.

A primeira dimensão, a epistêmica, diz respeito a uma falsa dicotomia, que embora tenha sido ativamente questionada por diversos agentes sociais tanto do campo científico quanto dos movimentos sociais, ainda encontra grande ressonância social, especialmente acadêmica no Brasil. Ela diz respeito à suposta superioridade epistêmica do conhecimento científico face aos saberes e conhecimentos que mobilizam, e por vezes emergem, do campo das lutas sociais. Ora, a própria noção hegemônica de racionalidade científica está assente numa suposta distinção entre aquilo que é conhecimento construído a partir das lógicas e métodos do campo da Ciência e o que é considerado, pelos principais pensadores do cânone científico, como mera corruptela de conhecimento oriunda da experiência cotidiana ou ainda, como superstições e folclore; ou seja, de uma experiência popular imersa naquilo que é depreciativamente caracterizado como religiosidade e misticismo.

Pior ainda é o estatuto de não-existência a que reduzem o conhecimento tradicional de povos e sociedades que sequer são considerados como parte do pensamento legítimo por estarem conectados a outras tradições de pensamento que não são reconhecidas pelo Ocidente. Impera uma abissalidade tão profunda que no máximo são objeto da curiosidade etnográfica, mas nenhuma política pública que emergja a partir do pensar, sentir e agir desses povos e comunidades é considerada socialmente legítima por muitos setores acadêmicos e formuladores de políticas públicas. Tributária de um positivismo filosófico e de injustiças cognitivas profundamente enraizadas nas sociedades ocidentais, essa perspectiva constrói como não existentes quaisquer conhecimentos que não possam ser referenciados pela modernidade ocidental ou pelas formas de conhecer o mundo que este reconhece como seus Outros (em geral, a religião e a filosofia ocidentais e, em alguns raros casos, suas contrapartes em certas partes do Oriente, como o mundo muçulmano, indiano ou sino-japonês). Para todas as demais tradições de pensamento que emergem na experiência humana, impera o silêncio e a incomunicabilidade, exceto como objeto de pesquisas históricas ou antropológicas muito periféricas no sistema universitário e no campo das políticas sociais. No máximo, fazem parte da história do pensamento humano como cultura, religiosidade ou senso comum, este último encarado como um primeiro estágio bruto do conhecimento que, nessa concepção, somente amadurecerá pela via do refinamento científico.

As experiências sociais, ontológicas e epistêmicas de grande parte das sociedades humanas, especialmente nas Américas, na África subsaariana, em certas regiões da Ásia e na Oceania, são assim consideradas apenas expressões locais de uma suposta experiência humana que não acidentalmente está identificada com a história e o pensamento indo-europeu, que no máximo inclui algumas porções das sociedades pós-coloniais que foram construídas por colonizadores europeus e seus aliados locais no restante do mundo tendo-o como referência. Só é incorporado como contemporâneo a esse pensar ocidental, que é hegemônico no campo da Ciência, aquilo que pode ser traduzível nessa forma de pensar e experienciar o mundo, que é considerada arbitrariamente como atemporal, ahistórica, universal e racional, reduzindo todas as demais a uma experiência local, assombrada por preconceitos, sem instituições duráveis e histórias sistematizadas, um apanhado amorfo de outras concepções que na melhor

das hipóteses são reconhecidos como expressões contemporâneas de etapas já superadas da humanidade conforme entendida pela experiência indo-europeia. Embora superado no campo das ciências sociais, o evolucionismo ainda encontra expressão em diversos outros campos científicos e das sociedades, muitas vezes corrompido em darwinismo social e ideologias fascistas de superioridade racial e cultural.

Se exclui, assim, do espaço público ou se marginaliza enquanto residual, a partir de um evolucionismo colonialista persistente, grande parte do pensamento e da experiência existente no mundo, processo que autores como Boaventura de Souza Santos (2010) vão denominar de desperdício de experiência associado a uma razão indolente que constrói linhas abissais globais e exclusões radicais, muitas vezes sob um enfoque racializado, já que a diversidade sociocultural do mundo começa a ser discriminada também em termos que podem ser traduzidos em corpos não-brancos.

É nesse sentido, que Quijano (2000) destaca como o chamado Novo Mundo, a partir de 1492, foi o laboratório desse processo, mas que rapidamente também ocorreu em grande parte do mundo não-ocidental. Negro, asiático, aborígene ou indígena se tornaram índices que apagavam a historicidade dos vários povos que viviam e pensavam de formas diversas nesses continentes e em pouco tempo também se tornaram sinônimos de inferiores e uma conveniente justificativa para o colonialismo que até meados do século XX dominou as relações da Europa com o restante do mundo e, sob outras roupagens, ainda permeia muitas das políticas estabelecidas a partir de uma perspectiva eurocentrada. Hoje o Norte Global também inclui algumas porções do Norte das Américas, da Oceania e da Ásia, caracterizados geopoliticamente como países centrais ou desenvolvidos, tanto por exercerem um papel central no núcleo hegemônico do sistema-mundo capitalista, como por incorporarem de forma ampla o espaço metropolitano típico das sociedades modernas eurocêntricas.

E por que essa discussão é importante para nosso mapeamento? Ora, como já discutimos anteriormente, a maior parte dos casos de conflitos ambientais relatados afetam justamente os grupos sociais mais discriminados do país que compõem as exclusões radicais típicas do Sul Global. Embora sejam uma pequena parcela da população nacional, os territórios de povos indígenas, quilombolas, das comunidades tradicionais e povos de matriz africana, camponeses e agricultura familiar com práticas não subordinadas ao agronegócio, as favelas e as periferia urbanas são desproporcionalmente envolvidos nesses conflitos e uma parcela significativa da população racialmente entendida como não-branca no Brasil está sujeita a ter sua vida ameaçada por grandes empreendimentos e políticas públicas em algum momento de suas vidas.

Isso não é mero acaso social ou apenas consequência do racismo estrutural (Almeida, 2018) que historicamente constituiu a sociedade brasileira, é também um índice do desprezo que o Estado e a sociedade brasileira, assim como grande parte das suas congêneres ocidentais, reservam a qualquer reivindicação de economia, sociedade, política, relações comunitárias e com a natureza que não estejam baseadas nas concepções hegemônicas do Ocidente impostas ao restante do mundo, inclusive aqui.

Assim, ainda que diversos grupos sociais presentes nesses territórios tradicionais ou periféricos (e tais conceitos também são tributários de uma perspectiva eurocentrada que em contraste concebem certos territórios como “modernos” e “centrais”) vivenciem suas existências a partir de outras ontologias e epistemes ou até tradições jurídicas, seus direitos só são reconhecidos como tais quando conseguem ser traduzidos no arcabouço jurídico e político construídos historicamente a partir de uma colonialidade que justamente os exclui. O paradoxo dos movimentos atuais de resistência é que, quanto mais povos e comunidades não-ocidentais ou economicamente vulnerabilizadas buscam assegurar suas próprias formas de viver e de se relacionar com a natureza; mais, eles precisam incluir em sua gramática de luta as concepções dominantes. Assim, hoje muitas dessas lutas se veem premidas a se apresentar como lutas por direitos humanos, ecológicas, ambientais ou por direitos sociais, quando fundamentalmente são lutas pelo direito de existir sob outras lógicas, culturas, economias e espiritualidades características da noção de pluriverso proposta por De La Cadena e Blaser (2018).

Uma consequência desse paradoxo é que embora nosso mapeamento busque se construir em diálogo com essas outras epistemes e modos de vida, só conseguimos acessar aquilo que passa pelo filtro da luta política, fazendo com que na maioria dos casos relatemos principalmente aquilo que essas comunidades e povos conseguiram traduzir enquanto demandas aceitáveis dentro do arcabouço sociojurídico dominante. Assim, por exemplo, a luta territorial dos povos indígenas, que inclui não apenas a terra onde vivem, nem somente os ecossistemas com os quais se relacionam, mas também as outras relações que estabelecem com o mundo, muitas vezes mediadas por relações com seres considerados sobrenaturais ou não-vivos pelo campo científico (mas que têm uma existência muito concreta e dialógica para muitos desses povos) acaba reduzida à luta pela demarcação de terras indígenas, uma categoria jurídica que embora tenha sido alargada após 1988, ainda deixa de fora uma parte considerável não apenas da sua territorialidade, mas sobretudo de sua experiência no mundo.

Mas mesmo essa parcela reduzida do estar no mundo indígena está permanentemente ameaçada por processos econômicos, legislativos e decisões jurídicas que ocorrem fora de seus territórios. Por esse motivo, embora limitado epistemicamente, já que a aproximação com essas outras dimensões da experiência indígena demandaria metodologias mais dialógicas e com maior capacidade de criar relações de confiança e proximidade com esses povos, o simples relatar das lutas dentro desse campo restrito de ação (a partir dos parâmetros, procedimentos e concepções estabelecidos pelo Estado colonial) acabam adquirindo uma importância estratégica e política significativa. Pois, sequer os direitos fundamentais inscritos nas legislações internacionais e nacionais relacionadas aos povos indígenas e outros povos análogos têm sido respeitados.

Assim, durante a construção do Mapa de Conflitos, percebemos o quão distante a grande parte de nosso país se encontra de um real diálogo intercultural com os demais povos que compartilham o território dito brasileiro. Se em alguns países da América Latina, como Equador e Bolívia, já ocorreram reformas constitucionais que dialogaram profundamente como as concepções ameríndias de bem viver

e de direitos da natureza (Walsh, 2008); ou em certas regiões da Oceania a mobilização dos chamados “nativos” permitiu que o Estado reconhecesse que entidades consideradas “não vivas” pelo pensamento ocidental, como os rios, também são sujeitos de direito (Tozzi, 2019), por aqui não conseguimos sequer fazer valer os preceitos mais básicos, e ainda limitados sob esse ponto de vista, da Constituição Federal de 1988. Vivemos numa situação política na qual até mesmo a humanidade desses povos tem sido fragilmente reconhecida socialmente, muitas vezes relegando-os, em alguns discursos, a uma suposta sub-humanidade; quanto mais reconhecimento o caráter multicultural e plurinacional da sociedade e do Estado no Brasil.

Em resumo, injustiças cognitivas, ambientais, territoriais, sociais e no acesso ao SUS acabam se entrelaçando a todo momento nos relatos que construímos e nos permitem perceber o quanto é fundamental que incorporem nesses textos outras dimensões das disputas que estão para além da promoção do acesso às políticas públicas, aos direitos sociais ou humanos ou, ainda, ao reconhecimento jurídico de territorialidades de povos e comunidades tradicionais. Junto com as urgências, que são muitas e que demandam ações políticas cotidianas para fazer valer os rarefeitos avanços no reconhecimento desses povos e comunidades dentro do nosso arcabouço jurídico; também estamos diante do desafio de considerar e incluir nos relatos, ainda que de forma limitada, essas concepções outras, face à sociedade nacional, que emergem dos territórios.

Do ponto de vista de um projeto que ocorre dentro de uma instituição de Estado ligada à saúde coletiva, isso impõe uma dupla capacidade de legitimação. Em primeiro lugar, é preciso fazer reconhecer que a promoção da saúde nesses territórios não pode estar limitada à ampliação do acesso ao SUS e às conquistas tecnológicas da biomedicina, mas que ela também inclui o reconhecimento do caráter fundamentalmente protetivo de uma série de outras dimensões da vida que historicamente têm sido desprezadas pelo campo da saúde como atribuição de outros setores do Estado ou que estariam para além das políticas públicas. São elas: a garantia do acesso e da qualidade ambiental dos territórios; o reconhecimento das práticas tradicionais de autocuidado e de prevenção a partir da relação com a alimentação e com as dimensões não materiais da vida, que costumamos reduzir às categorias de espiritualidade e religiosidade, mas que para muitos povos e comunidades não estão dissociadas de uma experiência holística da vida. Acima de tudo, é fundamental reconhecermos que a saúde está também imbricada com o agir político, como, por exemplo, reivindica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em sua definição de saúde: “Ter saúde é ter a possibilidade de lutar contra o que nos agride e nos ameaça, inclusive a doença. Ou seja, a intervenção em saúde deve fortalecer a capacidade de lutar” (Lima, 2018). Incorporamos tais perspectivas em nosso conceito fundamental de promoção emancipatória da saúde.

Se a Reforma Sanitária Brasileira foi um momento da história política do país em que se consolidou a perspectiva de que democracia é saúde, o momento atual nos impõe o desafio de considerar que a democracia não pode estar limitada às concepções hegemônicas de Estado e sociedade assumidas

pela modernidade eurocêntrica, mas qualquer processo de democratização em sociedades multifacetadas como a nossa deve considerar que existem outras formas de se conceber o processo decisório e a distribuição do poder que não passam necessariamente pelas instituições públicas, mas que com elas devem dialogar. Nesse sentido, democracia é saúde, mas progresso e desenvolvimento econômico sem respeito à natureza e à dignidade de inúmeros povos e comunidades que dela vivem e comungam podem ser contrários à democracia e à saúde dos povos e do planeta.

Um exemplo importante dessa dimensão política das lutas que envolvem povos e comunidades historicamente discriminados é que embora muitas deles/as estructurem seu agir político em torno de noções diversas como as relações com os antepassados, o respeito ao saber acumulado pelos mais velhos, a integral participação comunitária nos processos de decisão, o caráter pedagógico da ação política (que inclui a participação de crianças e jovens e até a influência de seres não-humanos ou extra-humanos nas decisões coletivas), nosso sistema de participação e nosso arcabouço jurídico ainda pressiona-os para uma crescente hierarquização dos processos de decisão e do estabelecimento de entidades jurídicas baseadas na ideia de democracia representativa ocidental. É por isso que, em muitos contextos, organizações políticas tradicionais como as autoridades espirituais e as grandes assembleias que operam com base em uma temporalidade mais fluída se entrecrocavam com figuras de representações como associações e conselheiros que, ao operarem a partir de uma lógica imposta externamente, atravessam muitos desses processos locais e geram cizânias e disputas internas.

Lidar com esses atravessamentos de uma colonialidade política que se impõe aos processos locais tem sido um desafio para nosso projeto, uma vez que nossa metodologia de trabalho, a partir de documentos e informações predominantemente secundárias, nos permitem acessar apenas fragmentos desses processos internos e muitas vezes a partir de mediações e filtragens realizadas por outros agentes do campo socioambiental (mídia, partidos políticos, movimentos sociais, instituições estatais etc.). Avanços teórico-metodológicos realizados nos últimos anos com a criação do Neepes têm propiciado trazer estratégias mais precisas para lidar com as contradições e paradoxos que mencionamos. Por exemplo, a relevância dos diálogos e traduções interculturais, assim como as metodologias sensíveis *co-labor-ativas* e não extrativistas. Estas incluem diferentes possibilidades de integrar o coração e o afeto, a ética e a política, a descolonização do conhecimento, o que Guerrero Arias (2010) denomina de *coraçonar*.

Portanto, temos aprimorado nossa capacidade de mapear e entender os efeitos desse processo, que muitas vezes se traduzem em fragmentações da luta política, divergências quanto a reivindicações identitárias, acusações de não-legitimidade de certas organizações que reivindicam falar em nome dos grupos sociais, multiplicação de lideranças que se contradizem no espaço público, e o mais importante, manipulação dessas divergências por outros grupos, interessados na fragilização da organização comunitária. São nesses contextos que emergem acusações de falsidade ideológica (especialmente no caso dos direitos indígenas e quilombolas); grupos comunitários ou sindicatos pró e contra determinados empreendimentos, ocasionalmente em confronto; fortalecimento de preconceitos sociais contra os

grupos em resistência; e até mesmo a tomada de decisões executivas ou jurídicas em frontal desacordo com o que está previsto pela legislação vigente, sob a justificativa de ilegitimidade das organizações ou grupos envolvidos (os casos de afirmações públicas de “não-existência” de indígenas e quilombolas em determinados territórios se multiplicam pelo país, por exemplo).

Isso se reflete no nosso trabalho no momento da elaboração dos casos, pois exige que os pesquisadores/as estejam atentos para lidar com as disputas de narrativas que emergem nos contextos e buscar distinguir aquilo que é “informação” a ser citada, daquilo que são “estratégias de manipulação com fins políticos”. Nem sempre esses limites são facilmente estabelecidos, e muitas vezes são extremamente difíceis de serem reconhecidos sem um profundo trabalho, mais que de análise documental e de discursos, simultaneamente empírico e dialógico que permita avançar na compreensão das lutas e seus contextos. Isto demanda uma permanente necessidade de verificação dos documentos acessados e de aproximação com os agentes presentes nos territórios para que possamos entender o que está em jogo em cada caso. Como nem sempre isso é possível imediatamente, somente a longo prazo conseguimos estabelecer uma maior fidedignidade e a confiabilidade dos relatos que veiculamos na plataforma, o que exige um trabalho permanente de revisão e atualização.

Essa necessidade nos impõe um desafio de grande monta, dada a limitação de nossos recursos e a crescente necessidade de atualizações e de incorporação de novos casos. Se em 2010, havia na plataforma perto de 300 casos, hoje já são mais de 600. Por isso, uma importante dimensão de nosso trabalho implica no acompanhamento das notícias e documentos que circulam sobre os casos a fim de estabelecer prioridades de atualização. Este processo ocorre paralelamente à incorporação de novos conflitos que emergem diariamente, especialmente em contextos de franca fragilização das políticas públicas e da infraestrutura de fiscalização ambiental e territorial no país derivadas das opções políticas do grupo no poder.

E isso também se traduz em desafio comunicacional, pois, devemos ser capazes não apenas de acessar as informações necessárias, mas também de construir relatos que sejam acessíveis a uma diversidade muito grande de usuários, como diferentes formações educacionais, culturais, políticas e objetivos, mas sobretudo, para permitir que nosso público-prioritário - aquelas pessoas envolvidas nos conflitos - também conheça o que está sendo produzido a esse respeito. Isso nos coloca diante da permanente necessidade de não apenas estar elaborando as fichas para o Mapa, mas também de construir estratégias de difusão do nosso trabalho, seja a partir das redes sociais, da participação em eventos promovidos em instituições universitárias, estatais ou ligadas aos movimentos sociais, bem como através das atividades de pesquisa e ensino realizadas atualmente pelo Neepees. O Mapa de Conflitos está de alguma forma sempre presente nas participações que sua equipe realiza nos diversos espaços pelos quais transita, já que temos múltiplas inserções no campo acadêmico e no das lutas sociais.

Um último desafio a ser aqui mencionado é estrutural. Manter uma plataforma desse tipo e uma equipe permanente de pesquisa, revisão, coordenação e tecnológica custa relativamente caro e

crescentemente os fundos associados à pesquisa e extensão no Brasil têm passado por restrições orçamentárias. Dessa forma, estamos diante do permanente desafio de assegurar a perenidade e a institucionalidade do mapeamento. Até 2016, isso se dava a partir de editais do Ministério da Saúde, especialmente a partir da antiga Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), como já foi dito. Hoje, cada vez mais o projeto depende de recursos orçamentários da própria Fiocruz para ser mantido, onde disputa internamente com dezenas de outros projetos em editais de financiamento a partir de convênios que a Fundação estabelece. O que demanda da equipe de coordenação uma permanente ampliação de sua capacidade de diálogo com os diversos setores da gestão pública, tanto a nível institucional quanto de outras possíveis fontes orçamentárias. Em resumo, para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto, é preciso assegurar permanentemente uma comunicação que faça com que se reconheça sua relevância social e para o campo da saúde, o que temos conseguido realizar, não sem dificuldades, até o presente momento.

Um possível futuro sucesso dessa empreitada, contudo, nos colocará um novo desafio: caso o projeto do Mapa seja institucionalizado a partir da definição de um setor dentro da Fiocruz onde o Neepees possa futuramente abrir concursos que garantam uma equipe mínima com maior estabilidade, novos compromissos acadêmicos, institucionais e burocráticos surgirão. Como garantir a continuidade do Mapa mantendo os caros princípios aqui explicitados?

Esta questão é importante, pois historicamente na academia brasileira, e em boa parte do mundo, a institucionalização traz sempre uma crescente pressão por conformação às práticas metodológicas dominantes. Isso é especialmente verdade em um contexto, como o atual, no qual as instituições de pesquisa precisam lidar com a diminuição das fontes de financiamento e dos recursos que elas distribuem através de editais e políticas de fomento. Por isso, a busca por um equilíbrio entre a consolidação financeira e a liberdade metodológica e epistêmica é um desafio a ser enfrentado tanto especificamente pelo projeto do Mapa de Conflitos quanto pelo Neepees como um todo nos próximos anos. Conseguimos resistir por mais de uma década à pressão da burocratização, e este certamente será um dos elementos de nossas lutas futuras para assegurar a perenização de nossas perspectivas políticas e estratégias metodológicas e dos diálogos com os movimentos sociais que estabelecemos.

O QUE ALCANÇAMOS

Fazer um balanço do que alcançamos nos últimos 15 anos é certamente um desafio, mas tentaremos realizá-lo nesta subseção. Uma das dimensões mais importantes dessa experiência de mapeamento é certamente seu caráter pedagógico. E esse caráter deve ser entendido em seu duplo sentido dentro de uma perspectiva freiriana de educação. Ao mesmo tempo em que compartilhamos a experiência acumulada dos grupos sociais em luta, aprofundamos nosso próprio conhecimento a respeito dos vários mecanismos de exclusão tanto social como radical hoje em funcionamento no Brasil, de como eles têm

se transformado ao longo dessa década e meia de projeto, e sobre como os povos e comunidades mais socioambientalmente vulnerabilizados do país têm se adaptado a essas transformações.

Esse aprendizado tem se dado tanto no reconhecimento de diversos fenômenos que originalmente estavam fora de nossa perspectiva analítica - e os diálogos estabelecidos com os povos tradicionais de matriz africana, moradores das periferias urbanas e povos indígenas são apenas os casos mais recentes desse processo - como na necessidade de considerarmos outras dimensões das lutas sociais, que sempre estiveram presentes nos conflitos ambientais, mas que só ao longo do tempo fomos nos tornando mais sensíveis para melhor identificar e analisar.

Por outro lado, a equipe do Mapa de Conflitos, mais recentemente e a partir da consolidação do Neepes e das parcerias que o núcleo tem construído, tem atuado no sentido de fazer circular e disputar as narrativas a respeito do que está acontecendo nos territórios analisados e construir outras perspectivas sobre os direitos sociais de povos e comunidades e suas relações com o campo da saúde coletiva. Mais recentemente isto tem sido feito a partir de diversos diálogos interdisciplinares que incluem a economia política, as ciências sociais, a geografia humana, a saúde coletiva, a ecologia política, a agroecologia e as perspectivas pós e decoloniais.

Um componente estratégico do diálogo intercultural, como mencionamos, é o desenvolvimento e aplicação de metodologias sensíveis colaborativas, as quais incluem o uso de linguagens imagéticas, audiovisuais e poético-musicais amplamente usadas pelos povos e comunidades tradicionais, camponesas e movimentos sociais como um todo. Nesse sentido, o Neepes cada vez mais tem incorporado a produção de relatos fílmicos, gráficos (incluindo pinturas), e linguagens como a poesia e a música, incluindo o repente, o *rap*, a *slam poetry*, danças ritualísticas usadas por grupos étnicos, o preparo e consumo de alimentos produzidos por movimentos agroecológicos, dentre outros modos que trazem as linguagens da vida para junto da academia, já que esta tem se valido hegemonicamente das linguagens logocêntricas. Nos últimos anos vários documentários têm sido produzidos pelo ou com a participação do Neepes, presentes no canal do Youtube *Neepes em Movimento*. Crescentemente, o resultado dessa produção artística e imagética serão incorporados nas fichas do Mapa com o tempo.

Nesse crescendo de novos diálogos em subcampos emergentes do campo científico, nós também somos permanentemente premidos a agregar conhecimentos de áreas mais consolidadas, mas que têm sido incorporados nas lutas sociais, como o direito ambiental, a epidemiologia, as análises dos riscos dos sistemas sociotécnicos, a química ambiental, a ecologia, a história e a antropologia, por exemplo. Enfim, uma série de conhecimentos sistematizados que nos permitem aprofundar as várias dimensões dos conflitos ambientais.

Mas, acima de tudo, tem sido fundamental para o crescente reconhecimento social e científico do Mapa de Conflitos a nossa permanente disposição para estabelecer diálogos com aquilo que os povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais estão elaborando nas suas lutas sociais, muitas vezes através da aliança com importantes agentes do campo socioambiental, como os/as advogados/as

populares, as defensorias e ministérios públicos, os movimentos sociais de ação nacional ou internacional, os movimentos de base e setores sensíveis da academia, das instituições religiosas ou ocasionalmente de sindicatos e outros movimentos de trabalhadores/as.

Em resumo, buscamos aprender a partir dos diálogos com uma produção crescentemente interdisciplinar e intercultural para superar os desafios impostos por um contexto sociopolítico marcado por profundas discriminações, silenciamentos e invisibilizações, bem como pela manipulação de versões sobre os processos em favor dos interesses econômicos e políticos de certos grupos hegemônicos na sociedade brasileira e no mundo, como as elites industriais, rentistas e seus aliados no campo político.

Esse talvez seja o principal desdobramento epistêmico da nossa trajetória até agora, mas há também outra dimensão importante nesse processo, que é uma dimensão de interlocução muito potente que o Mapa pode adquirir, fazendo com que nos aproximemos de diversos agentes do campo socioambiental que estariam invisibilizados para nós se eles não se reconhecessem e não reconhecessem o Mapa de Conflitos como uma importante plataforma de difusão de informações de qualidade sobre suas situações ou aquelas com as quais têm envolvimento, ainda que indiretamente.

Para além dos convênios e cooperações institucionais que citamos nas subseções anteriores, nós também recebemos periodicamente contato de pessoas que vivem nos territórios onde os conflitos ocorrem, representantes de movimentos sociais, pesquisadores/as e até técnicos de instituições públicas ou privadas interessados em obter mais informações sobre as situações que relatamos, obter dados sobre o panorama dos conflitos ambientais no Brasil ou associados a determinadas populações ou processos produtivos, ou estabelecer algum tipo de diálogo a partir do convite para que apresentemos o Mapa de Conflitos em oficinas, seminários, congressos e, mais recentemente, em *lives* no YouTube e em outras ‘salas’, o que aceitamos na medida das nossas possibilidades.

Essas oportunidades que surgem a partir de indivíduos ou organizações nos permitem compartilhar aquilo que aprendemos ao longo desse processo, convidar pessoas a contribuir na plataforma. Inclusive algumas fichas ali veiculadas foram inclusive elaboradas por pessoas que não pertencem à equipe fixa de pesquisadores/as do Mapa, mas que se voluntariaram a fazê-lo sob nossa supervisão e a partir de nossa metodologia. Também surgem propostas de integração e troca de informações com outras plataformas que estão sendo construídas. Os casos já mencionados envolvendo o Intermapas e a intranet do MPF talvez sejam as cooperações que tenham avançado mais, mas ocasionalmente somos convidados a conversar com organizações interessadas em algum tipo de integração tecnológica com nossa plataforma. Algumas dessas conversas avançam e outras não, mas são sempre momentos importantes de reconhecimento e interconhecimento de grupos de pesquisa e/ou de ação política que estão atuando no campo socioambiental a partir de perspectivas semelhantes ou distintas da nossa, com as quais estabelecemos algum nível de intercâmbio e comunicação.

Outro importante canal de diálogo estabelecido pela equipe do Mapa de Conflitos é o compartilhamento de nossa experiência e metodologia com outras iniciativas de mapeamentos (que

podem ou não incorporar algo dela em suas próprias plataformas), o que certamente contribui para que considerem questões associadas àquilo que aprendemos ao longo de nossa trajetória. Vale, por exemplo, citarmos também a oportunidade que tivemos de apresentar nossa metodologia para a equipe que então estava desenvolvendo o Observatório dos Conflitos Rurais no estado de São Paulo da Universidade de Campinas – Unicamp; para a equipe do Observatório de Conflitos de Mineração e Metalurgia, uma iniciativa do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, entre outros.

Em resumo, cria-se, ainda que informalmente, uma rede de experiências de mapeamento que podem trocar informações, perspectivas e estratégias metodológicas entre si, o que as fortalece mutuamente e amplia sua capacidade de atingir seus objetivos políticos de se colocarem como parceiras de povos e comunidades em luta, além de produzir novos tipos de conhecimento que só são possíveis ao se ir além da dimensão territorial de cada caso e começar a considerar o que aqueles conflitos têm em comum, dentro da uma escala de trabalho estadual, nacional, internacional, continental ou global.

Por último, é importante salientar que o projeto do Mapa de Conflitos ainda está em desenvolvimento. Não é o tipo de pesquisa que se encerra em algum momento, mas ao longo dos anos ela tem se transformado de acordo com os contextos históricos, sociais e epistêmicos de cada momento. Ainda há muitos desafios a serem enfrentados, especialmente quando consideramos que as opções políticas e econômicas dos grupos no poder frequentemente tendem a intensificar os conflitos ambientais já existentes, fazem eclodir novos conflitos ou aumentar a violência nos territórios. Especialmente após vivermos uma crise sanitária inédita neste milênio devido à pandemia de Sars-Cov-2, o chamado “novo coronavírus”, que, ao mesmo tempo que desencadeou ou aprofundou as crises sociais e econômicas em curso, ceifou importantes vidas de lideranças em luta e fragilizou as mobilizações sociais quando algumas das mais importantes estratégias de enfrentamento da epidemia nos territórios impõem o estabelecimento de barreiras sanitárias informais (onde o Estado se nega a atuar), o isolamento social e a não-aglomeração de pessoas.

Estas medidas ao mesmo tempo expõem as pessoas a mais esse risco sanitário, e pressionam-nas a se mobilizar para assegurar a integridade de seus territórios da invasão de madeireiros, garimpeiros e outros. Também impõem a elas a necessidade de evitar algumas de suas estratégias mais efetivas de pressão social, como as manifestações massivas; fechamentos de vias de trânsito; ocupação de prédios públicos; ou os chamados “empates”, quando impedem a continuidade de atividades danosas ambiental e socialmente, entre outras. Estas estratégias têm na mobilização popular e no diálogo um elemento importante de exercício do poder popular e de reivindicação de maiores espaços de participação social no processo decisório. Certamente, um elemento das democracias modernas ao qual os grupos à frente do governo federal são abertamente contrários.

Em resumo, é nesse contexto de frequentes e profundas crises sociais, democráticas, ecológicas e sanitárias que nós somos instados a nos reinventar permanentemente a fim de alcançarmos nossos objetivos e contribuirmos para que os movimentos de resistência também alcancem os seus. O que nos

impõe o permanente questionamento (que nos acompanha desde o primeiro momento): o que e como faremos de agora em diante?

OS DESAFIOS A ENFRENTAR PARA CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, INCLUSIVA E SAUDÁVEL

Por fim, é importante salientar algumas de nossas perspectivas para o futuro. Um dos paradoxos que acompanham projetos como o nosso é que eles só atingem seus objetivos quando se tornam desnecessários, pois as situações que justificaram sua existência foram socialmente superadas. Infelizmente não há no horizonte perspectiva de que tal “utopia” ocorra no curto prazo, dadas as tendências atuais de intensificação deste tipo de conflito no Brasil e no mundo. Uma sociedade mais justa, fraterna, saudável e pós-colonial é ainda um horizonte de lutas para os movimentos sociais brasileiros e para seus aliados. E como todo horizonte, ele nos impulsiona a continuar a caminhar, em direção a objetivos que se transformam com os avanços e a persistir diante dos retrocessos.

Ao nos desafiar a relatar os casos de conflitos ambientais com o objetivo de contribuir para seu enfrentamento junto com os povos e comunidades que são discriminados, vulnerabilizados e eventualmente adoecidos e mortos, estamos nos colocando como agentes em um campo marcado por profundas injustiças e violências. Ocasionalmente também sofremos pressões sociais para retirarmos alguma ficha do ar. Sabe-se que uma das questões mais candentes no campo científico brasileiro neste momento é justamente as crescentes tentativas de criminalização dos projetos de pesquisa contra-hegemônicos, geralmente sob a roupagem de acusações de mal uso de dinheiro público, questões éticas, metodológicas ou até mesmo acusações de “acientificidade”.

Há inúmeros casos ligados aos campos das lutas socioambientais de pesquisadores/as que foram pressionados/as por grupos violentos ligados aos “empreendedores”, ao Estado ou aos grupos de pressão socialmente fascistas. Algumas pessoas tiveram suas vidas fragilizadas por esses processos, responderam processos civis e judiciais, foram presas injustamente, sofreram violências ou até acabaram tirando sua própria vida em decorrência das pressões, como aconteceu com Luiz Carlos Cancellier de Olivo, então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Abrasco, 2018) ou decidindo, como, por exemplo, a pesquisadora Larissa Bombardi (Santos, 2021), deixar o país após ser ameaçada devido às pesquisas que realizava com agrotóxicos. São casos extremos, mas que permeiam atualmente a vivência das/dos pesquisadoras/as que atuam nesse campo. Por isso, um dos primeiros desafios para o futuro é simplesmente resistir individual e institucionalmente à intensificação desses processos em um contexto cada vez socialmente mais adverso para o campo científico, especialmente para os grupos engajados em apoiar os grupos que atuam nas lutas socioambientais.

É por isso que, enquanto pesquisadores/as do Mapa/Neepes, temos nos aproximado de grupos acadêmicos que estão hoje na linha de frente da resistência a tais processos, como a Rede Irerê de Proteção à Ciência, surgida em 2020 a partir da articulação de integrantes de diversos grupos temáticos

da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) com o apoio de organizações como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ABRASTT), Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras, ASFOC-SN, ONG Terra De Direitos, Rede de Médicas e Médicos Populares, MST, Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos, Movimento Ciência Cidadã, entre outras (Dias, 2020).

Essa não é uma situação nova para pessoas que atuam no campo socioambiental. Assassinatos, invasões e violências diversas são algumas das principais consequências sobre a vida das pessoas que vivem nesses territórios. São inúmeros os casos de lideranças comunitárias e defensores dos direitos humanos assassinados/os nos últimos anos, informação que tem sido coligida pela CPT anualmente em seu Caderno de Violência no Campo, mas também denunciadas por diversos outros movimentos sociais.

O que diferencia o atual momento político de outros vividos no País desde o processo de redemocratização é justamente o crescimento do negacionismo científico acoplado ao fascismo social com representação política no Estado, hoje mais fortemente no Congresso Nacional, mas até 2022 no próprio Governo Federal, a partir da atuação de legisladores, gestores e agentes do judiciário e até do processo de militarização das instituições públicas, como se verificou no Ministério da Saúde e nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, por exemplo durante o Governo Bolsonaro; outrora importantes espaços de interlocução entre o SUS e a sociedade, bem como no Ibama e no ICMBio. A extinção de diversos conselhos e espaços de participação social, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), mudanças nas orientações políticas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e até a fusão do Ministério do Trabalho com a pasta da Fazenda (originando o atual Ministério da Economia) ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o da Agricultura foram outros exemplos desse período, bem como os frequentes cortes no orçamento do Ibama e de outros órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, assim como da saúde, da educação e da ciência, como o CNPq e a CAPES.

Todos esses processos fragilizaram tanto as medidas de proteção dos territórios tradicionais, da segurança do trabalho, da sustentabilidade das comunidades e da vida das pessoas que lutam para assegurar sua sobrevivência face a esses processos, quanto dos pesquisadores/as que atuam em parceria com eles. Portanto, para os próximos anos será fundamental refortalecer o que foi fragilizado ou desmontado e aprofundar as relações de confiança e parceria entre os diversos grupos ligados aos movimentos sociais, setores ainda resistentes do Estado e dos centros de pesquisa para fazer valer a defesa de direitos fundamentais inscritos na nossa Carta Magna, bem como das políticas públicas necessárias para concretizá-las.

É nesse contexto que os desafios de continuidade e perenização permanecem candentes para nosso mapeamento. Só podemos continuar a contribuir para a construção de sociedades mais justas e saudáveis se continuarmos a existir. Esse desafio também foi intensificado no campo de lutas socioambientais pela pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo em que importantes lideranças dos

territórios estavam morrendo ou socialmente isoladas (como medida sanitária ou pelas dificuldades de acesso a tecnologias de comunicação remota), contribuindo para a desarticulação das lutas; muitos projetos de pesquisa que dependem do profundo diálogo com as pessoas que vivem e lutam nesses territórios acabaram sendo inviabilizados, temporariamente suspensos ou tendo que se adaptar aos limites de uma metodologia construída com base em oficinas virtuais e outras atividades à distância, em grande parte insuficientes para alcançar os objetivos propostos e para o estabelecimento dos diálogos interculturais.

Embora busquemos permanentemente estar próximos do que ocorre em cada território a partir do diálogo com agentes que lá estão, esse processo tem sido cada vez mais atravessado por questões técnicas e políticas face a um contexto de permanente crise sanitária, econômica e social. De repente, lideranças com as quais conversávamos são assassinadas ou morrem por doenças infecciosas, ou ainda, os movimentos sociais ou grupos parceiros de pesquisa perdem seus principais agentes nos territórios e subitamente alguns canais de diálogo cessam de existir, demandando repensarmos estratégias para alcançar nossos objetivos.

Assim, o aprofundamento das ameaças aos territórios também implica em repensar nossas estratégias metodológicas, já que como afirmamos ao longo do texto, elas precisam se transformar *pari passu* com as transformações sociais, políticas e econômicas em curso em cada momento. Por isso, se quisermos continuar a realizar esse trabalho precisaremos incorporar cada vez mais o espírito daquele viajante que no século XIX, pela pena do poeta espanhol Antonio Machado, afirmava:

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H.; Herculano, S. E.; Pádua, J.A. (Orgs.). Justiça Ambiental e Cidadania. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. 315 p. ISBN 85-7316-353-4.
- Almeida, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203p.
- Associação Brasileira De Saúde Coletiva. Sem provas PF encerra inquérito que levou Reitor Cancellier ao suicídio. Notícias Abrasco, 23 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3gJM0cA>. Acesso em: 27 abr. 2021.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Mapa de conflitos ambientais e saúde é lançado na Ensp. Informe ENSP, 03 mai. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3np3Cfj>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde - Neepees. BA – Comunidade da Ilha da Maré luta para afirmar identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3v1CPmU>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde - Neepees. O Campo na Cidade: resistências, (re)existências e interculturalidades no cuidado e na alimentação (videodocumentário). You Tube, 23 dez. 2020. Canal Neepees em Movimento. Duração: 46:52. Disponível em: <https://youtu.be/pHQtl5SbXnA>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- De La Cadena, M. E.; Blaser, M. (Orgs.). A world of many worlds. Durham: Duke University Press, 2018.
- Dias, B.C. Lançada a Rede Irerê de proteção à Ciência. Notícias Abrasco, 20 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2QXJdBT>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Escobar, A. Worlds and knowledge otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, 179-210, 2007.
- Estados Unidos Da América. U.S. Government Accountability Office - GAO. Siting of hazardous waste landfills and their correlation with racial and economic status of surrounding communities. Washington: GAO, 1983. Disponível em: <http://goo.gl/0xvq>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- Foucault, M. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 238 p. (Campo Teórico). ISBN Tradução de: L'archéologie du Savoir (1969). ISBN 978-85-218-0344-7.
- Guerrero Arias, P. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes para construir sentidos otros de la existencia. Calle, 14 - Revista de Investigación En El Campo Del Arte, 4 (5): 80–95, 2010.
- Lazarus, R.J. Environmental Racism! That's What It Is. Georgetown Law Faculty Publications, 2000. Pp 255-274. Disponível em: <https://bit.ly/3gJtp0k>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Lima, W. Lutar por saúde é lutar pela vida. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eEyKx5>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Maldonado-Torres, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, 240-270, 2007.

- Martínez Alier, J. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. Apresentação de Wagner Costa Ribeiro. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2011. 379 p. (Meio Ambiente). ISBN 978-85-7244-358-6.
- Moore, J. et al. Anthropocene or Capitalocene? nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016. 240 p. ISBN 9781629631486.
- Pacheco, T.; Faustino, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: Porto, M.F. S; Pacheco, T.; Leroy, J.P (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Pp. 73-114. ISBN 978-85-7541-434-7.
- Pacheco, T; Porto, M.F.S.; Rocha, D.F. Metodologia e resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: Porto, M.F. S; Pacheco, T.; Leroy, J.P (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Pp. 35-72. ISBN 978-85-7541-434-7.
- Pacheco, T.; Ribeiro, T. Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil - levantamento inicial junho de 2007. Arquivo CPP Nacional. Olinda: CPP, 2007. 191 p. Disponível em: <https://bit.ly/3dXIpGm>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Porto, M.F.S; Finamore, R.; Rocha, D. Saúde como Dignidade: Riscos, saúde e mobilizações por justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz: ENSP: NEEPE: EJOLT, 2018. 194 p. ISBN 978-85-81100-59-3.
- Porto, M.F.S; Malerba, J; Souza, J; Sevá, J; Pereira, I; Quintana, A.C.; Rocha, D.F. Relatório do Banco Temático da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2002-2006). Rio de Janeiro: RBJA: ENSP: FASE-RJ, 2006. 42 p. Disponível em: <https://bit.ly/2PvvrWS>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Porto, M.F.S; Rocha, D.; Pacheco, T. Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada. In: Canuto, A; Luz, C.R.S.; Andrade, T.V.P. (Coords.). Conflitos no Campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.
- Quijano, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-Systems Research, vol. XI, n. 2, pp. 342-386, 2000.
- Santos, B.S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 511 p. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, 4). ISBN 978-85-249-1242-9.
- Santos, B.S. Introducción: Las epistemologías del sur. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Eds.). Epistemologias del Sur. Madrid: AKAL, 2014. pp. 11–22. (Perspectivas). ISBN 978-84-460-3955-6.
- Santos, M. Após intimidações por luta contra agrotóxicos, pesquisadora decide deixar o país. Combate Racismo Ambiental, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/32QHnWf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

- Shiva, V. A Violência da Revolução Verde: agricultura, ecologia e política do terceiro mundo. Tradução de Luís Humberto Teixeira. Lisboa: Mahatma, 2015. 265 p. ISBN 978-989-8522-61-0.
- Tozzi, R.H.B.B: Eu sou o rio, o rio sou eu: a atribuição de personalidade jurídica aos bens naturais ambientais. Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, 49 (131), pp. 255-277, 20019. doi: <http://dx.doi.org/10.18566/rfdcp.v49n131.a02>.
- Visvanathan, S. The search for cognitive justice. India Seminar, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3aJnJ2I>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Wallerstein, I. The Capitalist World-Economy: Essays. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 305 p.
- Walsh, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, n. 9, pp. 131–152, 2008. ISSN 1794-2489.

Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap4

Aiala Colares Couto 

INTRODUÇÃO

Nesta segunda década do século XXI, observa-se à uma crescente presença do crime organizado na Amazônia, sobretudo, relacionado ao tráfico nacional e internacional de drogas. Este fato traz reflexões importantes acerca das políticas de segurança e defesa do território, e traz também a necessidade de se pensar em políticas públicas para as cidades da região. O território brasileiro na América do Sul encontra-se em uma posição geográfica estratégica para o comércio de cocaína e *skunk* (super maconha) originárias dos países Andinos. Essa localização coloca o Brasil como uma área trânsito para a passagem da droga em direção a África e Europa, além de ser um mercado consumidor ponte.

O texto aqui escrito é parte dos resultados da pesquisa “Cartografias da Violência na Amazônia” realizada pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) conjuntamente com UEPA (Universidade do Estado do Pará). O objetivo é analisar a geografia das redes de facções criminosas na Amazônia. Assim, serão apresentados mapas que demonstram a lógica de organização espacial do narcotráfico na Amazônia, onde o crime organizado em redes expressa uma sinergia que organiza territórios.

A Amazônia enfrenta uma diversidade de conflitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que tem relação com as mais variadas formas de ocupação do espaço e de organização de atividades produtivas. O modelo de *economia de fronteiras* como apontado por Becker (1991) trouxe uma rápida reestruturação do território que contribuiu para as mais variadas problemáticas.

O crescimento do mercado de cocaína forçou o crime organizado do narcotráfico a ampliar sua escala de atuação para a manutenção do controle da produção, transporte e distribuição da droga. A análise empírica aqui deixa evidente a importância da Amazônia brasileira para as redes do narcotráfico internacional. Em 2016, por exemplo, o relatório do Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) destacou que a economia da droga se apresenta enquanto uma verdadeira indústria que, na última década do milênio, chegou a faturar US\$ 870 bilhões. Desse modo, a concentração no comércio do tráfico de drogas chegou a 1,5% de todas as riquezas produzidas que correspondem ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, e, portanto, movimentando 40% das outras atividades ilegais lucrativas do crime organizado, tais como tráfico de armas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro (UNODC, 2016).

O relatório da UNODC (2016) faz referências ao aumento do consumo de cocaína no Brasil, e este dado em parte, pode ter relação com a “privilegiada” localização geográfica do Brasil em relação a sua proximidade junto aos principais produtores de cocaína do mundo (Bolívia, Colômbia e Peru). Nesse sentido, a Amazônia então, vem atraindo nas últimas décadas facções da região Sudeste como: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), e também deu margem para o surgimento de facções regionais, a exemplo da Família Do Norte (FDN) e Comando Classe A (CCA), todas as facções com ligações com outros grupos pelo Brasil e alguns inclusive, em contato com os cartéis Colombianos.

A metodologia da pesquisa que originou este texto buscou alcançar o objetivo proposto, e, por isso, a revisão bibliográfica e análise documental corresponderam à primeira etapa da pesquisa. A segunda etapa foi o trabalho de campo em algumas cidades consideradas estratégicas para as redes do tráfico de drogas no estado do Pará. Em campo, realizou-se entrevistas com agentes de segurança pública, advogados, sujeitos que fizeram parte de alguma facção criminosa atuando na região. Por fim, ocorreu a sistematização dos dados primários e secundários que contribuíram para a elaboração dos mapas temáticos.

A RELAÇÃO MULTIESCALAR DO NARCOTRÁFICO: TERRITÓRIOS E REDES

As redes do narcotráfico produzem uma relação multiescalar que acompanha processos dinâmicos de organização espacial dos mercados globais. Essa dimensão geográfica em redes promovida pelo narcotráfico é um sistema aberto que se territorializa criando as condições necessárias para o funcionamento da trama que atende aos interesses do crime organizado. E a globalização deu mais impulso para o crescimento do mercado das drogas que é desenhado por uma geografia das redes ilegais e suas relações de poder, pois as redes “estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (Raffestin, 1993, p. 200). Ou mais ainda, “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 1999, p. 497).

Para as ações estratégicas do crime organizado a partir do narcotráfico, as redes se constituem importantes ferramentas para a organização dos territórios. Nos territórios se constituem as bases operacionais que promovem o funcionamento do mercado da droga, por isso, as redes do narcotráfico aparecem como causadoras de “ordens” impostas sobre a sociedade, a partir de relações de poder que vem de cima para baixo, surgindo, então, territórios-redes ou territórios em redes. Portanto, “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Haesbaert, 2004, p. 280).

Os fluxos de drogas que dão sobrevida ao narcotráfico desafiam as políticas de segurança pública dos Estados nacionais; então podemos dizer que hoje o debate sobre drogas faz parte das agendas de saúde pública e segurança humana, temas que vão além da agenda da defesa.

O narcotráfico envolve várias atividades que o tornam cada vez mais poderoso e multinacional, como: lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas e exploração sexual, dentre outros. As relações que esse mercado desenvolve são múltiplas e têm poder para corromper os mais diversos agentes políticos e sociais, em função de todo essa relação, o que torna mais complexo compreender essa organização.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2005), verifica-se, do ponto de vista econômico, que o espaço mundial se caracteriza por maior flexibilidade e certa horizontalidade nas relações entre empresas e regiões. Ao mesmo tempo, os processos de globalização, na fase atual de globalização neoliberal, acentuam brutalmente as desigualdades, a exclusão e/ou segregação socioespacial (com índices crescentes de desemprego) e a exploração (com reintensificação do trabalho escravo, por exemplo). A onda de privatização neoliberal que hoje começa a ser contestada levou a uma mercantilização desenfreada, que atinge os mais diferentes domínios da vida humana e inclui a expansão dos circuitos ilegais, como os tráficos de toda ordem, incluindo o tráfico de crianças e órgãos.

O Relatório do Escritório da Nações Unidas Sobre Crimes Globais (UNODC, 2021) aponta que o número de consumidores de cocaína no ano de 2019 era de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. Após um considerável crescimento da área global de cultivo de cocaína entre 2013 e 2017, onde essa área mais que dobrou, em 2018 esse crescimento sofreu uma estabilização e caiu 5% no ano seguinte. A redução em 9% de área de cultivo na Colômbia foi o motivo desse decréscimo, enquanto continuou estável no Peru e na Bolívia, em 10%. Ainda assim, em 2019 a área de cultivo global ainda era a maior na Colômbia, representando dois terços do total, enquanto o Peru representa pouco menos de um quarto e a Bolívia representa 11%. O relatório diz que, em 2020, apesar de algumas interrupções causadas pela pandemia mundial de COVID-19, não houve significativo afetamento no cultivo de coca nesses 3 países.

Ou seja, os países da Comunidade Andina Bolívia, Colômbia e Peru continuam em destaque como centros produtores de coca e, embora tenha tido uma queda na produção, o uso de cocaína permanece elevado na América do Norte, mesmo diminuído desde 2006. O relatório também destaca que no caso da América do Sul e da África, há um crescimento no uso de cocaína devido à expansão do narcotráfico por esses continentes. São países que internamente enfrentam problemas de vulnerabilidades sociais e precariedades.

A globalização dos mercados e a facilidade e agilidade na fluidez do dinheiro e das informações por meio da internacionalização do sistema financeiro, e mais, as mudanças nos meios de transportes tornando-os mais acelerados ajudam a desenhar essa geografia das redes do narcotráfico potencialmente propícia para o fortalecimento do crime organizado e suas múltiplas variações de atividades.

A ameaça transnacional do tráfico de drogas é, sem dúvida alguma, uma espécie de “inimigo invisível” que coloca em risco a soberania dos Estados nacionais. A característica empreendedora dessa atividade econômica ilícita, ao se fortalecer, consegue ampliar sua escala de atuação em níveis locais, nacionais e internacionais. Para Rodrigues (2012, p. 7), “a inquietação causada por essa prática proibida é intensa porque ela é apresentada como um inimigo sem rosto, uma força potente e difusa difícil de ser localizada e que se oculta como um animal artiloso”.

As redes acompanham o processo de evolução da humanidade, obtendo agora alcance e posição privilegiados no campo das Ciências Sociais. Por isso, o termo adquiriu várias definições e significados. Contudo, na medida em que avança a revolução científica e tecnológica, o termo torna-se mais complexo e adquire novos sentidos. Logo, torna-se imprescindível uma análise dos territórios a partir das redes.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (Santos, 1979, p. 139).

Para Raffestin (1993, p. 204), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando-o território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ser o instrumento, por excelência, do poder”. A dimensão apresentada aqui por Raffestin (1993) considera as relações de poder que as redes impõem, criando mecanismos de controle e dominação, transformando-se em territórios ou territórios-rede. É dessa forma que o narcotráfico vem se territorializando e se articulando para manter determinados espaços geográficos sob sua influência.

A concepção teórica sobre o território para se compreender as redes do narcotráfico pode se dá pela perspectiva de Haesbaert (2004), ou seja, as percepções de territórios-rede e território-zona. Pois, os territórios-rede do narcotráfico são redes geográficas, onde ocorrem, segundo Corrêa (1999, p. 107),

um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações”. Justamente como ocorre nas formas de organização espacial do narcotráfico, pois cidades tornam-se “nós” pelos quais conectam fluxos de drogas que abastecem os mercados. Assim, as cidades enquanto “nós” de uma rede são importantes para a fluidez da droga. Para Santos (1996, p. 219), “a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela alcançaria as consequências atuais se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas formas de ação.

Sobre as redes, “as definições e conceituações se multiplicam, podendo admitir que se enquadre em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, na qual é também levado em conta o dado social” (Santos, 1996, p. 262).

Assim,

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta, centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos (Santos, 1996, p. 278).

O autor destaca que a “rede global é a forma do espaço”, é a fluidez do efeito das reestruturações sobre as fronteiras, a qual é sua principal característica. Assim, o lugar onde a rede organiza sua ação arrumadora do território é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade; a contiguidade é o plano que integra as relações internas em uma única unidade de espaço, nesse caso, horizontalidade; já a nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contiguidade, nesse caso, verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade (Santos, 1996).

É assim que funciona a organização do narcotráfico através da qual as “cidades-nós” de um conjunto mais amplo de relações verticais fundamentam toda a estrutura da economia do crime sobre o espaço geográfico. Mas, é preciso também considerar que internamente estas relações verticais criam condições para relações mais horizontais a partir de redes sociais que se formam em função da dinâmica social e política da economia do crime. Desse modo, as relações de poder do narcotráfico “estão presentes em todas as estratégias desencadeadas pelos atores para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (Raffestin, 1993, p. 200).

Para Haesbaert (2004, p. 149), a rede seria o “espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez por meio de linhas ou dutos e polos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta”. Assim, as redes assumem um papel bastante dinâmico no mundo contemporâneo, ou seja, o de enraizar e fixar pontos estratégicos que promovam determinada configuração territorial que demonstre, de alguma forma, o poder que elas detêm, pois:

A estruturação de uma sociedade em rede não é, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase se confundir com eles, é a rede (Haesbaert, 2004, p. 279).

Decerto, o processo de territorialização do narcotráfico depende da ação das redes. Redes e território se complementam em uma relação que se apoia também na revolução tecnológica presente na globalização contemporânea. Uma lógica organizacional do capitalismo global aproveitada pelo crime organizado, que permite a fluidez de seus fluxos de capitais em forma de lavagem de dinheiro, pessoas, informações e mercadorias (drogas e armas). Para Moreira (2008) uma nova realidade, apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado, traz consigo uma enorme renovação nas formas de organização geográfica da sociedade.

Diante desse contexto, “as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidades, a cidade vira um ponto fundamental de tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede”. As cidades tornam-se, assim, os nós articulados

das redes em constantes movimentos, em fluxos dos mais diversos e que compõem as estruturas sociais resultantes das atividades humanas (Moreira, 2008, p. 162).

As cidades que se convertem em nós da trama, definidas aqui como “cidades-nós” do narcotráfico, são aquelas que estão conectadas por meio da organização, da comunicação, dos transportes e das informações orientadas pelas redes do narcotráfico em nível local, regional e global, tornando-se a base operacional para a configuração geográfica dos territórios-rede.

As cidades sob a influência das redes do narcotráfico tornam-se redes geográficas, que são:

(...) redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. As redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (Corrêa, 1999, p. 200).

Para Corrêa (1999), a rede se torna geográfica quando nós a consideramos em sua espacialidade. A rede em tela está, de fato, espacializada, mas nem sempre a consideramos sob esse ângulo. Para o autor, a passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas.

Assim, a rede geográfica só existe mediante estas interações espaciais, as quais surgem como reflexos do conteúdo social que cada localidade promove e que dão sentido ao seu funcionamento e à sua condição de existência enquanto uma rede ou enquanto um conjunto de pontos conectados e espacializados sobre as regiões.

Sendo assim, o narcotráfico forma uma rede social do crime que está presente nas “cidades-nós”, uma rede social que se espacializa em determinados recortes dando suporte necessário para a formação de uma rede geográfica. Com efeito, as redes definem determinadas territorialidades e a presença delas se dá pela demonstração do exercício do poder, poder este capaz de transformar as cidades em “nós” de uma rede territorializadora do crime e desterritorializadora do Estado.

GEOGRAFIA ESTRATÉGICA DAS REDES DO CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA

Início essa parte do texto com a afirmação de que as facções do crime organizado relacionadas ao tráfico de drogas criam estratégias que partem de uma interpretação geográfica da organização do espaço e seus elementos da natureza. Essa afirmação parte de um olhar sobre a Amazônia, considerando a sua posição e extensão geográfica que contribuem para as ações das redes do narcotráfico. Assim, a posição geográfica da região amazônica torna as redes dependentes de uma articulação que deve passar por este imenso território, construindo uma interação que envolve produção, circulação e consumo. Por outro lado, a extensão é a atuação dessas redes do narcotráfico em uma escala mais ampla que vai do território brasileiro aos mercados globais (Europa e África).

Em relação aos mercados globais da cocaína, o relatório do Escritório das Nações Unidas Sobre Crimes Globais (2021) apresentou dados importantes acerca da fabricação desta droga ilícita que reafirma o ponto de vista defendido aqui em relação ao papel importante da Amazônia para o circuito internacional do tráfico de cocaína. Segundo o mesmo relatório, a fabricação de cocaína atingiu níveis recordes em 2019, apesar de o crescimento perder força. A produção da fabricação global de cocaína dobrou entre 2014 e 2019 para atingir uma estimativa de 1.784 toneladas (expresso em 100 por cento de pureza) em 2019, o mais alto nível já registrado.

O relatório ainda destaca que o crescimento da produção de cocaína vem desacelerando, apontando para uma tendência de estabilização. Visto que, se comparando ao ano anterior, a fabricação global de cocaína aumentou 37% em 2016, 23% em 2017, 5% em 2018 e 3,5% em 2019. A tendência de estabilização tem sido principalmente resultado das mudanças no cultivo da coca, apesar de aumentos contínuos na produtividade (rendimento por hectare).

De qualquer forma, o Brasil tem um papel importante para as redes do tráfico de cocaína seja como área de trânsito ou como mercado consumidor em potencial. O fato é que as relações incertas entre o legal e o ilegal constituem um fenômeno transversal na experiência contemporânea. São vários os autores que vem chamando a atenção para a transitividade entre o informal, o ilegal, e o ilícito, com uma preocupação, mais ou menos explicitada, em distinguir a natureza da transgressão que se opera no âmbito da economia informal ou, então, a que define as atividades ilícitas ou criminosas, como tráfico de drogas, armas e seres humanos (Telles, 2010).

De todos os conflitos que foram destacados até aqui em relação as disputas pelo uso do território na Amazônia, nenhum deles é mais complexo do que o tráfico de drogas, com destaque para o comércio de cocaína, maconha e *skunk*. A afirmação parte do pressuposto que considera a Amazônia o lugar central para múltiplas relações que são estabelecidas a partir do mercado regional/global da droga. Cabem então algumas observações importantes para que se possa compreender a dinâmica das relações de poder que o tráfico de drogas impõe sobre a região:

Em primeiro lugar, considera-se o aumento significativo do consumo de cocaína na América do Sul com destaque para o Brasil, que, segundo o relatório da UNODC (2021), ocupa a segunda posição no *ranking* mundial de consumidores, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que ocupa a primeira posição; Em segundo lugar, ainda existe um mercado em funcionamento na Europa abastecido pelas redes do tráfico de cocaína que, obrigatoriamente, atravessam o território brasileiro e cuja porta de entrada é a Amazônia; Em terceiro lugar, países como Bolívia, Colômbia e Peru ainda são produtores de cocaína, cujas facções criminosas internas estabelecem ligações com grupos do Brasil; Por fim, a região amazônica tornou-se, nos últimos anos, um espaço privilegiado para a infiltração de facções criminosas relacionadas ao narcotráfico. Este utiliza a região para as práticas de lavagem de dinheiro, misturando-se aos crimes ambientais (contrabando de madeira, garimpo ilegal, compras de terras para a produção em fazendas, etc.).



Mapa 1. Redes do narcotráfico na Amazônia Legal. Fonte: Grupo TERRA/UEPA/FBSP (2020).

A Amazônia corresponde aos interesses das redes do narcotráfico como também atende aos anseios de outras atividades criminosas organizadas que nela atuam; em algumas situações estão plenamente articuladas, tornando-se mais difícil o seu entendimento. A bacia amazônica ultrapassa os limites territoriais brasileiros conectando a partir da rede hidrográfica aos países da Comunidade Andina, ou seja, esse potencial hidroviário é um dos elementos que ajudam na compreensão acerca da conexão das cidades da Amazônia às redes que partem dos países vizinhos, pois são 25 mil km de rios navegáveis, abrangendo Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

É uma região de 5 milhões km² e representa 59% do território brasileiro e isso nos mostra a imensidão desta região e de suas fronteiras, onde ela abriga apenas 12,3% da população brasileira segundo o IBGE (2010), o que corresponde a 20,3 milhões de habitantes. Esses dados demográficos classificam a Amazônia enquanto uma região pouco povoada, e, portanto, vulnerável às ações dos mais variados interesses políticos e econômicos.

O mapa 1 reúne todas as formas de transporte da droga na Amazônia. Rios e aerovias integradas aos portos, trapiches, terminais e aeroportos envolvendo várias cidades da Amazônia. Nesse sentido, as redes do narcotráfico utilizam esta estrutura para formarem os fluxos de transporte da droga que promovem uma interação espacial que ultrapassa as fronteiras, destacando assim, o papel da Amazônia para a geografia do crime organizado. É imprescindível a partir da análise do mapa destacar os estados do Amazonas e do Pará no contexto das redes ilegais, onde, o primeiro é a porta de entrada e o segundo é a área de trânsito.

Os efeitos dessas relações são extremamente complexos, pois conectam nos últimos anos vem associando o crime de narcotráfico às atividades de crimes ambientais, ou mais ainda, interagem com o tráfico de pessoas e a exploração sexual, com o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro. É por esses motivos que a agenda de segurança pública para a Amazônia deve ser pensando a partir destas múltiplas dimensões do crime organizado e a violência por ele manifestada.

Facções criminosas na Amazônia: rotas, alianças e conflitos

A abordagem agora tratará da chegada das facções criminosas do Sudeste à região, também serão abordadas as facções locais-regionais que surgiram neste contexto dinâmico do narcotráfico na região e serviram de base de apoio para que grupos cariocas e paulistas criassem relações operacionais na Amazônia. As cidades de Belém e Manaus que se constituem como duas importantes metrópoles regionais historicamente sofrem com problemas de violência urbana relacionadas com a presença de gangues, grupos de extermínio e tráfico de drogas, agora convivem com a presença de facções criminosas do Sudeste.

Com o crescimento do tráfico de cocaína na Amazônia, essas duas metrópoles ficaram em evidência nas disputas pelo controle do mercado da droga, pois elas constituem dois importantes e

principais nós da interação espacial das redes na região e como já dito, o estado do Amazonas e o estado do Pará, são as duas áreas geográficas mais importantes para a fluidez da droga em direção aos mercados nacionais e globais, por isso que grupos regionais do tráfico de drogas começaram a se organizar para controlarem as principais rotas de distribuição e consumo na região.

No Amazonas, em 2007, surgiu a Família Do Norte (FDN) facção regional nascida dentro do sistema penitenciário, exercendo influência na região Norte do país. Essa facção passou a dominar a principal rota de entrada de cocaína na Amazônia, conhecida como rota do rio Solimões, de interesse do PCC por exemplo. A FDN além de controlar essa importante rota que conecta a tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru, também desenvolveu outras economias do crime como o tráfico de armas.

Até por volta do ano de 2017, a FDN era unida ao Comando Vermelho (CV), porém hoje os grupos são rivais, sendo que este último entrou em Manaus e passou a disputar influência com a FDN. Hoje Manaus é dominada pelo CV, depois de uma longa guerra entre as duas facções. O início dos conflitos entre a FDN e o CV se deu quando, em 2017, um grupo de integrantes da FDN tenta dividir as áreas de influência do mercado da droga em Manaus surgindo então a “FDN pura”, que foi forçada a se unir com o CV que já controlava as rotas do tráfico de drogas da Colômbia, o que ampliou a sua influência na região. Assim os dois grupos FDN e CV passaram a disputar o controle do mercado e das rotas da droga em Manaus e no Amazonas.

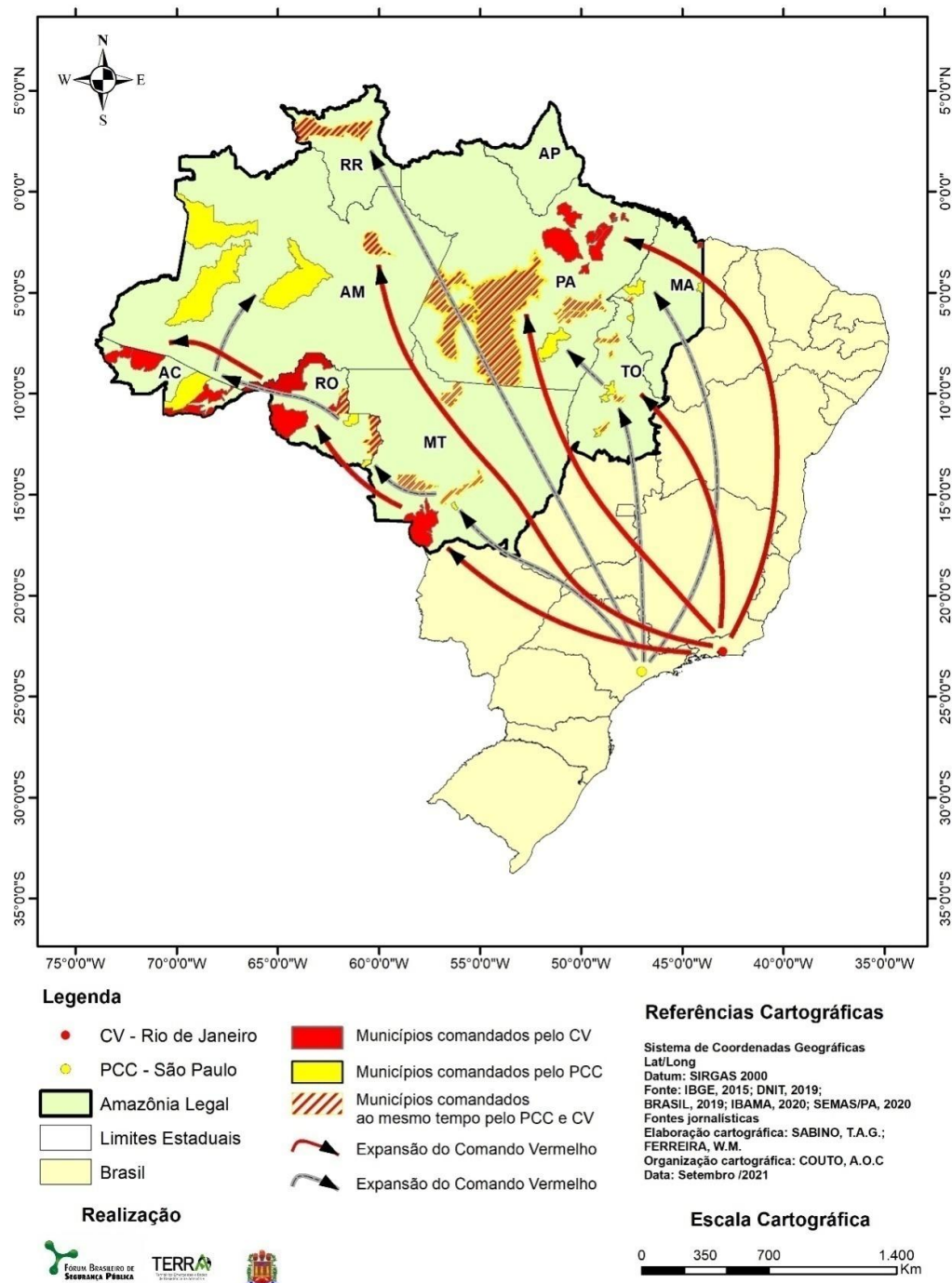
No Pará também no ano de 2017, houve a criação do Primeiro Comando do Norte (PCN), facção aliada do PCC paulista. Ela nasceu como estratégia da facção paulista em ampliar sua influência no sistema penitenciário da região Norte, e ao mesmo tempo, buscar controlar o mercado e as rotas do narcotráfico em Altamira e Marabá. Devido à prisão de vários membros do PCN, a facção teve pouco tempo de duração e logo foi diluída; por outro lado, em 2017, no sistema penitenciário de Altamira no pavilhão A surgiu o Comando Classe A (CCA), que se aliou ao PCC tornando-se uma espécie de braço da facção paulista na região. O CCA representa a união entre CCA, Bonde dos 13 (B13), IFARA, Família Terror do Amapá e Primeiro Comando da Capital. Essas siglas mostram a conexão das facções dos estados do Acre, Amapá, Pará e São Paulo.

Também podemos destacar mais dois grupos que atuam no Pará tais como; a Primeira Guerrilha do Norte (PGN), que é uma pequena facção que surgiu no interior do estado, em uma região no nordeste do Pará conhecida como Colônia do Prata, no município de Igarapé Mirim, sendo também aliados ao PCC, e a Equipe Rex no bairro da Terra Firme, periferia de Belém. No caso da Equipe Rex assim como de outros pequenos grupos de expressão local houve a integração ao Comando Vermelho, que hoje tem grande influência na Região Metropolitana de Belém.

O mapa 2 dá ênfase para as informações que destacam a chegada das duas principais facções criminosas do Brasil (CV e PCC). São facções que surgiram na região Sudeste e expandiram suas influências para outros estados do Brasil, a exemplo dos estados da região Norte ou da Amazônia Legal. Com exceção do Amapá todos os outros estados da Amazônia têm a presença do CV e do PCC,

destacando-se a disputa que há entre essas duas facções pelo controle das principais rotas de transporte da cocaína.

Expansão das facções Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho na Amazônia Legal



Mapa 2. Expansão das facções PCC e CV nos estados da Amazônia Legal. **Fonte:** Grupo TERRA/UEPA/FBSP (2021).

A chegada do CV e do PCC nos estados da Amazônia foi direcionada para alguns municípios onde essas facções se alternam no controle. E em alguns casos, há a presença das duas facções que disputam áreas de influência para o domínio territorial. No mapa 2, as áreas de vermelho representam

os municípios com a presença do CV; já as áreas em amarelo representam a presença do PCC; as áreas hachuradas com as duas cores são os municípios onde há disputa desses dois grupos, sendo o Mato Grosso e o Pará os dois estados onde mais se manifestam esses conflitos.

Pode-se dizer que as facções criminosas que atuam na Amazônia configuram-se na distribuição espacial pelos estados da seguinte forma:

- a) No Acre, temos o CV e a IFARA atuando na cidade de Cruzeiro do Sul e B13 e CV presentes na capital Rio Branco;
- b) Em Rondônia tem-se CV e Primeiro Comando Panda na cidade de Porto Velho, CV e CCA em Guajará Mirim, CV e PCC em Ji-Paraná e finalmente, CV e PCC na cidade de Vilhena;
- c) No Amazonas CV, FDN e PCC disputam a cidade de Manaus, já a Família do Coari e o PCC, estão presentes na cidade de Coari e seu entorno, ou seja, região da chamada rota do Solimões, além disso, FDN e Família do Coari estão em Tefé e FDN e PCC disputam as cidades de Japurá;
- d) Em Roraima, CV e PCC estão no município de Alto Alegre, enquanto que na capital CV, PCC e Primeiro Comando Panda dividem os espaços da cidade de Boa Vista e finalmente, PCC e Trem do Araguaá atuam na cidade de Pacaraima;
- e) No Pará, CV, PCC e CCA estão na cidade de Itaituba, em Santarém estão CV e PCC, já em Altamira, estão CV, PCC e CCA, em Marabá tem a presença de CV e PCC, enquanto que, em Parauapebas CV e PCC disputam áreas de influência, por fim CV, Equipe Rex e Al Qaeda estão presentes na capital Belém e CV e GDA estão em Ananindeua, município da Região Metropolitana.
- f) No Tocantins, CV e PCC estão em Gurupi, Palmas e Araguaína, o que demonstra uma disputa acirrada pelo controle das rotas do tráfico de drogas que passam por esse estado.
- g) No Amapá, Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá que são facções dessa região dividem suas respectivas áreas de influência para atender as demandas do tráfico de drogas e contrabando com os países da fronteira.
- h) No Maranhão, a cidade de Imperatriz conta com a presença do CV e do PCC, assim como elas estão presentes também na cidade de Codó. E B40, PCM e CV situam-se na capital São Luís.
- i) E finalizando a análise, tem-se CV e PCC nas cidades de Alta Floresta, Tangará da Serra e Rosário Oeste no estado do Mato Grosso, onde há uma acirrada disputa entre as duas facções do Sudeste.

Para finalizar, o quadro 1a seguir traz em destaque as facções criminosas na região amazônica e os respectivos estados onde elas atuam. Também aponta algumas facções locais que, grosso modo, estabelecem algum tipo de relação com os grupos do Sudeste, bem como manifestam relações de poder em suas respectivas áreas de atuação. Assim, os territórios cobiçados pelas narcotraficantes vêm provocando uma nova dinâmica de violência e medo nas cidades amazônicas.

Quadro 1. Facções atuantes nos estados da Amazônia Legal. Fonte: Elaboração Grupo de Pesquisa Terra-UEPA (2021).

Estado	Facções
Acre	CV, PCC, Bonde dos 13 e IFARA
Amazonas	FDN, PCC e CV e Família do Coari
Amapá	Família Terror do Amapá e União Criminosa do Amapá
Mato Grosso	CV, PCC e Comando Terrorista do MT (facção local)
Pará	CV, CCA, PCC, FDN, Primeira Guerrilha do Norte (PGN), Bonde dos 40, Equipe Rex e Galera do Aurá (GDA)
Maranhão	CV, PCC, Bonde dos 40, Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e Comando Organizado do Maranhão (COM)
Roraima	CV, PCC, FDN, Primeiro Comando Panda (PCP), Trem do Araguá e Pranato
Rondônia	Bonde dos 13, CV, CCA, PCC, PCP
Tocantins	CV, PCC e Máfia Tocantinense

A região amazônica cada vez mais vem se consolidando como nova fronteira do narcotráfico global, e não bastasse ser local de passagem da droga, as maiores cidades e aquelas outras localizadas nas rotas da droga estão sendo constantemente disputadas. Como regra, têm-se o controle dos presídios, posteriormente, as “quebradas”, que na linguagem do crime, significa as zonas controladas pelo tráfico para o consumo de drogas nas cidades, e por fim, na escala regional, a rota da droga. Assim sendo, para o crime todas as etapas do ciclo da mercadoria ilícita têm sido valorizadas, desde a produção, nos países andinos, circulação e consumo interno.

Como se demonstrou, a Amazônia Legal se tornou este imenso palco de disputas territoriais das facções do crime organizado no Brasil, e como foi apresentado ao longo do texto, ela é o lugar significativo e representativo para as redes do narcotráfico. Para além da questão do narcotráfico há também essa multiplicidade de conexões com outros tipos de crimes que ele estabelece, instituindo relação entre as facções locais, regionais e nacionais. São interações que comprometem ainda mais a segurança pública nos estados e cidades amazônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma região com extensa dimensão territorial, e em boa parte, com acessos remotos, os desafios são enormes em relação ao monitoramento e combate ao narcotráfico na Amazônia. Todavia, isso expõe a facilidade que as facções encontraram pra atuar em função de décadas de precariedades nas relações do Estado com as populações amazônicas. Em algumas porções da região, sobretudo na região da Amazônia Ocidental, que tem pouca presença dos sistemas técnicos, a população sente-se esquecida por parte do Estado brasileiro. Nesse sentido, o estado do Amazonas tornou-se a grande porta de entrada da droga. Já na Amazônia Oriental, o estado do Pará é o grande corredor do trânsito da droga.

Os dois estados citados se constituem enquanto aqueles mais estratégicos para o funcionamento da estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia, mas as facções criminosas hoje estão estrategicamente distribuídas por vários estados que compõem a região. Esse papel que a Amazônia desempenha para o mercado da droga é o grande atrativo, ou seja, a necessidade de estabelecer contato com os grupos organizados do crime em países da fronteira e a busca pelo controle das principais rotas que partem da Bolívia, da Colômbia e do Peru.

Por fim essa dimensão geoestratégica que se atribuiu a Amazônia é hoje o principal fator que a coloca em uma condição de área de disputa entre as facções do crime organizado. Considerar essa dimensão é um dos primeiros passos para que o estado compreenda que há uma necessidade urgente em criar mecanismos de segurança pública mais eficazes, e isso só é possível se vierem acompanhados de autênticas e eficientes políticas públicas de defesa dos direitos humanos e de justiça social.

REFERÊNCIAS

- Becker, B. K. Amazônia. 2. ed. São Paulo: Editora Ática – Série Princípios, 1991p. 112.
- Castells, M. A sociedade em rede. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698 p.
- Corrêa, R. L. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: Corrêa, R. L. Trajetórias Geográficas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1999. p. 107-118.
- Haesbaert, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.
- Haesbaert, R.; Gonçalves, C. W. P. A nova des-ordem Mundial. São Paulo: UNESP, 2005. 160 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Moreira, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo. Rio de Janeiro: Contexto, 2008. 191 p.
- Raffestin, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- Rodrigues, T. A infindável guerra norte-americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo em Perspectiva, v. 2, n. 16, p. 102-111, 2012.
- Santos, M. Da totalidade ao lugar. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1979. 176 p.
- Telles, V. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte. Argvmentvm, 2010.
- UNODC. O relatório mundial sobre drogas. Washington: UNODC, 2016. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2016/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.
- UNODC. O relatório mundial sobre drogas. Washington: UNODC, 2021. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/wdr2021/World_Drug_Report_2021.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Marxism and the environment: the issues

Received in: 21/01/2025

Accepted in: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap5

Michael Roberts 

INTRODUCTION

In what ways is the capitalist mode of production destroying the environment and the planet? Why is it doing so faster and even more than previous modes of human social production?

Capitalism destroys the environment through the commodification of nature. This means that nature is treated as a resource to be exploited for profit, with no regard for the long-term consequences. This has led to the over-exploitation of natural resources, such as water, forests, and minerals. It has also led to the pollution of the environment, as businesses dump waste into rivers, lakes and oceans. Fossil fuel production and consumption has led to a rise in average global temperatures that threatens to lead to permanent droughts, flooding and large areas of the globe becoming uninhabitable for humans and other species. Already this has led to the elimination of millions of species of flora and fauna, threatening the diversity of nature and its survival. Worse, uncontrolled mining, logging, urbanization has exposed humanity to deadly pathogens previously contained in wild animals in remote areas. Regular pandemics are the order of 21st century capitalism.

The commodification of nature is driven by the capitalist law of value leading to the tendency for the rate of profit to fall. This means that capitalists are constantly looking for new ways to increase profits, even if it means damaging the environment. This is the foundation of the Marxist theory of the current environmental collapse.

MARX AND ENGELS ON NATURE

Marx and Engels are often accused of what has been called a Promethean vision of human social organization, namely, that human beings, using their superior brains, knowledge and technical prowess, can and should impose their will on the rest of the planet or what is called 'nature' – for better or worse. The charge is that other living species are merely playthings for the use of human beings. There are humans and there is nature – in contradiction. This charge is particularly aimed at Friedrich Engels who, it is claimed, took a bourgeois 'positivist' view of science: namely that scientific knowledge was always progressive and neutral in ideology; and so was the relationship between man and nature. The 'green' critique of Marx and Engels is that they supposedly were unaware that *Homo sapiens* were destroying

the planet and thus themselves. Instead, Marx and Engels had a touching faith in capitalism's ability to develop the productive forces and technology to overcome any risks to the planet and nature.

But this critique runs contrary to the writings of Marx and Engels. Marx wrote:

Nature is man's inorganic body, that is to say, nature in so far as it is not the human body. Man lives from nature ... and he must maintain a continuing dialogue with it if he is not to die. To say that man's physical and mental life is linked to nature simply means that nature is linked to itself, for man is a part of nature (MARX, 1844, p. 84).

This conception of humans and nature as parts of a single totality can be found throughout the work of Marx and Engels. The idea that Marx and Engels paid no attention to the impact of human social activity on nature has been recently debunked, particularly through the groundbreaking work of Marxist authors such as John Bellamy Foster and Paul Burkett. They have reminded us that, throughout *Capital*, Marx was acutely aware of capitalism's degrading impact on nature and the planet's resources. As Marx wrote:

the capitalist mode of production collects the population together in great centres and causes the urban population to achieve an ever-growing preponderance ... [It] disturbs the metabolic interaction between man and the earth, i.e., it prevents the return to the soil of its constituent elements consumed by man in the form of food and clothing; hence it hinders the operation of the eternal natural condition for the lasting fertility of the soil. Thus, it destroys at the same time the physical health of the urban worker, and the intellectual life of the rural worker (MARX, 1867, p. 637–638).

Marx argued that 'Labour is not the source of all wealth. Nature is just as much a source of use values (and it is surely of such that material wealth consists!) as labour, which is itself only the manifestation of a force of nature, human labour power', so says Marx (1875). 'The use values ... of commodities, are combinations of two elements – matter and labour. If we take away the useful labour expended upon them, a material substratum is always left, which is furnished by Nature without the help of man ... We see, then, that labour is not the only source of material wealth, of use values produced by labour.'

Can we quantify the damage to nature imposed by capitalism? The World Bank's calculation of depletion depends on measuring "rents" on resources. The estimates of natural resource rents are calculated as the difference between the price of a commodity and the average cost of producing it. Here, Marx's discussion of rent becomes relevant. While Marx analyzed the emergence of ground rent in relation to agricultural production under conditions of landed property, the analysis can be equally well applied to understanding rent income derived from mining, real estate, and oil and natural gas production.

What is important is the structure of the relationship established in the production process — between, on the one hand, the capitalist commodity producer and on the other, the owner of some non-produced resource used in that production. As long as capitalist commodity production relies on some privately owned, non-produced resource that is limited in quantity—as is the case, for instance, in mining, oil and gas extraction, or real estate development—the owner of that resource can claim a portion of the surplus value in the form of rent (Tapia, 2014).

Capital-intensive agriculture has become more, not less, central to rising energy consumption in the Global North, contributing a stunning ‘80 percent of energy flow increases’ in the US between 1997 and 2002 (Canning and Tsigas, 2000). Marx’s law of the tendency of the rate of profit to fall is the basis for predicting the transient future of the capitalist mode of production. The law forecasts a secular decline in the profitability of capital that increasingly puts the capitalist production into crises that become more difficult to extricate from. The law has counter-tendencies that can slow the pace of falling profitability and even reverse the decline for periods. But in the long run, these counter-tendencies cannot overcome the tendency.

One of the counter-tendencies is capital’s drive to reduce production costs and raise profitability through the intensive use of natural resources, aiming to lower the cost of raw materials (or circulating capital) in capitalist production. The rate of profit is thus “inversely proportional to the value of the raw materials” (Marx, 1967, v. III, p. 111). The cheaper the raw materials and energy, the higher the rate of profit. And yet, the dynamism of capitalist production leads the “portion of constant capital that consists of fixed capital ... [to] run significantly ahead of the portion consisting of organic raw materials, so that the demand for these raw materials grows more rapidly than their supply” (Marx, 1967, v. III, pp. 118–119). Raw materials become “scarce” relative to the rise in fixed asset investment.

The more capitalist production is developed, bringing with it greater means for a sudden and uninterrupted increase in the portion of constant capital that consists of machinery, etc., the greater is the relative overproduction of machinery and other fixed capital, the more frequent the *underproduction* of plant and animal raw materials, and the more marked the previously described rise in their price and the corresponding reaction. (Marx, 1981, p. 214).

If a sufficient mass of cheap energy and raw materials can be mobilised, the rising organic composition of capital can be attenuated – especially if ‘capital saving’ innovations run strongly alongside labour saving movements – and the tendency towards a falling rate of profit, is not only checked, but (for a time) reversed. The same logic applies to variable capital. If a sufficient volume of cheap food can be supplied, the rate of surplus value may be augmented.

Tapia (2014) has argued that the transitions from peat and charcoal to coal, and from coal to oil, were major technological revolutions that initiated periods of accelerated accumulation in the history of global capitalism, since cheap energy ‘powerfully checks the falling rate of profit’. Conversely, expensive oil reduces profitability and pushes towards crisis, as clearly illustrated by what happened in the early 1970s, late 1980s, late 1990s, and in the years immediately before the Great Recession. The global slump of the mid-1970s has often been called the Oil Crisis, and indeed a peak in the world price of oil occurred in 1974. But there were also peaks of oil prices in 1980, 1990, 2000 and 2008, which means that oil prices were rising in the period immediately previous to each of the last five crises.

The econometrician Hamilton (2021) reported a statistically significant correlation between oil price shocks and economic recessions in post-war US data (Marx, 1875). Hamilton’s conclusion was that

the evidence ‘makes it difficult to reject the historical correlation as entirely spurious’, meaning that oil price increases might be the shocks that push the economy into recession.

Indeed, we can find a high inverse correlation between the change in the price of crude oil and the change in the average rate of profit. The average rate of profit is defined here as the internal rate of return (IRR) in the G20 economies since 1950.² We find an inverse correlation of -0.76 between price of crude oil and the G20 IRR between 1950 and 2019. However, between 1950 and 1966, when the IRR rises by about 8 per cent, the oil price also rises by 14 per cent and thus there is no negative correlation. This was the golden age of high profitability and low oil prices. However, in the profitability ‘crisis’ period between 1966 and 1982 when the IRR falls 34 per cent, the oil price rises ten times. Between 1982 and 1997, the oil price falls 39 per cent and the IRR rises 17 per cent. From 1997 to 2019, the IRR drops 12 per cent coinciding with a tripling of the oil price. In all these periods, there is a significant inverse correlation.

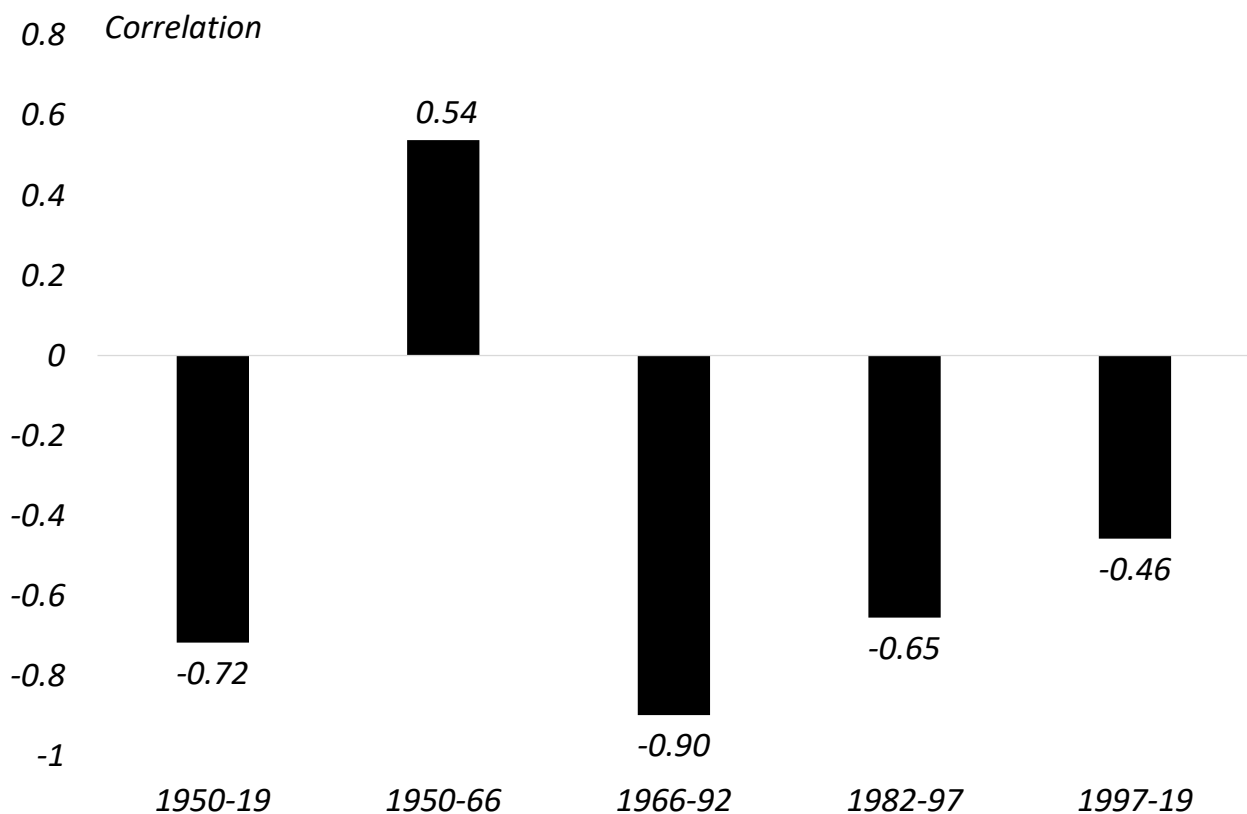


Figure 1. Correlations: crude oil price and internal rate of return on capital.

Capitalism thus turns the ‘free gifts of nature’ into profit. And in the incessant drive to raise profitability, it depletes and degrades natural resources. And as nature is privatised and turned into private property, the owners of ‘nature’ can also extract rent from the exploitation of labour. However, there is

² Notes on Marx and ground-rent, SPGB, <https://socialiststudies.org.uk/marx%20groundrent.shtml>

a continual battle by capital to control and lower rising raw material prices as natural resources are depleted and not renewed, adding another factor to the tendency of the rate of profit to fall.

GLOBAL WARMING AND CLIMATE CHANGE

The drive for profit has led to an uncontrolled expansion of industrialization, energy and commodity production in agriculture that emits carbon emissions and provokes natural resource depletion that is heating up the planet to levels that threaten its very existence.

The sixth report from the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) states clearly that climate change and global warming is ‘unequivocally caused by human activities’. But can climate change be laid at the door of the whole of humanity or instead on that part of humanity that owns, controls and decides what happens to our future? Sure, any society without the scientific knowledge would have exploited fossil fuels in order to generate energy for production, warmth and transport. But would any society have gone on expanding fossil fuel exploration and production without controls to protect the environment and failed to look for alternative sources of energy that did not damage the planet, once it became clear that carbon emissions were doing just that?

The culprit is not “humanity” but industrial capitalism and its addiction to fossil fuels. At a personal level, over the last 25 years, it is the richest 1 per cent of the world’s population—mainly based in the imperialist core—that has been responsible for more than twice as much carbon pollution as the 3.1 billion people who make up the poorest half of humanity (Tapia, 2014). The richest 10 per cent of households consume nearly half (45 per cent) of all energy linked to land transport and three-quarters of all energy related to aviation. Transportation accounts for about a quarter of global emissions today, while SUVs (sport utility vehicles) were the second largest driver of global carbon emissions growth between 2010 and 2018. Even more to the point, just 100 companies have been the source of more than 70 per cent of the world’s greenhouse gas emissions since 1988. It is big capital —more than even the ultra-rich — that is the true polluter.

The IPCC provides various scenarios on when global temperatures will reach the so-called Paris target of 1.5°C above average pre-industrial levels. The reality is that the IPCC’s very low emissions scenario is improbable, and the global temperature is likely to hit 1.5°C much earlier than 2040 and reach a much higher level, even with the conditions of SSP1 in place, namely, a 50 per cent reduction in CO₂ emissions by 2050 (Tapia, 2014). More likely, global warming will reach around 1.8°C by 2050 and 2.5°C by the end of the century. That means even more drought and flood events than currently forecast and so even more suffering and mounting economic losses from the mix – a loss in world GDP of 10–15 per cent on current trajectories and double that in the poor dominated countries, the so-called ‘Global South’.

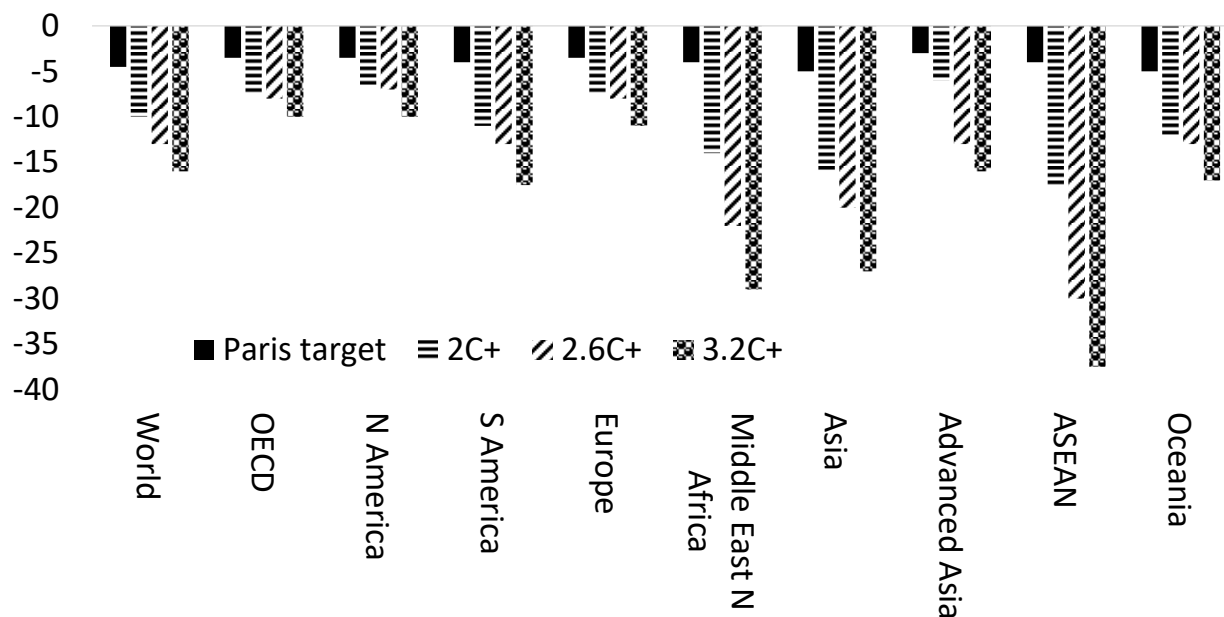


Figure 2. GDP losses by mid-21st century due to climate change (%). Source: IPCC

If emissions do not come down drastically before 2030, then by 2040 some 3.9 billion people are likely to experience major heatwaves, twelve times more than the historic average. By the 2030s, 400 million people globally each year are likely to be exposed to temperatures exceeding the workability threshold. Also, by the 2030s, the number of people on the planet exposed to heat stress exceeding the survivability threshold is likely to surpass ten million a year.³

The UN forecasts that unless global warming is stopped the planet will turn into ‘uninhabitable hell’ for millions.⁴ Even at 1.5°C, we will see sea level rises of between two and three metres. Instances of extreme heat will be around four times more likely. Heavy rainfall will be around 10 per cent wetter and 1.5 times more likely to occur. Much of these changes are already irreversible, like the sea level rises, the melting of Arctic ice, and the warming and acidification of the oceans. Drastic reductions in emissions can stave off worse climate change, according to IPCC scientists, but will not return the world to the more moderate weather patterns of the past. A ‘tipping point’ will be passed.

MAINSTREAM ECONOMICS AND CLIMATE CHANGE

However, mainstream economics remains seeped in complacency. Integrated assessment models (IAMs) are used to calculate the social cost of carbon (SCC). They attempt to model the incremental change in, or damage to, global economic output resulting from 1 tonne of anthropogenic CO₂ emissions

³ The internal rate of return on capital (IRR) is value added minus labor compensation divided by fixed assets, from the Penn World Tables 10.0, and as such is close (proxy) to the Marxian average rate of profit (ARP).

⁴ Oxfam, 21 September 2020, www.oxfam.org/en/press-releases/carbon-emissions-richest-1-percent-more-double-emissions-poorest-half-humanity

or equivalent. These SCC estimates are used by policymakers in cost–benefit analyses of climate change mitigation policies.

The IAM neoclassical growth accounting approach is fraught with flaws, however. The IPCC mitigation assessment concluded from its review of IAM outputs that the reduction in emissions needed to provide a 66 per cent chance of achieving the 2°C goal would cut overall global consumption by between 2.9 per cent and 11.4 per cent in 2100. This was measured relative to a ‘business-as-usual’ scenario. But growth itself can be derailed by climate change from business-as-usual emissions. So the ‘business-as-usual’ baseline, against which costs of action are measured, conveys a misleading message to policymakers that fossil fuels can be consumed in ever greater quantities without any negative consequences to growth itself.

IAM values often depend crucially on the discounting used to translate future costs into present-day dollars. The high discount rates that predominate essentially assume that benefits to people in the future are much less important than benefits today. Most current models of climate change impacts rest on two flawed assumptions: first, that people will be significantly wealthier in the future; and second, that lives in the future are less valuable than lives today. The first assumption overlooks the substantial risks of severe damage and disruption to livelihoods posed by climate change. The second assumption constitutes a form of “discrimination by date of birth.” It is a value judgment that is rarely scrutinized, difficult to justify, and at odds with most moral and ethical frameworks.

The argument about the discount rate exposes the argument about the future. The IAMs assume that the world economy will have a much larger GDP in 50 years so that even if carbon emissions rise as the IPCC predicts, governments can defer the cost of mitigation to the future. And if you apply stringent carbon abatement measures, for example, ending all coal production, you might lower growth rates and incomes and so make it more difficult to mitigate in the future.

Also, because the IAMs omit so many of the big risks, SCC estimates are often way too low. As the IPCC acknowledged, published SCC estimates ‘lie between a few dollars and several hundreds of dollars.’ For example, a new analysis draws upon several public health studies to conclude that for every 4,434 metric tons of CO₂ pumped into the atmosphere beyond the 2020 rate of emissions, one person globally will die prematurely from the increased temperature (Tapia 2013). This additional CO₂ is equivalent to the current lifetime emissions of 3.5 Americans. Under Nordhaus’ DICE model the 2020 social cost of carbon is \$37 a metric ton but the addition of the mortality cost brings this figure up to \$ 258 a ton.

Finally, as with all these neoclassical growth accounting models of which the IAM of Nordhaus is one, there is no allowance for recurring crises of production in capitalism or rising inequality of income and wealth. Growth accounting is the mainstream version of explaining long-term economic growth. Neoclassical theory assumes perfect competition and free markets and it assumes what it should prove:

that capitalist economic expansion will be harmonious and without crises as long as markets are free and competition is operating.

And IAMs also exclude the feedback – namely, that global warming leads to more natural disasters, droughts and floods and thus to massive disruption and migration of affected populations and thus a sharp reduction in GDP growth rates. The world will not be much ‘richer’ in the next generation if global warming goes unchecked.

MEASURING GLOBAL WARMING AND GROWTH

It is undoubtedly true that when economies accelerate in growth and industrial output—particularly when driven by fossil fuel energy—carbon emissions also rise inexorably. There is firm empirical evidence supporting the correlation between economic growth and carbon emissions. Indeed, whenever there is a recession, as in 2008–09, the growth in carbon emissions declines. Tapia and Carpintero (2025) have demonstrated a pro-cyclical correlation between the rate of increase of atmospheric CO₂ and the rate of growth of the global economy, providing strong evidence that the world economy is directly linked to the build-up of the greenhouse effect and, therefore, to the process of global warming.

Tapia and Carpintero (2025) use multivariate analysis of the influence of the world economy on CO₂ levels to show that the annual increase in atmospheric CO₂ is significantly linked to the growth of the global economy. Years of above-trend GDP growth are years of greater rise in CO₂ concentrations, and similarly, years of below-trend growth are years of smaller rise in CO₂ concentrations. So global emissions of CO₂ have increased at rates strongly correlated with the absolute growth of the global economy. When capitalist production stops, so does global warming, as in 2009 and 2020.

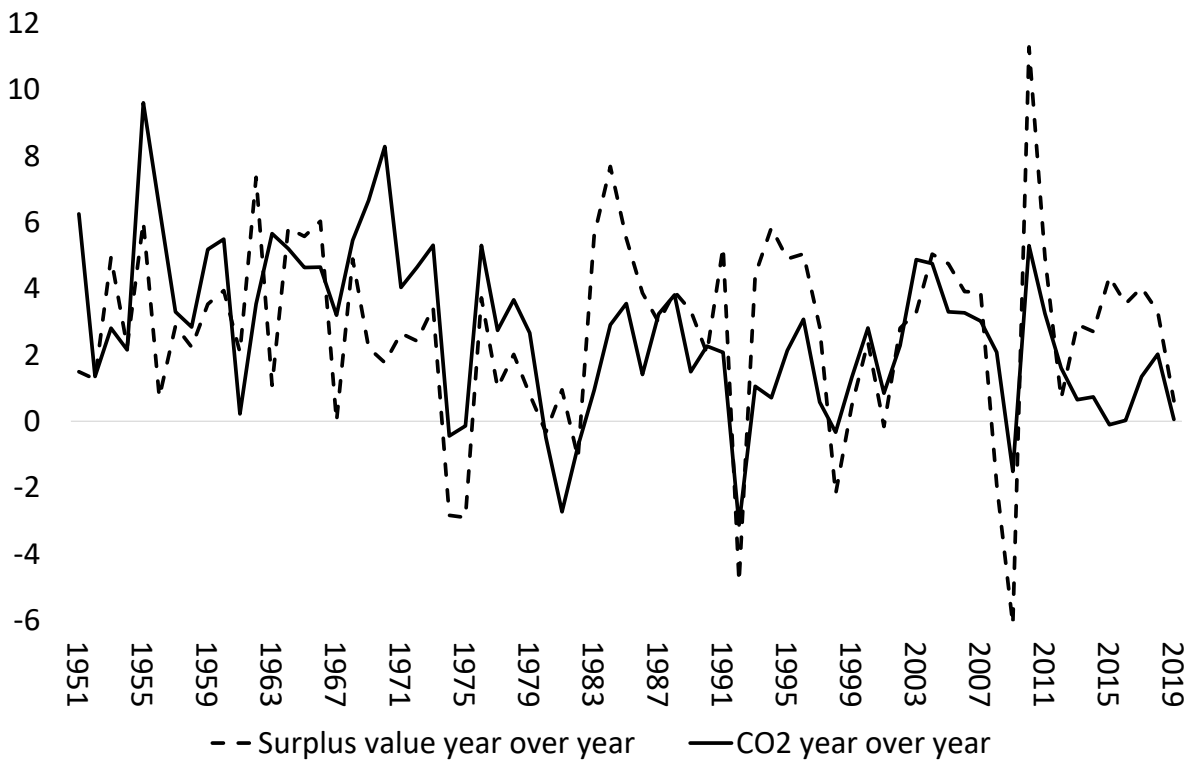


Figure 3. Yearly change in global CO2 and global profits.

Most of the rise in emissions comes from emerging economies, where economic growth has been fastest. In 2009, China was responsible for 24 per cent of global emissions, compared to 17 per cent for the United States and 8 per cent for the eurozone. However, each Chinese person emitted only one-third as much as an average American and less than four-fifths of what a resident of the eurozone emitted. China is a relatively inefficient emerging economy in terms of emissions per unit of output. Yet it still emits less per capita than high-income countries because its population remains relatively poor. As emerging countries continue to develop, emissions per person tend to rise toward levels seen in high-income countries, thereby increasing the global average. This dynamic helps explain why global per capita emissions rose by 16 per cent between 2000 and 2009 —a period marked by rapid growth in emerging economies.

I find a high correlation between carbon emissions growth and total profits (Figure 4). There is a positive correlation (0.48) between the annual change in global carbon emission and the annual change in total profits of the G20 top economies and the annual change in profitability (0.41). The faster the rise in profits, the faster the rise in CO₂ emissions.

THE MARKET SOLUTION

Market solutions to climate change are based on trying to correct ‘market failure’ by incorporating the nefarious effects of carbon emissions via a tax or quota system. The argument goes that as mainstream economic theory does not incorporate the social costs of carbon into prices, the price mechanism must

be ‘corrected’ through a tax or a new market. The first problem with this is that climate change is not one market failure (like tobacco) but several: in capitalist transport, energy, technology, finance and employment.⁵ Economists who have attempted to calculate what the ‘social price’ of carbon should be have found that there are so many factors involved and the pricing must be projected over such a long time horizon that it is really impossible to place a monetary value on the ‘social damage’ – estimates for the carbon price range from \$14 per ton of CO₂ to \$386! ‘It is impossible to approximate the uncertainties in low-probability but high-damage, catastrophic or irreversible outcomes’ Quiggin (2021). Indeed, where carbon pricing has been applied, it has been a miserable failure in reducing emissions, or in the case of Australia, dropped by the government under the pressure of energy and mining companies.

And while there is much talk about raising carbon emission prices, little or nothing is said about the huge subsidies that governments continue to make to fossil fuel industries. EU Commissioner Gentiloni admitted as such: ‘Paradoxically, [the current energy taxation directive] is incentivising fossil fuels and not environmentally friendly fuels. We have to change this.’

The G20 countries have provided more than \$3.3 trillion (£2.4 trillion) in subsidies for fossil fuels since the Paris Climate Agreement was sealed in 2015, despite many committing to tackle the crisis. G20 member states continue to provide substantial financial support for fossil fuel production and consumption (UNDRR, 2020, p. 15). China provided nearly a quarter of the 2019 count. But with a per capita total of \$104, it was well below the G20 average of \$313. In contrast, Saudi Arabia (\$1,962), Argentina (\$734) and Russia (\$523) came top. The G20 as a whole has cut this funding by 10 per cent in 2015–19. But this masks significant variation across countries, with eight members boosting support – notably Australia, Canada and the US.

⁵ Indeed, the latest measures suggest that the increase in world temperatures will surpass 1.5C in this decade. https://essd.copernicus.org/articles/15/2295/2023/?fbclid=IwAR2pPhIN83U6oWY003cIR8LF7S-Lv_Z1wD4_Z4giuXnOKPKKxRMqmR0pKW0

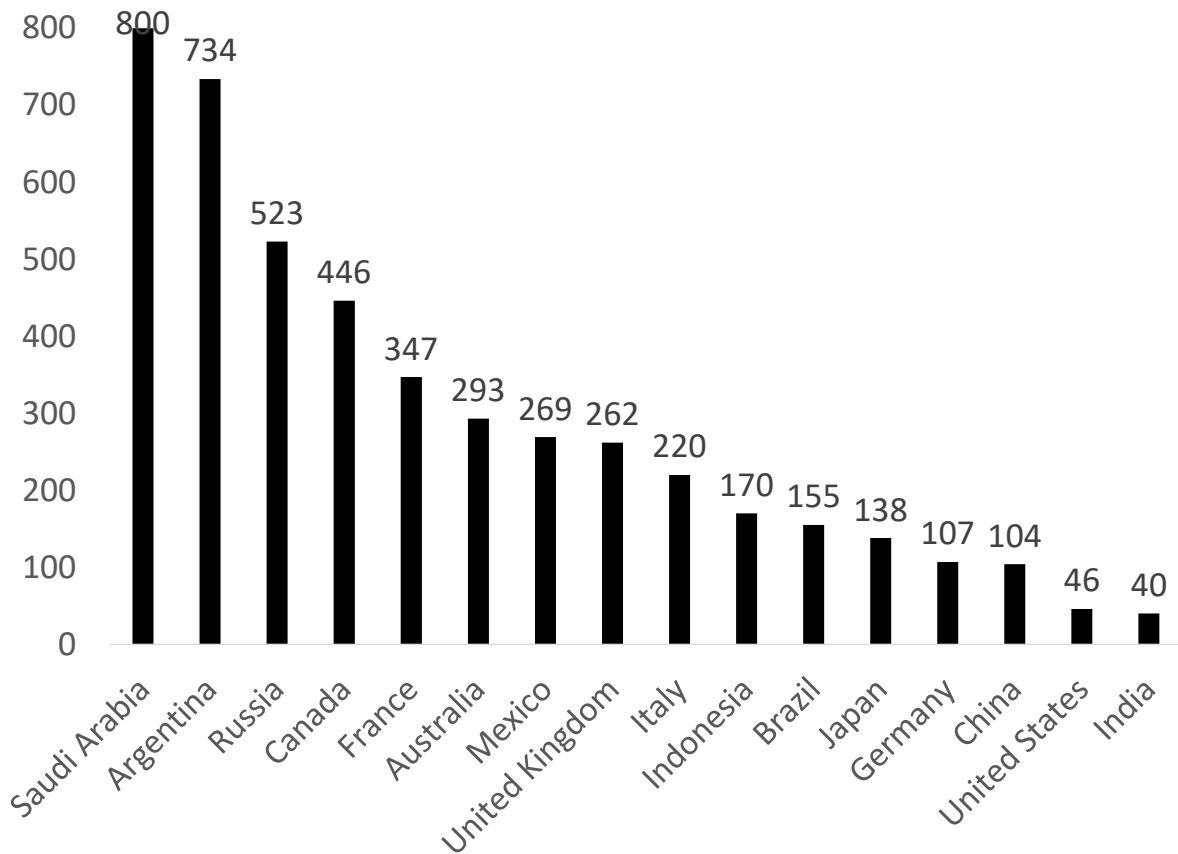


Figure 4. Fossil fuel subsidies per capita (\$).

More than 80 per cent of emissions are covered by carbon price schemes in France, Germany and South Africa. In the UK, only 31 per cent of emissions are covered but the UK has one of the highest carbon prices at \$58 per tonne of CO₂. Just 8 per cent of US emissions are covered and at the low price of \$6 per tonne. Russia, Brazil and India do not have any carbon prices. Indeed, the current average global carbon price is under \$2 and 80 per cent of global emissions have no carbon emissions pricing market at all (Bressler, 2021).

Table 1. Coverage of carbon price schemes.

Region	% of region's emissions	Carbon price (USD/tCO ₂)	Effective carbon rate	% of global emissions
Sweden	40	127	50.8	<1
Norway	60	59	35.4	<1
Switzerland	33	96	31.7	<1
British Columbia	70	26	18.2	<1
France	33	50	16.5	<1
California	85	16	13.8	2

Region	% of region's emissions	Carbon price (USD/tCO ₂)	Effective carbon rate	% of global emissions
European Union	43	25	10.8	8
Japan	70	3	2.1	5
Argentina	20	6	1.2	<1
China	40	3	1.2	1
North East US	18	5	0.9	1
Mexico	45	1	0.5	1.5
The rest	100	0	0	80
Global average			1.7	

So the carbon pricing and taxation solution, even if it worked to lower emissions, is a pipedream as it can never be implemented globally before global warming reaches dangerous ‘tipping points’ (Tapia and Carpintero, 2013).

Apart from carbon pricing and taxes, the IMF proposes a green investment stimulus — investments in clean public transportation, smart electricity grids to integrate renewables into power generation, and retrofitting buildings to enhance energy efficiency. Supposedly, this green infrastructure push will achieve two goals. First, it will boost global GDP and employment in the early years of recovery from the COVID-19 crisis. Second, the green infrastructure will increase productivity in low-carbon sectors, thereby incentivizing private sector investment and facilitating adaptation to higher carbon prices.

However, the IMF model assumes no financial and investment crises in capitalist production for the next 30 years! It projects average annual global growth of 3.3 per cent up to 2050. And yet it also reckons its ‘mitigation’ strategy would knock 1 per cent a year off that rate. On that basis, per capita real GDP growth would be barely above population growth in many countries of the Global South. The model does not really avoid the conflict between lives and livelihoods.

THE ‘DEGROWTH’ SOLUTION

Degrowth has become increasingly popular among many environmentalists and leftists. Some even call themselves “degrowth communists” (Spearing, 2021). Kohei Saito (2023) uses this term, and Jason Hickel (2020) —a prominent proponent of degrowth—defines it as follows: “The objective of degrowth is to scale down the material and energy throughput of the global economy, focusing on high-income nations with high levels of per-capita consumption.” The degrowth perspective questions why society is so obsessed with “growth” (as measured by GDP) and seeks to deconstruct the entire “ideology

of growth.” This “ideology of growth” is used by the capitalist class to argue that ever-increasing growth is necessary to overcome poverty and create jobs.

Giorgos Kallis, another major proponent of the movement, says that ‘degrowth envisions radically reducing the surplus’ and advocates so-called ‘self-limitations’ where there are ‘collective decisions to refrain from pursuing all that could be pursued’. Rather than the typical Malthusian ‘natural’ external limits, degrowth calls for a collective enforcement of limits and constraints.⁶

The target of degrowth, Kallis declares, is ‘not just capitalism, but also productivism’. Proponents of degrowth argue that any type of ‘economic growth is ecologically unsustainable – whether it is capitalist growth or socialist does not make a difference’. Kallis justifies this claim by arguing that if we did not change consumption levels in a post-carbon energy regime, then nothing would really change in terms of environmental destruction because ‘the manufacturing of renewable energies requires lots of earth materials. And the fact that they cost more than fossil fuels might have something to do with their lower energy returns and higher land requirements.’ Thus, degrowth does not really have an ecological theory of capitalist accumulation. For degrowth, any type of accumulation is bad.

But accumulation simply means reinvesting the surplus back into production to expand the means of production. The difference is that accumulation under socialism is guided by the workers themselves who collectively determine what and how much surplus to produce and how to use it. Under capitalism, accumulation happens for accumulation’s sake, to invest more and thus to make more profits without a plan and purely in the interests of private profit.

When workers are in control of the surplus, will we not develop and grow the productive forces to make life better and easier for ourselves and more sustainable for the earth and its inhabitants? Wouldn’t we especially grow green productive forces to build more (and better) schools, public transportation etc.? Shouldn’t socialists strive to repair the underdevelopment of imperialism by assisting in the development of productive forces in the formerly colonised world?

‘Yet for all its stinginess, capitalist production is thoroughly wasteful with human material, just as its way of distributing its products through trade, and its manner of competition, make it very wasteful of material resources, so that it loses for society what it gains for the individual capitalist’ (Marx).⁷ The wasteful and environmentally unsustainable consumption patterns of the working class are not produced by ‘personal’ choice but are system-induced. Every day, millions of workers in the US commute to work in single occupant vehicles not because we ‘choose’ to drive. It’s because public transportation is so unreliable (if it exists at all), jobs in the labor market are so unstable and temporary that few workers are actually able to live close to work, and the rents around major industries tend to be unaffordable for our class. Then there is planned obsolescence, such as when commodities like cell phones are produced to

⁶ Michael R. Bloomberg, ‘Climate Policy Factbook’, 20 July 2021, <https://about.bnef.com/blog/new-report-finds-g-20-member-countries-support-fossil-fuels-at-levels-untenable-to-achieve-paris-agreement-goals/>

⁷ William Nordhaus, <https://carbon-price.com/william-nordhaus/>

break every two years. When capitalism is overthrown and replaced with socialism, we can produce things that are 'built to last' because our aim is to satisfy society's needs and not private profit.

Jason Hickel argues that degrowth is not about reducing GDP.⁸ Rather, it is about reducing excess resource and energy throughput, while at the same time improving human well-being and social outcomes. Excess resource and energy use are being driven by rich nations, not poor nations. So rich nations need to reduce their resource and energy use. Hickel reckons that we could end global poverty and ensure flourishing lives for everyone on the planet (for ten billion people by the middle of the century), including universal health care and education, with 60 per cent less energy than we presently use (150 EJ, well within what is considered compatible with 1.5°C).

Capitalism is highly inefficient when it comes to meeting human needs; it produces so much, and yet leaves 60 per cent of the human population without access to even the most basic goods. Why? Because a huge portion of commodity production (and all the energy and materials it requires) is irrelevant to human well-being. In an actual degrowth scenario, the goal would be to scale down ecologically destructive and socially less necessary production (what some might call the exchange value part of the economy), while protecting and indeed even enhancing parts of the economy that are organised around human well-being and ecological regeneration (the use value part of the economy).

Who are the biggest emitters or consumers of carbon apart from the fossil fuel industry? It is the richest wealth and income earners in the 'Global North' who have excessive consumption and fly everywhere. It is the military (the biggest sector of carbon consumption). The waste of capitalist production and consumption in autos, aircraft and airlines, shipping, chemicals, bottled water, processed foods, unnecessary pharmaceuticals etc. is directly linked to carbon emissions. Harmful industrial processes like industrial agriculture, industrial fishing, logging, mining etc. are also major global heaters, while the banking industry operates to underwrite and promote all this carbon emission.

Would Marx be a 'degrowth communist' in the 21st century? According to Saito, there was a turning point in Marx's travel towards an 'ecological dimension' in his critique of capitalism. Saito reckons this is when he begins to use the term 'metabolism' and refines his understanding of the concept as the general metabolic tendency of capital. Saito argues that Marx progressively realises that capital's continuous expansion exploits not just labour, but also nature in the search for profit, leading to the destruction of the soil, deforestation and other such forms of the degradation of natural resources. Capital wants more and more value and, in particular, surplus value. That becomes the purpose of production and the metabolic harmony that existed between humans and nature before capitalism is broken. There is now a metabolic rift caused by capitalism.

⁸ Simon Dietz, James Rising, Thomas Stoerk and Gernot Wagner, 'Tipping Points in the Climate System and the Economics of Climate Change', https://thenextrecession.files.wordpress.com/2020/01/tippingpointsintheclimatesystemand_preview.pdf

But there is a debate about whether using the term ‘metabolic rift’ is useful because it suggests that at some time in the past before capitalism there was some metabolic balance or harmony between humans, on the one hand, and ‘nature’, on the other. Any emphasis on rifts or ruptures has the risk of assuming that nature is in harmony or in balance until capitalism disturbs it. But nature is never in balance, even without humans. It is always changing, evolving, with ‘punctuated equilibriums’ to use the term of Marxist paleontologist Stephen Jay Gould – such as the Cambrian explosion, with many species evolving as others go extinct⁹. The rule of the dinosaurs and their eventual extinction had nothing to do with humans (despite what the movies may depict). And humans have never been in a position to dictate conditions on the planet or with other species without repercussions. ‘Nature’ lays down the environment for humans and humans act on nature. To quote Marx: ‘Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered and inherited from the past.’

It’s true that Marx refers to the robbing of the soil by capitalist production. In *Capital*, Volume I, Chapter 15 on machinery Marx says: “Moreover, all progress in capitalist agriculture is a progress in the art, not only of robbing the worker, but of robbing the soil; all progress in increasingly the fertility of the soil for a given time is a progress towards ruining the more long-lasting sources of that fertility. The more a country proceeds from large-scale industry as the background of its development ... the more rapid is this process of destruction. Capitalist production, therefore, only develops the techniques and the degree of combination of the social process of production by simultaneously undermining the original sources of all wealth – the soil and the worker. “(Marx, 1995 [1887]). But is the ‘metabolic rift’ the “fundamental contradiction of capitalism”?

For Marx, capitalism was a system of “brutal exploitation” of labour power in production for profit, not one of robbery or dispossession. For Marx, agriculture under capitalism is a sector that exploits labour in the same way as industry. Marx rejected the Ricardian theory that the profitability of capital tended to fall because of diminishing returns in agriculture. Marx’s law of tendency of the rate of profit to fall depended on a rising “organic” composition of capital (the word “organic” perhaps taken from Liebig, as Saito suggests), where the material value of machinery and natural materials rises in cost relative to the exploitation of labour power. But contrary to Saito’s conclusion, Marx rejected Liebig’s soil exhaustion theory of the limits of capitalism and rejected the implied Malthusianism that population would outrun the availability of food and the necessities for human life.

De-growth in general as a solution to capitalism’s destruction of nature has become increasingly popular among many environmentalists and leftists. Jason Hickel, a prominent proponent of de-growth, defines it like this: ‘The objective of degrowth is to scale down the material and energy throughput of the global economy, focusing on high-income nations with high levels of per-capita consumption.’ There is

⁹ <https://www.amazon.co.uk/Marx-Anthropocene-Towards-Degrowth-Communism/dp/1108844154>

a big debate here – as expressed in a critique by ex-World Bank chief economist and expert on global inequality, Branco Milanovic.¹⁰ Milanovic argues that any proposal to redistribute income and wealth to the global South by stopping or even reducing accumulation and GDP growth in the rich countries is economically irrational and politically infeasible. Hickel responded by saying that Milanovic was misrepresenting the de-growth argument because he has a ‘blind faith’ in economic growth.¹¹

Suffice it to say that, under capitalism, accumulation happens for accumulation’s sake, to invest more and thus to make more profits without a plan and purely in the interests of private profit. When workers are in control of the surplus, will we not develop and grow the productive forces to make life better and easier for ourselves and more sustainable for the earth and its inhabitants? Wouldn’t we especially expand ‘green’ productive forces to build say, more (and better) schools, public transportation etc.? Shouldn’t socialists strive to repair the underdevelopment created by imperialism by assisting in the development of productive forces in the formerly colonised world? As Marx himself put it: “Yet for all its stinginess, capitalist production is thoroughly wasteful with human material, just as its way of distributing its products through trade, and its manner of competition, make it very wasteful of material resources, so that it loses for society what it gains for the individual capitalist.” The wasteful and environmentally unsustainable consumption patterns of the working class are not produced by ‘personal’ choice but are system-induced.

But the proponents of de-growth seem to argue that there are absolute ‘planetary limits’ and a fixed ‘carrying capacity’ that cannot be surpassed by humans if we want to avoid ecological collapse. Here there’s no distinction between socially produced limits and natural limits. But degrading nature, exterminating species and threatening to destroy the atmosphere of the planet are the result of the contradictions to be found in the capitalist mode of production itself, not in some existential threat from outside the system. Increased rates of pollution and environmental degradation occur because capitalists pursue profits at the expense of the environment, not because of the technologies themselves. Socialists should distinguish between the instruments of production and their use under capitalism.

In a socialist de-growth scenario, the goal would be to scale down ecologically destructive and socially less necessary production (what some might call the exchange value part of the economy), while protecting and indeed even enhancing parts of the economy that are organised around human well-being and ecological regeneration (the use value part of the economy).

Saito is right that ending the dialectical contradiction between humans and nature and bringing about some level of harmony and ecological balance would only be possible with the abolition of the capitalist mode of production. As Engels (1896) said, “To carry out this control requires something more

¹⁰ Jason Hickel, ‘Degrowth: A Theory of Radical Abundance’, *Real-World Economics Review*, 87(19), 2019, pp. 54–68.

¹¹ Giorgos Kallis, *In Defense of Degrowth: Opinions and Manifestos*, 2018. UK: Uneven Earth Press, pp. 22, 21.

than mere *knowledge*.” Science is not enough. “*It requires a complete revolution in our hitherto existing mode of production, and with it of our whole contemporary social order*” (ibid.)¹²

The solution to these multifaceted and compounding environmental crises is not ‘degrowth’, but rather, as Mandel formulates it, ‘controlled and planned growth’: ‘Such growth would need to be in the service of clearly defined priorities that have nothing to do with the demands of private profit ... rationally controlled by human beings ... The choice for “zero growth” is clearly an inhuman choice.’¹³ Two-thirds of humanity still lives below the subsistence minimum. If growth is halted, it means that the underdeveloped countries are condemned to remain stuck in the swamp of poverty, constantly on the brink of famine. ‘Planned growth means ‘controlled growth’, rationally controlled by human beings. This presupposes socialism: such growth cannot be achieved unless the “associated producers” take control of production and use it for their own interests, instead of being slaves to “blind economic laws” or “technological compulsion”.’

A global plan could steer investments into things society does need, like renewable energy, organic farming, public transportation, public water systems, ecological remediation, public health, quality schools and other currently unmet needs. And it could equalise development the world over by shifting resources out of useless and harmful production in the North and into developing the South, building basic infrastructure, sanitation systems, public schools, health care. At the same time, a global plan could aim to provide equivalent jobs for workers displaced by the retrenchment or closure of unnecessary or harmful industries. And a global plan could start to utilise new technology in food production. Damaging and cruel livestock farming could be phased out with plant-based ‘meat’ production and organic farming.

PANDEMICS: NATURE STRIKES BACK

There is now firm evidence of a strong link between environmental destruction and the increased emergence of deadly new diseases such as COVID-19. Indeed, increasing numbers of deadly new pandemics will afflict the planet if levels of deforestation and biodiversity loss continue at their current catastrophic rates. Almost a third of all emerging diseases have originated through the process of land use change. As a result, five or six new epidemics a year could soon affect Earth’s population. ‘There are now a whole raft of activities – illegal logging, clearing and mining – with associated international trades in bushmeat and exotic pets that have created this crisis’, says Stuart Pimm, professor of conservation at Duke University. ‘In the case of Covid-19, it has cost the world trillions of dollars and already killed almost a million people, so clearly urgent action is needed.’¹⁴

It is estimated that tens of millions of hectares of rainforest and other wild environments are being bulldozed every year to cultivate palm trees, farm cattle, extract oil and provide access to mines

¹² Marx, *Capital Vol 3*, New York: Penguin, 1991, p. 180.

¹³ Jason Hickel, *Less Is More: How Degrowth Will Save the World*, February 2021. Windmill Press.

¹⁴ Stephen Jay Gould, <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674024441>

and mineral deposits. This leads to the widespread destruction of vegetation and wildlife that are hosts to countless species of viruses and bacteria, most unknown to science. Those microbes can then accidentally infect new hosts, such as humans and domestic livestock. Such events are known as spillovers. Crucially, if viruses thrive in their new human hosts, they can infect other individuals. This is known as transmission and the result can be a new, emerging disease. Zoologist David Redding, of University College London explains what happens in places where trees are being cleared, mosaics of fields, created around farms, appear in the landscape interspersed with parcels of old forest.¹⁵ This increases the interface between the wild and the cultivated. Bats, rodents and other pests carrying strange new viruses come from surviving clumps of forests and infect farm animals – who then pass on these infections to humans.’

The blame for the 2019-nCoV outbreak is supposedly open markets for exotic animals in Wuhan, but it could also be due to the industrial farming of hogs across China. Or even a leak from a lab. But whatever the specific source of COVID-19, there appears to be an underlying structural cause: the pressure of the law of value through industrial farming and the commodification of natural resources. Commoditising the forest may have lowered the eco-systemic threshold to such a point that no emergency intervention can drive any outbreak low enough to burn out. For example, in relation to the Ebola outbreak in the Congo (which is also happening again). ’

Deforestation and intensive agriculture may strip out traditional agroforestry’s stochastic friction, which typically keeps the virus from lining up enough transmission.’ And anyway, ’even the wildest subsistence species are being roped into ag value chains: among them ostriches, porcupine, crocodiles, fruit bats, and the palm civet, whose partially digested berries now supply the world’s most expensive coffee bean. Some wild species are making it onto forks before they are even scientifically identified, including one new short-nosed dogfish found in a Taiwanese market.’ All are increasingly treated as food commodities. As nature is stripped place-by-place, species-by-species, what’s left over becomes that much more valuable. Spreading factory farms meanwhile may force increasingly corporatised wild foods companies to trawl deeper into the forest, increasing the likelihood of picking up a new pathogen, while reducing the kind of environmental complexity with which the forest disrupts transmission chains. It is very likely that there will be more and possibly even deadlier pathogens ahead.

The capitalist economy is based on the private sector and the public sector operates as a support of the former. The private sector works for profit, so it engages into activities procuring profits and abstains and/or withdraws from non-profitable activities. Furthermore, the capitalist economy in order to surpass health and economic crises needs to mobilise primarily the private sector (as this is the dominant sector of the economy). This requires using the public sector in order to subsidise the private

¹⁵ <http://glineq.blogspot.com/2017/11/the-illusion-of-degrowth-in-poor-and.html>

sector by giving to the latter sufficiently profitable incentives. So actions are slow and fuzzy in a capitalist economy.

On the contrary, the planned economy would operate on the basis of economic planning and its dominant sector is the public sector. Thus, it could have non-surplus producing activities and even loss-making activities if this were decided by social planning. Loss-making activities would also be viable since they would be designated as such by social planning and would be structurally subsidised by the other economic activities. Additionally, when faced with an urgent contingency, it could mobilise resources on time and in sufficient numbers. This would be a direct mechanism operated by the planning authority. Hence, it is certain that (a) it would take place and (b) be punctual. This holds for socialism where the private sector and a large public sector co-exist and if the latter is planned to produce not for profit but for the satisfaction of human needs. In a capitalist economy, the planned sector is subordinated to the law of values

For these reasons a planned economy is better equipped to face contingencies like a health crisis. As President Donald Trump put it for the US economy, it is not built to be shut down. The fundamental reason is that capitalist enterprises operate for profit, or else they have no reason to exist. Consequently, they cannot operate at a low cost of production level and moreover with losses. Unless someone else subsidises them to keep operating, they are going to close. On the contrary, a socialist economy can survive without achieving surplus (profits) by simply covering production costs. For the same reasons it can survive longer even with economic losses.

Economic crises start with a supply deficiency not a demand one and the COVID pandemic slump was no different. It was production, trade and investment that was first stopped when shops, schools, businesses were locked down in order to contain the pandemic. Of course, then if people cannot work and businesses cannot sell, then incomes drop and spending collapses and that produces a 'demand shock'. Indeed, it is the way with all capitalist crises: they start with a contraction of supply (due to a profitability fall) and end up with a fall in consumption – not vice versa.

Around 2.7 billion workers worldwide were affected by full or partial lockdown measures to combat the COVID-19 pandemic – around 81 per cent of the world's 3.3 billion workforce. The world economy had seen nothing like this before. Cyclically, the world economy was already 'on the verge of falling into a new cyclical crisis because of the imbalances accumulated after the 2007–09 cyclical crisis.' Structurally, the major capitalist economies were not equipped to handle the pandemic because they had run down the health, medical and public services needed to cope. And systemically, the pandemic had shown that capitalism's drive for profit over need leads to recurring crises in humanity, the climate and nature.

Before the COVID-19 pandemic engulfed the world, the big pharmaceutical companies did little investment in vaccines for global diseases and viruses. It was just not profitable. Of the 18 largest US pharmaceutical companies, 15 had totally abandoned the field. Heart medicines, addictive tranquilisers

and treatments for male impotence were profit leaders, not defences against hospital infections, emergent diseases and traditional tropical killers. A universal vaccine for influenza – that is to say, a vaccine that targets the immutable parts of the virus's surface proteins – has been a possibility for decades, but never deemed profitable enough to be a priority. So, every year, we get vaccines that are only 50 per cent efficient.

The impact of the pandemic slump was not equal. While hundreds of millions lost their jobs, businesses and incomes and been forced to go to work; others stayed at home on full pay, saved money and became cash-rich. And a tiny elite made a 'killing' on the financial markets, fuelled by a huge injection of credit by central banks and direct financial support by governments, mainly in the richer 'global north'. In the year of the pandemic, billionaires' wealth soared by 27.5 per cent while 131 million people were pushed into poverty due to COVID-19.

IMF chief Georgieva reported that by the end of 2022, cumulative per capita income will be 13 per cent below pre-crisis projections in advanced economies – compared with 18 per cent for low-income countries and 22 per cent for emerging and developing countries excluding China. 'Put another way, the convergence between countries can no longer be taken for granted. Before the crisis, we forecast that income gaps between advanced economies and 110 emerging and developing countries would narrow over 2020–22. But we now estimate that only 52 economies will be catching up during that period, while 58 are set to fall behind. ... There is a major risk that most developing countries will languish for years to come.'

The lesson of the coronavirus vaccine response is that a few billion dollars a year spent on additional basic research could have prevented a thousand times as much loss in death, illness and economic destruction. What better lesson can we learn from the COVID vaccine experience than that the multinational pharma companies should be publicly owned so that research and development can be directed to meet the health and medical needs of people not the profits of these companies? Sure, state-owned companies can also work for the interests of capital and profits, but within a democratically planned economy, they would work for social needs.

Within a planned global economy, it would be possible to set up a programme to monitor wildlife, reduce spillovers, end the wildlife meat trade and reduce deforestation. Such a scheme could cost no more than \$20 billion a year, a price tag that is dwarfed by the cost of the COVID-19 pandemic, which has wiped trillions of dollars from national economies round the world. Spending of about \$260 billion over ten years could substantially reduce the risks of another pandemic on the scale of the coronavirus outbreak, which is just 2 per cent of the estimated \$11.5 trillion costs of COVID-19 to the world economy. Furthermore, the spending on wildlife and forest protection would be almost cancelled out by another benefit of the action: cutting the CO₂ emissions driving the climate crisis.

The New Nature Economy project, published by the World Economic Forum (WEF), says:

We are reaching irreversible tipping points for nature and climate. If recovery efforts do not address the looming planetary crises, a critical window of opportunity to avoid their worst impact will be irreversibly lost. And yet the cost of action to deal with these impending disasters would be not much more than the recent fiscal spending by governments to save jobs and businesses from the COVID-19 pandemic.¹⁶

REFERENCES

- Bressler, R. Daniel. The mortality cost of carbon. *Nature Communications*, v. 12, n. 4467, 2021. DOI: 10.1038/s41467-021-24487-w. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-021-24487-w>. Acesso em: 23 maio 2025.
- Daniel Quiggin, Kris De Meyer, Lucy Hubble-Rose and Antony Froggat, 'Climate Change Risk Assessment', September 2021, Chatham House.
- Engels, Friedrich. *Dialectics of nature*. Tradução e edição de Clemens Dutt. Moscou: Progress Publishers, 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1883/don/index.htm>. Acesso em: 23 maio 2025.
- Foster, John Bellamy; Clark, Brett. *The Robbery of Nature: Capitalism and the Ecological Rift*. New York: Monthly Review Press, 2020. ISBN 9781583678410.
- Giorgos Kallis, *In Defense of Degrowth: Opinions and Manifestos*, 2018. UK: Uneven Earth Press, pp. 22, 21.
- Gould, Stephen Jay. *The richness of life: the essential Stephen Jay Gould*. Selected by Steven Rose. Cambridge: Harvard University Press, 2007. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674024441>. Acesso em: 23 maio 2025.
- Hickel, Jason. *Less is more: how degrowth will save the world*. London: William Heinemann, 2020. ISBN 9781785152498.
- <https://systemchangenotclimatechange.org/article/%E2%80%99Csocial-cost-carbon%E2%80%99D-what-price-existence>
- <https://www.amazon.co.uk/Marx-Anthropocene-Towards-Degrowth-Communism/dp/1108844154>
- Indeed, the latest measures suggest that the increase in world temperatures will surpass 1.5C in this decade.
- https://essd.copernicus.org/articles/15/2295/2023/?fbclid=IwAR2pPhIN83U6oWY003cIR8LF7S-Lv_Z1wD4_Z4gjuXnOKPKKxRMqmR0pKW0
- James Hamilton, 'Historical Oil Shocks', NBER Working Paper No. w16790, last revised: 19 May 2021.
- Jason Hickel, 'Degrowth: A Theory of Radical Abundance', *Real-World Economics Review*, 87(19), 2019, pp. 54–68.

¹⁶ <https://www.resilience.org/stories/2017-12-06/branko-milanovic-wrong->

- Joe Spearing, 'We Need to Look beyond the Market to Beat Climate Change', Financial Times, 14 July 2021, www.ft.com/content/bb92c7aa-aa1d-4797-9739-81ce1054ceaa
- John Bellamy Foster and Brett Clark, 'Marx and Alienated Speciesism', Monthly Review, 2018. www.haymarketbooks.org/search?q=Marx-and-Nature, www.amazon.co.uk/Marx-S-Ecology-Materialism-Nature/dp/1583670122
- José A. Tapia Granados and Óscar Carpintero, 'Dynamics and Economic Aspects of Climate Change'. http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/93589/Tapia&Carpintero_Dynamics_of_climate_change.pdf?sequence=1
- José A. Tapia, 'From the Oil Crisis to the Great Recession: Five Crises of the World Economy', https://drexel.edu/~media/Files/coas2/politics/Tapia_FromTheOilCrisisToTheGreatRecession%20-%20FiveCrisesOfTheWorldEconomy%202014.ashx?la=en
- Marx, Karl. Critique of the Gotha Programme, 1875, www.marxists.org/archive/marx/works/1875/gotha/ch01.htm
- Mandel, Ernest. *Is Capitalism Growing Out of Its Crises?* Novembro 1972. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/mandel/1972/11/growth.html>. Acesso em: 23 maio 2025.
- Marx, Karl. Capital Vol 3, New York: Penguin, 1991, p. 180.
- Marx, Karl. Capital: A Critique of Political Economy. Volume III – The Process of Capitalist Production as a Whole. Edited by Friedrich Engels. Translated by David Fernbach. London: Penguin Books; New Left Review, 1981. (Original: 1894). ISBN 9780140445701.
- Marx, Karl. Critique of the Gotha Programme. 1875. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Collected Works. Vol. 24. London: Lawrence & Wishart, 1989. p. 75–99. (Originalmente escrito em 1875; publicado postumamente por Engels em 1891).
- Marx, Karl. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band: Der Produktionsprozess des Kapitals. Hamburg: Verlag Otto Meissner, 1867. 784 p.
- Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Marx, Karl. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Werke*, Band 40. Berlin: Dietz Verlag, 1956. p. 465–588. (Primeira publicação póstuma em 1932, a partir dos manuscritos originais de 1844).
- Michael R. Bloomberg, 'Climate Policy Factbook', 20 July 2021, <https://about.bnef.com/blog/new-report-finds-g-20-member-countries-support-fossil-fuels-at-levels-untenable-to-achieve-paris-agreement-goals/>
- Notes on Marx and ground-rent, SPGB, <https://socialiststudies.org.uk/marx%20groundrent.shtml>
- Oxfam, 21 September 2020, www.oxfam.org/en/press-releases/carbon-emissions-richest-1-percent-more-double-emissions-poorest-half-humanity
- Quiggin, Daniel; De Meyer, Kris; Hubble-Rose, Lucy; Froggatt, Antony. Climate Change Risk Assessment 2021. London: Chatham House, The Royal Institute of International Affairs, 2021.

Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2021-09/2021-09-14-climate-change-risk-assessment-quiggin-et-al.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

R.D. Bressler, 'The Mortality Cost of Carbon', *Nature Communications* 12(4467), 2021, [www.nature.com/articles/s41467-021-24487-](https://www.nature.com/articles/s41467-021-24487-w?fbclid=IwAR1tCQkJax_QonR4U2cuUeFWdRaswAMENb-ap9S0Cn1IEfjZa4gpX52Io2E)

[w?fbclid=IwAR1tCQkJax_QonR4U2cuUeFWdRaswAMENb-ap9S0Cn1IEfjZa4gpX52Io2E](https://www.nature.com/articles/s41467-021-24487-w?fbclid=IwAR1tCQkJax_QonR4U2cuUeFWdRaswAMENb-ap9S0Cn1IEfjZa4gpX52Io2E)

Saito, Kohei. *Marx in the Anthropocene: towards the idea of degrowth communism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. ISBN 9781108838507.

Simon Dietz, James Rising, Thomas Stoerk and Gernot Wagner, 'Tipping Points in the Climate System and the Economics of Climate Change', https://thenextrecession.files.wordpress.com/2020/01/tippingpointsintheclimatesystemand_preview.pdf

Spearing, Joe. We need to look beyond the market to beat climate change. *Financial Times*, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/bb92c7aa-aa1d-4797-9739-81ce1054ceaa>. Acesso em: 23 maio 2025.

Stern, Nicholas. *The Economics of Climate Change: The Stern Review*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. ISBN 9780521700803.

Tapia Granados, José A.; Carpintero, Óscar. Dynamics and Economic Aspects of Climate Change. In: Kang, M. S.; Banga, S. S. (ed.). *Combating Climate Change: An Agricultural Perspective*. Boca Raton: CRC Press, 2013. p. 29–58. ISBN 9781466513471. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/93589>. Acesso em: 23 maio 2025.

Tapia Granados, José A.; Ionides, Edward L.; Carpintero, Óscar. Climate change and the world economy: short-run determinants of atmospheric CO₂. *Environmental Science & Policy*, v. 21, p. 50–62, 2012. DOI: 10.1016/j.envsci.2012.03.008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027.42/91022>. Acesso em: 23 maio 2025.

Tapia, José A. From the Oil Crisis to the Great Recession: Five Crises of the World Economy. [S.l.]: Drexel University, Department of Politics, 2014. Disponível em: https://drexel.edu/~media/Files/coas2/politics/Tapia_FromTheOilCrisisToTheGreatRecession%20-%20FiveCrisesOfTheWorldEconomy%202014.ashx?la=en. Acesso em: 23 maio 2025.

The Carbon Majors Database CDP Carbon Majors Report 2017.

The internal rate of return on capital (IRR) is value added minus labour compensation divided by fixed assets, from the Penn World Tables 10.0, and as such is close (proxy) to the Marxian average rate of profit (ARP).

The Human Cost of Disasters', UNDRR, 2020, www.preventionweb.net/files/74124_humancostofdisasters20002019reportu.pdf

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNDRR). The Human Cost of Disasters: An Overview of the Last 20 Years (2000–2019). Geneva: UNDRR, 2020. Disponível em: <https://www.undrr.org/sites/default/files/inline-files/Human%20Cost%20of%20Disasters%202000-2019%20FINAL.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

William Nordhaus, <https://carbon-price.com/william-nordhaus/>

Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica

Recebido em: 21/01/200025

Accepto em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap6

Janaina Cassiano dos Santos 

Ana Carolina M. Pessôa 

Marcelo Augusto dos Santos Junior 

João B. C. dos Reis 

Celso H. L. Silva Junior 

Nathalia S. Carvalho 

Ana Larissa R. e Freitas 

Valentina Herrera Herrera 

Roxana Vergara Rodríguez 

María Eugenia Ulfe 

Hellen Charlot Cristancho Garrido 

Roger Few 

Rachel Carmenta 

Liana O. Anderson 

INTRODUÇÃO

Comunidades e povos originários e tradicionais são caracterizados por serem grupos que se reconhecem como tal e possuem uma organização social única, os quais necessitam de seus territórios para sua autonomia, reprodução cultural, religiosidade, ancestralidade, economia e sobrevivência (Brasil, 2007). Essas comunidades desempenham um papel fundamental em diversas localidades do planeta na preservação ambiental, diversidade cultural, resgate de tradições, história, tecnologia social, entre outros (Ellen et al., 2000).

Essas relações de costumes, modo de vida, bem viver e ancestralidade enfrentam uma série de desafios e vulnerabilidades que ameaçam sua existência, suas práticas e riquezas de conhecimento (Warren et al., 1995). Com isso, a academia e estudos interdisciplinares vêm realizando esforços para compreender as dinâmicas que impactam essas comunidades, bem como a interação complexa entre elas e o meio, por exemplo, a resiliência, impactos, ameaças e vulnerabilidades relacionados a pressão ambiental, mudanças climáticas, globalização, políticas governamentais, recursos naturais, entre outros (Berkes & Fikret, 1999). No ano de 2020, um outro problema severo foi adicionado a esta gama de adversidades, no formato da pandemia de Covid-19 e as restrições sociais impostas no intuito de controlar a disseminação da doença.

Populações tradicionais e originárias muitas vezes possuem uma relação de dependência, troca, simbolismo, religiosidade e de respeito com a natureza e os ecossistemas locais (Toledo & Barrera-Bassols, 2009). No entanto a pressão resultante da exploração econômica predatória impacta negativamente e ameaça o modo de vida tradicional, levando à perda de conhecimentos e práticas culturais ou mesmo colocando em risco toda a população (Yanomami e Machado, 2023). Sendo assim, o contexto da "natureza da verdade" torna-se relevante quando as comunidades tradicionais são confrontadas com narrativas conflitantes sobre o uso da terra e dos recursos naturais (Brosius, 1997; West, 2016). Enquanto suas perspectivas estão fundamentadas em uma compreensão íntima e prática da terra, da flora e fauna locais, essas perspectivas muitas vezes entram em conflito com visões mais dominantes baseadas em modelos econômicos convencionais, legislação excludente ou interesses de empresas (Posey, 1999; West, 2016).

Outros fatores fragilizadores são as relações provenientes das mudanças climáticas, como o aumento das temperaturas globais (Hoegh-Guldberg et al., 2019), eventos de secas e chuvas cada vez mais prolongados e intensas (Cunha et al., 2019, Haghtalab et al., 2020), maior ocorrência de incêndios florestais (Silva Junior et al., 2022, Oliveira et al., 2020). Esses fatores associados a marginalização, fragilidade ambiental e vulnerabilidade social (crime organizado, conflitos armados, pobreza, etc.) (Bautista-Cespedes et al., 2021) afetam padrões migratórios e reprodutivos de espécies e população, bem como impactam negativamente a sociobiodiversidade local, influenciando diretamente a população que habita essas localidades.

A marginalização social é uma realidade persistente, onde grupos étnicos, comunidades indígenas e populações rurais muitas vezes são excluídos das oportunidades econômicas e sociais, contribuindo para a perpetuação do ciclo de pobreza (Pires, 2019). A falta de acesso a recursos básicos, educação de qualidade e serviços de saúde adequados amplifica a desigualdade e aumenta a vulnerabilidade dessas comunidades.

Além disso, a presença do crime organizado nas regiões agrava consideravelmente a situação (Perazzoni, 2018). Grupos armados ilegais muitas vezes buscam controle sobre territórios estratégicos, envolvendo-se em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, mineração ilegal e exploração de recursos naturais. Isso não apenas gera um ambiente de insegurança constante, mas também cria desafios adicionais para as comunidades locais que podem ser forçadas a lidar com violência, extorsão e coerção (Souza et al., 2022).

O desalojamento é outra questão crítica enfrentada por essas populações, muitas vezes vinculado à exploração econômica e aos conflitos armados. O deslocamento forçado de comunidades inteiras é comum, seja devido à expansão de projetos industriais, conflitos territoriais ou violência associada ao narcotráfico (Athayde & Silva-Lugo, 2018). Essas ações não apenas desenraizam as comunidades de suas terras e tradições, mas também provocam a vivência em condições precárias, acesso limitado a serviços básicos e desafios significativos na reconstrução dessa população.

Abordar esses problemas requer esforços coordenados que vão além das fronteiras nacionais. O respeito e preservação da base epistemológica são cruciais, não apenas para a diversidade cultural, mas também para a sustentabilidade a longo prazo da região. Isso envolve o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais como formas válidas de compreensão e manejo dos recursos naturais, além de políticas e práticas que promovam a conservação ambiental, o respeito pelos direitos das comunidades locais, a inclusão social, o fortalecimento das instituições locais, o combate ao crime organizado e a implementação de medidas para proteger os direitos humanos das populações afetadas.

A base epistemológica das comunidades tradicionais na Bacia do Amazonas está profundamente enraizada em suas práticas culturais, conhecimentos tradicionais e sistemas de crenças que se desenvolveram ao longo de gerações. As suas formas de conhecimento frequentemente se baseiam na observação direta da natureza, em histórias orais transmitidas de geração em geração, em práticas agrícolas sustentáveis e na compreensão intrincada dos ciclos naturais (Londono et al., 2016).

Além desses fatores e fenômenos estudados, nos últimos anos houve um agravamento da situação social destas comunidades com o surgimento da Covid-19 e proliferação de outras doenças contagiosas (Faro et al., 2020), as quais ameaçam a saúde pública das comunidades situadas na Bacia Amazônica, visto que muitas têm acesso limitado a rede pública ou particular de saúde.

As multiameaças enfrentadas pelo ambiente, socioeconômica e saúde no território demonstram a complexidade que envolve um planejamento de gestão pública e enfrentamento de crises, principalmente quando esses fatores estão atrelados a territórios pertencentes a povos originários e comunidades tradicionais (Leichenko; O'Brien, 2008). Esses fatores podem dificultar a coleta e compartilhamento de dados essenciais para uma resposta eficaz ao enfrentamento e recuperação perante a essas ameaças, bem como a perda de saberes tradicionais por diversos fatores.

A região amazônica desempenha uma função vital na manutenção do equilíbrio climático global (Walker et al., 2020) e dados obtidos por satélite desempenham um papel ímpar para quantificar as mudanças ambientais, que associado a outras áreas do conhecimento nos ajudam a gerar uma compreensão integrada da interação socioambiental (Han et al., 2021; Santos et al., 2018). Os dados são cruciais para monitorar a cobertura florestal, o desmatamento, a degradação florestal e focos de incêndios, identificar mudanças no uso e cobertura da terra, avaliar a dinâmica dos ecossistemas, e identificar os extremos climáticos (Setzer; Ferreira, 2021). Os dados meteorológicos e atmosféricos, que permitem identificar extremos climáticos, como secas e chuvas, podem ser obtidos através de modelos numéricos atmosféricos (Limberger & Silva, 2018), sensores remotos orbitais (Marinho et al., 2021) ou produtos de reanálise (Wongchuig et al., 2019), e nos permitem entender os ciclos naturais e como estes estão se alterando ao longo do tempo. Essas e outras informações ajudam a entender os impactos das atividades antrópicas sobre o ambiente e suas respostas. Se tratando de socioeconomia, os dados provenientes de satélites auxiliam na avaliação da expansão agrícola, mineração, monitoramento de infraestrutura,

prevendo como o desenvolvimento afeta as comunidades locais e a distribuição de renda (Cassol et al., 2019).

Portanto, o uso de dados de sensoriamento remoto ajuda na produção de informações importantes para entender as condições ambientais e as possíveis ameaças que estas podem impor às comunidades amazônicas. Com isso, esse capítulo tem como objetivo identificar os problemas e desafios enfrentados pelas comunidades na região de estudo e as forças ambientais que podem ter atuado em conjunto com a Covid-19, aumentando as suas vulnerabilidades e os desafios de seus caminhos de recuperação pós-pandemia.

ÁREA DE ESTUDO E MÉTODOS

Esse estudo adotou duas localidades no Brasil e na Colômbia e quatro no Peru como sítios para estudos de caso (Figura 1). Essas comunidades estão interconectadas por apresentarem vulnerabilidades, ameaças, forças ambientais e riscos em comum, apesar de estarem situadas em diferentes localidades amazônicas.



Figura 1. Localização dos sítios considerados neste estudo.

As informações sobre as ameaças e vulnerabilidades foram coletadas em oficina virtuais com um grupo de pesquisadores de áreas distintas do conhecimento dos três países envolvidos e do Reino Unido, abrangendo áreas das ciências ambientais e sociais. As reuniões foram utilizadas para o diagnóstico e

discussão, segundo o entendimento de cada pesquisador sobre os problemas e desafios enfrentados pelas comunidades ou região de estudo. Foram elencados os maiores problemas enfrentados, estratificados dois grupos: crônicos e episódicos.

Os problemas denominados como crônicos foram definidos como aqueles que sempre acontecem nessas localidades e estão aumentando a recorrência de forma gradativa. Já os problemas episódicos, foram identificados considerando sua ocorrência esporádica, muitas vezes sem condições de serem previstas e que potencialmente afetam gravemente essas localidades.

Depois de identificadas as maiores forças e vulnerabilidades em comum, foram realizadas análises espaciais utilizando uma grade regular de resolução espacial de 5 x 5 km², visando capturar a escala local, para extrair as informações ambientais das bases de dados de sensoriamento remoto. Em seguida, foram compatibilizados dados de média anual de temperatura, total acumulado anual de precipitação, proporções anuais de floresta, desmatamento, área queimada, agropecuária e comprimento de borda florestal anual (Tabela 1). A série temporal utilizada foi de 2003 a 2020.

A partir dos mapas anuais de cobertura da terra do produto MapBiomas (coleção 3), com a discriminação de áreas de florestas e uso agropecuário, foram analisadas as mudanças locais ao longo do tempo (Mapbiomas, 2021). Além disso, foi calculada uma métrica de fragmentação florestal usando o comprimento das bordas da floresta como um indicador para a degradação ambiental local, seguindo a metodologia adotada por (Silva-Junior, 2020).

A partir dos dados de uso e cobertura da terra e métrica de fragmentação florestal, foram calculadas regressões lineares, considerando a média de cobertura florestal, agropecuária e comprimento de borda florestal de cada país, para avaliar a tendência, de aumento ou diminuição, ao longo dos anos, na escala local.

Tabela 1. Descrição dos produtos e métricas utilizadas.

Produto	Descrição da métrica usada	Resolução original
CHIRPS	Acumulado anual de precipitação	0.05°
MOD11A2	Média anual de temperatura	1 km
MCD64A1 c6	Proporção anual de área queimada	500 m
MapBiomas	Proporção anual de classes de uso e cobertura da terra	30 m
Silva Junior et al. (2000)	Proporção anual de desmatamento de floresta primária	30 m
Silva Junior et al. (2000)	Comprimento de borda florestal	30 m

A proporção anual de classes de uso e cobertura da terra do MapBiomas é um dado essencial no monitoramento das mudanças na ocupação do solo ao longo do tempo, proveniente de dados de sensoriamento remoto (Mapbiomas, 2021). Os dados de proporção anual de desmatamento de floresta

primária e comprimento de borda florestal de Silva Junior et al., (2020) auxiliam na compreensão os padrões temporais e espaciais do desmatamento, fornecendo informações valiosas para a conservação ambiental e o desenvolvimento de estratégias sustentáveis.

Os dados de precipitação foram extraídos do produto *Climate Hazards Group InfraRed Precipitation with Station*, denominado CHIRPS. Este produto de precipitação global baseia-se em observações de satélite e incorpora dados de estações meteorológicas terrestres para a calibração e melhoria da precisão das estimativas. Os dados são disponibilizados em uma grade de resolução espacial de 0.05° e possui dados de 1981 até o momento presente (Funk et al., 2015).

O conjunto de dados de temperatura da superfície terrestre (MOD11A2) foi obtido a partir do satélite MODIS (*Moderate Resolution Imaging Spectroradiometer*). Este sensor é operado pela NASA (*National Aeronautics and Space Administration*) e pela USGS, o qual fornece informações diárias e noturnas sobre a temperatura da superfície terrestre em uma resolução espacial de 1 km (Wan et al., 2015; Modis, 2023).

O produto de área queimada global MCD64A1 c6 do MODIS é um conjunto de dados que fornece informações sobre a ocorrência de queimadas em nível global. O produto é importante para o monitoramento de incêndios florestais capturando sua distribuição espacial e temporal (Giglio et al., 2021; MODIS, 2023).

Os dados foram analisados considerando-se os valores médios anuais, suas anomalias, ou seja, valores acima ou abaixo da média, e as tendências, que podem ser positivas, indicando aumento, ou negativas, indicando diminuição da variável estudada.

VULNERABILIDADES AMAZÔNICAS: POBLEMAS CRÔNICOS E EPISÓDICOS

As principais vulnerabilidades e ameaças identificadas por especialistas de cada um dos países está apresentada no Quadro 1. Nos três países, as comunidades amazônicas estudadas apresentaram problemas relacionados a conflito de território, seja pela pressão relacionada aos recursos naturais, especulação imobiliária, invasão de terras ou confronto armado.

A maior ocorrência de problemas crônicos foi relacionada a conflitos com agentes externos, desmatamento, desigualdade social e conflito armado associado aos cultivos de uso ilícitos (Colômbia) e tráfico de drogas (Peru). Já os maiores problemas episódicos elencados foram a Covid-19, incêndios florestais, conflitos armados e inundações severas (Brasil e Colômbia). Foi possível observar que as comunidades/regiões estudadas os dos três países enfrentam distintos problemas crônicos relacionados à mudanças climáticas, degradação ambiental e governança fragilizada.

As comunidades da Amazônia peruana foram as que mais apresentaram problemas crônicos relacionados a grandes empreendimentos, perda de conhecimentos tradicionais e expansão de monoculturas, enquanto a comunidades colombianas enfrentam um quadro de pobreza multidimensional. Na região estudada no Brasil, a Floresta Nacional Tapajós, foi a única localidade que apresentou problema episódico relacionado a extremo de temperatura, já as secas severas são sentidas tanto nas áreas de estudo

do Brasil quanto em Shankivironi, no Peru. Inundações são recorrentes nas localidades das comunidades na Colômbia e no Brasil.

As maiores vulnerabilidades voltadas para as alterações antrópicas foram identificadas no Brasil, situadas em locais externos às áreas de proteção, principalmente relacionada ao enfraquecimento da governança ambiental e falta de estruturação e investimentos no processo de gestão sociopolítica na região. Já na Colômbia, as principais vulnerabilidades identificadas estão relacionadas a eventos hidrológicos, como inundações, e ao bem-estar socioeconômico.

No Peru, as comunidades estudadas são parte de organizações indígenas Asháninkas: *Catungo Quempi* e *Potsoteni* são membros da *Central Asháninka del Río Ene* (CARE) e as comunidades *Bajo Aldea* e *Pachacútec* são membros da *Organización de Mujeres Indígenas Amazónicas Asháninkas de la Selva Central* (OMIAASEC). Segundo essas duas organizações, as principais vulnerabilidades identificadas são alterações antrópicas, saúde e modo de vida. Ameaças como a perda de identidade cultural, tráfico de drogas e terrorismo também foram identificadas nessa região.

Quadro 1. Descrição dos sítios estudados em cada país e os problemas relacionados a vulnerabilidades identificadas em cada local por especialistas.

País	Localidade	Escala de análise	Problemas crônicos	Problemas episódicos
Brasil	Floresta Nacional Tapajós	Área protegida	Conflito no território entre comunidades tradicionais e agentes externos Cruzamento de rodovias Desmatamento Degradação florestal Mineração Mudanças climáticas Governança fragilizada	Incêndios florestais Secas severas Inundações severa Incidentes graves de poluição de rios COVID-19 Extremos de temperatura do ar
	Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins	Área protegida	Conflito no território entre comunidades tradicionais e agentes externos Desmatamento Degradação florestal	Incêndios florestais Secas severas Inundações severas Covid-19

País	Localidade	Escala de análise	Problemas crônicos	Problemas episódicos
			Mudanças climáticas Cruzamento de rodovias Governança fragilizada	
Colômbia	La Montañita - Caquetá	Município	Conflito armado interno Desmatamento Cultivos de uso ilícito Pobreza multidimensional	Inundações Covid-19 Incidentes de conflito armado (homicídios, deslocamento forçado e ameaças)
	Florencia - Caquetá	Município	Conflito armado interno Desmatamento Desigualdade na distribuição da propriedade de terras rurais Pobreza monetária Conflitos pelo uso do solo	Incêndios florestais Movimentos de massa Inundações Covid-19 Incidentes de conflito armado (homicídios, deslocamento forçado e ameaças)
Peru	Shankivironi, província de Chanchamayo	Comunidade indígena	Violência política Mudanças climáticas Desmatamento Expansão de monoculturas Perdas de conhecimentos tradicionais Desigualdade na participação de mulheres Secas	Covid-19 Assassinato de líderes por terras Outros incidentes de violência política (deslocamento forçado, invasão de colonos e tráfico de terras)
	Pachacútec, província de Chanchamayo	Comunidade indígena	Violência política Mudanças climáticas Desmatamento Expansão de monoculturas	Covid-19 Desnutrição, pobreza Incidentes de violência política

País	Localidade	Escala de análise	Problemas crônicos	Problemas episódicos
			Risco de perda de fontes de água Mineração de ouro no rio Desigualdade na participação de mulheres Perdas de conhecimentos tradicionais	
	Potsoteni, província de Satipo	Comunidade indígena	Violência política Mudanças climáticas Educação de baixa qualidade Programas sociais sem adaptação intercultural Discriminação, violência, dependência econômica e pouca participação política das mulheres Mortes por doenças estacionárias Gravidez na adolescência	Incêndios florestais (prática de corte e queima, floresta seca, solo degradado) Covid-19 (desconfiança ou rejeição de vacinas) Incidentes de violência política
	Catungo Quempiri, província de Satipo	Comunidade indígena	Resquícios do terrorismo Tráfico de drogas Invasão de terra Disputa de jurisdições territoriais Aproveitamento ambiental por hidrelétricas Exploração de óleo Poluição do rio Degradação do solo Registro ilegal Serviços de saúde de baixa qualidade Desnutrição infantil crônica	Covid-19 (desconfiança ou recusa de vacinas) Ameaças de assassinato de líderes por terras Outros incidentes de violência política

País	Localidade	Escala de análise	Problemas crônicos	Problemas episódicos
			Educação de baixa qualidade Programas sociais sem adaptação intercultural Discriminação, violência, dependência econômica e pouca participação política das mulheres	

AS MUDANÇAS AMBIENTAIS

O diagnóstico ambiental das áreas de estudo revela distinções nos padrões médios de temperatura e total de chuvas anuais. A temperatura média de 2003 a 2020 nas regiões de estudo das comunidades brasileiras foi mais amena (27,5°C) do que os sítios da Colômbia (29,5°C) e mais altas do que as encontradas no Peru (24°C). No entanto, os sítios do Brasil e Peru aparecem apresentam um acumulado anual médio de chuva menor (2.200 mm) do que na Colômbia (3.100mm). As comunidades do Brasil e Peru estão localizadas em locais que possuem maior proporção de florestas e nos três países identificam-se processos de desmatamento no período, sendo que na Colômbia, as comunidades estão localizadas em locais com maior ocorrência de atividades agropecuárias com escassos remanescentes florestais. (Figura 2). Os dados de área queimada mostram uma baixa proporção de área afetada pelo fogo nos três sítios de estudo. A média de 2003 a 2020 de cobertura florestal no Brasil e Peru é 22.478 e 10.346 km², respectivamente, enquanto que na Colômbia é de 2.090 km². O padrão de cobertura agropecuária se inverte; enquanto na Colômbia é 6.887 km², no Brasil e Peru é 3.531 e 1.599 km², respectivamente.

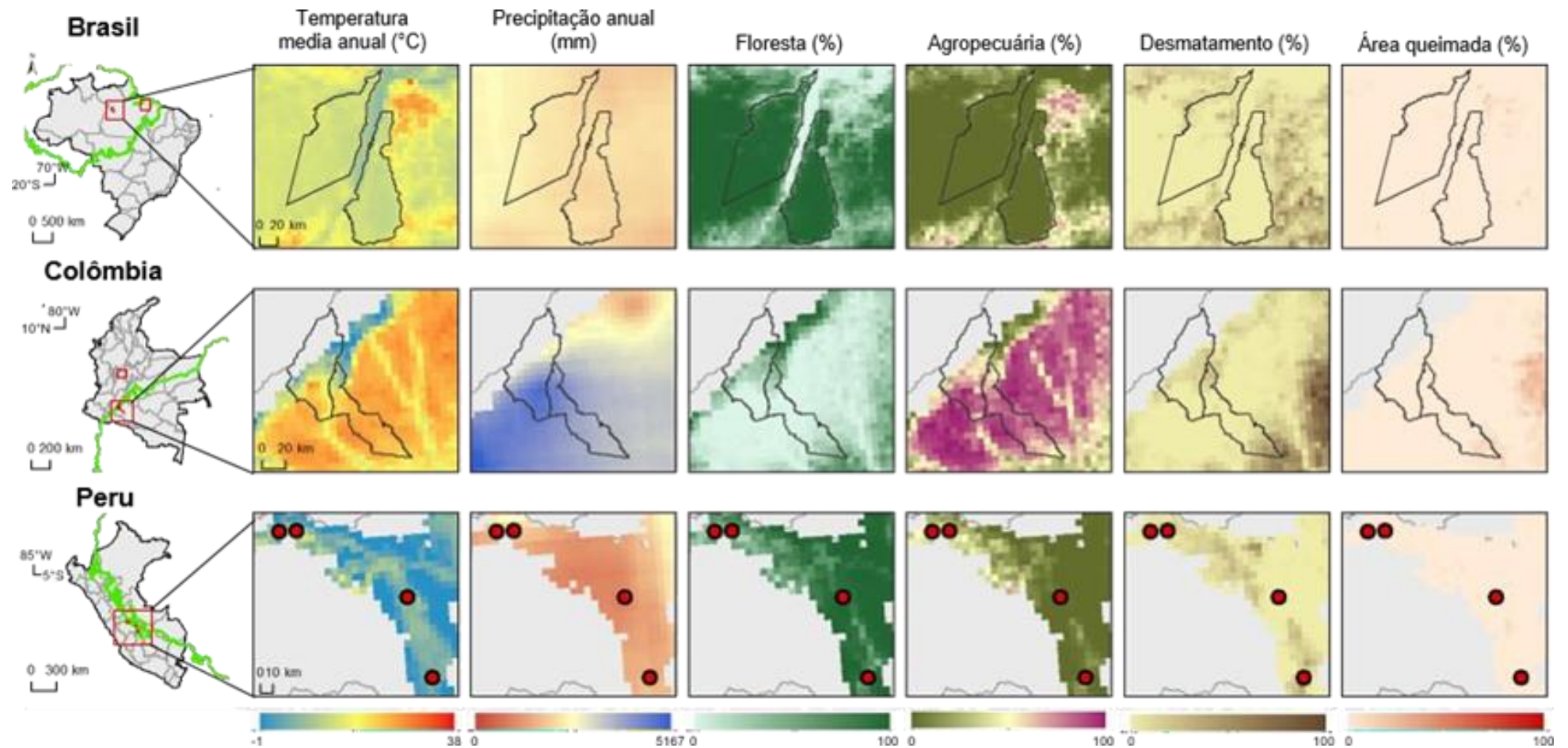


Figura 2. Diagnóstico geral das condições ambientais dos sítios estudados. Apresentam-se os mapas com valores médios entre os anos de 2003 a 2020: temperatura, em graus Celsius (°C), precipitação em milímetros (mm) anuais e proporção de floresta, agropecuária, desmatamento e área queimada.

De uma forma geral, os dados das médias anuais de temperatura para os três locais não apresentam grande variabilidade, no entanto a análise de anomalia revela que na região de estudo do Brasil e Peru, as temperaturas na primeira década do século foram menores que na última década, detectadas por anomalias negativas. Na Colômbia, observou-se anomalias negativas consecutivas, indicando temperaturas abaixo da média entre 2016 e 2020, sendo que os anos de 2019 e 2020 foram estatisticamente significativos (Figura 3a). Os dados de precipitação anual capturam uma drástica redução das chuvas nos três países, nos anos de 2015/16, sendo que no Brasil e Colômbia estes foram os anos de maior anomalia negativa. Já no Peru, o ano de maior anomalia negativa identificado na série foi 2005. Em relação a anomalias positivas de precipitação, ou seja, chuvas acima da média, identifica-se 2008 e 2011 no Brasil e 2011 e 2017 no Peru. Na Colômbia, segundo os dados explorados, não identificam-se anos com significativas chuvas acima da média (Figura 3b).

Durante os primeiros 20 anos deste século, identificamos alguns anos de extremos nos três locais analisados. Os anos de 2015/16, foi caracterizado por secas extremas principalmente no Brasil e Colômbia, refletindo os sinais do El Niño mais intenso já registrado na história (Jimenez-Muñoz et al., 2016, Ribeiro et al., 2021). É interessante notar que a localização das comunidades estudadas no Peru não é afetada pelo El Niño, mas sim por outro processo de grande escala, conhecido como AMO [Oscilação do Atlântico Multi-anual], que causou a maior redução de chuvas durante o ano de 2004 (Aragão et al., 2007). Para o Peru, destaca-se também o ano de 2011 com anomalia positiva de chuvas (Huallata, 2022).

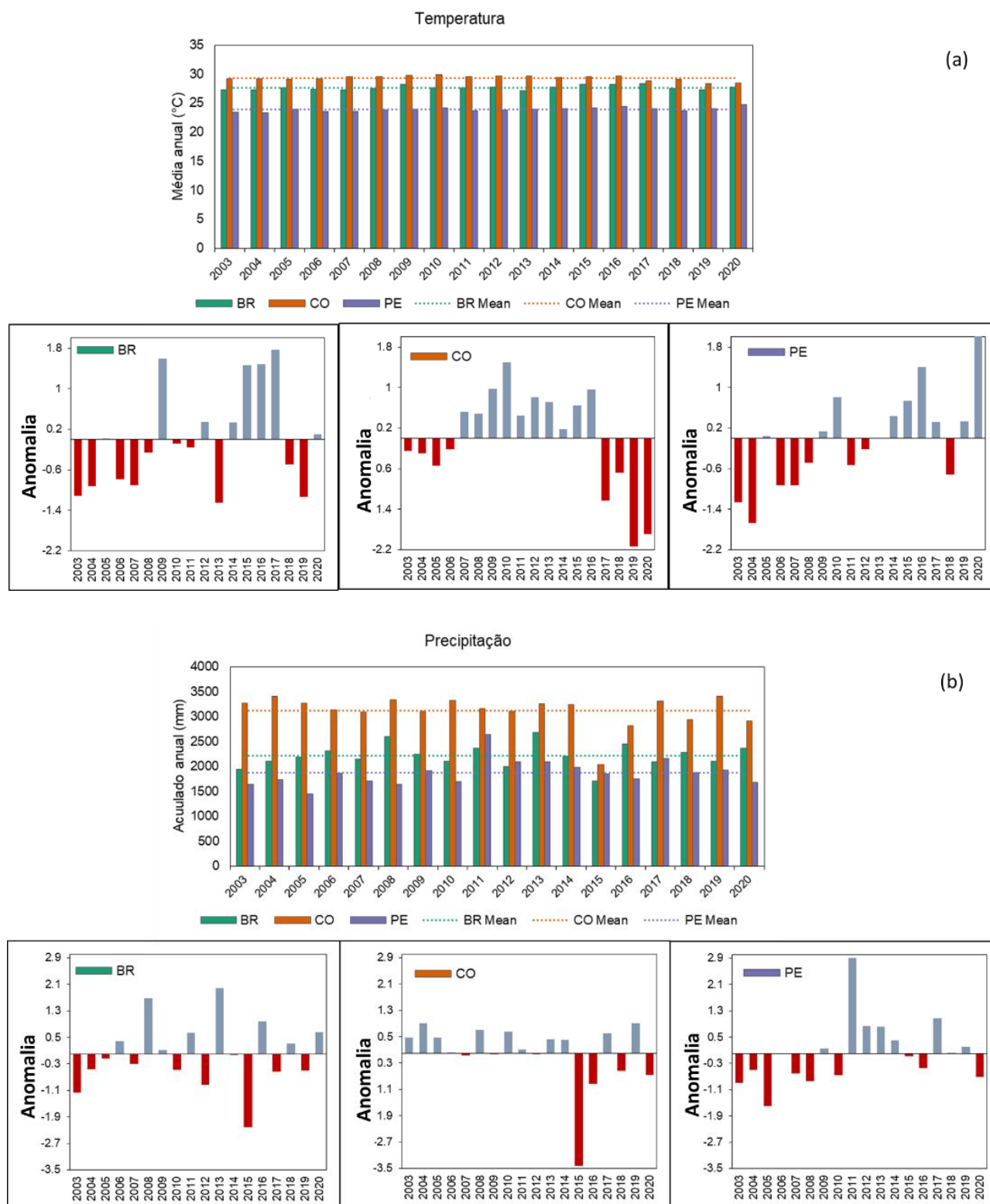


Figura 3. a) Valores médios e anomalias anuais de temperatura do ar anual (°C) e b) acumulado anual e anomalia de precipitação (mm) dos três países nas regiões analisadas. BR- Brasil, CO-Colômbia, PE-Peru. BR/CO/PE Média – linha pontilhada que representa o valor médio da série temporal.

Durante o ano de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, observamos que no Peru houve a maior anomalia positiva de temperatura da série histórica, ou seja, recorde temperatura acima da média,

enquanto que na Colômbia observamos a segunda anomalia negativa de temperatura mais acentuada da série. Para as regiões de estudo no Brasil, nenhuma das duas variáveis se mostrou anômala durante o ano de 2020. Ainda não temos um quadro claro de como estes extremos de temperatura podem ter co-atuado de forma a impactar negativa ou positivamente as comunidades estudadas em sinergia com a pandemia, mas pesquisas recentes tem demonstrado o aumento de períodos de calor excessivo aumentam o risco de mortalidade por doenças cardiovasculares em populações amazônicas (Silveira et al., 2023). Entendendo-se que populações amazônicas com quadros clínicos de comorbidades, como doenças cardiovasculares e diabetes, tiveram maiores riscos associados a severidade da Covid-19 (Sardinha et al., 2021), podemos inferir que as comunidades localizadas longe dos grandes centros urbanos, onde há melhor estrutura hospitalar, podem ter sido impactadas mais fortemente.

Neste estudo, observou-se que ao longo dos anos a média de cobertura florestal na escala local apresentou uma tendência significativa de diminuição e a área de agropecuária aumentou nos três países (Figura 4). Apesar da Colômbia ser o único caso em que as bordas florestais estão diminuindo, isto provavelmente não está ligado à diminuição da fragmentação florestal e sim a extinção dos remanescentes florestais na área de estudo naquele país (Figura 4).

No Peru o desmatamento foi mais disperso por toda região. Anderson et al. (2023) reforçam o problema social por trás do avanço do desmatamento, em seus estudos os autores revelam que entre os anos de 2001 à 2018 a extração de madeira, o fogo e a fragmentação florestal já impactaram mais de 5,5% das florestas de toda a bacia amazônica.

No Brasil o desmatamento parece ser um risco maior ao norte da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, apesar de haver áreas de desmatamento em todo o entorno das duas áreas protegidas, configurando uma grande pressão para essas áreas de proteção. Na Colômbia, apesar de haver áreas de desmatamento nos dois municípios considerados, a maior proporção de desmatamento se concentrou ao sul do município de La Montañita. Segundo Silva Junior et al. (2020) as taxas de desmatamento na floresta Amazônica apresentam tendência ascendente desde 2013, obtendo seu pior valor nos últimos dois anos (2019 e 2020).

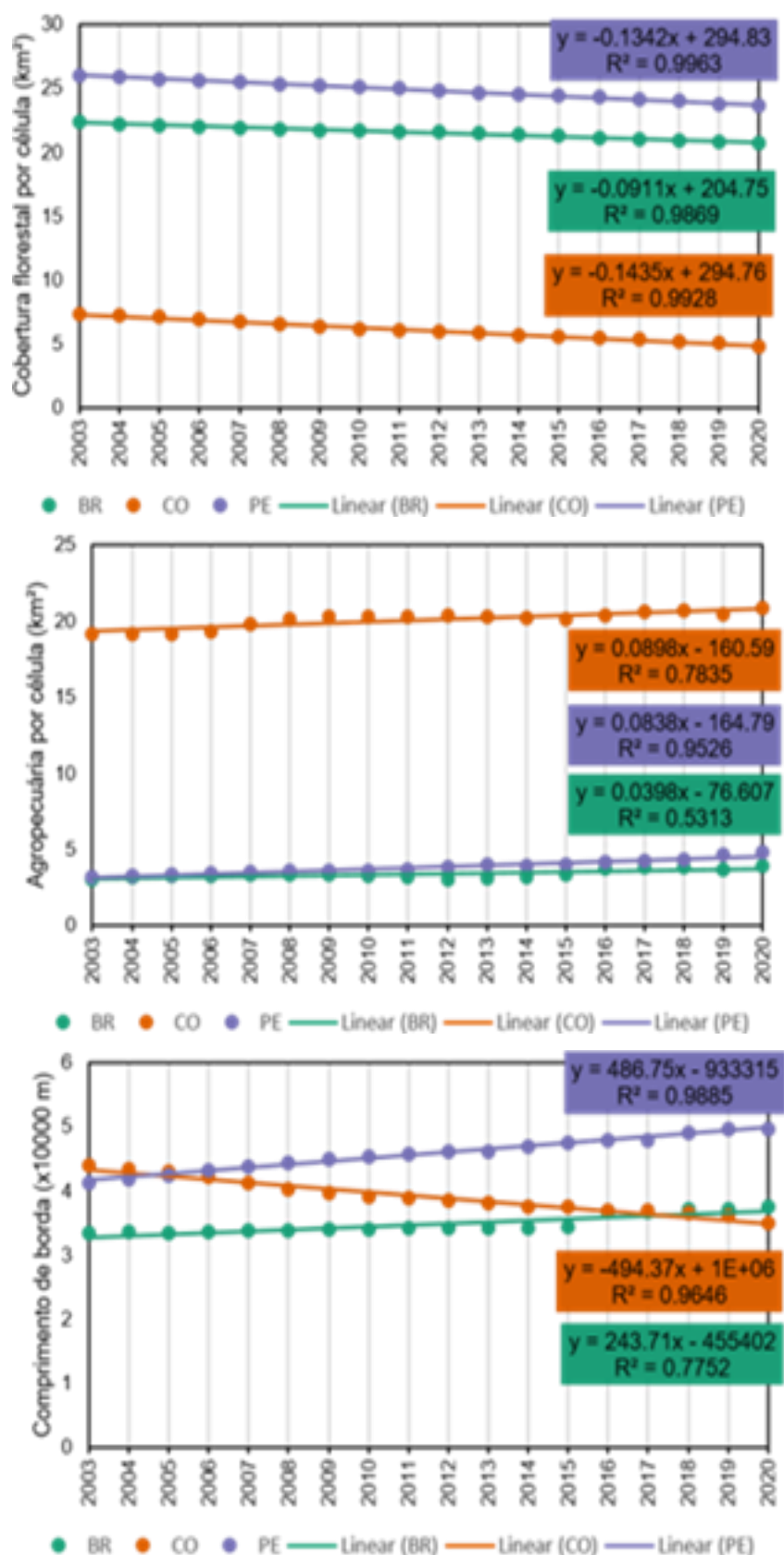


Figura 4. Tendência da proporção média anual de floresta e agropecuária e o comprimento de borda florestal dos sítios estudadas no Brasil, Colômbia e Peru. As tendências são analisadas por regressões lineares com $p < 0.05$.

Segundo Zwane (2007) a expansão agrícola, principalmente quando dada pelos pequenos agricultores, é a causa imediata de pelo menos 50% do desmatamento nas florestas tropicais. Portanto, as alterações climáticas, como aumento de temperatura e padrões de precipitação irregulares, combinadas com desmatamento, desencadeiam processos que impactam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos dessas regiões.

VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E POLÍTICAS

Há diferentes abordagens para se conceituar vulnerabilidades, a primeira parte da ideia de encarar o termo como um resultado, ou seja, o ponto focal são os impactos de um perigo e a capacidade de resposta do sistema. Uma segunda perspectiva é analisar a vulnerabilidade como ponto de partida e centrar-se nos fatores históricos e características da população e comunidades (Turner et al., 2003; Smit & Wandel, 2006; Perry et al., 2010). Uma terceira visão, de forma mais abrangente considera a vulnerabilidade como resultado entre a exposição (probabilidade de ser atingido por um perigo), sensibilidade (susceptibilidade) e capacidade adaptativa (Bennett et al., 2016). Para isso, é necessário que esses conceitos sejam absorvidos por todos os envolvidos no processo de estudo e a realidade descrita nas localidades deve ser próxima a enfrentada pelas comunidades e validada pelas mesmas.

A Bacia Amazônica apresenta uma precipitação média anual de 2300 mm (+/- 1600 a 3000mm/ano) (Figuerola & Nobre, 1990). Porém se houver uma substituição da cobertura florestal por outro tipo que tenha menor evapotranspiração, isso influenciará em uma diminuição considerável na quantidade de vapor d'água, provocando mudanças no regime de precipitação, aumentando déficit de água no solo e ocasionando maiores oscilações na temperatura (Marengo, 2006).

Em 2012 ocorreu uma forte enchente em algumas regiões da Bacia (Marengo et al., 2013), os quais detectaram mudanças na circulação atmosférica, precipitações consistentes e águas mais frias que o normal no Pacífico equatorial, sugerindo que a La Niña foi a principal causa da chuva abundante. Já as secas na Amazônia podem ser desencadeadas por diversos fenômenos meteorológicos e causar diferentes impactos na região (Aragão et al., 2007). A seca registrada nos anos de 2015/2016, associada a um El Niño, foi considerada um recorde em extensão de áreas afetadas (Jiménez-Muñoz et al., 2016). Esses fenômenos são prejudiciais ao ambiente e sociedade em diversas esferas, ocasionando, por exemplo, um aumento dos incêndios florestais e consequentemente em doenças respiratórias (Smith & Nelson, 2011), redução da produção agrícola e perturbação no transporte de mercadorias e pessoas (Anderson et al., 2018; Aragão et al., 2018).

A degradação ambiental é outro fator crítico enfrentado pelas populações que dependem da floresta, muitas vezes ocasionado pelo desmatamento ilegal e crescente ocorrência de incêndios. No trabalho de Silva-Junior et al. (2022) os pesquisadores identificaram que os incêndios afetaram 23,78% do total da Bacia Amazônica, sendo o Brasil o país com a maior área afetada. No geral, segundo esses pesquisadores, esses incêndios afetaram não apenas florestas em áreas de fronteira agrícola (76,91%), mas

também aquelas em terras indígenas (17,16%) e unidades de conservação (5,93%), que são reconhecidas como áreas de proteção e conservação da biodiversidade. Os mesmos associaram a degradação ambiental a ocorrência de incêndios e a períodos de seca na região.

Ramírez-Villegas et al. (2012) revela que até 2050, provavelmente 3,5 milhões de pessoas na Colômbia serão afetadas pelas alterações climáticas, impactando 14% do PIB nacional na agricultura e 21% dos empregos relacionados a cadeia de abastecimento e segurança alimentar. Os impactos mensurados também incluem degradação do solo e perdas de matéria orgânica, inundações nas costas do Caribe e Pacífico, mudanças na prevalência de pragas e doenças e aumento das vulnerabilidades dos pequenos agricultores.

Ameaças como incêndios florestais, inundações e secas também são destacados pelos especialistas nas regiões de estudo nos três países. Toro et al (2020) realizaram um estudo sobre a avaliação de impacto ambiental na Colômbia e concluíram que o mesmo excluía um número considerável de setores ambientais potencialmente de alto impacto, com isso, mascarando a realidade enfrentada pela população.

A moderada governança institucional que ocorre em muitos locais amazônicos possui fragilidades no processo de identificação de muitos impactos ambientais (Toro et al., 2020). Somado a isso, pode-se citar ainda os desafios socioeconômicos enfrentados por essas comunidades como a falta de acesso à educação, emprego, serviços básicos e a pressão por parte da indústria e infraestrutura que frequentemente abre caminho para a exploração ilegal dos recursos naturais, migração e degradação ambiental (Sen, 1999).

Portanto, podemos identificar que há um aumento da exposição das populações amazônicas a eventos de alterações, constituindo-se desde o meio ao seu redor, como desmatamento e degradação florestal, até extremos de chuvas, secas e inundações. As condições e socioeconômicas e políticas que permeiam as comunidades e regiões estudadas mostram-se susceptíveis a tais mudanças. A pressão externa, como a Covid-19, atua ainda na diminuição das capacidades de responder e se adaptar as novas condições. Portanto, conclui-se que há um aumento crescente das vulnerabilidades destas comunidades.

A fragilidade nos processos e instituições políticas produzem consequências profundas para as comunidades. No momento em que as jurisdições das agências, estrutura e tomada de decisão são frequentemente realinhados pelos governos, as mudanças e normas de valores sociais também variam em nível de participação, transparência e responsabilização (Ommer e Team, 2007; Chuenpagdee, 2011).

As estruturas de governo e processos na tomada de decisão afetam fortemente as vozes que são ouvidas. Ou seja, no processo de implementação de medidas e o conhecimento incorporado se restringem a um grupo seleto de indivíduos. Um processo democratizado, é aquele cujo conhecimento local em conjunto com o conhecimento científico consigam lidar com a mudança de gestão e de recursos sem alterações significativas (Haggan et al., 2007; Armitage et al., 2007).

A preocupação com a mudança de valores e normas está aumentando conforme a modernidade e interferência do capital no dia-a-dia das populações, acarretando na perda de conhecimentos

tradicionais e culturais. Muitas destas tradições foram corroídas devido à mudança das normas religiosas e culturais e ao declínio do interesse das gerações mais jovens (Mangi et al. 2007 ; Blythe et al. 2013). A presença de obras de infraestrutura próximas às comunidades também é um fator que podem gerar e/ou agravar vulnerabilidades relacionadas ao bem-estar socioeconômico e ambiental dessas comunidades.

Em 2010 e 2011 a Colômbia sofreu com a pior estação chuvosa de sua história, segundo os estudos de Galego (2018), 3 milhões de pessoas (cerca de 8% da população colombiana) foram afetadas pela catástrofe e cerca de 3,5 mil milhões de dólares foram atribuídos para atenuar as suas consequências, esses fatores influenciam diretamente na governança do país.

O autor reforça que existem duas vertentes políticas ligadas à extremos climáticos. A primeira relaciona a redução na perspectiva de reeleição dos titulares (visto que os eleitores culpam seus líderes pelo ocorrido) e a segunda elenca o poder de eficiência na gestão de uma crise (prestação adequada de assistência e ajuda humanitária), a qual pode ser uma ferramenta de utilização para a compra de votos, resultando em um clientelismo a favor da política atuante. Isso é recorrente em países em desenvolvimento, pois as instituições que supervisionam as despesas públicas tendem a fragilizadas.

Além dessa catástrofe ligada a extremos climáticos, a Colômbia enfrenta problemas com o descumprimento dos Acordos de Paz, especialmente no que diz respeito à reforma rural integral, o fechamento da fronteira agropecuária e à substituição de cultivos de uso ilícito.

No Peru, o problema da invasão de terras tem sido exacerbado ao longo das décadas, com graves repercussões para comunidades indígenas como os Ashaninkas. Entre 1980 e 2000, esses indígenas enfrentaram um deslocamento significativo devido a conflitos armados que assolaram a região. Segundo Villasante (2014), pelo menos 5 mil Ashaninka foram feitos de prisioneiros nos campos do Sendero Luminoso no rio Ene, e quase 10 mil foram deslocados de suas terras, ou seja, as comunidades indígenas do Peru, como em muitas partes do mundo, enfrentam diversos problemas de realocação, direito a terras, perda de cultura, entre outros, perpassando muitas vezes por uma pobreza multidimensional.

Nessas comunidades diversos pontos são discutidos e agravados quando associados a mudanças climáticas e eventos extremos, todas as áreas (saúde, educação, cultura, identidade, etc.) enfrentam problemas com a instabilidade política e a pressão externa (Calvo, 2008).

O crescimento populacional desordenado também expõe mais pessoas a riscos como deslizamento de terra, erosão do solo, grandes enchentes, secas extremas, ou seja, as vulnerabilidades no Peru aos riscos ambientais são amplificadas pela pobreza e por uma desconexão entre o que a ciência pode prever e o que as pessoas farão (Jovem & Leão, 2009).

O deslocamento forçado das populações devido a projetos tidos como de desenvolvimento, tais como barragens, minas e infraestruturas urbanas, transparecem proporcionar novas oportunidades de emprego e melhores serviços públicos, porém, na maioria das vezes, esse processo leva ao declínio dos meios de subsistência entre as comunidades afetadas, à degradação ambiental e pobreza (Randell, 2016).

A saúde dos territórios é um fator importante que foi elencado pelos pesquisadores de todos os países, o risco de doenças decorrente das alterações climáticas aumenta a exposição das comunidades, tornando mais susceptíveis aos impactos adversos e capacidade de lidar com o perigo. A frequência, intensidade e duração dos eventos meteorológicos e climáticos extremos vem aumentando ao longo deste século (IPCC, 2013), tornando necessário uma preparação mais integrada da população para o enfrentamento, porém ainda há uma compreensão limitada de como os fenômenos podem ser fontes de vulnerabilidade (Ebi & Bowen, 2016).

A pandemia foi um tema de crise em todos as localidades pois criou um desafio político para manter a economia à tona e, ao mesmo tempo, diminuir os seus efeitos sobre a saúde. O confinamento foi uma medida necessária para controlar o aumento da taxa de infecções, ao mesmo tempo que preparava a infraestrutura sanitária para enfrentar os seus efeitos na saúde (Alvarez et al., 2020). Os três países enfrentaram desafios em termos de saúde, economia, sociedade e meio ambiente.

Eventos climáticos extremos podem alterar a extensão da exposição, o funcionamento eficaz de instalações de saúde, a capacidade de organização e gestão dos recursos, dentre outros fatores. Compreender a magnitude e o padrão dos impactos que aumentam (ou diminuem) a susceptibilidade e as capacidades de resposta é vital para modificar as políticas atuais e para implementar novas políticas e programas para aumentar a resiliência (Ebi & Bowen, 2016).

CONCLUSÕES

Muitas ameaças, principalmente ambientais, como mudanças climáticas, incêndios florestais e degradação ambiental acometem os sítios nos três países. A perda florestal ao longo dos anos foi significativa, e com essa perda outros problemas se materializam, como o aumento da fragmentação florestal, a alteração do clima local e a perda da biodiversidade o que pode levar à perda da biodiversidade, mudança do clima local, mudanças no ciclo hidrológico, entre outros. Estas alterações atuam aumentando a exposição das comunidades a eventos adversos, imprimindo desafios maiores para seu desenvolvimento. Entende-se que existem nas comunidades estudadas uma série de vulnerabilidades ambientais que estão ligadas a vulnerabilidades sociais e políticas e que foram amplificadas pela pandemia. Essas relações eram pouco evidentes até então. Para compreendê-las, é preciso relacionar o conhecimento local e as experiências das comunidades com o conhecimento científico que ferramentas como o monitoramento ambiental nos proporcionam.

Para que essas comunidades possam moldar de forma mais eficaz os processos de tomada de decisão em torno da recuperação sustentável das adversidades que enfrentam, a identificação das ameaças as quais estão expostas e suas vulnerabilidades é essencial para que caminhos de recuperação exitosos sejam replicados por outras comunidades.

AGRADECIMENTOS

Este estudo é parte do projeto 'Voices of Recovery', uma parceria internacional entre: Pontificia Universidad Católica del Perú (Lima, Peru); Universidad de Caldas, Colômbia; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, Brasil; e a University of East Anglia, Reino Unido. O projeto é apoiado no âmbito da Plataforma Transatlântica [<http://www.transatlanticplatform.com>] pelas seguintes organizações de financiamento: Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC), subsídios números 109835-003 e 109835-002; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Minciencias) e Fundo Francisco José de Caldas, subsídio número 80740-094-2022; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), subsídio número 2021/07660-2; e Conselho de Pesquisa em Artes e Humanidades (AHRC), subsídio número AH/X001733/1. As opiniões expressas neste trabalho não representam necessariamente as das agências de fomento aqui listadas.

REFERÊNCIAS

- Alvarez, A. et al. Coronavirus in Colombia: vulnerability and policy options. Disponível em: <www.latinamerica.undp.org> Acesso em 15 jan.2024.
- Anderson, L. O.; Silva, S.; Melo, A. W. F. Onde há fumaça, há fogo!. *Cadernos De Saúde Pública*. v.39, 2023.doi: 10.1590/0102-311XPT103823
- Anderson, L.O., Ribeiro Neto, G., Cunha, A.P., Fonseca, M.G., Mendes De Moura, Y., Dalagnol, R. et al. Vulnerability of Amazonian forests to repeated droughts. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 373, 20170411, 2018. doi: 10.1098/rstb.2017.0411
- Aragão, L.E.O.C., Anderson, L.O., Fonseca, M.G., Rosan, T.M., Vedovato, L.B., Wagner, F.H. et al. 21st Century drought-related fires counteract the decline of Amazon deforestation carbon emissions. *Nature Communications*, 9, 536, 2018. doi: 10.1038/s41467-017-02771-y
- Aragão, L.E.O.C.; Malhi, Y.; Roman-Cuesta, R.M.; Saatchi, S.; Anderson, L.O. E Shimabukuro, Y.E. Spatial patterns and fire response of recent Amazonian droughts. *Geophysical Research Letters*. V.34, 2007.
- Athayde, S.; Silva-Lugo, J. Adaptive Strategies to Displacement and Environmental Change Among the Kaiabi Indigenous People of the Brazilian Amazon, *Society & Natural Resources*, 31:6, 666-682, 2018. doi: 10.1080/08941920.2018.1426801
- Ávila, Ad, Carvajal, Ye, E Justino, F.: Limites de precipitação representativos para inundações repentinas na bacia hidrográfica do rio Cali, Colômbia, *Nat. Sistema de perigos da Terra. Ciência. Discutir.*, 3, 4095–4119, 2015. doi: 10.5194/nhessd-3-4095-2015, 2015.
- Bautista-Céspedes, O.V., Willems, L., Castro-Nunez, A. et al. The effects of armed conflict on forest cover changes across temporal and spatial scales in the Colombian Amazon. *Reg Environ Change* 21, 70, 2021. doi:10.1007/s10113-021-01770-6

- Bennett, N. J. et al. Communities and change in the anthropocene: understanding social-ecological vulnerability and planning adaptations to multiple interacting exposures. *Regional \Environmental Change*, v. 16, n. 4, p. 907–926, 4 abr. 2016.
- Berkes, F. (1999). *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management*, Taylor & Francis, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 fev. 2007.
- Brosius, P. J. Endangered Forests, Endangered People: Environmentalist Representations of Indigenous Knowledge. *Human Ecology* 25, 47–69 (1997). <https://doi.org/10.1023/A:1021983819369>
- Calvo, C. Vulnerability to Multidimensional Poverty: Peru, 1998–2002. *World Development*, v. 36, n. 6, p. 1011–1020, jun. 2008.
- Cardona-Ospina, J.A.; Arteaga-Livias, K.; Villamil-Gómez, W.E.; Pérez-Días, C.E.; et al. Dengue and COVID-19, overlapping epidemics? An analysis from Colombia. *Journal of medical virology*, 2020. <https://doi.org/10.1002/jmv.26194>
- Cassol, H.L.G.; Carreiras, J.M.D.B.; Moraes, C.E.; Aragão, L.E.O.E.C.D.; Silva, C.V.D.J.; Quegan, S.; Shimabukuro, Y.E. Recuperando Biomassa Aérea de Floresta Secundária a partir de Dados Polarimétricos ALOS-2 PALSAR-2 na Amazônia Brasileira. *Sensor Remoto* 2019, <https://doi.org/10.3390/rs11010059>
- Cunha, A.P.M.A.; Zeri, M.; Deusdará Leal, K.; Costa, L.; Cuartas, L.A.; Marengo, J.A.; Tomasella, J.; Vieira, R.M.; Barbosa, A.A.; Cunningham, C.; et al. Extreme Drought Events over Brazil from 2011 to 2019. *Atmosphere*, 2019. <https://doi.org/10.3390/atmos10110642>
- Ebi, K. L.; Bowen, K. Extreme events as sources of health vulnerability: Drought as an example. *Weather and Climate Extremes*, v. 11, p. 95–102, 2016.
- Ellen, R., Parkes, P., Bicker, A. *Indigenous Environmental Knowledge and its Transformations: Critical Anthropological Perspectives*. Routledge, 2020.
- Eloy, L.; Ramos, R.; Schmidt, M.; Ono, K.; Steward, A., et al. Manejo do fogo por povos indígenas e comunidades tradicionais no Brasil. Carneiro da Cunha, M.; Magalhães, Sônia Barbosa Adams, Cristina. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças /Seção 7 (org. Laure Emperaire): Gerar, cuidar e manter a diversidade biológica, 7, SBPC, pp.72- 93, 2021. fffal-03211511f
- Faro, A.; Bahiano, M. De A.; Nakano, T. De C.; Reis, C.; Silva, B. F. P. Da; Vitti, L. S. COVID-19 and mental health: The emergence of care. *SciELO Preprints*, 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.146. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/146>. Acesso em: 25 feb. 2024.

- Fernandes, S. *Conflict, Connectivity, and Confluences: Limitations and Possibilities for Amazon Riverine Ecosystem Protection*. 2021.190p. Dissertação (Dissertação de Mestrado), Northern Arizona University, Arizona, 2021.
- Few, R. et al., “COVID-19 Crisis: Lessons for Recovery”, School of International Development, University of East Anglia, UK, The British Academy, 2020. Acessado: 23 de outubro de 2022.
- Few, R. et al., “Why Representation Matters in Disaster Recovery”. The British Academy, mar. 2021. doi: 10.5871/gcrf/9780856726569.001.
- Few, R.; Ramírez, V.; Armijos, M. T.; Hernández, L. A. Z.; Marsh, E. H. Moving with risk: Forced displacement and vulnerability to hazards in Colombia, *World Development*, vol. 144, p. 105482, ago. 2021, doi: 10.1016/j.worlddev.2021.105482.
- Figuerola, S.N.; Nobre, C. Precipitations distribution over Central and Western Tropical South America. *Climanálise-Boletim de Monitoramento e Análise Climática*, v.5, n.6, p.36-48, 1990.
- Funk, C., Peterson, P., Landsfeld, M., Pedreros, D., Verdin, J., Shukla, S., Husak, G.; Rowland, J.; Harrison, H.; Hoell, A.; Michaelsen, J. The climate hazards infrared precipitation with stations—a new environmental record for monitoring extremes. *Scientific data*, 2, 150066, 2015. DOI: 10.1038/sdata.2015.66
- Gallego, J. Natural disasters and clientelism: The case of floods and landslides in Colombia. *Electoral Studies*, v. 55, p. 73–88, out. 2018.
- Giglio, L.; Justice, C.; Boschetti, L.; Roy, D. “MCD64A1 MODIS/Terra+Aqua Burned Area Monthly L3 Global 500m SIN Grid V006 [Data set]. NASA EOSDIS Land Processes Distributed Active Archive Center. Acessado em junho de 2023, 2015. <https://doi.org/10.5067/MODIS/MCD64A1.006>
- Gomes, W.B.; Correia, F.W.S.; Capistrano, V.B.; Veiga, J.A.P. et al., Water budget changes in the Amazon basin under RCP 8.5 and deforestation scenarios. *Climate Research*, 80:105-120, 2020 <https://doi.org/10.3354/cr01597>
- Gonçalves, D. C. M. et al. Aspectos Mercadológicos dos Produtos não Madeireiros na Economia de Santarém-Pará, Brasil. *Floresta e Ambiente*, v. 19, n. 1, p. 9–16, 2012.
- Haghtalab, N., Moore, N., Heerspink, B.P.; Hyndman, D.W. Evaluating spatial patterns in precipitation trends across the Amazon basin driven by land cover and global scale forcings. *Theor Appl Climatol* 140, 411–427 (2020). <https://doi.org/10.1007/s00704-019-03085-3>
- Han, A.; Qing, S.; Bao, Y.; Na, L.; Bao, Y.; Liu, X.; Zhang, J.; Wang, C. Short-Term Effects of Fire Severity on Vegetation Based on Sentinel-2 Satellite Data. *Sustainability*, 13, 432, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13010432>
- Hoegh-Guldberg, O.; Jacob, D.; Taylor, M.; Guillén Bolaños, T.; Bindi, M.; et al. The human imperative of stabilizing global climate change at 1.5°C. *Science*. 365, 2019. DOI:10.1126/science.aaw6974

- Huallata, L.A.S. *Previsão climática sazonal de precipitação para o Peru com abordagem estatística*. 2022, 91 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Meteorologia) - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), São José dos Campos.
- Jiménez-Muñoz, J.C., Mattar, C., Barichivich, J., Santamaría-Artigas, A., Takahashi, K., Malhi, Y. Et al. Record-breaking warming and extreme drought in the Amazon rainforest during the course of El Niño 2015–2016. *Scientific Reports*, 6, 33130, 2016 <https://doi.org/10.1038/srep33130>
- Kröger, M. *Extractivisms, Existences and Extinctions*, Publisher Taylor & Francis, p. 176, 2022. Doi 10.4324/9781003102977.
- Leichenko, R.; O'brien, K. *Environmental Change and Globalization: Double Exposures*. Oxford University Press, 2008.
- Limberger, L.; Silva, M.E.S. Precipitação observada na amazônia brasileira: comparação entre os dados das redes convencionais e dados da reanálise I do NCEP/NCAR, CRU e GPCC. *Revista Brasileira de Climatologia*. v.22, p.37, 2018.
- Lodono, S.C.; Garzin, C.; Brandt, E.; Semken, S.; Makuritofe, V. Ethnogeology in Amazonia: Surface-water systems in the Colombian Amazon, from perspectives of Uitoto traditional knowledge and mainstream hydrology. In Wessel, G.R., and Greenberg, J.K. *Geoscience for the Public Good and Global Development: Toward a Sustainable Future: Geological Society of America Special Paper 520*, p. 221-232, 2016. Doi:10.1130/2016.2520
- MAPBIOMAS, “Documento Teórico Base de Algoritmos (ATBD)”. RAISG - MapBiomias Amazonía - Colección 3, 2021.
- Marengo, J.A. On the Hydrological Cycle of the Amazon Basin: A historical review and current State-of-the-art. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.21, n.3a, 2006.
- Marengo, J.A.; Lincoln, M.; Alves, W.; Soares, R.; Rodriguez, D.A.; Camargo, H.; R., M.P. E Pablo, A.D. Two Contrasting Severe Seasonal Extremes in Tropical South America in 2012: Flood in Amazonia and Drought in Northeast Brazil. *Journal of Climate*, v.26, 2013.
- Marinho, R.R.; Harmel, T.; Martinez, J.-M.; Filizola Junior, N.P. Spatiotemporal Dynamics of Suspended Sediments in the Negro River, Amazon Basin, from In Situ and Sentinel-2 Remote Sensing Data. *ISPRS Int. J. Geo-Inf.* 2021, 10, 86. <https://doi.org/10.3390/ijgi10020086>
- MODIS Active Fire and Burned Area Products. (2023). MCD64A1 MODIS/Terra+Aqua Burned Area Monthly L3 Global 500m SIN Grid V006. NASA EOSDIS Land Processes DAAC, USGS Earth Resources Observation and Science (EROS) Center, Sioux Falls, South Dakota, EUA. DOI: 10.5067/MODIS/MCD64A1.006
- MODIS Land Science Team. (2023). MODIS/Terra Land Surface Temperature/Emissivity Daily L3 Global 1km SIN Grid V006. NASA EOSDIS Land Processes DAAC, USGS Earth Resources Observation and Science (EROS) Center, Sioux Falls, South Dakota, EUA. (2023) DOI: 10.5067/MODIS/MOD11A2.006

- Nicolás, A.G.; Fold, N. The coloniality of power on the green frontier: commodities and violent territorialisation in Colombia's, Amazon, *Geoforum*, v.128, 2022, p. 192-201, ISSN 0016-7185. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.11.025>.
- Oliveira, G. et al. Smoke pollution's impacts in Amazonia. *Science* 369,634-635, 2020. DOI:10.1126/science.abd5942
- Perazzoni, F. Amazonia, Organized Crime and Illegal Deforestation: Best Practices for the Protection of the Brazilian Amazon. In: Ungar, M. (eds) *The 21st Century Fight for the Amazon*. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56552-1_2
- Pires, R.R.C. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas, Rio de Janeiro. Ipea, 2019. p.730. ISBN 978-85-7811-353-7
- Posey, D. A. Cultural and Spiritual Values of Biodiversity. UNEP 1999.
- Ramirez-Villegas, J. et al. A way forward on adaptation to climate change in Colombian agriculture: perspectives towards 2050. *Climatic Change*, v. 115, n. 3–4, p. 611–628, 2012.
- Randell, H. The short-term impacts of development-induced displacement on wealth and subjective well-being in the Brazilian Amazon. *World Development*, v. 87, p. 385–400, nov. 2016.
- Ribeiro, G.G., Anderson, L.O., Barretos, N.J.C., Abreu, R., Alves, L., Dong, B. et al. Attributing the 2015/2016 Amazon basin drought to anthropogenic influence. *Climate Resilience and Sustainability*, 1, 25.2021. <https://doi.org/10.1002/CLI2.25>
- Rounce, D.R.; Hock, R.; Maussion, F.; Hugonnet, R.; Kochtitzky, W.; Huss, M.; Berthier, E.; Brinkerhoff, D.; Compagno, L.; Copland, L.; Farinotti, D.; Menounos, B.; McNabb, R.W. Global glacier change in the 21st century: Every increase in temperature matters. *Science* 379, 7883, 2023. DOI:10.1126/science.abo1324
- Santos, M.J.; Disney, M.; Chave, J. Detecting Human Presence and Influence on Neotropical Forests with Remote Sensing. *Remote Sensing*, 10, 1593, 2018 <https://doi.org/10.3390/rs10101593>
- Sardinha, D.M.; Loiola, S.P.R.; Ferreira, A.L.D.S. et al. Risk factors associated with the severity of COVID-19 in a region of the Brazilian Amazon. *Scientific Reports* 11, 20569, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-00009-y>
- Sen, A. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, 1999.
- Setzer, A.E.; Ferreira, N.J. Queimadas e incêndios florestais: mediante monitoramento orbital, Oficina de Textos, São Paulo, 2021.
- Silva Junior, C. H. L. et al. Benchmark maps of 33 years of secondary forest age for Brazil, *Sci Data*, vol. 7, no 1, p. 269, dez. 2020, doi: 10.1038/s41597-020-00600-4.
- Silva Junior, C.A.D.; Lima, M.; Teodoro, P.E.; Oliveira-Júnior, J.F.D.; Rossi, F.S.; Funatsu, B.M.; Butturi, W.; Lourençoni, T.; Kraeski, A.; Pelissari, T.D.; et al. Fires Drive Long-Term Environmental Degradation in the Amazon Basin. *Remote Sens.* 14, 338, 2022, <https://doi.org/10.3390/rs14020338>

- Silva Junior, C.H.L., Pessoa, A.C.M., Carvalho, N.S. et al. The Brazilian Amazon deforestation rate in 2020 is the greatest of the decade. *Nat Ecol Evol* 5, 144–145, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41559-020-01368-x>
- Silveira, I.H.; Hartwig, S.V.; Moura, M.N.; Cortes, T.R.; Junger, W.L.; Cirino, G.; Ignotti, E.; Oliveira, B.F.A. Heat waves and mortality in the Brazilian Amazon: Effect modification by heat wave characteristics, population subgroup, and cause of death, *International Journal of Hygiene and Environmental Health*, Volume 248, 2023.
- Smith, M., & Nelson, B.W. Fire favours expansion of bamboo-dominated forests in the south-west Amazon. *Journal of Tropical Ecology*, 27, 59–64, 2011. <https://doi.org/10.1017/S026646741000057X>
- Souza, L.E.V.; Fetz, M.; Zagatto, B.P.; Pinho, N.S. Violence and Illegal Deforestation: The Crimes of “Environmental Militias” in the Amazon Forest. *Capitalism Nature Socialism*, 33:2, 5-25, 2022. DOI: 10.1080/10455752.2021.1980817
- Toledo, V. M.; Barrera-Bassols, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 20, p. 35-50, 2009.
- Toro, J. et al. Determining Vulnerability Importance in Environmental Impact Assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 32, n. 1, p. 107–117, jan. 2012.
- Turner, B. L. et al. A framework for vulnerability analysis in sustainability science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, vol. 100, no 14, p. 8074–8079, jul. 2003, doi: 10.1073/pnas.1231335100.
- Walker, W. S., Gorelik, S. R., Baccini, A., Aragon-Osejo, J. L., Josse, C., Meyer, C., Macedo, M. N., Augusto, C., Rios, S., Katan, T., De Souza, A. A., Cuellar, S., Llanos, A., Zager, I., Mirabal, G. D., et al. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117(6), 3015–3025, 2020. <https://doi.org/10.1073/pnas.1913321117>
- Wan, Z., Hook, S., Hulley, G. “MOD11A2 MODIS/Terra Land Surface Temperature/Emissivity 8-Day L3 Global 1km SIN Grid V006”. NASA EOSDIS Land Processes DAAC, 2015. doi: 10.5067/MODIS/MOD11A2.006
- Warren, D. M., Slikkerveer, L. J., Brokensha, D. The Cultural Dimension of Development: Indigenous Knowledge Systems. Intermediate Technology Publications. Eds.1. United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, Unesco, 1995.
- West, P. From Modernization to Globalization: Perspectives on Development and Social Change. 1ª edição, Editora Wiley-Blackwell; 2016.
- Wongchuig, S.C.; Paiva, R.C.D.; Siqueira, V.; Collischonn, W. Hydrological reanalysis across the 20th century: A case study of the Amazon Basin, *Journal of Hydrology*, v. 570, 2019, Pages 755-773, ISSN 0022-1694, <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2019.01.025>.

- Yanomami, E. Y.; Machado, A.M. We Yanomami Want to Continue Living in Our Forest, NACLA. Report on the Americas, 55:2, 198-201, 2023 DOI: 10.1080/10714839.2023.2213099
- Zwane, A. P. Does poverty constrain deforestation? Econometric evidence from Peru. Journal of Development Economics, v. 84, n. 1, p. 330–349, set. 2007.

Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap7

Leonardo Barros Soares 

Giovanna Dutra Silva Valentim 

INTRODUÇÃO

O tema da regulamentação da mineração em terras indígenas (doravante Tis) está na ordem do dia do debate político no Brasil. Um pouco mais de um ano após sua posse, o então presidente Jair Bolsonaro apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 191/20, cujo objetivo é o de regulamentar o §1º do art. 176 e o 3º do art. 231 da Constituição Federal. Estes dispositivos constitucionais preveem a possibilidade da atividade minerária em terras indígenas mediante as diretrizes a serem estabelecidas em diploma legal¹⁷. O ministro de Minas e Energia de seu governo, Bento Albuquerque, também deu reiteradas declarações públicas de que seu ministério tomaria o assunto como estratégico¹⁸.

Por outro lado, após os recentes crimes socioambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, a sociedade brasileira parece estar especialmente reticente com relação a essa pauta¹⁹. A pesquisa de opinião encomendada pelo Instituto Socioambiental (ISA) apontou 86% de rejeição, por parte dos respondentes, à proposta governamental²⁰. Percentual parecido foi encontrado nos resultados de junho de 2022 da pesquisa "A Cara da Democracia no Brasil", realizada pelo INCT-Instituto da

¹⁷ Ver, por exemplo, sua declaração ainda como pré-candidato à presidência em Roraima: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/04/12/interna_politica,951199/bolsonaro-defende-exploracao-de-terras-indigenas-em-visita-a-roraima.shtml (acesso em 27/06/2023); sobre o processo de consulta pública à proposta de legislação: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-quer-fazer-consulta-publica-sobre-mineracao-em-terras-indigenas/> (acesso em 27/06/2023); sobre a possibilidade de abertura das terras indígenas para mineração como fator de apoio à candidatura de Eduardo Bolsonaro à embaixada norte-americana, ver:

<https://talesfaria.blogosfera.uol.com.br/2019/07/28/com-mineracao-em-terras-indigenas-bolsonaro-obtem-apoio-a-nomeacao-do-filho/> (acesso em 27/06/2023); por fim, há um interessante apanhado de declarações de Jair Bolsonaro sobre povos indígenas, ao longo dos anos, realizado pela Organização Não-Governamental Survival International, disponível em: <https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro> (acesso em 27/06/2023)

¹⁸ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/03/ministro-diz-que-regulamentacao-de-mineracao-e-agricultura-em-terras-indigenas-pode-ser-apresentada-neste-mes.ghtml> (acesso em 27/06/2023); <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/ministro-de-minas-e-energia-diz-que-governo-avalia-autorizar-mineracao-em-terra-indigena.shtml> (acesso em 27/06/2023);

¹⁹ Referimo-nos aqui, por evidente, aos rompimentos das barragens de rejeitos das empresas Samarco e Vale S/A em 2015 e 2019, respectivamente, que deixaram centenas de mortos e um cenário de destruição completa do meio ambiente em suas regiões.

²⁰ Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-86-dos-brasileiros-rejeitam-mineracao-em-terras-indigenas-defendida-por-bolsonaro-23849409> (acesso em 26/03/2023).

Democracia e da Democratização da Comunicação (UFMG), segundo os quais 76,2% dos entrevistados são contra a mineração em terras indígenas²¹.

Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados nos dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, afirmou que não pautaria o projeto para votação na casa²². Defato, o PL não foi pautado até março de 2022, quando o líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros, conseguiu, sob a presidência de Arthur Lira, aprovar a tramitação em regime de urgência. Apesar disso, o debate continua aberto e passível de aportes argumentativos para embasar ambos os lados da disputa.

Alguns dados são importantes para que tenhamos a dimensão correta da magnitude da questão em tela. No final de 2021, a Agência Nacional de Mineração (ANM) registrava 2.478 requerimentos minerários em áreas que se sobrepõem total ou parcialmente a 261 TIs. Esse número, segundo levantamento realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a *Amazon Watch*, foi reduzido pela metade entre 2019 e 2021 devido à pressão para que mineradoras, como a *Vale S.A.* e *Anglo American*, retirassem seus requerimentos minerários e a decisões judiciais que obrigaram a agência a encerrar tantos outros. No mesmo relatório, diversas empresas - entre as quais *Glencore*, *AngloGold Ashanti* e *Rio Tinto* - são citadas por terem interesses econômicos diretos na exploração mineral de TIs, além de já terem um vasto histórico de violação de direitos humanos e comunidades tradicionais em outros países²³. Em suma, há um conjunto relevante de atores e interesses econômicos em jogo, tornando o debate, no mínimo, controverso²⁴.

Ao longo dos últimos anos, pesquisadores de distintos campos de conhecimento se debruçaram sobre as tecnicidades implicadas na liberação da exploração de recursos minerais localizados no interior de terras indígenas. Destaca-se, neste quesito, os estudos que visaram analisar, numa perspectiva comparada, experiências internacionais em que empresas mineradoras interagiram com povos indígenas no Canadá, Austrália e Estados Unidos, ou ainda a discussão de casos específicos no Brasil (Curi, 2005; Silva, 2005; Xavier, 2010). Comum a estes trabalhos é o foco nos gargalos logísticos, impactos ambientais, fórmulas de compensação financeira e de participação indígena nos empreendimentos. Ademais, há um conjunto de trabalhos que focam na resistência oferecida pelos povos originários às vulnerabilizações de seus direitos e violências de toda ordem que podem emergir no contexto do surgimento de interesses econômicos diversos sobre seus territórios tradicionais (Santos, 2014; Botero; Galeano, 2017; Alves et al, 2020)

²¹ Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/mineracao-e-demarcacao-de-terras-indigenas-nas-eleicoes-em-2022-29092022>. Acesso em 26/03/2023)

²² Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/590576-maia-diz-a-raoni-que-nao-vai-pautar-projeto-sobre-mineracao-em-terras-indigenas/> (acesso em 26/03/2023).

²³ Disponível em: <https://amazonwatch.org/assets/files/2022-cumplicidade-na-destruicao-iv.pdf>. Acesso em: 27/06/2023.

²⁴ Muitas matérias jornalísticas foram produzidas a esse respeito. Destacamos, pela qualidade infográfica das mesmas, as reportagens do Repórter Brasil (<https://reporterbrasil.org.br/2019/10/projeto-do-governo-de-ampliar-mineracao-ameaca-30-das-terras-indigenas-do-pais/>) e da Agência Pública, (<https://apublica.org/2016/06/em-terra-de-indio-a-mineracao-bate-a-porta-2/>) (acesso em 26/03/2023).

Por outro lado, há uma nova geração de estudos sociológicos que situam o extrativismo mineral num panorama sócio-histórico mais amplo como chave interpretativa valiosa para pensarmos a constituição dos estados-nações latino-americanos, seu papel na acumulação primitiva de capital nos países centrais e mesmo como catalizador da modernidade como um todo. Esses trabalhos partilham da caracterização histórica do fenômeno, sua reatualização na contemporaneidade, a denúncia de seus muitos efeitos deletérios sobre diversas dimensões da vida no planeta terra, com especial destaque para os impactos devastadores no meio-ambiente e, também, a discussão de alternativas viáveis ao avanço acelerado do apetite de atores econômicos por recursos minerais (Zhou, 2014; Ocampo, 2017; Aráoz, 2020; Acosta, 2017; Acosta; Brand, 2018; Svampa, 2019).

O argumento que guia este texto é o de que, em que pese a importância da investigação do assunto a partir dos prismas disciplinares da economia, do direito, da administração e da engenharia de minas, faz-se necessário, com vistas ao enriquecimento do debate no Brasil, aportarmos alguns conceitos oriundos do campo das ciências sociais que consideramos relevantes para o enquadramento normativo da discussão. Em outras palavras, acreditamos que a reflexão crítica em torno do assunto a partir desta matriz disciplinar pode ter o condão de ampliar o escopo do debate sobre mineração em terras indígenas para além de apenas da discussão que se refere às condições concretas de sua execução.

Este texto se compõe, para além desta introdução e das conclusões, de quatro seções dedicadas a explorar os conceitos: 1. De neodesenvolvimentismo e neoextrativismo; 2. Da dinâmica expulsiva característica do capitalismo global tardio; 3. De produção capitalista de consensos capitaneada pelas grandes empresas de mineração e 4. De autonomia e autodeterminação dos povos indígenas brasileiros.

Primeira lente: neodesenvolvimentismo e neoextrativismo no Brasil contemporâneo

A primeira lente normativa que propomos para o debate sobre a mineração em TI no Brasil deve responder à seguinte questão: qual o contexto político, econômico e social mais amplo em que o debate se dá?

A passagem do Consenso de Washington para o Consenso das *Commodities*²⁵ marcou o estabelecimento do neoextrativismo como política de Estado na América Latina a virada do século XXI. Maristella Svampa (2019) retrata este momento como uma mudança de paradigmas político-econômicos que vão de uma orientação à realização de ajustes estruturais e à financeirização para a exportação em larga escala de bens primários e a expansão do consumo.

Continuidade histórica do extrativismo colonial, o neoextrativismo é um modo de produção baseado na extração intensiva de recursos naturais direcionados à exportação. Em um cenário global de

²⁵ Na leitura de Svampa (2019, p.25), Eduardo Gudynas considera o neoextrativismo não como um modo de apropriação, mas como um modo de produção que diz respeito à extração de grandes volumes de recursos naturais sem processamento e destinados ao mercado externo. A autora aponta ainda para as ondas de extrativismos que, segundo a obra de Gudynas, trespassam a história do continente latino-americano e indicam que estamos entre a terceira e a quarta geração, caracterizadas pelo uso intensivo de água, recursos e energia.

alta financeirização do setor de *commodities*, este modelo busca transformar recursos naturais e bens comuns em recursos econômicos privados (Santos; Milanez, 2017), que podem ser controlados por empresas ou pelo próprio Estado – que assume um papel de ator interessado nas atividades extrativas, como veremos a seguir.

Na primeira década dos anos 2000, os ganhos das economias latinoamericanas em decorrência do aumento do preço das *commodities* no mercado internacional foram utilizados por seus governos, tanto os neoliberais quanto os autodefinidos progressistas, como justificativa totalizante para a permanência e manutenção desse modelo predatório e produtivista de desenvolvimento. Os conflitos socioambientais, a violência, as desigualdades – entre tantas outras externalizações negativas do crescimento por meio do neoextrativismo – foram ou negados ou incorporados como mal necessário para o progresso e para a continuidade das políticas redistributivas em curso neste período, frutos do lucro advindo da reprimarização da economia no contexto de alta de preços no mercado global²⁶.

Em oposição ao que se via nas décadas de 1980 e 1990, os governos progressistas, como os do Partido dos Trabalhadores no Brasil, tiveram papel ativo no período do Consenso das *Commodities*. Apesar de terem recuperado funções institucionais e regulatórias que não foram desempenhadas nas décadas anteriores, a maior inserção, a partir dos anos 2000, dos países latinoamericanos nas redes de produção global de minérios, cuja institucionalidade se dá pela governança transnacional, relegou aos Estados um papel ainda secundário enquanto agente regulador. Isto porque a regulação econômica passou a ser composta por diferentes atores tanto da sociedade civil, como movimentos sociais e organizações não-governamentais, quanto do capital internacional – uma das permanências do Consenso de Washington. Svampa (2019, p. 38-39) resume este processo:

Desse modo, ainda que tenha sido pouco ortodoxo e tenha se afastado do neoliberalismo quanto ao papel orientador do Estado, [...], o projeto progressista esteve longe de questionar a hegemonia do capital transnacional na economia periférica. Essa realidade impôs limites claros à ação do Estado Nacional, além de um limiar inexorável à própria demanda de democratização das decisões coletivas, provenientes das comunidades e populações afetadas pelos grandes projetos extrativistas.

Esta visão hegemônica de desenvolvimento e progresso, que desconsidera os impactos sociais e ambientais do neoextrativismo e incentiva a expansão da fronteira do capital sobre regiões antes inexploradas, como Unidades de Conservação (UCs) e TIs, confirmou o lugar subalterno da América Latina na divisão internacional do trabalho como um território fornecedor de produtos primários e com alta capacidade de adaptação aos ciclos de acumulação.

O debate regional sobre neoextrativismo vem associado, necessariamente, ao debate sobre neodesenvolvimentismo. Se, à primeira vista, os conceitos caminham juntos na seara político-econômica,

²⁶ “Consenso das *Commodities*” é um conceito cunhado por Maristella Svampa que “sublinha a entrada em uma nova ordem, ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, sustentada pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e pelas potências emergentes, o que gera inquestionáveis vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico e no aumento das reservas monetárias, ao mesmo tempo em que produz novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas” (2013, p. 31).

a literatura vem mostrando que, apesar das semelhanças, uma diferenciação se faz necessária para a compreensão da complexidade do cenário latinoamericano nas primeiras duas décadas do século XXI.

Segundo Milanez e Santos (2013), os dois modelos são respostas às políticas neoliberais que atravessaram o subcontinente entre as décadas de 1980 e 1990. Ambos são guiados pelo ideal de que o crescimento econômico levará ao desenvolvimento e queo primeiro só será concretizável através de uma intensa exploração das vantagens comparativas produzidas pela extração dos recursos naturais - em especial, minerais. O autor aponta ainda outras afinidades entre neoextrativismo e neodesenvolvimentismo, como a busca inserção do país no sistema internacional, tendo o Estado um papel central nesse processo, que pode ser manifestado inclusive por meio de empresas estatais ou que recebem investimentos públicos.

Contudo, os dois modelos carregam também divergências. A proposta de industrialização e a complexidade das exportações são algumas delas. O neoextrativismo se orienta pela exportação de bens primários em altas quantidades e o neodesenvolvimentismo defende o processamento industrial destes bens antes de direcioná-los ao mercado internacional.

A experiência neodesenvolvimentista nacional, porém, é fortemente marcada pelo que Milanez chama de tendências neoextrativistas. Isto porque na primeira década dos anos 2000 foi possível identificar um avanço da exportação de commodities primárias - agrícolas e minerais - em detrimento daquela de produtos que requerem maior tecnologia ou industrialização para sua produção. Ou seja, o caso brasileiro é de um “neodesenvolvimentismo às avessas”, tendo as estruturas materiais e políticas, mobilizadas para sua implementação, consequências neoextrativistas (2013, p.18-20).

A reprimarização da pauta exportadora brasileira implica no avanço da busca por territórios dos quais se possa extrair os bens que alimentam a engrenagem do neodesenvolvimentismo extrativista brasileiro. As TIs não ficam alheias a estes processos. Se a legislação vigente não permite sua exploração econômica formal, as externalidades negativas deste modo de produção¹³²⁷ se manifestam no chão das aldeias de muitas formas: arrendamento de terras para a monocultura, contaminação de rios por mercúrio utilizado em garimpos, extração ilegal de madeira, contaminação do ar e do solo por agrotóxicos, dentre outras. Para além dos conflitos socioambientais, há o esgarçamento do tecido social que ameaça a reprodução dos modos de vida tradicional e a violência que se impõe sobre as comunidades através da relação forçada com os empreendimentos extrativistas.

Segunda lente: expulsões brutais, a dinâmica do capitalismo global tardio

A segunda lente normativa que gostaríamos de introduzir no debate em tela é aquela articulada pela socióloga norueguesa Saskia Sassen (2016). Com ela devemos perguntar: povos indígenas correm o

risco de sofrerem processos de expulsão de seus territórios tradicionais em decorrência da realização de atividades minerárias?

Analisando fenômenos como o das hipotecas *subprime* da primeira década dos anos 2000 e o da crescente compra de terras de Estados nacionais por outros Estados soberanos, a autora chega à conclusão de que a complexidade econômica do capitalismo financeiro tem produzido uma brutalidade cujo resultado último é a expulsão de comunidades tradicionais ou pobres - como indígenas ou moradores de periferias urbanas de seus territórios.

As expulsões que Sassen investiga são fruto da atividade das chamadas formações predatórias - grupos caracterizados pela união de elites e de capacidades sistêmicas, como as finanças e inovações tecnológicas. Estas formações são as responsáveis por combinações técnicas complexas inseridas em um contexto econômico-social que passou por diferentes transformações após o fim da Guerra Fria até atingir o elaborado modelo atual. Este modelo, apesar das mutações e complexificações sofridas, realiza a mesma atividade-fim levada a cabo por modelos mais simples antes da reestruturação do capitalismo a partir dos anos 1980: a extração de recursos.

Uma das lógicas¹⁴²⁸ que informa essa reestruturação apontada por Sassen é a transformação de áreas cada vez maiores de diferentes localidades em zonas extremas de implementação dos novos - ou intensificados - modos de extração de lucro (2015, p.31).

Estas zonas, que podem ser urbanas ou rurais, formam enclaves locais, reunindo em si elementos que favorecem as empresas globais e a economia de exportação. Plantações de monocultura e áreas de extração de minérios são alguns dos exemplos apresentados pela autora.

Este processo se intensificou com a crise de 2007 nos Estados Unidos. As economias em nível global e local também se transformaram a partir desse evento, passando por acelerada titularização e financeirização - associadas às políticas de austeridade e empobrecimento da população às custas da manutenção das taxas de lucro de empresas transnacionais.

Sassen aponta para o início de uma nova fase da economia, fruto desse contexto de recrudescimento que parece se agudizar desde a década de 1980. Esta fase é caracterizada pelas expulsões, que, como já mencionado, são o foco de estudo da autora. As expulsões não se restringem à espoliação da terra, mas se estendem às noções de pertencimento, aos meios de reprodução da vida e, em última instância, ao contrato social que funda a democracia liberal (2015, p. 41).

Aqui, nos interessa a articulação do conceito de expulsão de Sassen às expulsões territoriais e sociais vividas por comunidades tradicionais, em especial indígenas, nos últimos anos, mesmo que em países cujos governos foram eleitos com plataformas políticas à esquerda.

²⁸ A autora defende que as mudanças pelas quais o sistema capitalista passou nas últimas décadas do século XX foram sustentadas por duas lógicas. Além da apresentada acima, Sassen aponta para uma outra lógica sistêmica que estaria conectada às políticas financeiras e desregulatórias adotadas por grande parte dos países nesse período, exemplificando-as com a retirada de limitações fiscais e monetárias a importações - medida que teria sido adotada com diferentes intensidades a depender do país analisado.

O caminho apresentado pela autora para essa associação está no crescimento do mercado global de terras. Como já abordado na seção anterior, há um avanço da fronteira extrativista sobre territórios antes protegidos - movimento esse muitas vezes acompanhado por mudanças legais que descriminalizam e legitimam esse avanço - e a compra e venda de terras entre Estados nacionais e empresas estrangeiras é um dos fatores que contribui para esse fenômeno.

Frente à crise financeira da primeira década de 2000, a terra tornou-se um investimento ainda mais atraente do que havia sido anteriormente, tanto pela sua materialidade como pela possibilidade especulativa que se vislumbrava no contexto de aumento do preço de alimentos e da demanda por *commodities*.

Para atender a demanda, regiões da África, América Latina e Ásia observaram uma mudança nas economias locais, em especial no campo. Pequenos agricultores sofreram ondas de microexpulsões, que os levaram para cada vez mais longe de suas terras originais, que, nas mãos dos novos proprietários, foram submetidas à exploração intensiva, cujo resultado é a contaminação do solo e das águas. Essas pessoas avolumaram um já considerável contingente de deslocados rurais, que rumaram para as cidades e inflaram ainda mais as periferias urbanas.

No Brasil, as terras indígenas são de propriedade da União e não podem ser comercializadas. No entanto, isto não significa que esses povos não foram afetados pelo crescimento do mercado global de terras. O impacto sofrido por indígenas e demais comunidades tradicionais tem duas vertentes. A primeira é a pressão fundiária em torno das terras indígenas e a segunda, decorrente da anterior, é a contaminação do meio ambiente.

O aquecimento do mercado de terras pressiona os limites das terras demarcadas, destruindo a natureza ao seu redor para substituí-la por plantações de monocultura ou pela pecuária extensiva. Estas atividades esgotam a terra, acabam com a biodiversidade e afetam diretamente a vida dentro das áreas protegidas, já que interrompem um ciclo natural de relações entre fauna e flora. O uso de agrotóxicos, por exemplo, além de matar insetos e animais responsáveis pela polinização e de contaminar ar, água e terra, causa doenças entre os povos que habitam as regiões pulverizadas, mesmo que o uso não seja feito diretamente dentro do território indígena. No caso da exploração mineral, esses impactos são agravados. A pressão das fronteiras se torna invasão e a contaminação do solo e das águas inviabiliza qualquer tipo de plantio ou consumo. A terra morre e sua recuperação, quando possível, exige altos investimentos e anos de trabalho.

O garimpo ilegal é exemplo desse processo: com o esgotamento das reservas minerais de fácil acesso em regiões não protegidas, os garimpeiros, financiados pelas formações predatórias sobre as quais já discurremos, invadem terras indígenas e, à revelia da lei e do controle ambiental, degradam a natureza com substâncias tóxicas e relações intracomunitárias com epidemias, o uso abusivo de álcool e drogas e outras práticas nocivas, como a prostituição forçada de mulheres e crianças indígenas. O minério extraído

é escoado para um fluxo internacional, rapidamente financeirizado, de modo que seu valor é logo dissociado do dano causado no enclave do qual foi extraído.

O avanço das fronteiras extrativistas, mesmo quando não se materializa na comprado território, opera na expulsão das comunidades que se apresentam como obstáculo a ele. Essa expulsão, se não pode ser juridicamente validada, se produz na dimensão cultural, despojando esses povos da sua relação tradicional com o território e de seus meios de reprodução de vida, como previu Sassen.

Terceira lente: a produção capitalista do consenso

Em terceiro lugar, propomos que, no debate em curso sobre atividades minerárias em TIs, é preciso pensar seriamente sobre a assimetria de poder entre empresas mineradoras e povos indígenas em qualquer processo de “negociação” que vise estabelecer a participação desses grupos nos resultados das lavras. Assim, propomos a consideração acerca do papel das grandes corporações nacionais e internacionais na produção capitalista de consensos (Acsehrad, 2018; Deneault, 2018).

Partimos do diagnóstico – cuja obviedade é patente, mas cumpre reafirmar- de que as grandes empresas mineradoras nacionais e internacionais são grandes *players* econômicos, com milhares de acionistas espalhados por todos os continentes e que realizam operações de larga escala em diversas partes do planeta. As cadeias globais de extração e beneficiamento de minérios são conhecidas e sua importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) de inúmeros países – dentre os quais o Brasil – colocam as empresas desse setor no patamar de agentes econômicos dos mais poderosos, com interlocução direta com representantes políticos em diversos níveis de poder (Deneault, 2018).

Por outro lado, povos indígenas em diversos países da América Latina são minorias que não passam de quatro por cento da população total (RRI, 2015). Em países como o Brasil, além disso, esse segmento populacional está distribuído em mais de trezentos povos espalhados por um território de dimensões continentais, muitas vezes em comunidades diminutas, com baixa renda circulante e fortemente estruturadas em torno de suas atividades econômicas, políticas e culturais tradicionais. Em que pese o fato de que é notório que os povos indígenas brasileiros cresceram enormemente em termos de organização e mobilização política nas últimas décadas, parece incontestável o fato de que esses grupos são a parte mais vulnerável quando diante do imperativo de desenvolver um relacionamento com alguma empresa multinacional.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu, de modo pioneiro, as balizas internacionais para os processos de Consulta Prévia, Livre e Informada quando da realização de grandes empreendimentos por parte de atores estatais ou privados que, de alguma forma, pudessem impactar territórios indígenas. Ou seja, primariamente, na situação hipotética em que mineradoras desejem realizar empreendimentos no interior ou arredores de terras indígenas, o primeiro passo a ser seguido é o de observância dos protocolos de consulta aos afetados, sejam por esses confeccionados ou a partir de regulações locais, regionais ou nacionais. Há uma crescente literatura

nacional e internacional que se dedica a compreender os meandros desses processos em contextos nacionais e comparados, e não há espaço nesse capítulo para que possamos desenvolver todos os seus aspectos (Glass et al, 2019; Duprat, 2015). Importante aqui, para nós, é chamar a atenção para o fato de que tais processos são passíveis de reprodução de injustiças, dado que as empresas possuem diversas ferramentas de “governança” direcionadas à produção de um consenso artificial entre indígenas, empresários e setores da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Acsehrad (2018) alerta para a importância de compreendermos que empreendimentos extrativistas estão territorialmente “ancorados”, ou seja, dependem da gestão de fluxos políticos que atravessam os locais em que pretendem explorar os recursos naturais. Esse controle, por sua vez, deve ser legitimado por meio de “ações sociais” sobre as comunidades afetadas, provendo bens e serviços que, de modo geral, deveriam ser atribuições do estado. Ou seja, por meio de “fundações com responsabilidade social” ou financiamento de organizações não governamentais, as grandes mineradoras podem, por um lado, se venderem como fundações beneficentes que, além de estarem levando “desenvolvimento econômico para comunidades pobres”, ainda incidem sobre eventuais “deficiências” do estado relacionadas à saúde ou educação, por exemplo. Por outro, podem ainda difundir, por meio de propagandas, *think tanks* e lobby a ideia de que os próprios indígenas demandam a exploração mineral de seus territórios. O fulcro de sua atuação, no entanto, é somente um: produzir um imaginário amplo em que sujeitos atingidos pelos empreendimentos e grupos empresariais estão irmanados por um entendimento comum de que a atividade minerária é um jogo de “ganha-ganha” quando, na verdade, buscam que aqueles “abram mão da capacidade de rebelar-se” (Acsehrad, 2018, p.43)

Isso não é o equivalente a dizer, é forçoso sublinhar, que povos indígenas não são “capazes” de interagir de modo consequente com empresas e, portanto, tratar-se-iam de vítimas passivas de grandes conglomerados econômicos inerentemente “perversos”. Povos indígenas têm demonstrado, reiteradas vezes, uma enorme capacidade de resistência a processos político-econômicos que ameaçam seus direitos e a integridade de seus territórios. O que acentuamos aqui, todavia, é o imperativo de lançarmos uma reflexão mais detida sobre os mecanismos que devem ser colocados em prática em situações concretas de relacionamento entre indígenas e mineradoras para que se estabeleçam negociações minimamente justas.

Quarta lente: autonomia e autodeterminação dos povos indígenas

Por fim, sugerimos como de especial importância trazer à lume o debate sobre os conceitos de autonomia e autodeterminação dos povos indígenas. O que significa levar a sério esses conceitos? A pergunta que queremos provocar nessa derradeira seção é: e se os povos indígenas brasileiros, ao exercitarem sua autonomia e autodeterminação, optarem por aceitar a mineração em suas terras, o que pensamos sobre isso? Sem a pretensão de esgotarmos um tópico teórico tão denso, aqui optamos por

seguir, ainda que de forma concisa, o debate conceitual desenvolvido por Valadez (2001) em torno das noções aludidas.

De saída, o autor propõe que o conceito ocidental de autonomia, historicamente vinculado à ideia de um indivíduo autogovernado, capaz de fazer uso de sua razão para controlar seus impulsos e guiar suas ações, é insuficiente para compreender e designar comunidades políticas. Para ele, é necessário ampliar o escopo do entendimento do fenômeno para além de uma mera capacidade individual, mas, antes, como um conjunto de estado de coisas que incluem as capacidades afetivas e a natureza dos diversos mundos políticos, culturais e econômicos são levados em consideração.

Em outras palavras, seria importante trabalhar com uma concepção contextualizada de autonomia, *“em que o que conta como uma escolha autônoma depende de fatores tais como o presente estado do conhecimento, recursos disponíveis, distribuições de poder social, limitações pessoais internalizadas e a presença ou ausência de barreiras sociais arbitrariamente restritivas”* (p.139, tradução nossa). A autodeterminação comunal, por sua vez, tem precedência sobre a autonomia individual, pois pode ser considerada o corolário dos princípios normativos básicos fundadores das democracias liberais, cuja ênfase recai na autonomia moral dos indivíduos e sua capacidade de agência. A noção avançada por Valadez nos coloca diante da necessidade de superarmos uma visão simplista de que povos indígenas seriam “livres” para entrar em acordo com grandes mineradoras apenas por mero ato de vontades individuais – por exemplo, de lideranças – e nos convoca a pensar sobre eventuais restrições “arbitrárias” envolvidas em situações específicas. Pensemos, por exemplo, em comunidades indígenas acossadas por agentes econômicos, sem a devida proteção do estado e em situação de vulnerabilidade econômica. Em contextos como esse, é possível dizer que determinada comunidade indígena que escolha permitir a realização de atividades mineradoras em seu território o fez “livremente”, exercitando sua capacidade de autogoverno?

O debate, aqui apenas esboçado em suas linhas gerais, é amplo e com grande repercussão sobre conceitos clássicos do campo do pensamento político. Questões tais como o conceito de estado moderno, soberania territorial, tratados internacionais e o direito à autodeterminação vêm à baila tão logo se fale em autonomia decisória dos povos indígenas. O que está em jogo aqui é a noção de que povos indígenas brasileiros são comunidades políticas distintas da sociedade circundante que, segundo os ditames constitucionais e as legislações internacionais, gozam de liberdade para determinar os rumos de seus modos de viver enquanto coletividades. No entanto, como sói acontecer com tudo o que envolve as questões indígenas, as respostas não são dadas de forma evidente e demandam profunda reflexão e responsabilidade política por parte dos atores envolvidos em processos concretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo se dedicou a apresentar o que chamamos de “quatro lentes normativas” que podem ser utilizadas para a aproximação do tema da mineração em terras indígenas de um ponto de vista conceitual. Trata-se de um “passo atrás” no debate corrente na sociedade brasileira, fortemente centrado

nas técnicas e nos impactos econômicos da eventual liberação dessa atividade, em prol de uma mirada reflexiva, que nos auxilie a pensar o problema de forma mais ampla. Afinal de contas, conceitos são ferramentas do pensamento, e estar munido deles certamente proporciona leituras mais complexas e acuradas da realidade.

Alinhavamos a discussão a partir de quatro eixos que revelam o contexto em que o debate se insere, o mecanismo que incide sobre povos indígenas e suas consequências e a justificativa promovida por governos e empresas para avançar na produção de um imaginário que dê respaldo simbólico à atividade mineradora. Também avançamos, ainda que de forma bastante tímida, no candente tema da autonomia e da autodeterminação dos povos indígenas frente às escolhas relativas à aceitação de empreendimentos minerários em seus territórios tradicionais.

O primeiro eixo recuperou o importante vocabulário conceitual estabelecido pela socióloga argentina Maristela Svampa para designar o ressurgimento do padrão histórico de extrativismo brutal que marca o continente americano desde o século XIV, agora a partir de escala e intensidade global. Situar o debate nos termos aludidos pela autora nos permite enxergar a *big picture* que o abarca, pondo em relevo a importância da dinâmica global de consumo de produtos minerais pelas economias centrais e sua contrapartida, qual seja, a reprimarização das economias do sul global. Em resumo, pensar a mineração em terras indígenas do ponto de vista normativo implica se deparar com um esquema global de circulação de produtos que está na base da atual divisão internacional do trabalho.

A segunda linha normativa apresentou o importante diagnóstico da socióloga norueguesa Saskia Sassen sobre o que ela considera a dinâmica social do capitalismo tardio, qual seja, a expulsão brutal de pessoas. No caso em tela, discutimos sobre como a expansão do capitalismo sobre as *commodities* agrícolas e minerais em países do sul global amplia e intensifica o processo de desterramento de povos indígenas já em curso na região. Ou seja, quem fala em mineração em terras indígenas deve estar preparado para debater sobre os impactos dos empreendimentos sobre a histórica violência incidente nas populações tradicionais que os ejetam, ainda hoje, de seus territórios.

No terceiro ponto trouxemos a discussão sobre o papel desempenhado pelas empresas mineradoras e governos na produção de um imaginário que pode levar a sociedade a crer que há, por um lado, um consenso de que a mineração em terras indígenas é inevitável e, por outro, que povos indígenas estariam abertos, a princípio, em consentir com a exploração mineral de seus territórios. No debate sobre liberação da mineração em terras indígenas no Brasil, é preciso pensar seriamente sobre a assimetria de poder entre empresas mineradoras e povos indígenas em qualquer processo de “negociação” que vise estabelecer a participação de povos indígenas nos resultados da lavra.

O quarto tópico, por fim, apresenta o debate sobre autodeterminação e autonomia dos povos indígenas no âmbito das discussões políticas, pensando esses termos em sua radicalidade. Aqui a provocação contraintuitiva que propomos é a seguinte: se povos indígenas devem ter autonomia absoluta para decidirem não permitir o desenvolvimento de atividades minerárias em seus territórios, eles

também deveriam tê-la no caso de aceitá-las? Esse é um debate que permanece em aberto, e não foi nossa pretensão concluí-lo ou mesmo esgotá-lo.

Não se trata, evidentemente, de uma lista exaustiva, mas apenas tópicos que consideramos de extrema relevância para fazermos um debate com os pés firmados em alguns universos conceituais relevantes. Estamos cientes de que o escopo exíguo de um capítulo de livro traz limitações incontornáveis à extensão da profundidade do debate que gostaríamos de imprimir. Esperamos que o presente texto seja útil para legisladores, juristas, empresários, *policy-makers*, tomadores de decisão e acadêmicos e, também- e sobretudo- para povos indígenas e seus aliados. O tema é grave e não deve ser tratado de forma açodada ou comprouca reflexão, sob pena de não compreendermos todas as implicações de uma eventual liberação de atividades minerárias em terras indígenas.

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. Post-extractivism: from discourse to practice – reflections for action. In: Carbonnier, G.; Campodónico, H.; Vázquez, S. T. (Eds.). *Alternative pathways to sustainable development: lessons from Latin America*. International Development Policy Series – 9. The Graduate Institute Geneva, 2017.
- Acosta, A.; Brand, U. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- Acsegrad, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: Acsegrad, H. (Org.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”*. Rio de Janeiro: Garammond, 2018.
- Alves, M. S.; Carneiro, K. G.; Souza, T. R. de; Trocate, C.; Zonta, M. (Orgs.). *Mineração: realidades e resistências*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- Aráoz, H. M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.
- Botero, D. I. R.; Galeano, C. A. P. Territories in dispute: tensions between ‘extractivism’, ethnic rights, local governments and the environment in Bolivia, Colombia, Ecuador and Peru. In: Carbonnier, G.; Campodónico, H.; Vázquez, S. T. (Eds.). *Alternative pathways to sustainable development: lessons from Latin America*. International Development Policy Series – 9. The Graduate Institute Geneva, 2017.
- Curi, M. V. Mineração em terras indígenas: caso terra indígena Roosevelt. Mestrado apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- Deneault, A. As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. In: Acsegrad, H. (Org.). *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”*. Rio de Janeiro: Garammond, 2018.
- Duprat, D. (Org.). *Convenção n. 169 da OIT e os estados nacionais*. Brasília: ESMPU, 2015.

- Glass, V.; Marés, C. F.; Lima, L. A.; Oliveira, R.; Motoki, C. (Orgs.). Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.
- Milanez, B.; Santos, R. S. P. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? GT 39 “Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais” in: XXXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2013.
- Ocampo, J. A. Commodity-Led Development In Latin America. In: Carbonnier, G.; Campodónico, H.; Vázquez, S. T. (Eds.). Alternative pathways to sustainable development: lessons from Latin America. International Development Policy Series – 9. The graduate Institute Geneva, 2017.
- Rights And Resources Initiative. Who Owns the World’s Land? A global baseline of formally recognized indigenous & community land rights. 2015 Disponível em:
http://www.rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_web.pdf. Acesso em 27/06/2023
- Santos, R. S. P. dos; Milanez, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 1-26, 2017.
- Santos, A. F. M. Não se pode proibir comprar e vender terra: terras de ocupação tradicional em contextos de grandes empreendimentos. In: Zhou, A.; Valencio, Norma. (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- Sassen, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Tradução de Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- Silva, E. V. G. da. Mineração em terras indígenas brasileiras: diretrizes para negociação entre empresas e comunidades. Doutorado apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- Svampa, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.
- Valadez, J. M. Deliberative democracy, political legitimacy, and self-determination in multicultural societies. Westview Press, 2001.
- Xavier, A. F. Aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas: possibilidades, desafios e perspectivas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral da Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.
- Zhou, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulamentação ambiental. In: Zhou, A.; Valencio, N. (Orgs.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap8

Justino Sarmento Rezende 

ABRINDO A CONVERSA

Tratar de um tema tão caro e relevante aos povos originários do noroeste amazônico²⁹, para alguém que está afetivamente ligado como membro destes povos, é um compromisso de mostrar aos leitores que as cerimônias rituais são esteios que garantem a sustentabilidade da diversidade de povos e dos territórios. Os conteúdos apresentados neste capítulo entram em contato com as pessoas de diferentes origens que detêm diversos conhecimentos. Ofereço os conhecimentos da família linguística tukano oriental a outros povos, estes, podem complementar com os conhecimentos de seus ancestrais.

Durante a minha trajetória histórica fiz o trabalho de conhecer-me e assimilar os diversos conhecimentos de meus avós, aceitei, sistematizei e divulguei para as diversas sociedades. No contato com outros povos e no reencontro com os meus parentes aprendi diversos conhecimentos dos povos originários e de outros povos. Na região do noroeste amazônico habita a família linguística tukano oriental, composta de vários povos que emergiram do fundo d'água, em língua tuyuka, dizemos: Pamuribasoka.³⁰ Eles não emergiram de uma só vez, mas emergiram várias vezes, seguiam o movimento de saírem para foram d'água e se locomoverem no fundo do rio, no ventre da Cobra-Canoa, em língua tuyuka se diz: Pinoyokosoro. Os lugares das paradas para saírem na terra são denominados, em língua tuyuka de: Pamuriwiseri. Na literatura antropológica da região do rio Negro, também denominam de Casas de transformação.

O presente tema para os povos originários do noroeste amazônico e para os seres cósmicos possui profunda importância. Ele discute os papéis de nossas Casas originárias (patrimônio), dos seres cósmicos (biodiversidade), dos mapas xamânicos (territorialidade) e nossas relações com diversos povos (interculturalidade). Na atualidade todos os povos estão no processo de interação entre os diversos povos e os seres cósmicos. Assim todos trocam seus conhecimentos que têm sustentado por muitos séculos. O compartilhamento dos conhecimentos ajuda-nos na construção da cosmovisão e cosmovivência.

²⁹ Refiro-me à região fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

³⁰ Alguns povos da família linguística tukano oriental: Tuyuka, Tukano, Bará, Barasana, Desana, Makuna, Piratapua, Wanano, Kubeu, Karapanã, Arapaso, Tariano, Mirititapua.

Nas últimas duas décadas eu tenho buscado repensar a minha história e a existência de outros seres cósmicos, pois entendo que não é suficiente conhecer os ensinamentos das pessoas, mas precisamos criar a conexão de práticas boas com outros seres cósmicos. Dessa maneira podemos aprender outras estratégias de superação dos problemas que surgem continuamente. Eles, detêm caminhos de adequação às profundas e intensas transformações ecológicas que atingem aos diversos seres cósmicos. Para os Tuyuka diversas formas de criar conexão de conhecimentos com os seres cósmicos vêm pelas cerimônias rituais.

O artigo trata de maneira simples os cinco temas interligados nas cerimônias rituais: Pamuribasoka-Ŭtâpinopona, origens do povo Tuyuka e demais povos da família linguística tukano oriental; Basamori-cantos/danças que contribuem na sustentabilidade e continuidade da existência dos povos; Basawi-Casa cerimonial é Casa onde acontecem as cerimônias para garantir a proteção e o cuidado dos seres cósmicos, incluindo a pessoa; a cosmovisão dos povos originários do noroeste amazônico sobre a organização cósmica da vida; relevância dos papéis das mulheres.

PAMURIBASOKA – ŬTÂPINOPONA (FILHOS-DA-COBRA-DE-PEDRA)

A Cobra-de-Pedra aparece nas narrativas do surgimento dos chamados Pamuribasoka (povos que surgiram d'água). A narrativa de nossas origens conta-se que a Cobra-de-Pedra antes era um Bupó (Trovão), considerado como avô dos Pamuribasoka. Bupó trouxe do patamar do alto, no seu ventre, os enfeites de danças que os Pamuribasoka utilizam até aos dias de hoje, nas cerimônias de cantos e danças. Bupó, chegando no patamar-terra mergulhou-se num grande lago, denominado em língua tuyuka, de Ŭpekõtaro (Lago de Leite). Conforme os especialistas do noroeste amazônico é o lago situado ao pé da serra Pão de Açúcar, na cidade do Rio de Janeiro/Brasil. Nesse lago Bupó transforma-se num Pinó (Cobra). Na narrativa cerimonial ele recebe vários nomes, em língua tuyuka: Ŭtâpino (Cobra-de-Pedra); Pino yokosoro (Cobra-Canoa); Pamuri yokosoro (Canoa que boia). A literatura antropológica do rio Negro também denominou de Canoa de Transformação ou Cobra de Transformação.

Pino yokosoro segue sua longa viagem, partindo do Ŭpekõtaro, veio beirando a costa do Oceano Atlântico, depois seguiu a viagem pelo Rio Amazonas, Rio Negro e Rio Uaupés (afluente do Rio Negro). Essa Cobra traz no seu ventre os enfeites e adornos de danças. Eles, ao longo da longa viagem assumirão a forma humana até sair do fundo do rio, na Cachoeira de Ipanoré, no Rio Uaupés. São chamados de Pamuribasoka, pois ao longo da longa viagem essa Cobra fazia suas paradas em certos pontos e se rolava para fora da água e os Pamuribasoka em formação saíam do ventre. A própria Cobra era um especialista de xamanismo, em cada parada ele realizava a cerimônia específica em cada parada. Essas paradas são conhecidas por Pamuribasoka, em língua tuyuka, de: Pamuri wiseri (Casas de emergência, Casas onde boiamos, Casas onde saímos d'água). Barreto (2018, 47), explicou:

Os locais de parada da embarcação são conhecidos pelos Tukano como *pamuri wisseri* (“casas”), nomeadas e respeitadas como detentoras da história humana, da trajetória e formação dos povos, bem como de um repositório de acervo material e imaterial dos diferentes grupos e povos que vivem na região do Alto Rio Negro.

A Cobra-Canoa faz parte do patrimônio de conhecimento dos povos do noroeste amazônico. As pinturas feitas nos esteios e paredes do Basawi (casa de canto/dança; maloca) são desenhos que aparecem na pele da Cobra. As cores e os traçados da Cobra dão muitos significados nas pinturas corporais, nas pinturas de artesanatos, dos esteios da maloca, bastão de danças, nas cuias, traçados da pele de Cobra aparecem aos homens sob o efeito do consumo da bebida ayahuasca. Assim, o Bupó está presente todo o tempo com os seus netos, acompanhando-os em suas vidas, nas danças, nas pinturas, nas bebidas, nas músicas, nas danças, etc.

Na cachoeira de Ipanoré existe um grande buraco na pedra. Segundo a tradição dos povos do noroeste amazônicos lá os Pamuribasoka saíram mesmo do mundo das águas. Ao redor desse buraco aparecem as marcas dos pés dos Pamuribasoka que saíram. A partir da saída na Cachoeira de Ipanoré, cada povo (etnia) seguiu sua própria trajetória. Tenório (2012, 47-48), diz:

O ancestral dos Tuyuka, Filho da Cobra de Pedra, continuou subindo o Uaupés, até alcançar a cachoeira de Yurupari (*Sunapoea*), de onde “emergiram da água” (*pamunitia*). Quando surgiram neste local, no alto Uaupés, ainda não eram completamente humanos, era como os “espíritos sobrenaturais” (*pamurikoapona*).

Cada povo possui modo próprio de organização social e está conectada com muitas vidas cósmicas. As cerimônias rituais são como as veias que correm no corpo local, regional, nacional e internacional. Na tese elaborada por mim, sobre a festa de frutas eu mostrei que as cerimônias acompanham cada ciclo de vida. Para realizar a cerimônia ritual de oferecimento de frutas precisa conhecer cada ciclo de floração, crescimento e amadurecimento das frutas, algumas delas são conhecidas na região do alto rio Negro: bacaba, patauí, açaí, cunuri, sorvinha, uirapixuna, ingá, pequiá, uacu, ucuqui, umari, japurá, pupunha, etc. A cerimônia ritual está bem ligada ao *tempo* de realização da festa de frutas. Os especialistas das cerimônias rituais conhecem a organização de cada tempo. As diversidades de pássaros, animais, insetos, lagartas, abelhas, formigas, peixes e todos os seres vivos estão conectados com a vida das frutas, pois eles também se alimentam das frutas. Eles mesmos servem como alimentos para outros seres.

As posições das constelações provocam períodos de chuvas, enchentes e vazantes de rios, aparecimento de certos tipos de peixes, insetos, lagartas diversas, floração e crescimento das frutas; revoadas de cupim, formigas, tanajuras, saúvas, aparecimento de animais de caça. Os nossos especialistas da família linguística tukano oriental deram nomes às constelações, conforme a sua compreensão. Cabalzar (2010, 31-35) que eu o citei na minha tese (2021, 49), apresenta o resultado da pesquisa realizada junto com os estudantes tuyuka. Cada constelação tem o nome de algum animal do patamar da terra. Na constelação *Jararaca* existem as frutas umari, ingá, jenipapo-do-rio (diawe), taquari (pahtiduhka), cucura e açaí; há floração da fruta japurá. Na constelação *Tatu* e *Ossô de Tatu*, amadurecem as seguintes frutas:

pupunha, bacaba, bueri³¹, bea, umari, cunuri. Na constelação *Jacundá*, há floração de jatobá, uacu, tucumã-do-rio, buhpo ori, waibia, ingá, japurá, umari, japurá-da-mata-virgem, ingá-de-rato, ingá-aracu, ingá-da-capoeira e abiu. Nesse período amadurecem as frutas: umari, a pupunha, o ucuqui, cacau-do-mato, jenipapo, waibia, açaí, bacaba, cucura, ahpoãduhka, pahtiduhka, sorva, ingá-jacaré, pakarô e sotaduhku. Na constelação *Camarão*, aparecem as frutas japurá, umari, açaí, ingá-rato, ingá-aracu, wirimere, jatobá e abiu; ucuqui, abiu-de-remo (do igapó), theô (do mato (tipo de castanha), ñere, pupunha madura, açaí preto e não, cacau do mato maduro, umari caindo, tucumã-do-rio maduro e verde, cucura preta. Na constelação *Onça*: estão maduras: bacaba e açaí-do-igapó. Começam a florir: umari, caju, japurá, pupunha, uacu, wai-oari; cunuri, wahso, pahtiduhka, ahpoãduhka, japurá-grande. Na constelação *Ñobkoatero*, florescem bacabas, uixi-do-mato, ingá e, entre as cultivadas, caju, cucura, abacate e jambo; duhkawu (peixes comem), ingazeiras do rio; já se encontram maduras: buriti, açaí-do-igapó, pupunha-d'água e jenipapo-do-rio. Na constelação *Wai Kahsa* e *Sio Yahpu*, florescem as ingazeiras próximas às casas, ingá-macaco-barrigudo, açaí-do-pará e a bacaba; amadurecem: jatobá, o uacu, ahpoãduhka, wirimere, buriti, cucura, pupunha, jenipapo e bacaba-da-beira. Na constelação *Kai Sarirô* e *Garça*, florescem abiu, ahpoã, bueri, sorãsa; época em que ingá já está murchando; a pupunha começa a florir.

Os Kumua e os Bayaroa³² são conhecedores da conexão da vida humana com os seres cósmicos e dos perigos que circulam em torno de todos e de algumas vidas em particular. Eles fazem as cerimônias de proteção das pessoas contra as doenças que surgem em cada ciclo de constelações, de frutas, de peixes, pássaros, insetos, etc. Algumas doenças, segundo Cabalzar (2010, 31-35), surgem durante a constelação *Jararaca*, como as picadas de jararaca e ferimentos acidentais pisando nos tocos com ponta afiada. Na constelação *Tatu* e *Osso de Tatu*, surgem a malária, dor-de-cabeça, diarreia, abscessos ou furúnculos (bihpise). Na constelação *Jacundá*, surgem as dores reumáticas (dores nas costas, colunas, pernas...), wahkari, ataque cardíaco (tipo pressão alta), dor de cabeça, de barriga., tumores, vômito, diarreia. Na constelação *Camarão* surgem dohkesiãkease³³: torção muscular, dor de cabeça, pisada no toco, inflamações. Na constelação *Onça*: aparecem a diarreia, gripe, vômitos, malária e dor de cabeça. Na constelação *Ñobkoatero*: surgem a diarreia, vômito, gripe, dores de cabeça ou wahkari.

Como se pode perceber essa interligação serve para o bem e quando há desconexão somos afetados por doenças (dores de cabeça, acidente de trabalho, picada de cobra...). Por isso, os especialistas realizam as cerimônias contra essas enfermidades, pois segundo os especialistas (Kumua, Bayaroa, Yaiwa) são consequências dos desrespeitos dos povos originários aos seres cósmicos.

³¹ Vários nomes em língua tuyuka e tukano não foram possíveis de serem traduzidas.

³² Kumu faz a cerimônia de proteção, amansa, equilibra, cura a doença. Baya: canta e dança. Yai (sing.) e Yaiwa (plur.) é especialista em diagnosticar as doenças, curar e combater os causadores de doenças.

³³ Na tradução literal em língua tuyuka e tukano, querem dizer sobre as doenças graves que se adquirem de repente. Na atualidade poderia aproximar-se de AVC.

BASAMORI – CANTOS E DANÇAS

Os Bayaró, especialistas em cantos e danças, enfeitam-se com pinturas faciais e corporais com carajuru (wãrosoa). No rosto cada qual faz suas pinturas que representam as espinhas dos peixes, folha de açazeiro, aranha, etc. Nos seus braços e pernas as mulheres especialistas pintam com o líquido preto de jenipapo. Os Bayaró, eles mesmos, preparam os seus ornamentos: acangataras tecidas com tucum e enfeitadas com penas de pássaros Japu, tucano, papagaio, garça; chocalhos; dentes da onça. Dessa maneira os pássaros do território do noroeste amazônico vão se incorporar nos Bayaró e vice-versa.

Os Kumua (mestres cerimoniais) realizam sua cerimônia de nossa proteção com o tabaco para que as doenças não atinjam as pessoas nem aos seres cósmicos. Os Kumua planejam e realizam a cerimônia de preparação do m̃norõ (tabaco) de proteção. Pressentindo a aproximação das doenças, relembram como faziam os nossos ancestrais no interior do Basawí (maloca) e valorizam as cerimônias de proteção com o upe (breu) e m̃rorõ (cigarro). Dessa maneira tornam os participantes da cerimônia ritual, livres de doenças dentro do Basawí e dentro desse patamar (terra).

As cerimônias de especialistas anulam o poder dos seres das doenças (dores de cabeça, brigas, violência...) e os afastam para muito longe, nos outros patamares (alto/baixo) e/ou para os lugares de suas origens ou matam os seres das doenças. Nossos ancestrais estando longe de seus territórios originários não esquecem as tradições de nossos ancestrais. Realizam as cerimônias rituais para narrar as histórias de origem, aos seus filhos no Basawí cerimonial. Convidam os seus cunhados e fazem a cerimônia ritual para transmitirem as suas histórias de origem. Expressam o respeito existente entre si, fazem a cerimônia para comer o patu (ipadu), fumar o m̃rorõ (tabaco) e fortalecem a consideração de serem parentes e cunhados.

Os especialistas dos povos originários do noroeste amazônico ensinam aos filhos e netos que os perigos circulam em meio à floresta, movem com o movimento das águas, correm junto à circulação atmosférica e massa de ar, nas nuvens, multiplicam-se com o barulho dos trovões e se espalham rapidamente com os raios; expressam suas vidas com os movimentos das árvores; os seres das doenças se disfarçam com os odores das frutas, do cheiro forte (pitiu) dos peixes, do cheiro dos pássaros, dos animais, dos insetos, de formigas, lagartas, rãs, sapos e, também, dos seres invisíveis. Surgem, ainda com o fogo e a fumaça que os humanos realizam, com o movimento dos alimentos cozidos das panelas e os barulhos que provocam a reação dos lugares de origem.

As cerimônias de proteção dos Kumua são compreendidas na perspectiva dos interesses humanos, tratam-se diretamente à vida de outros seres cósmicos, procura aquietá-los. Muitas vezes os Kumua, pelas suas cerimônias, pretendem calar as vozes de outros seres, outras vezes os prometem alimentá-los com comida farta, como m̃norõ (tabaco, cigarro) para fumar, peyuru para beber e se embriagarem. No desejo extremo de acalmar as bravezas dos seres cósmicos, os Kumua quebram os dentes, cortam as suas línguas, deixam paralisados, furam seus olhos e os deixam cegos. Outras vezes,

expulsam-nos de suas casas de origem e os lançam fora de seus territórios, em outros patamares do alto e no mundo subterrâneo e os deixam trancados nesses patamares. Segundo Cayón (2012, 179):

Cada curación hace referencia a diferentes lugares dependiendo de la enfermedad de un paciente o si es para el ciclo vital de una persona, el ciclo anual y los bailes, para la prevención de enfermedades y accidentes, o para la fertilización de las diferentes especies, entre muchas otras cosas. Esto significa que cada curación sigue su próprio caminho, donde los lugares seleccionados con un asunto están asociados a otros de características similares, conectándose entre si en el Pensamiento y esos caminos no siempre son los mismos, ni siquiera para tratar una enfermedad igual, monandro los lugares y sus componentes en otro orde. También los chamanes deben conocer en detalle los nombres de los lugares y sus asociaciones para las distintas curaciones, pues de ello depende la eficacia del tratamiento; por eso, es obvio que quién más sabe sobre los lugares és más poderoso que los otros.

A presença dos Bayaroa (mestre da cantos e danças) dentro da casa cerimonial transmite diversos significados. Eles significam como o Basawi, esteios, caibros, cipós, palha de cobertura e casca das árvores que servem como paredes. Os adornos que usam na cabeça enfeitadas com penas e plumas de pássaros lindos do noroeste amazônico mostram que os cantores/dançarinos estão em conexão profunda com outros seres, tais como: araras vermelhas, araras azuis, japus amarelos, tucanos com penas pretas, amarelas e brancas. Estão se sentido leves e balançando as penas como as garças. Eles estão interligados com muitos seres cósmicos, não cantam nem dançam sozinhos. A biodiversidade dança e canta com os Bayaroa: pinturas vermelhas de carajuru, desenhos pretos pintados com líquido da folha de jenipapo, o cheiro de tabaco lhes inspira saberes ancestrais, o sabor adocicado do ipadu representa os sabores amazônicos e sabor travoso de ayahuasca representa os diversos conhecimentos difíceis e fáceis que vêm pelos sabores de cipós xamânicos da Amazônia.

A especialidade dos Bayaroa está bem ligada àquilo em língua tuyuka se denomina de Basamorĩ (trata-se de conjuntos de cantos e danças). Quando os mestres de cantos/danças sopram os instrumentos musicais, utilizam os bastões de ritmos, estão se relacionando com outros seres (gentes) de todos os patamares. Cada instrumento tem sua história de origem. Os coloridos dos rostos de todos os participantes da festa utilizam os desenhos e as cores das cobras, aranhas, folhas de açaí, espinhas de peixe, etc. A nossa vida tuyuka e as de outros povos estão conectadas com muitas vidas cósmicas.

Os instrumentos musicais, denominados em Basaminia, língua tuyuka, são as flautas cerimoniais (flautas), sopradas na festa de oferecimento das frutas. Meus parentes explicaram-me que existem dois tipos de flautas. Tem as flautas que não precisam passar pelas cerimônias de inserção de vida da flauta, permanecem somente uma matéria e são utilizadas para soprar sem exigência de seguir as dietas alimentares e outras restrições. Qualquer pessoa pode soprar por ocasião de festivais, de apresentações, etc. Nessa perspectiva compreendo quando os meus parentes Tuyuka e Desana, que habitam bem próximo da cidade de Manaus, que se organizaram em pequenas comunidades e com uma maloca. Na visita dos turistas, eles apresentam as danças com o sopro das flautas. Tanto quem sopra essas flautas como as pessoas que assistem não seguem dietas alimentares como prevenção de adquirir doenças para si e para a coletividade.

Segundo os meus parentes existe outro tipo de flauta que possui a vida (vitalidade, coração, alma, sentimento, emoção...). Eles ensinam que não se pode brincar com essas flautas-gentes, flautas-xamãs e flautas-mestres de danças. Os homens que sopram essas flautas são homens que já foram iniciados para serem sopradores especializados. Eles fazem abluções d'água como fazem os Bayaroa (mestres de cantos/danças). Fumam o tabaco e o ipadu que passou pela cerimônia de ativação de poderes de proteção por parte dos Kumua. Durante o tempo de utilização das flautas e após concluir a cerimônia, quem soprou essas flautas não se alimentam (peixe, carne, frutas, beiju, farinha...). Só se alimentam depois que o Kumu faz a cerimônia de ativação de poderes de proteção à vida dos sopradores dos instrumentos, com pimenta e o sal.

As pessoas não iniciadas (crianças, adolescentes, adultos e mulheres) não assistem a cerimônia de sopro com as flautas que já passaram pela cerimônia do Kumu. Um parente tuyuka, olhando para mim, que sou um sacerdote, disse: as flautas podem ser comparadas como as hóstias não consagradas e hóstias consagradas. A relação da pessoa com a hóstia não consagrada é de respeito, pois ela remete a um significado do sagrado, embora não tenha passado pela cerimônia de consagração por parte dos especialistas (ministros ordenados: sacerdotes). Já a hóstia consagrada apresenta-se ao crente (cristão) não somente como uma matéria, mas como corpo de Cristo. Sendo assim, exige respeito, devoção e conexão com o Corpo de Cristo para pessoas já iniciadas (fizeram a primeira eucaristia).

Outros instrumentos interligam os seres cósmicos. O instrumento de batida, denominada de yukubesugu em língua tuyuka, é o lança-chocalho. É um instrumento que o Baya (mestre de cantos/danças) utiliza para anunciar o início da cerimônia de dança e também das partes importantes de narrativas de história de origem. Outros instrumentos são todos relacionados à biodiversidade, como o maracá da cuieira, cariço da flauta-pã, flauta de osso de veado, flauta de osso da onça, casco de caracol, casco de jabuti e outros. Para cada instrumento existe especialista. Existem cantos que são cantados por homens e outros cantados pelas mulheres. Todos juntos são considerados Bayaroa.

BASAWI – CASA CERIMONIAL

Basawi, em língua tuyuka, significa a Casa de cantos/danças. A literatura antropológica do Rio Negro e os missionários católicos deram o nome de maloca. Para os povos originários do noroeste amazônico Basawi traz consigo a conexão com a biodiversidade. Os esteios fincados para segurar o Basawi têm seu fundamento no patamar mais profundo que é o patamar do subterrâneo, ultrapassa o patamar do meio que é a terra, da ponta de cima está fincada no patamar das alturas, junto às constelações, sol, lua, trovões e nuvens. Os caibros colocados na estrutura óssea da casa cruzam do lado nascente do sol e no lado do sol poente. Outros caibros cruzam do lado oeste e leste. Os caibros da casa são considerados como as costelas da Cobra-de-Pedra. O esteio da cumeeira é considerado como osso da costa (coluna vertebral) da Cobra-de-Pedra. As palhas que cobrem o Basawi e as cascas de madeira que servem de paredes do Basawi são peles da Cobra-de-Pedra.

Basawi só possui duas portas: uma porta do sol nascente e porta do sol poente; porta do sol nascente representa a boca da Cobra-de-Pedra; a porta do sol poente representa o ânus da Cobra-de-Pedra. Durante a realização das cerimônias rituais, a porta do sol nascente, é a porta de entrada e saída dos homens; a porta do sol poente, é a porta de entrada e saída das mulheres. A porta do sol nascente representa o nascimento e a porta do sol poente representa a porta de saída desse mundo (morte).

As cascas das árvores que servem como paredes do Basawi e provêm das árvores que fazem parte das narrativas de origem dos Pamuribasoka, da mesma maneira as palhas usadas para a cobertura. As palhas são tiradas seguindo o ciclo das constelações, tempo que garante a durabilidade de palha. Antes de buscá-las o Kumu faz a cerimônia (com tabaco; breu) de pedido de permissão aos donos,³⁴ pois quando não a realiza as pessoas que buscam as palhas podem ser atingidas pelos ferimentos, dores de cabeça, picadas de cobra, etc. Segundo a explicação de nossos sábios são consequências do desrespeito com os lugares onde se tira as palhas.

No mundo atual surgem diversas doenças e atingem as pessoas e aos seres cósmicos, também são resultados da destruição das florestas (monocultura, agropecuária...), destruição dos leitos dos rios (mineração), matam os animais, insetos, poluindo os rios, etc. As expressões das revoltas desses ecossistemas são as grandes enchentes e secas; intensas chuvas que causam desmoronamentos, elevado aquecimento global que descontrola e cria desequilíbrio cósmicos. Também os habitantes das aldeias são atingidos e questionam o porquê das mudanças que estão acontecendo, ficam confusos, pois o calendário dos ciclos das vidas não segue mais como no passado. As cerimônias rituais servem para restabelecer o bom funcionamento dos ciclos da vida cósmica: que o tempo de verão e da enchente de rios sigam no tempo próprio, épocas de floração e amadurecimento das frutas siga no tempo previsto, para facilitar a organização da caçaria, organização das festas, visitas aos parentes, etc. O calendário das constelações regula a vida das pessoas e suas atividades, regula o ciclo de vida feminina (fertilidade, gravidez). Os ciclos de vida das florestas, dos peixes, animais e outros seres são semelhantes aos ciclos da vida humana.

BUREKO WATOTIRE³⁵ – TEMPOS CÓSMICOS

Bureko watotire trata-se dos ciclos das vidas cósmicas, compreensão da organização da vida, o conhecimento teórico e prático da existência e a vivência festiva dessa compreensão por meio de diversas cerimônias. Tradicionalmente os conhecimentos relacionados ao Bureko watotire são transmitidos pela oralidade e prática cerimonial. Nas últimas duas décadas, os meus parentes criaram uma escola (1999s), visando a revitalização, fortalecimento dos conhecimentos ancestrais e colocá-los em prática através das cerimônias rituais e nas práticas de vida cotidiana.

³⁴ No nível cerimonial (xamânico) os lugares dos onde se tira as palhas são considerados como “donos” das folhas. Diz-se mãe e avós da palhas.

³⁵ Em língua tuyuka, bureko = dia ou tempo; watotire = divisão, organização, partes do tempo.

Os estudantes de ensino médio e os seus assessores (profissionais não indígenas), utilizaram o método de pesquisa de observação diária da dinâmica do ciclo da vida, movimento das constelações, das enchentes de rios, épocas de verão, dinâmica da vida dos peixes, dos insetos, dos pássaros, das fruteiras, etc. Organizaram mapas descritivos desses ciclos de vidas e suas influências na cultura tuyuka. Cada ciclo apresenta diversos fatores que garantem a existência da vida da vegetação, fruteiras, frutas, pássaros, insetos, formigas, abelhas, peixes, macacos, porcos do mato, paca, anta, tatu, cutia, etc.

Os ciclos cósmicos também apresentam diversos riscos à saúde das pessoas e de outros seres. Para a pessoa esses riscos continuamente estão bem próximos: picadas de jararacas, acidentes de trabalho, ferimento, febres, dores de cabeça, dores de estômago, dores de coluna, dores de joelhos, etc.). Os nossos sábios são aqueles que diagnosticam a origem de doenças, causadores de doenças, lugares de origem das doenças, conseguem, por meio de suas práticas de cura, restabelecem a saúde das pessoas atingidas pelas doenças.

Os seres da floresta (pássaros, macacos, borboletas, cabas, abelhas, jararacas, etc.), seres aquáticos (peixes grandes e pequenos, camarões, caranguejos, animais de cascos, jacarés, cobras, etc.) são considerados por nossos avós como seres em conexão com todas as vidas, inclusive com as pessoas. A vida das pessoas sem conexão com as vidas de todos os seres cósmicos não teria força para desenvolver seus conhecimentos para criar diversos modos de resistência, luta e superação em confronto com todos os seres cósmicos.

As pessoas estão conectadas ao patamar do alto, onde residem as constelações (estrelas, sol, lua, nuvens, chuvas).³⁶ O patamar do meio, onde as pessoas habitam e o patamar do subterrâneo que servem de alicerce do patamar do meio. O subterrâneo é composto de diversidade barros, argilas, seixos, pedras, minérios, ouro, etc. Os minérios estão conectados diretamente aos raios solares, do brilho do sol, dos raios e relâmpagos que o trovão causa quando os minérios são destruídos, arrancados de sua casa de origem.

As constelações regem o movimento do cosmo e seus patamares. São eles que provocam o tempo da chuva, da chuva surge as enchentes. Os meus parentes entendem a importância da interligação com a água, floresta, etc., para garantir bom funcionamento de vida. Hoje é mais fácil compreender, pois na falta de algum elemento e vida da biodiversidade causa o desequilíbrio/desastre ecológico. As enchentes têm sua finalidade de gerar a vida para os seres que habitam esse patamar, facilita o deslocamento de diversidade de peixes de diferentes lugares para as regiões mais difíceis, encachoeiradas. As enchentes são tempos especiais para as cerimônias festiva dos peixes que se denomina de piracema: aparecimento e desova de peixes.

³⁶ Barreto, J. (2018, 70) refere-se ao patamar do alto, como *Ome Pati* (Espaço Aéreo): é o conjunto de elementos que constitui o espaço aéreo. Os *wai-mahsã* que habitam nesse espaço são denominados de *omemahsã*. Os principais são: *Muhipo mahsã* (Homem-sol), *Buhpó-mahsã* (Homem-trovão), *Nokoã mahsã* (Gente-constelação).

Existem outros seres como as rãs, alguns tipos de pássaros, mexigas que transformam em peixes comestíveis na região amazônica. Essa descrição parece muito esquisita e estranha para quem não é povo originário dessa região. Para nós que nascemos, crescemos e vivemos nessa região é uma realidade constatada e aceita. Os sábios, do noroeste amazônico, conhecem a origem de diversos tipos de peixes. Na atualidade continuamente se trata do tema da biodiversidade e os povos originários possuem modos próprios de compreendê-la. Ela não se restringe somente na manifestação das diversidades das vidas, mas mostra explicar como as vidas se organizam e como se relacionam com outros seres e as pessoas.

As pessoas entendem os seres cósmicos como gentes interagindo continuamente ao longo dos ciclos de vida, durante a gestação da mulher, nascimento de uma criança, ritual de assepsia de comidas e bebidas, na primeira menstruação e outras menstruações femininas, nos rituais de iniciação dos jovens, pós-cerimônias rituais de cantos e danças. São momentos em que as pessoas estão mais expostas frente as gentes cósmicas, que podem se sentir ciúme da pessoa, homem e mulher, podem causar algumas doenças como dores de cabeça, de estômago, cólicas, sangramentos para as mulheres, dores de colunas, reumatismo, etc. Os especialistas conversam com os seres cósmicos que denominamos de Waimasã, evocam respeito por parte deles, pois todos são parentes, primos, cunhados, avós, netos, etc. Barreto (2018, 50), assim trata dos Waimasã:

Os *waimahsã* são seres que possuem as mesmas qualidades e capacidade dos humanos, inclusive sua morfologia, mas que não são visíveis pelas pessoas comuns na vida cotidiana. Eles só podem ser vistos por um especialista (xamã) ou em sonhos. São os responsáveis, guardiões ou protetores dos lugares, paisagens e espaços onde estão e circulam todos os seres

As mesmas considerações que utilizamos entre as pessoas são transferidas para as nossas relações com os seres cósmicos.³⁷ Eles e nós transitamos nos mesmos espaços, vivemos nas casas deles e eles vivem em nossas casas. Nossos especialistas na realização das cerimônias protegem as nossas casas e as casas deles, nossas roças e roças deles, nosso rio/igarapé de pescaria e deles, as frutas que nós alimentamos e que eles alimentam, também. Os mesmos rios dos peixes, dos seres aquáticos é também o rio que usamos.

À nossa maneira de compreensão cósmica, muitos cientistas não compreenderão, se entenderam não aceitarão como ciência tuyuka. Os cientistas da ecologia, biologia, arqueologia, enfermagem, medicina, etc., não compreendem os conhecimentos dos povos originários como ciências. Sem dúvida não há como igualar os conhecimentos indígenas com os conhecimentos científicos ocidentais. Os conhecimentos tuyuka estão num patamar diferente do patamar dos conhecimentos científicos ocidentais.

³⁷ João Paulo Lima Barreto (2018:73) indica três tipos de gentes que são considerados Waimasa: *Waimahsã*: seres super-humanos, donos e protetores dos lugares e dos seus “animais de estimação”. *Nukurimahsã*: criaturas humanoides que perambulam pela floresta. *Yokumahsã*: animais que vivem nos diferentes espaços, no solo, no subsolo nas árvores e no ar.

NUMIÃ MASIRÊ – CONHECIMENTOS DAS MULHERES

Desde a cerimônia de nomeação o Kumu fornece-lhe os materiais para construir a vida feminina. Um dos espaços femininos é o da roça e tudo o que nela está cultivado. Na sua primeira menstruação renova-se a cerimônia de nomeação, assim cada vez mais ela constrói a dignidade feminina. As mulheres e as roças estão interligadas. Entende-se, no nível xamânico, que as mulheres são mães das roças e roças as suas filhas. Segundo Diakara: “a planta de mandioca tem correspondência com o corpo da mulher: as folhas têm a aparência das mãos, o caule corresponde à sua coluna vertebral, as raízes são suas pernas”. A boa quantidade de mandioca e de tudo aquilo que se produz na roça representa a fertilidade feminina. Diakara (2021, 233), assim refere sobre as especialidades das mulheres:

As mulheres são especialistas e conhecedoras das plantas cultivadas de maniwa, elas seguem um calendário específico para controlar a época da plantação de mandioca, selecionando cada tipo de planta, que pode ser cultivada em cada tipo de terra: *dibta ñirô* (terra preta), *dibta wabro* (arenosa) e *dibta wĩitârô* (argilosa).

A mulher aprende e guarda consigo os conhecimentos da boa utilização das plantas (folhas, raiz, casca) como forças ativadoras para o bom crescimento da plantação (maniva bonitas e mandiocas grandes). Os mesmos conhecimentos aplicados afastam os seres cósmicos (gafanhotos, minhocas, lagartas...) que podem causar o estrago das plantas e ao apodrecimento das manivas e mandiocas. Alguns conhecimentos as mulheres compartilham entre as mulheres e fazem as trocas de conhecimentos.

As técnicas de preparação da bebida peyuru (bebida fermentada derivada da mandioca; bebida caxiri) são próprias das mulheres. Há conhecimento do tempo certo para cozinhar bem o caldo da mandioca para eliminar o efeito asfíxiante que pode causar dores de cabeça, diarreias e até mesmo causar óbito. Preparam beiju fininho e torra-se até ficar bem crocante para ser mastigado. A massa mastigada transforma-se em bom material para a fermentação do peyuru. Segundo os conhecimentos que nossos avós nos ensinaram a salivação da mastigação (sabor doce da saliva) acelera a fermentação e eleva o teor alcoólico da bebida. O peyuru de boa qualidade contribui para os mestres de cantos e danças realizem bem as suas cerimônias, façam boas narrativas de histórias de nossas origens, os jovens e as mulheres soprem boas melodias e dançam incansavelmente. Sobre a fermentação, em língua tuyuka se diz: *sinirê niñare* = bebida bem fermentada.

Utãpino=Cobra-de-Pedra, conforme os conhecimentos xamânicos, gera a fermentação. Quem bebe peyuru, sob o efeito da embriaguez, enxerga os desenhos e as cores que têm na pele de uma cobra. Quando o Kumu consegue fazer boas cerimônias, os dançarinos e cantores se sentem inspirados ao longo de suas danças e os movimentos das danças que parecem o movimento de uma cobra. Os especialistas em discursos realizam bem as narrativas, com variações de entonações entre o primeiro que fala e outro que responde. O Kumu também corta os efeitos na medida que as pessoas já conseguiram acessar aos conhecimentos. Ele é responsável de eliminar os efeitos negativos da bebida como as tonturas, dores de cabeça, ânsia de vômito, diarreia, etc. Rezende (2021, 173), explica assim:

Os *Kumua* conhecem os odores (*umutise/stitise*) das árvores: odor de acidez (*kause*), sabor de salgado (*yaro*) e odor de pitu (*moastiro*). Para os *Kumua*, tais odores e sabores estão em conexão com os seres do universo, incluindo a pessoa humana. Nas cerimônias, os *Kumua* eliminam os odores aqui referidos (*kause*, *yaro*, *moastiro*) e em seu lugar inserem no cocho de caxiri o cheiro e a espuma de leite materno (*ôpekô sopori*) e a espuma de suco doce (*kâraiko sopori*). Eles eliminam do pote de caxiri (*perutu*) o sabor salgado (*moã yaro*), odor de pitu (*moastiro*) e mau odor (*urirô*) e, em seu lugar, inserem o sabor doce (*ipitise*) e o sabor de suco de fruta doce (*kâraiko*).

Os cochos e camotins, onde se depositam a bebida peyuru são importantes, por isso, eles também recebem a cerimônia para gerarem boa fermentação. As mulheres conhecem as exigências de terem bons materiais de preparação e bons depósitos para atingir o bom nível de fermentação. Algumas mulheres levam tão a sério que fazem dietas alimentares nos dias de preparação da bebida. O Kumu, com sua cerimônia insere como efeitos da bebida, os movimentos das formigas (movimento brilhoso), bolhas das águas. Outros efeitos da fermentação são efeito de movimentos das cobras, cheiros e odores (adocicado, travoso...), retira os cheiros de fedor, salgado, pitu, são cheiros que podem causar vômitos aos bebedores.

Os conhecimentos da mulher são importantes no campo das cerimônias de cantos e danças. A mulher é par principal da dança, não há uma música e dança sem a participação da mulher. Nos cantos e danças cerimoniais existem mulheres especialistas que acompanham os mestres de danças, cada uma acompanha um mestre de dança, do começo ao fim da dança, não pode ficar trocando de par. Algumas mulheres são especialistas em fazer entonação com a sua voz para complementar os cantos dos mestres de cantos. Ela é especialista como os mestres de danças. Quando a mulher se torna boa entoadora da voz, consegue prologar bastante a sua entoação. Os nossos sábios falam que desde a cerimônia de nomeação o Kumu já colocou nela essa capacidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade os descendentes dos povos originários do noroeste amazônico e de outras regiões têm muito a contribuir com as sociedades nacionais e mundiais com os conhecimentos próprios de seus ancestrais em diversos campos acadêmicos e científicos: ecologia, antropologia, biologia, medicina, enfermagem, etc. As diversas cosmovisões dos povos originários com as florestas, cipós, ervas, águas e os seres cósmicos proporcionam-lhes conhecimentos medicinais para sarar as feridas, dores de estômago, cabeça, coluna, reumatismo, picadas de jararacas e outros animais peçonhentos, ferradas com esporões de peixes, etc. Com as resinas e óleos das árvores realização a defumação para afastar carapanãs, insetos, moscas, etc. Com a argila preparam pratos, panelas, buzinas para as festas. Muitas pessoas vendem esses materiais para quem quer comprar. As diversidades de minhocas, gafanhotos, cabas, formigas, sementes das frutas servem como iscas para pescar e alguns deles servem como alimento para as pessoas e outros seres.

Os povos originários e os seus conhecimentos são propostas de cuidado da vida, da saúde, da sustentabilidade. As aldeias devem continuar cada vez mais campos de pesquisa e estágio para conhecermos os conhecimentos de nossos ancestrais. Os não indígenas precisam revestir-se das

roupagens dos povos originários para conhecer e gostar de nossos conhecimentos. Os Kumua, Bayaroa e Yaiwa são doutores e pós-doutores de nossos conhecimentos ancestrais, eles possuem comprovadas práticas. Por isso, eu mesmo escrevi:

Os Kumua, os Bayaroa, os Yaiwa, os Yuamua³⁸ e demais masirã (conhecedores) sabem de muitas realidades existentes no cosmo, de espécies vegetais, animais, minerais etc. Conhecem as influências das constelações na vida humana e em diversos mundos, da água, da floresta, das nuvens etc. Eles aprenderam a conhecer os seres que agem no interior de seus patamares e no nosso patamar. Eles conhecem quais são as armas de defesa e de ataque, dos seres pequenos e dos grandes. Esses conhecimentos são transmitidos no cotidiano e nas cerimônias rituais dentro do Basawi (Rezende, 2021, 266-267).

Os dirigentes de muitos cursos universitários do Brasil possuem visão elitista, excluem, marginalizam e desacreditam os conhecimentos dos povos originários. Os nossos conhecimentos são anteriores aos conhecimentos ocidentais que chegaram entre nós. Os nossos especialistas de diversos conhecimentos são deixados de lado, apesar de possuírem longas histórias de cuidado exitoso das pessoas e da biodiversidade. Os Kumua e os Yaiwa tratam muitas pessoas e curam as doenças, mais do que muitos médicos formados nas universidades. Em partes do noroeste amazônico não chegam os médicos, mas os nossos especialistas estão nas aldeias. Os Bayaroa com os seus cantos danças tranquilizam e mantêm as pessoas equilibradas, animadas e protegidas, mais do que especialistas em psicologia com as suas terapias atendem algumas pessoas. Nossos especialistas conhecem bem o significado de diversos ciclos de vida que dinamizam a biodiversidade amazônica, conseguem interagir e conversar com suas línguas xamânicas. Eles não somente observam como muitos cientistas da ecologia, da biologia, medicina, antropologia, etc.

Na atualidade desconhecer e manter-se indiferente frente aos conhecimentos das ancestralidades dos povos originários significa perder oportunidade de ampliar os conhecimentos científicos construídos até o momento. As Universidades brasileiras, deveriam valorizar esses conhecimentos dos povos originários, pois eles caracterizam pelos profundos conhecimentos da biodiversidade do território brasileiro. As marcas principais das Universidades brasileiras deveria ser o domínio dos conhecimentos elaborados a partir dos conhecimentos materiais e imateriais dos povos originários para avançar os conhecimentos científicos elaborados nas universidades nacionais e internacionais.

Nas últimas décadas, favorecida pela Políticas Afirmativas, descendentes dos povos originários ingressam em alguns cursos universitários. Em alguns estados do Brasil, algumas Universidades têm se direcionado mais próximos das comunidades indígenas. Embora, tenhamos essas presenças, percebemos que os olhos que nos veem são cheios de preconceitos, ar de superioridade, cheios de estereótipos, atitudes de discriminação, etc. A nossa presença indígena provoca estranhamento a quem se considera do “grupo da elite” e até os não indígenas que não são da elite nos olham com ar de superioridade. Uma minoria nos olha como diferentes e com capacidade de aprender e contribuir aos cursos com os

³⁸ Yuamua são os especialistas nas narrativas de histórias das origens. Eles também são Kumua e Bayaroa.

conhecimentos de nossos ancestrais. É importante reconhecer, o nosso ingresso nas Universidades não é um presente, mas é resultado das lutas de nossos líderes de diversos estados brasileiros. Muitas lideranças que lutaram nunca estudaram nas Universidades, mas eles lutaram em favor de seus filhos, filhas, netos e seus parentes.

Quando olhamos para as nossas histórias percebemos que a cultura ocidental chegou em nossos territórios com outros interesses, eles não pensam como nós nem agem como nós. Com a cultura ocidental chegou entre nós a escola. Entre nós, ela chegou para civilizar e cristianizar. Quase quinhentos (500) anos depois, a partir da reforma da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que houve uma nova compreensão jurídica, fazendo com que muitos povos indígenas ou melhor muitas comunidades indígenas tivessem iniciativa de desconstruir a escola de modelo ocidental para pensar num modelo de escola elaborado pelos próprios povos originários. Por terem estudado nessas escolas, muitos estudantes indígenas desejaram ingressar nas Universidades e somente alguns conseguiram ingressar na universidade, que é o espaço ocidental de produção e transmissão de conhecimentos científicos e outros saberes. Tradicionalmente quem estuda na universidade tem o sonho de melhorar o bem-estar de sua elite, de sua família e o bem próprio. Nós indígenas, vejo que somos movidos por outros parâmetros. O primeiro parâmetro é contribuir dentro do curso com os conhecimentos ancestrais. O segundo é assimilar os conhecimentos ocidentais. Vejo-os como campos complementares, não parâmetros opostos. No mundo atual as problemáticas sociais que emergem, mostram que os conhecimentos indígenas desconectados com os conhecimentos ocidentais, não resolvem os problemas pelos quais as sociedades mundiais passam. Fica cada vez mais evidente também que somente os conhecimentos ocidentais não estão dando conta de diversos problemas que elas mesmas geraram.

Os diversos conhecimentos de todos os povos do mundo precisam ser valorizados e utilizados para solucionar os diversos problemas que surgem em todas as sociedades e culturas. Todos os povos têm muitas formas de cuidar bem da vida e ao mesmo tempo sabem que em algumas situações não conseguem cuidar satisfatoriamente. Os povos da América e da Amazônia entendem que as diversas vidas se movimentam e se conectam entre si. As árvores, terra, água, ar, calor, frio, sabores e odores, pássaros, animais e diversidades de seres movimentam-se de maneira complementar. As pessoas são parte pequena e importante desse movimento, pois são as pessoas especializadas que decifram as línguas da biodiversidade, através de sua grande concentração ouvem e conversam com as diversidades de vidas do cosmo. Nobre (2010, 40), falando dos conhecimentos dos povos indígenas, disse:

Os povos indígenas cultivaram e passaram de pai para filho um eficiente bom senso existencial, aprendido escutando seus espíritos e na observação e na vivência da natureza, essa magnífica obra de conforto e estabilidade que a própria vida criou no mundo ao longo de bilhões de anos. Portanto, em suas culturas originais os índios são guardiões ativos de um conhecimento sofisticado e vital para a coexistência e evolução de tudo que é e quer permanecer vivo.

As pessoas que deveriam ser responsáveis e interlocutores principais pelo cuidado das vidas têm dificuldades de respeitar a biodiversidade, todas as pessoas e os seres cósmicos se prejudicam. Eu trato da biodiversidade a partir da nossa história de origem que começa com a Cobra-de-Cobra, que veio parando em diversos lugares desde Ôpekõtaro (lago de leite) até chegar aos territórios habitados pelos povos originários na atualidade. Na nossa cosmovisão cada lugar que a Cobra-de-Pedra fez a sua parada, estava demarcada como nosso território e nosso patrimônio: as praias, pedreiras, lagos, floresta, tipos de árvores na beira do Oceano Atlântico, do Rio Amazonas, Rio Negro, Rio Uaupés e suas calhas forma o nosso território. Na nossa cosmovisão são nossas Casas. Os europeus que chegaram depois foram invadindo e ocupando essas Casas. Na visão deles são todos territórios desabitados. Transformaram nossas Casas de origem, em vilas e cidades.

Apesar das destruições e modificações geográficas ao longo da história para nós, em nossos mapas xamânicos, continuam existindo e nunca deixarão de existir como nossas Casas, pois nelas estão as nossas raízes culturais. Esses lugares e o que se fez em cada lugar, são conteúdos cerimoniais de nossas festas em nossas atuais Casas cerimoniais. Aqui se atualiza o que aconteceu nas Casas primordiais, as memórias do que se fez lá, são narradas nos momentos de narrativas cerimoniais. Aquelas Casas e o que foi feito nela seguem sendo esteios de nossas culturas e de nossas cerimônias rituais.

Na década do ano de 2000 os meus parentes Tuyuka, Tukano, Piratapuaia, Desana, através da organização da Escola Tuyuka, Instituto socioambiental e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)³⁹ realizaram uma viagem desde a cidade de Manaus – São Gabriel da Cachoeira – Iauareté, para conhecer presencialmente essas Casas de origem. Eles constataram que realmente esses lugares existiam, não era imaginação nem invenção de nossos mestres cerimoniais. Os nossos sábios das cerimônias rituais, apesar de nunca terem conhecido tais Casas/lugares, têm em suas memórias informações bem corretas e nas cerimônias atuais narram em detalhes o que lá aconteceu. As cerimônias de cantos e danças e outras cerimônias, querem manter o equilíbrio da vida cósmica, a partir das Casas de origem. Tenório, conta (2012: 48):

Quando começamos a pensar no registro, no princípio parece animador, é uma apropriação da cultura escrita, vai facilitar! Mas não é bem assim. Para o registro escrito, de qualquer forma tem que ter uma oralidade forte, conhecimento tem que ser oral e forte. É como os brancos, quando registram é porque todo mundo fala, todo mundo conhece, todo mundo se interessa pelo conhecimento.

³⁹ A FOIRN, possui as seguintes Linhas de Atuação: *Economia Sustentável*: cestaria, cerâmica, bancos tradicionais, artesanatos em geral, pimentas, beijos, farinha e todos os alimentos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro constituem cadeias produtivas que valorizam nossa cultura e biodiversidade. *Monitoramento Ambiental e Climática da Bacia do Rio Negro*: através da rede de agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) monitoramos o clima e o meio ambiente na Bacia do Rio Negro. Promovemos estudos interculturais e valorizamos o conhecimento dos antigos sobre o território onde vivemos. *Governança Territorial e Ambiental*: com nossos planos de gestão territorial e ambiental (PGTAS) sabemos o que queremos para o presente e futuro em nosso território ancestral, hoje terra indígena demarcada de acordo com a Constituição. *Fortalecimento das Associações*: Representamos cerca de 90 associações de base e temos como compromisso fortalecer seus projetos em diferentes áreas, como cultura, educação, desenvolvimento econômico, saúde e meio-ambiente. (cf. foir.org.br)

Os conhecimentos dos povos originários estão em condição de contribuir com o cuidado do cosmo juntamente com outras ciências ocidentais. Sendo povos originários não devemos permanecer na condição de vítimas dos sistemas ocidentais, pois através de nossos conhecimentos temos gerado o equilíbrio da ecologia, da floresta, dos rios, animais, pássaros, etc. Os nossos especialistas (Kumua, Bayarua, Yaiwa e Yuamua) não são reféns às regras ocidentais e universitárias. Eles seguem outros parâmetros científicos originários e seguem outras ordens cósmicas.

O legado de conhecimentos recebidos de nossos ancestrais precisa ser valorizado e atualizado com novos conteúdos e novas metodologias. Além de escrever sobre os conhecimentos ancestrais, precisamos exercitar a prática, para torná-los efetivos no cuidado da saúde das pessoas, curar as enfermidades que surgem e atingem as pessoas, criar harmonia, combater os seres e as pessoas que querem destruir a biodiversidade. Precisamos criar outras fórmulas de proteção da vida da pessoa e do cosmo. Do contrário, pode acontecer aquilo que Tenório (2012, 48), disse:

As mudanças de estilo de vida, da economia indígena... levam ao risco de deixar os conhecimentos tuyuka para um plano cada vez mais distante, pouco efetivo, tornando-se objetivo de um registro que não traz de volta, ao contrário, contribui para realizá-lo.

A grande contribuição dos conhecimentos dos povos originários no campo de biodiversidade é compreender que ela só compreendida na medida que as pessoas entenderem que a interdependência e interligação das vidas fará emergir nova visão política de preservação e não de destruição. É importante entender que aquilo que a ciência denomina de natureza para os povos originários são vidas que precisam ser respeitadas, dialogadas, ouvidas, vistas, valorizadas, etc. Essas vidas (natureza) não estão aí para serem destruídas. Precisamos cuidar cada vez melhor e investir na formação dos cuidadores. Ortiz (2012, 54-55), conta:

La iniciativa de recuperación y ordenamiento del conocimiento mediante la metodología de investigación local es resultado de varios años de acompañamiento a los procesos organizativos de las comunidades que viven en este río y ha sido promovido de manera concertada entre las Autoridades Tradicionales Indígenas del río Pirá-Paraná, las comunidades indígenas, su Asociación ACAIPI⁴⁰ y la Fundación Gaia-Amazonas.

Os povos originários do noroeste amazônico são melhores cuidadores de seus territórios. Nessa perspectiva, temos que entender a nossa presença nas escolas e universidades de modelo ocidentais, precisa realizar um sério trabalho de descolonização das ideologias, conceitos, conhecimentos, currículos, linguagens, metodologias, etc. Devemos cultivar o diálogo amplo com o mundo global a partir do nosso olhar local, indígenas. O fio-ideológico dos cursos de Licenciaturas promovidas em territórios dos povos originários precisa de descolonização, onde os próprios formadores (professores) precisam ser indígenas (especializados, mestres, doutores, pós-doutores). Porém, percebemos que todos esses indígenas estudaram nas Universidades, fora dos territórios indígenas. São poucos professores indígenas que atuam

⁴⁰ Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del río Pirá-Paraná.

nesses cursos universitários, mas precisa aumentar a participação indígenas. A descolonização universitária é para afirmar que as culturas indígenas são muito importantes para a ciência mundial.

Para nós indígenas a descolonização passa pelo questionamento se estamos vivendo ou não no mundo colonizado. O processo de descolonização começa quando a gente pensa diferente, indígena pensa diferente, posiciona-se ativa e diferentemente frente à ideologia dominante, colonizadora e afirmar a importância das culturas nossas, fortalecer as nossas culturas e nosso pensar indígena, evitar cair na dicotomia de dizer que o pensamento indígena é bom e o pensamento ocidental é melhor. Devemos apoderarmo-nos da ideologia do diálogo de iguais e não de desiguais. Assumir o papel de sujeitos da história indígena. No mundo que fala frequentemente da interculturalidade, nós indígenas devemos dar enfoque mais indígena, pois muitas vezes os nossos discursos indígenas expressam muitos componentes colonizadores. Precisamos cultivar a filosofia intra-cultural antes da intercultural, descolonizar os nossos discursos e criar práticas consistentes dos povos indígenas. Devemos promover processos de reconhecimento dos indígenas como pessoas, reconstituir (reconstruir) nova identidade indígena, com novos pensamentos, capacidade de fazer trocas com outras culturas, construir histórias para novas gerações e seguir questionando e dando respostas para a questão: *como nós queremos que seja a nossa cultura?*

Os conteúdos apresentados nesse capítulo inspiram-se nos conhecimentos dos povos originários do noroeste amazônico. Na atualidade, os especialistas tradicionais de cada povo, pessoas que passaram pelas escolas e universidades, líderes do Movimento Indígena, instituições aliadas às questões indígenas e os governantes públicos devem trabalhar juntos para aperfeiçoar conhecimentos e garantir a sustentabilidade do patrimônio territorial para os povos originários e para outras sociedades.

REFERÊNCIAS

- Barreto, J. P. L. (org.). *Omerô: constituição e circulação de conhecimentos Yépamabsã* (Tukano), Universidade Federal do Amazonas, Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI), Manaus: EDUA, 2018.
- Cabalzar, A. (org.). *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro, noroeste amazônico*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010.
- Cabalzar, A. (org.). *Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia, etnologia*. São Paulo: ISA-Instituto Socioambiental, 2006.
- CAYÓN, L. Lugares sagrados y caminos de curación – apuntes para el estudio comparativo del conocimiento geográfico de los tukano oriental. In: ANDRELLO, G. (Org.) *Rotas de transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012. p.168-94
- Diakara, J. *Numiã amũkã wehta niãse: um ensaio sobre fermentos entre os Desana*. In: Rezende, J. S. (org.) *Paneiro de saberes: transbordando reflexividades indígenas*. Brasília – DF, Mil Folhas, 2021.

- Nobre, A. D. *Floresta e clima: saber indígena e ciência*. In: Cabalzar, A. (org.). *Manejo do mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro, noroeste amazônico*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010.
- Ortiz, N. *Tras las huellas de nuestro territorio: “La recuperación y ordenamiento del conocimiento que nos fue entregado por nuestros ancestros para cuidar el territorio y la vida*. In: Andrello, G. (org.). *Rotas de transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.
- Rezende, J. S. (org.) *Panela de saberes: transbordando reflexividades indígenas*. Brasília – DF, Mil Folhas, 2021.
- Rezende, J. S. *A festa das frutas: uma abordagem antropológica das cerimônias rituais entre os Utâpinopona (Tuyuka) do alto rio Negro*. Manaus, UFAM [tese], 2021.
- Tenório, P. H. P.; Cabalzar, A. *No caminho da Cobra de Pedra: narrativa da transformação e lugares importantes para os Tuyuka do alto Rio Tiquié*. In: *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo, Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap9

Patrícia Rocha Chaves 

INTRODUÇÃO

As notícias que dominaram os cadernos e jornais de negócios do Brasil a exemplo da Revista Época e a Folha de São Paulo, no ano de 2020, demonstraram que nem a Pandemia de Covid-19 foi capaz de impactar fortemente os índices de exportação das commodities brasileiras no mercado internacional. Em janeiro de 2020, o site do Ministério da Economia anunciou que o PIB – Produto Interno Bruto brasileiro deveria superar a marca de 7 trilhões em 2019 para 7,7 trilhões em 2020. Segundo a página desse ministério a inflação brasileira no segundo semestre do ano havia demonstrado fortes sinais de recuperação o que sugeriria um aumento da margem percentual de crescimento de 2,32 por cento para 2,40 por cento. O que não se confirmou ao término do ano de 2020. Conforme registrado pelo IBGE, o PIB brasileiro apresentou um quantitativo de 7,4 trilhões.

Esse resultado surpreendeu negativamente os economistas, que por sua vez, amputaram a conjuntura econômica a produção industrial e ao consumo das famílias, dada a situação de pandemia em que o país vivia. O Brasil, nesse sentido teria regredido 10 anos e a situação seria ainda pior caso o setor agropecuário não tivesse salvaguardado os altos índices de exportação.

Desta forma, os economistas assinalaram a urgência de conceder e prorrogar os prazos dos auxílios emergenciais, assim como a promoção de créditos para as empresas. Esta questão estaria então no cerne do salvamento da economia brasileira.

É nessa perspectiva que a agricultura capitalista no Brasil tem sido retratada como heroína irrefutável nas páginas dos cadernos de economia e na mídia brasileira. No mês de novembro de 2020 a soja, carro chefe das exportações brasileiras já somava mais 80 milhões de toneladas, fechando o ano com valores de 82,273 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). A escassez interna das oleaginosas provocou o aumento do preço dos óleos vegetais. O aumento da exportação da carne bovina, suína e das aves aumentaram 38, 48 e 27 por cento consecutivamente conforme a tabela da FIPE. Carnes de menor qualidade, cujo consumo popular é mais frequente sofreram aumentos de ao menos 45 por cento.

Observou-se, portanto, que o minério de ferro, a soja e o petróleo lideraram as exportações do país. A exportação do petróleo atingiu 70,6 toneladas, 18,5 por cento a mais que no ano anterior. A soja, embora tenha apresentado índices inferiores ao ano de 2018, recuperou no farelo de soja marcas

historicamente superiores somando 17,5 milhões de toneladas de exportação. O café também fechou o ano com marcas extraordinárias, foram 2,37 milhões de toneladas e o açúcar e o algodão também não deixaram a desejar. Elevaram suas marcas de exportação confiadas especialmente na China, o país que originou a corona vírus, mas, que já se encontrava em recuperação sanitária, econômica e social.

Ao que parece o cenário econômico seria perfeito não fossem os efeitos contraditórios revertidos nos impactos sociais e econômicos negativos sentidos pela população brasileira e em especial nas classes menos abastadas. A pandemia da corona vírus colocou em evidencia para o Brasil e para o mundo a fragilidade e a miséria que as relações capitalistas impõem as massas que vivem em países cuja a exploração da natureza e do trabalho sobrepõem a produção e a reprodução da vida social.

As demandas dessas frações sociais ignoradas pela mídia, sufocadas pelo reducionismo econômico imposto pelo capital, suplantadas pelos governantes e as vezes desdenhadas pelos intelectuais, historicamente tem marcado as lutas sociais no Brasil. É nesse contexto, que os dados dos conflitos no campo nos interessam. Eles nos auxiliam no desmascaramento dos altos índices econômicos que os governos brasileiros trazem à tona ano a ano por meio das mídias oficializadas. Demonstra também a catástrofe que os governos brasileiros têm imposto a população do país sujeitando-as às políticas neoliberais, assumindo o projeto econômico da agricultura capitalista para o desenvolvimento nacional.

Assim, o campo brasileiro tornou-se lugar de análise das contradições do desenvolvimento. A realidade brasileira das populações que vivem no campo demonstra os processos sociais que colocam o Brasil numa espécie de guerra civil, na marcha contra miséria e contra as formas destrutivas de apropriação da natureza e do trabalho pelos agentes do capital. Coloca-nos na condição de observar e discutir os processos que configuram o território e/ou os territórios. Processos econômicos, políticos e ideológicos que desenham as regiões brasileiras e que fazem da Amazônia a região mais cobiçada e mais conflituosa do Brasil.

Entende-se nesse contexto, o território, como “[..] a luta contínua da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. Oliveira (2007), nos convoca a observar que a expansão do capital no campo, demarca dois tipos de processos, os quais contribuem para a compressão das dinâmicas da luta camponesa contra as elites do campo: A territorialização do monopólio e a monopolização do território. Tais dinâmicas de realização das atividades econômicas no campo ajustam as ações de resistência dos sujeitos do capital, também formatam a *construção/desconstrução/reconstrução* dos sujeitos da resistência que lutam contra a exploração, expropriação, intrusão e desposseamento capitalista conforme a realidade territorial jurídica brasileira.

Espelha a relação entre os sujeitos das disputas territoriais manifestadas nos tipos de conflitos socioterritoriais e socioespaciais: terra, água, trabalho e suas formas de manifestações. O conflito é então essa forma desigual de divisão do poder e da riqueza. É assim, a manifestação política do desenvolvimento desigual e combinado se estabelecendo continuamente nas relações econômicas e sociais capitalistas.

Para Boff (2014) “o conflito começa com o desmascaramento ideológico, mantenedor do estado de subdesenvolvimento, com análise socioanalítica que traz a luz os mecanismos de dependência e de dominação.” É instituído pelo antagonismo que demarca as relações materiais e por conseguinte simbólicas. Oliveira (2008) adiantou que nas relações capitalistas entre as regiões o econômico se desenvolve, todavia, o social jamais terá possibilidades de avançar. É nesse sentido, que a expressão e a interpretação da mundialização do capital/mundialização da agricultura brasileira e suas dinâmicas de produção/circulação/consumo, assim como a manutenção e concentração da propriedade privada da terra e das contradições da realização do capitalismo rentista brasileiro contribuem para a compressão dos conflitos socioterritoriais no Brasil.

OS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Consequente, os conflitos por terra seguiram a seguinte performance: 2011, 818; 2012, 828; 2013, 802; 2014, 820; 2015, 828; 2016, 1112; 2017, 1033; 2018, 1000; 2019, 1260; 2020, 1576 totalizando nesses últimos dez anos 10077 conflitos por terra. Na década anterior – 2001 a 2010 - foram registrados no total 10102 conflitos. Isto significa que não houve diferença expressiva no número de ocorrências registradas nesses últimos dez anos para os dez anos iniciais do século XX, cujo maior período de governo esteve sob as mãos do presidente Luís Inácio. Daí necessário se faz destacar os elementos que impulsionaram as lutas das populações do campo nessa última década (gráfico 1).

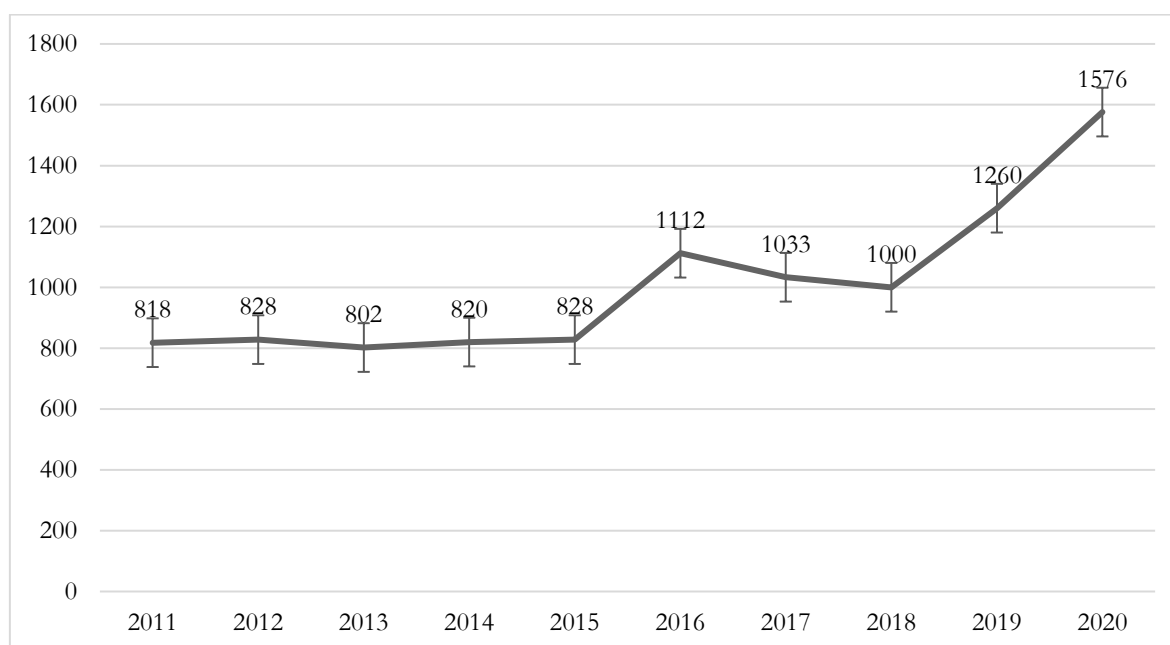


Gráfico 1. Conflitos por terra no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Conforme demonstra o gráfico o ano no qual se manifestou maior número de ocorrências de conflitos por terra foi o ano de 2020, em seguida 2019, ou seja, os dois anos de governo de Jair Bolsonaro

foram os anos de maior registro de ocorrências de conflitos por terra na série histórica. Em terceiro lugar está o ano de 2016, ano do golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e instituiu Michel Temer. É importante observar o que isto representou em termos regionais (gráfico 2).

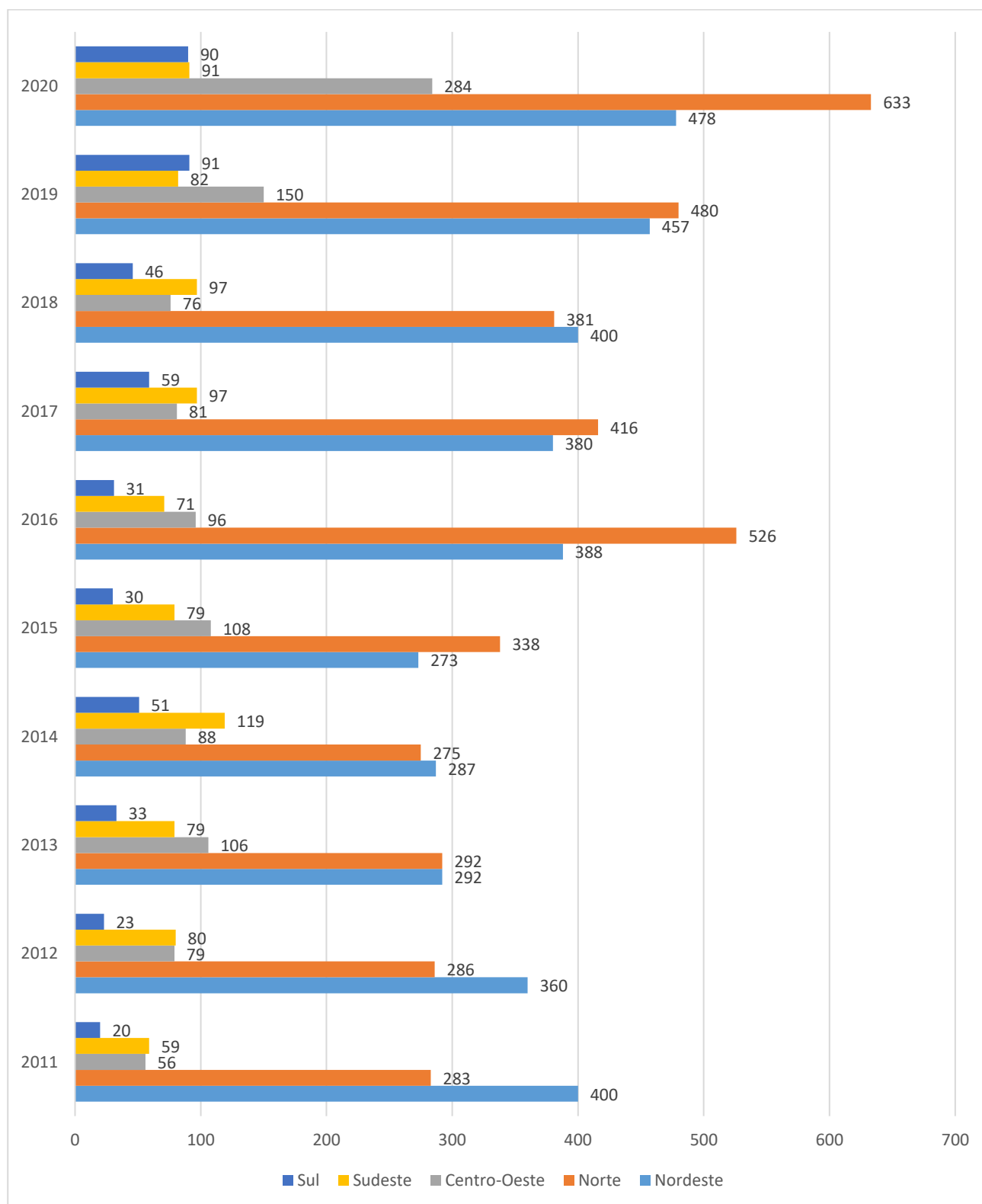


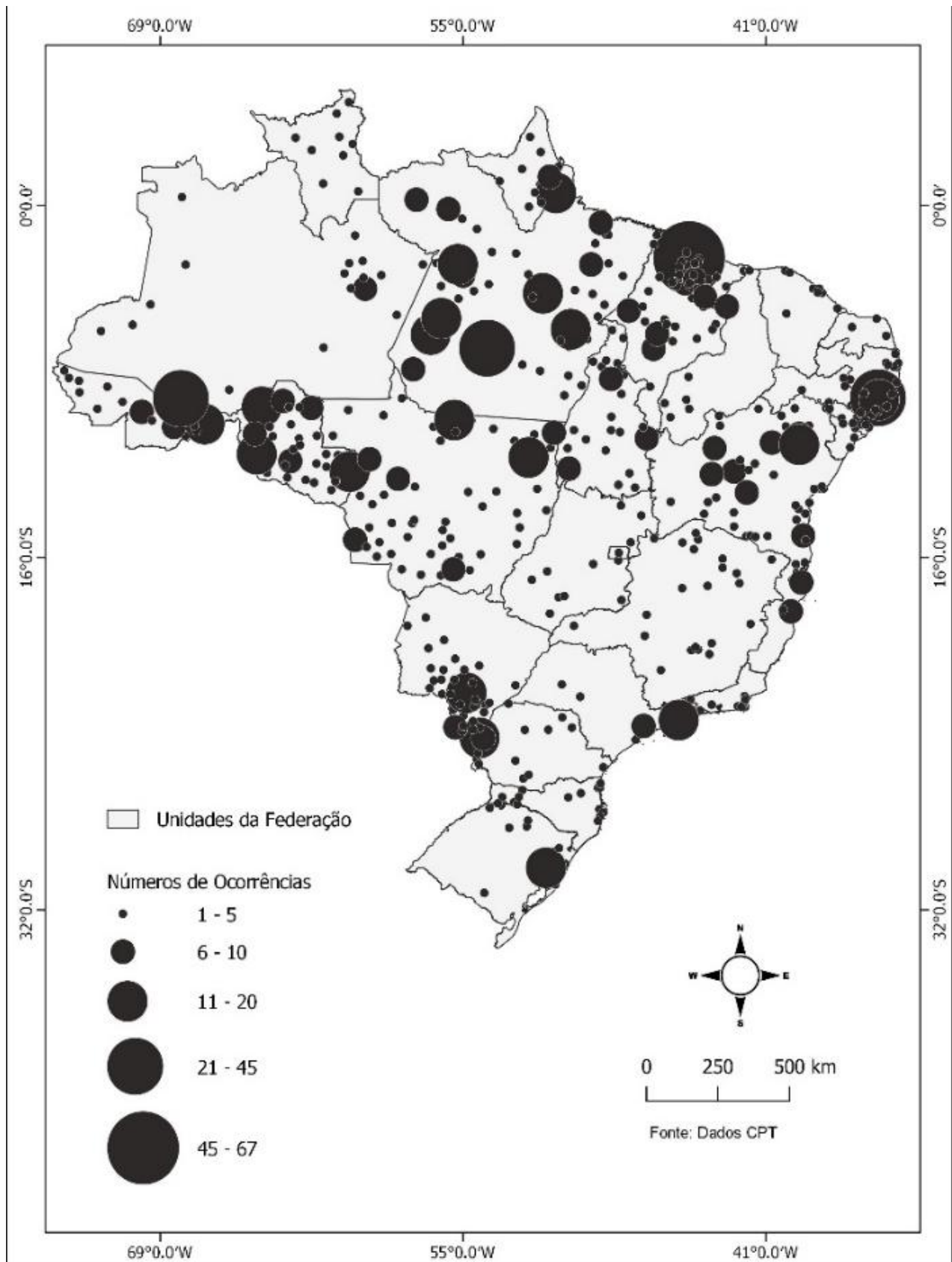
Gráfico 2. Conflitos por terra em regiões brasileiras. Brasil - ocorrências de conflitos por terra em regiões brasileiras (2010-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

No gráfico anterior observa-se que as regiões em destaque nas ocorrências de conflitos são, Norte e Nordeste. Há uma espécie de protagonismo da região Nordeste até o ano de 2014 e a partir de então a região Norte exerce certa liderança, com exceção do ano 2018. Em seguida, se destaque a região Sudeste, Centro-Oeste e Sul respectivamente. Os dez estados mais conflituosos da federação, ao todo somam 7980 ocorrências de conflitos, 79 por cento das ocorrências de conflitos concentram-se nesses estados.

O ranqueamento apresenta-se da seguinte maneira: em primeiro lugar está o Maranhão com 1943 ocorrências registradas, em segundo o Pará, com 1284 ocorrências; em terceiro a Bahia, com 872 ocorrências; em quarto está Rondônia com 813, em quinto está o Amapá com 606; em sexto está o Mato Grosso, com 588; em sétimo o Acre com 559; em oitavo Pernambuco com 447; em nono Mato Grosso do Sul com 438 e em décimo lugar está Minas Gerais que apresentou nos últimos dez anos 430 ocorrências de conflitos registradas.

Observando esse ranqueamento por regiões temos um empate técnico entre Norte e Nordeste, ambas regiões apresentam 3262 ocorrências, em seguida o Centro-Oeste com 1026 e o Sudeste com 430. Se observarmos os dados considerando a Amazônia Legal como critério da análise, teremos sete estados dentre os dez em destaque, concentrando 6231, ou 78 por cento de ocorrências de conflitos do ranking de dez estados mais conflituosos da federação (Mapa 1).

Em 2020, a Amazônia Legal, manteve destaque no tocante às ocorrências de conflitos por terra. Observa-se maior concentração dos conflitos exatamente nesta região, possuindo destaque, como já referido, o norte Maranhense, o Pará, em especial o sul do Pará, o estado do Acre, o norte do Mato Grosso e do Tocantins. Destaca-se também Pernambuco, a Bahia e o Mato Grosso do Sul. Sobre o registro do número de famílias segue (gráfico 3).



Mapa 1. Ocorrências de conflito por terra em 2020.

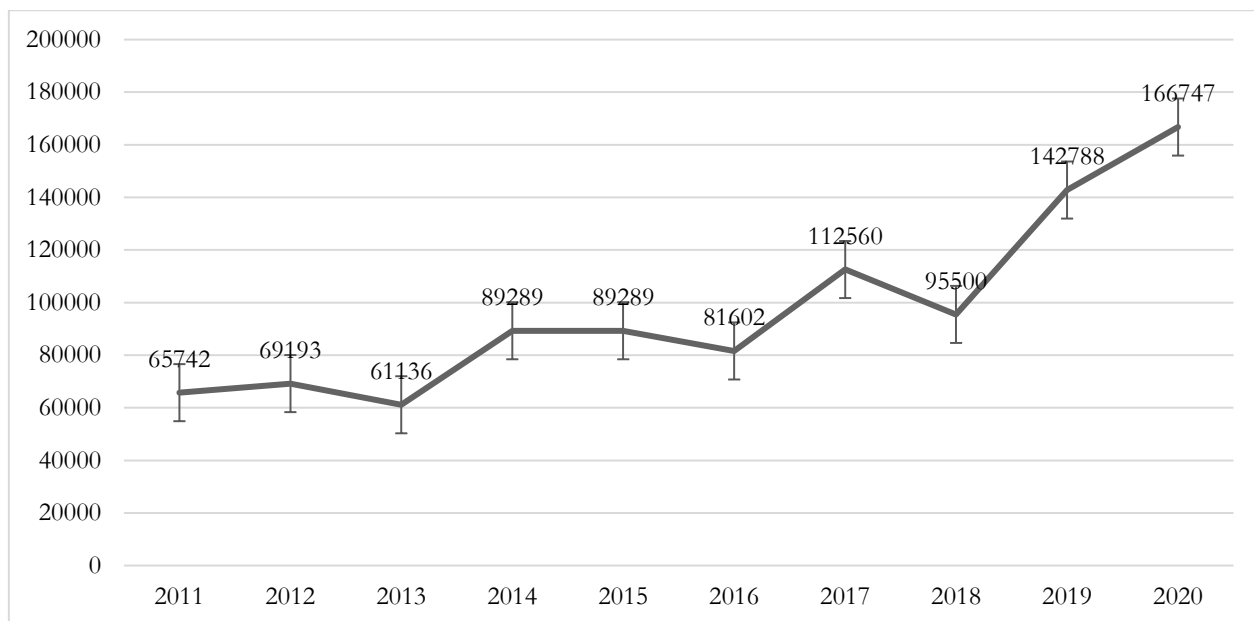


Gráfico 3. Famílias em conflitos por terra no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Dos anos 2011 a 2016, período de Governo de Dilma Rousseff, a média de famílias em conflitos é 84366 famílias. A partir de 2017 houve aumento considerável do número de famílias em conflitos que vai de 81602 para 112560 famílias – lembrando que Dilma deixou o governo ainda em agosto de 2016. Optamos por manter 2016 registrando como período de Dilma. Em 2018, governo de Michel Temer houve uma queda também considerável no registro do número de famílias, estabelecendo mesma dinâmica das ocorrências nesse ano. Assim, como nos registros de ocorrências 2019 e 2020, período de governo de Jair Bolsonaro o número de famílias em conflitos elevou-se drasticamente. A média das famílias em conflitos nos dois anos foi de 154767 famílias envolvidas em conflitos por terra. (Gráfico 04)

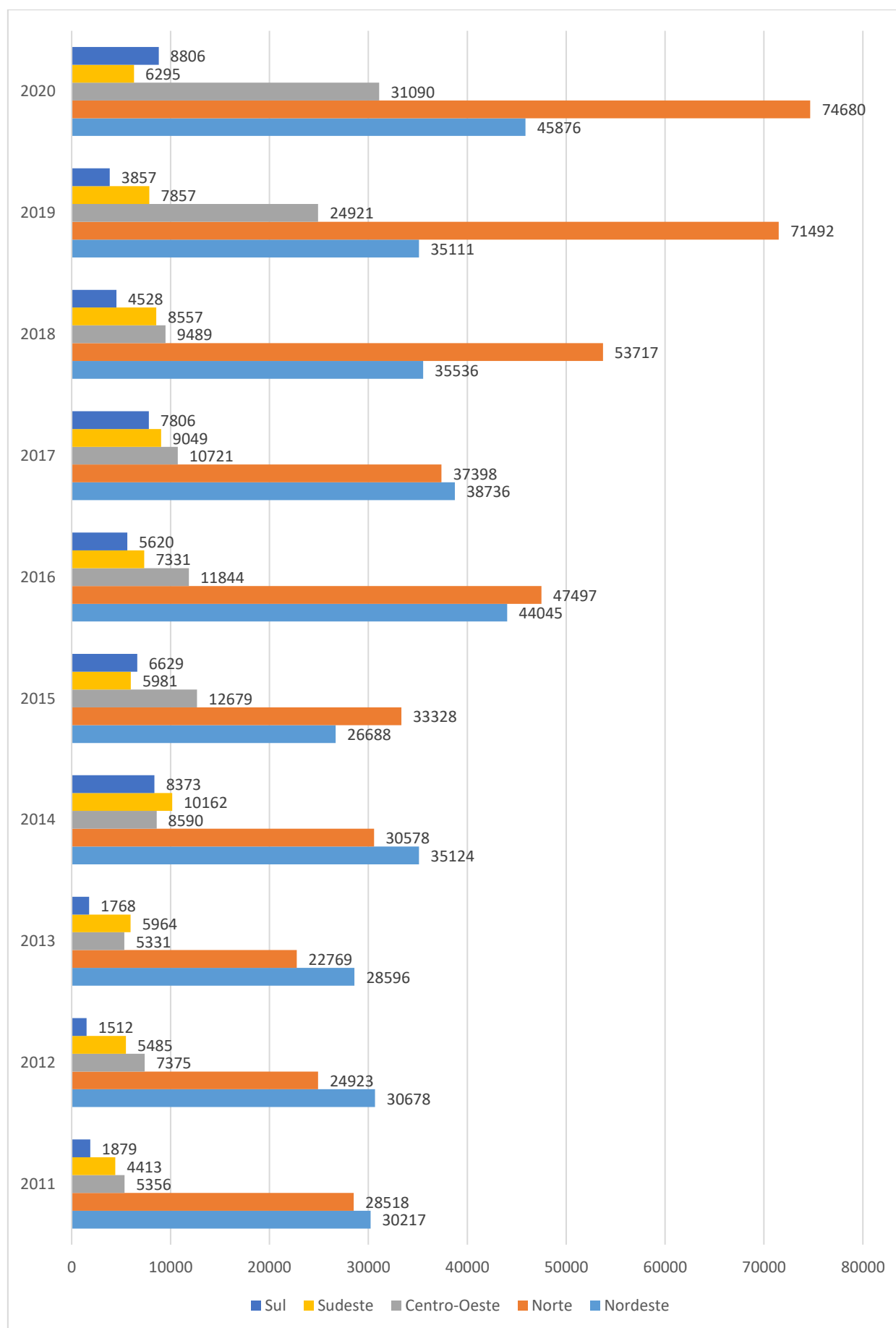


Gráfico 4. Famílias em conflitos por terra em regiões brasileiras (2010-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

No gráfico de distribuição dos registros de famílias nas regiões em conflitos se observa que a dinâmica não diferiu muito da situação das ocorrências. A região Nordeste liderou entre 2011 e 2014 e a partir de 2015 a região Norte assumiu o protagonismo, destacando-se de maneira muito relevante a partir de 2018.

O total de famílias em conflitos por terra de 2011 a 2020 foi de 973846. A região Norte apresentou maior número com 443880; Nordeste com 372861; Centro-Oeste, 131395; Sudeste, 76803 e Sul, 51585. Claramente há um protagonismo da região Norte em se tratando da série histórica dos últimos dez anos. Também é iniludível a violência extrema as quais a políticas do governo Bolsonaro tem submetido as famílias camponesas, indígenas e quilombolas. E que há um avanço sobre os territórios localizados na região amazônica.

Os dez estados da federação mais conflituosos se estabeleceram da seguinte maneira: Pará em primeiro lugar, com 178320 famílias envolvidas em conflitos; em segundo, o Maranhão com 150666, nesse sentido os dois estados alternam suas posições; a Bahia e terceiro com 90174 famílias; Amazonas, que não se destaca em número de ocorrências, a ponto de estar entre os dez maiores registros. Nesse caso se estabelece em quarta posição com 67812; o Mato Grosso em quinto com 65719; em sexto lugar está Roraima com 56864; em sétimo Rondônia com 49883; em oitavo Acre, 46998; em nono está Pernambuco com 46053 e em décima colocação está Mato Grosso do Sul com 38892. Em número de famílias a Amazônia Legal mantém maior proeminência no que se refere aos dados.

O governo de Dilma Russeff foi bastante conhecido pelo distanciamento das políticas de reforma agrária e pelo distanciamento das bases sociais que elegem o PT. Dados do Incra – Instituto Nacional de Reforma Agrária demonstram que no ano de 2015 não houve sequer um hectare de desapropriação. Em 20 anos não tivemos pior resultado. Se o governo de Luís Inácio se consolidou como um governo que em muitos termos pactuou com a agricultura capitalista, permitindo o avanço do agronegócio, sem avançar nas bases que instituem a concentração fundiária no país o de Dilma teve uma postura amplamente negligente no trato com políticas de reforma agrária. No entanto, foi a partir do golpe em Dilma que a legislação brasileira avançou no processo de violação dos direitos territoriais das populações do campo.

Avaliando a situação de elevação dos conflitos a partir de 2016, podemos citar a análise de Mitidieiro Júnior et. al (2016) sobre as ações do legislativo a partir de 2015 revertidas em ataques aos povos do campo, concretizadas no ano de 2015.

Segundo o autor, *“Em 2016, ano do Golpe, além dos desarquivamentos, novas propostas pipocaram do Legislativo e Executivo. Foram 11 novos projetos e propostas no âmbito das Leis e 29 projetos de Decretos Legislativos para reversão de conquistas e retomadas de terra, totalizando 40 ações de ataque aos homens e mulheres do campo.”* Tais questões refletem a situação das ocorrências de conflitos no ano de 2016.

Em 2017 o então presidente Michel Temer, sancionou a Medida Provisória (MP) 759/2016, que autorizou a regularização fundiária de áreas urbanas e rurais alterando assim, a legislação da reforma agrária. Tal MP aumentou as áreas rurais passíveis de regularização fundiária de 1,5 mil hectares para 2,5 mil hectares, legalizando latifúndios e retirando as legislações fundiárias com vias de promover o desmatamento na Amazônia. Instituiu aí a MP da Grilagem.

Recentemente, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), divulgou os dados de desmatamento de 2019 à 2023, *“a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados. O tamanho é maior do que os estados de Sergipe e Alagoas juntos. Na comparação com os quatro anos anteriores, o aumento foi de quase 150%.”* E a crescimento do desmatamento anual foi calculado numa média de 105%.

O desafio atual se chama Amacro. *“A partir de 2019, Pará, Amazonas e Mato Grosso lideraram o ranking estadual de desmatamento do Imazon. Em 2022, eles foram responsáveis por 76% de toda a floresta derrubada. O maior aumento de um ano para o outro ocorreu no Amazonas e foi de 24%. O Imazon diz que o principal foco é a triplíce fronteira estadual Acre e Rondônia, área conhecida como “Amacro”, junção das siglas dos estados.”* (Brasil de Fato, 2023)

Sobre o governo de Jair Bolsonaro, podemos dizer que o presidente não fez questão de esconder os traços violentos de sua relação para com a maior parte da sociedade brasileira. Jair Bolsonaro é declaradamente motivador e promotor da hostilidade e agressividade física e psicológica para com as populações que vivem em situação de vulnerabilidade.

Os governos instituídos desde a redemocratização política do país não se atentaram para realização da reforma agrária. A salvo o governo de José Sarney que instituiu o primeiro PNRA e o de Luís Inácio, o segundo PNRA, Bolsonaro não somente faz vistas grossas para as ilegalidades e impunidades cometidas pela classe ruralista e burguesa do país. Ele abertamente tentou criar leis e/ou decretos que estimulam os massacres contra a população brasileira, como é o caso dos decretos 10.627/21, 10.628/21; 10.629/21, Decreto 10.630/21 que flexibilizam os procedimentos para porte de armas; amplia a lista de profissões autorizadas ao uso de armas; assinou o ato que retira o imposto de importação de armas; permite a posse de arma para toda propriedade rural.

Jair Bolsonaro também a aprovação do projeto de lei de número 191/2020, apresentado pelo Executivo há um ano para regulamentar a exploração em terras indígenas e o projeto de lei de número 5518/2020, apresentado pelo deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) que tem o objetivo de aprovar concessões de exploração das florestas a iniciativa privada. Nesse mesmo sentido aprovou também a lei que eliminou a Medida Provisória (MP 884/2019) que eliminou o prazo de adesão ao CAR – Cadastro Ambiental Rural, podendo os produtores rurais ficarem livre das punições previstas por lei, a exemplo, restrição a acesso ao crédito rural e fazer inscrições e ações a qualquer momento vinculadas ao mesmo imóvel.

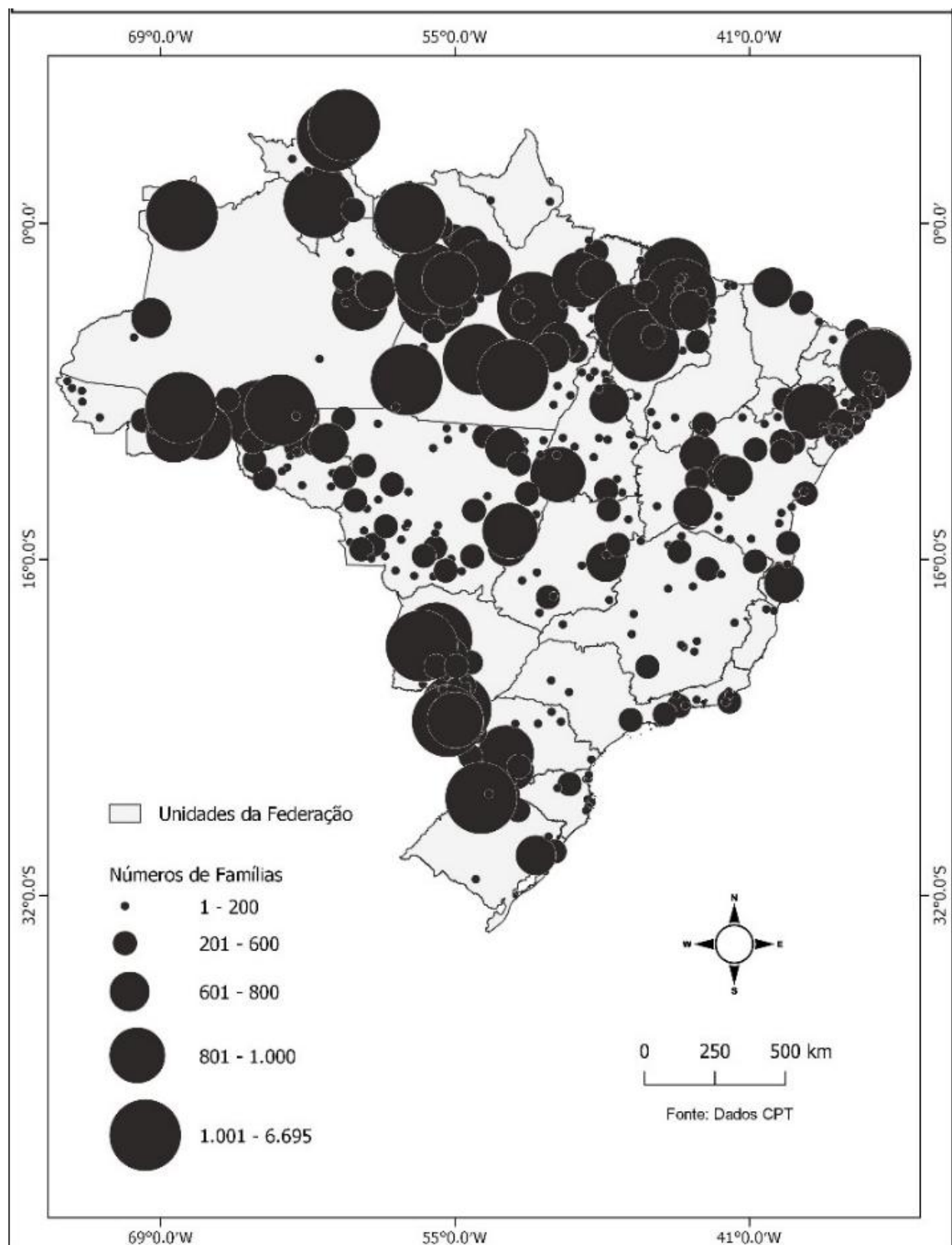
Também não poderíamos deixar de mencionar aqui, a Lei 14.004, de 2020, a lei de “regularização” de terras da União ocupadas por particulares nos estados de Amapá e Roraima. Segundo a Agência do

Senado (2020) a nova lei altera a Lei 10.304, de 2001, que regula o repasse de terras da União aos dois estados: *“Permite que os particulares mantenham a propriedade das terras, mesmo que os títulos tenham sido extintos por descumprimento de condições impostas pela União; assegura o direito à terra mesmo aos beneficiários de títulos que não tenham registrado os documentos em cartório de imóveis; reduz as garantias ambientais previstas na legislação anterior; As terras transferidas aos estados de Amapá e Roraima devem ser utilizadas preferencialmente em atividades agropecuárias e de desenvolvimento sustentável ou em projetos de colonização e regularização fundiária.”* Sendo que isto contrapõe a lei anterior Lei 10.304, de 2001, que prevê o uso preferencial das glebas para atividades de conservação ambiental.

Desde que o Amapá entrou no mapa da logística das *commodities* por meio do uso do porto de Santana para tal função, especialmente as faixas de terras das margens da BR-156 passaram a ser disputadas pelos empresários do setor de grãos que exercem forte pressão sobre o governo para realização da regularização fundiária no estado. Tal regularização não pretende beneficiar os camponeses posseiros e quilombolas que carecem de possuir a regularização de suas terras e territórios garantidos. Ao contrário, além dessas populações esse tipo de regularização põe em risco a situação dos posseiros e ribeirinhos, que além de sofrerem com a ausência de políticas públicas e conflitos constantes com a AMCEL - AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A, atualmente enfrentam a situação de grilagem de terras capitaneada pelos empresários da soja.

Nesse sentido, que os conflitos por terra têm impactado drasticamente as famílias camponesas, quilombolas e indígenas. Não há recuo nessas estatísticas (Mapa 2).

Observa-se ainda a concentração de famílias em conflitos por terra na Amazônia Legal, confirmado os dados de registros de ocorrências, os conflitos estendem-se para o Mato Grosso do Sul, nos territórios indígenas. Destaca-se também a região nordeste como: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, margeando o litoral nordestino. Também se vê uma concentração de famílias em conflitos no norte do Rio Grande do Sul, sul de Santa Catarina e a extensão oeste do Paraná que faz fronteira com os dois estados.



Mapa 2. Família em conflito por terra em 2020.

É nesse contexto que as áreas em conflitos estão cada vez mais volumosas, a medida em que os anos passam (gráfico 5).

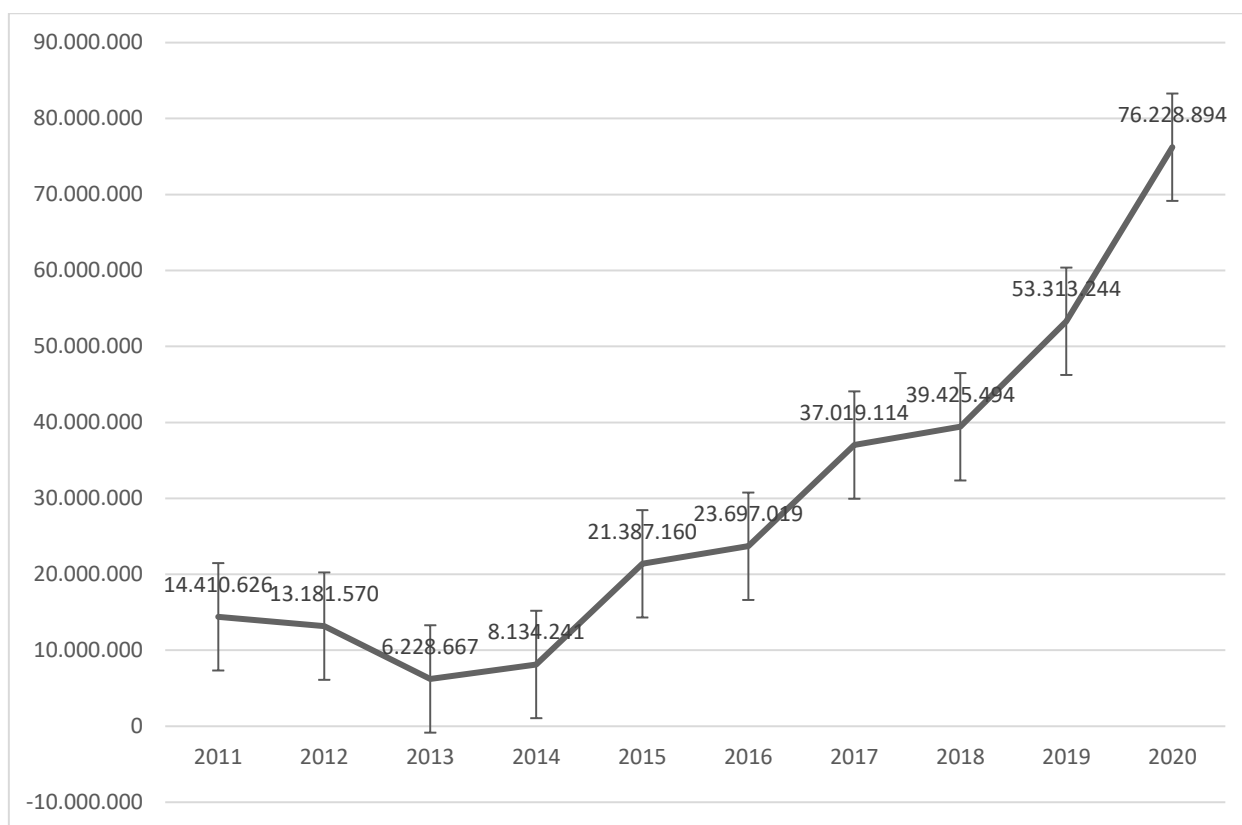


Gráfico 5. Áreas em conflitos no Brasil (2011-2020). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

De início, os anos de 2011 e 2012 apresentam respectivamente 14.410.623 e 13.181.570 hectares em conflitos e em 2013 há uma queda significativa nas áreas em conflitos registradas. Todavia o volume de áreas em conflitos voltou a aumentar a partir de 2015 com 21.387.160 hectares em conflitos, chegando a 53.313.244 em 2019, estabelecendo recorde no volume de hectares em conflitos no ano de 2020, 76.228.894. A região Norte se destaca com 61574538,70 de áreas em conflitos seguida pelo Nordeste com 15183612,41, centro oeste, 1757183,40, sudeste com 303406,70 e Sul com 123102.

Além dos avanços de empresários, fazendeiros, grileiros, madeireiros e outros agentes de conflitos que num contexto comum de conflitos no campo, invadem as terras de camponeses – posses, seringais, assentamentos e etc. – e territórios quilombolas. Em 2020, para se defenderem da Covid-19, indígenas e quilombolas instituíram barreiras sanitárias que em momentos não foram obedecidas por seus inimigos comuns, noutras circunstâncias não foram obedecidas pelo próprio estado. Como já referido anteriormente, o governo atual é conhecido por estimular violentamente essas invasões e da mesma maneira estimula também a não prevenção contra a covid, reagindo aos municípios e estados que se opõem a ele.

Em se tratando dos agentes causadores de conflitos, sobressaem-se fazendeiros, empresários e grileiros, seguidos por madeireiros e mineradoras.

Como já mencionado, o governo Bolsonaro tem exposto de maneira muito clara a população brasileira á Covid-19. Isto somado a ausência e/ou fragilidade de aparelhos públicos de saúdes de

atendimentos e de orientação, sobre informações de prevenção da covid e de vários outros tipos de doenças. Nesse sentido, as populações do campo tiveram que se auto-organizar para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Os sujeitos mais atingidos no contexto foram os camponeses, quilombolas e indígenas (gráfico 6).

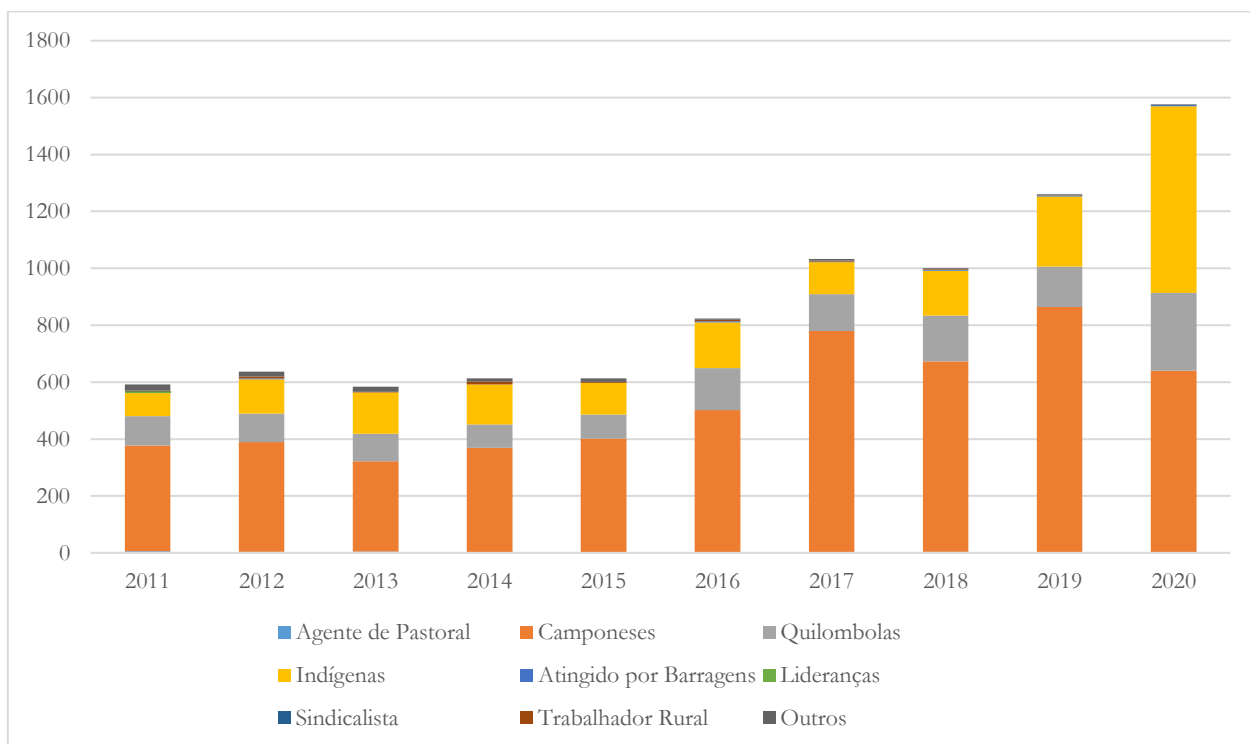
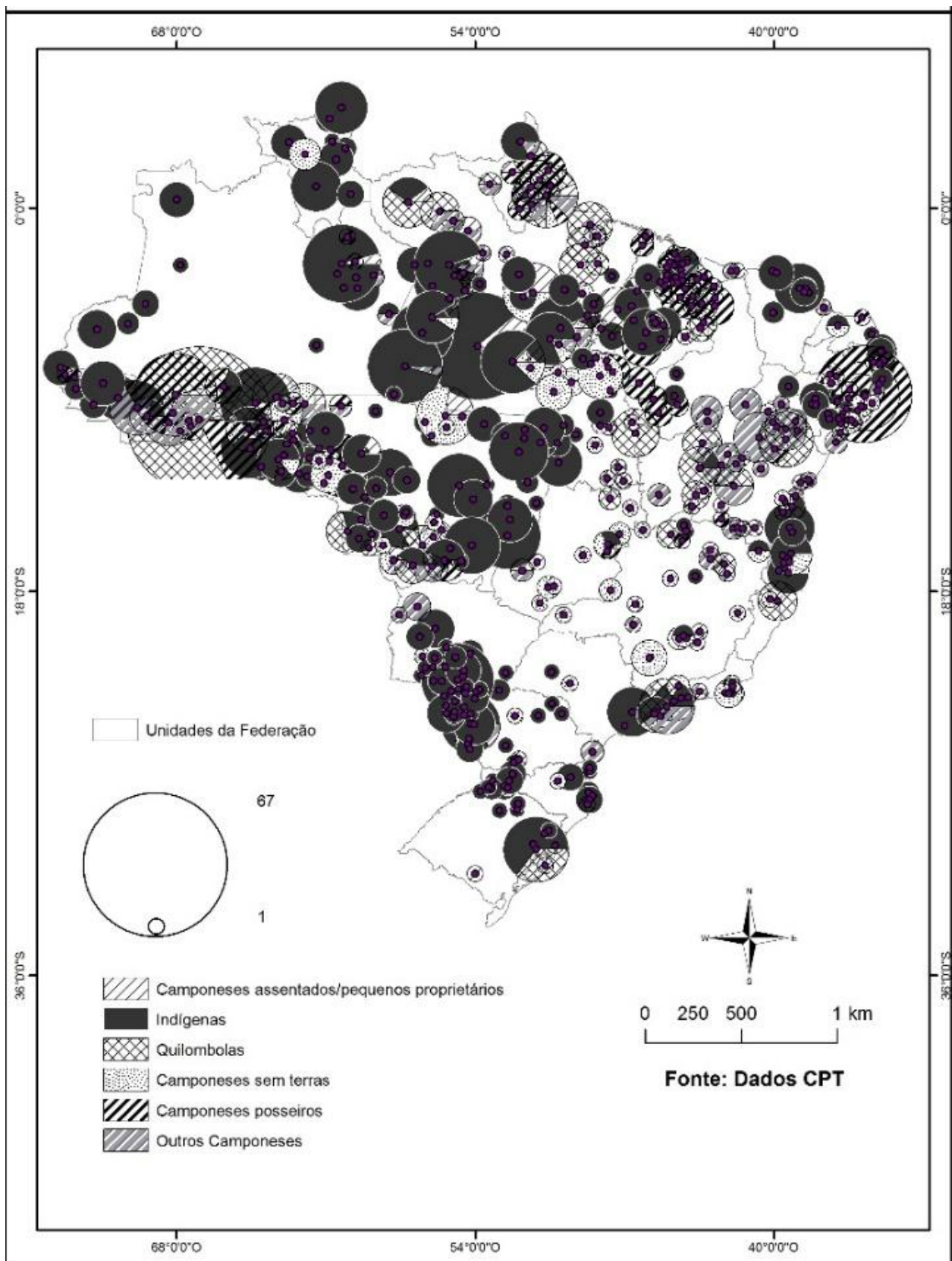


Gráfico 6. Sujeitos sociais que sofreram ações de violência (terra/posses/acampamentos). Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Org: A autora.

Os povos indígenas se destacam nas regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as populações quilombolas no Norte e Nordeste e o campesinato depende muito de suas variantes, obviamente os sem-terra se destacam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os posseiros no Norte e no Nordeste, os assentados também no Norte e no Nordeste, os pequenos proprietários no Nordeste e Centro-Oeste, os ribeirinhos no Norte, e os seringueiros muito específicos do estado do Acre, região Norte, assim como os de fundo e fecho de pasto no Nordeste e extrativistas no Norte. Em 2020 o mapa da distribuição de sujeitos sociais da luta pela terra e território não sofreu grandes alterações sobre as ocorrências dos tipos de sujeitos (mapa 3).



Mapa 3. Sujeitos sociais em conflitos por terra em 2020.

Outros camponeses, no mapa representa seringueiros, extrativistas, vazanteiros, retireiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e extrativistas. Do ponto de vista das estatísticas não houve densa expressão de ocorrências de conflitos por terra com lideranças, trabalhadores rurais, sindicalistas,

atingidos por barragens, agentes de pastoral e outros, que por exemplo, no Amapá engloba pessoas utilizadas como laranjas para realizar registros cartoriais (grilos) de terras.

A conjuntura de 2020 alterou os mapas de conflitos, por conta do adensamento das situações de pobreza e de violações das condições de existência dos povos no campo.

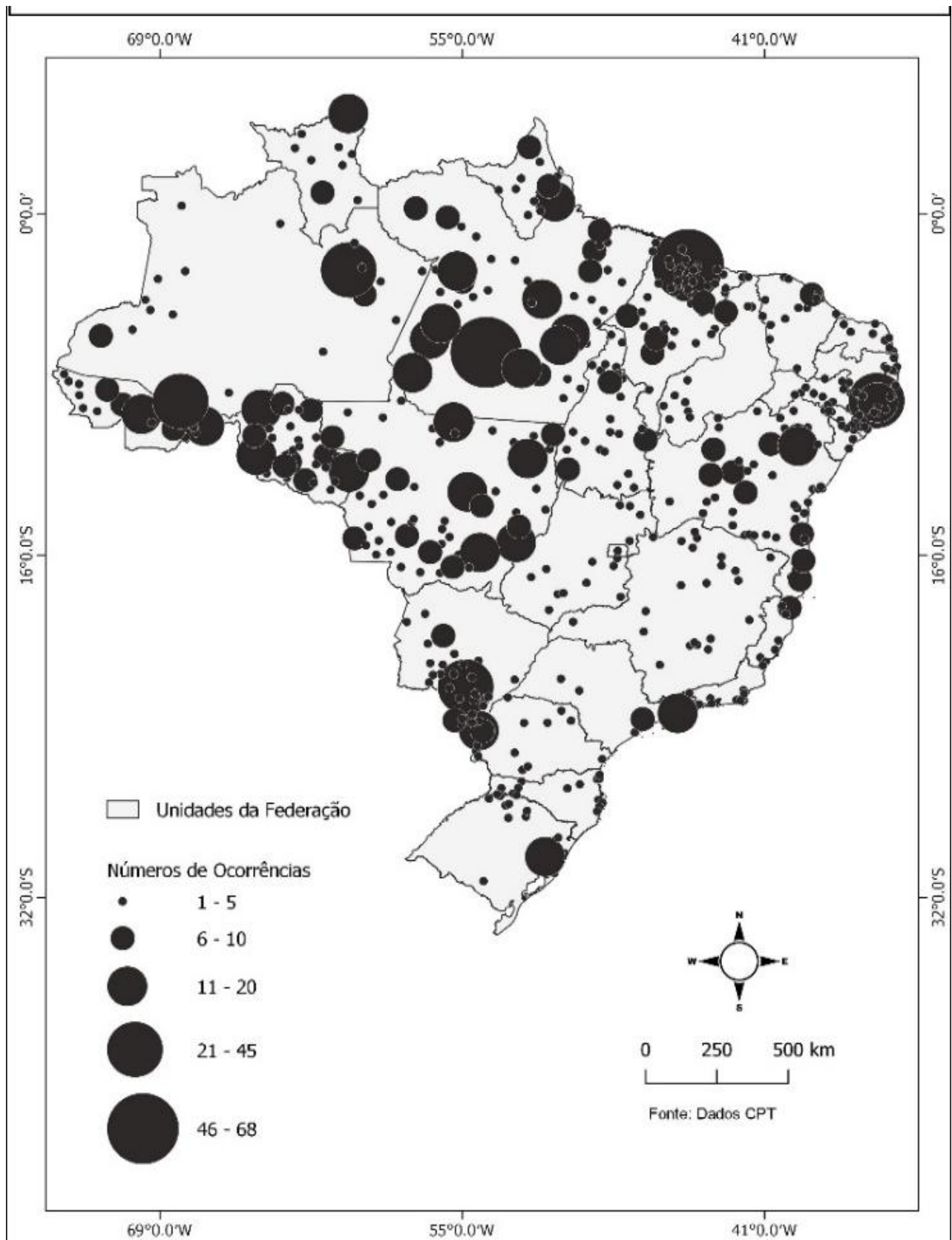
CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM 2020: VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS DO CAMPO E COVID-19

É no contexto histórico de transformações sociais e econômicas bruscas que a pandemia de Covid-19 se desenvolveu no mundo. Além dos impactos da crise de 2008 que se arrastam até a atualidade. Os governos de extrema direita foram se estabelecendo nos últimos anos em países como o Brasil, implementando políticas austeras e agindo contra os direitos da população, potencializaram os graves problemas trazidos pela pandemia.

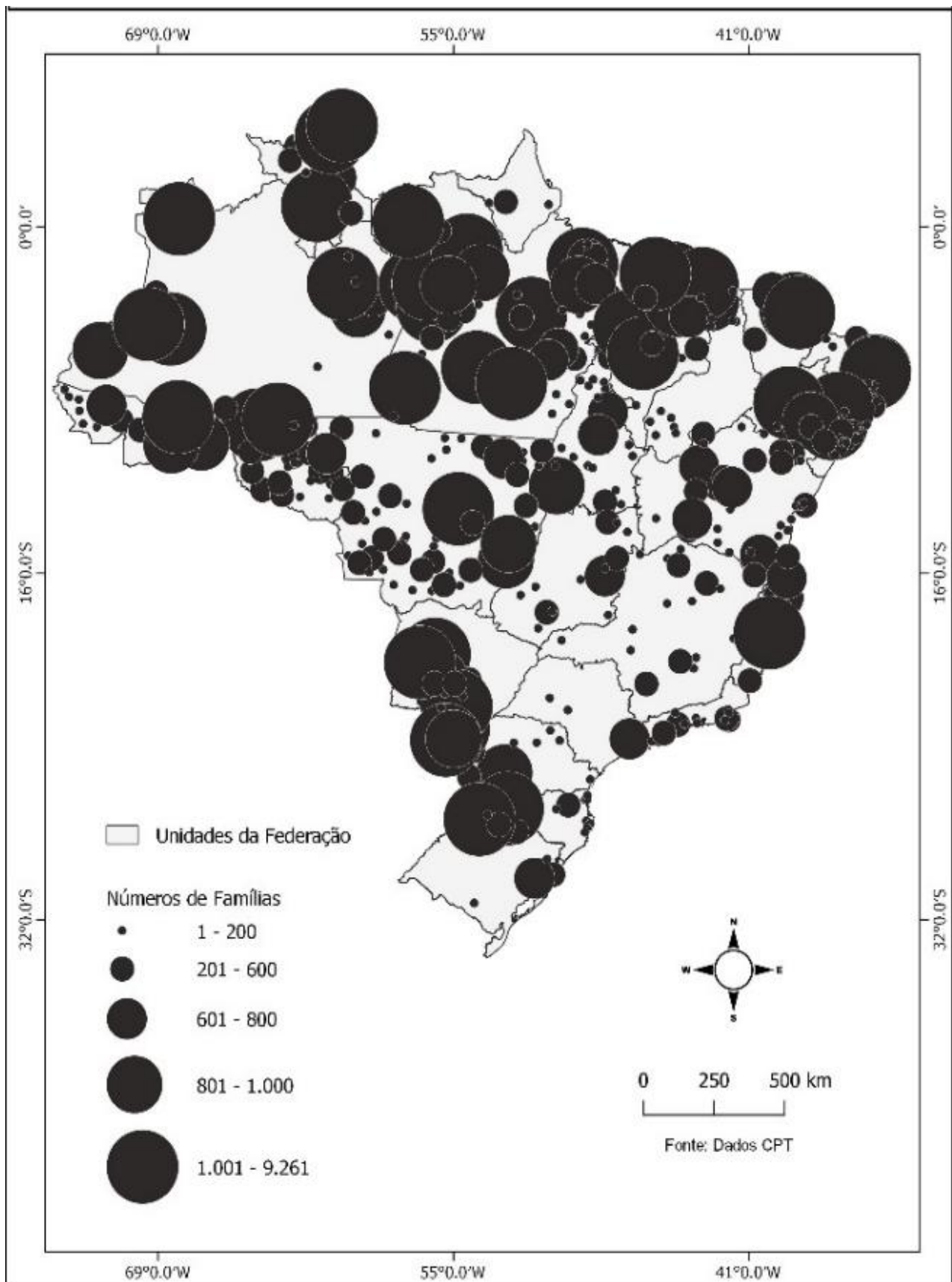
Se a gestão de situação de pandemia na cidade, que deveria pressupor-se ter certa infraestrutura de serviços e maior concentração de políticas públicas não proporcionou assistência devida, no campo a situação se agravou mais ainda e isto refletiu na dinâmica dos conflitos socioterritoriais. Foram registrados em 2020, 316 ocorrências de Covid-19 e 28858 famílias. Somando-se aos casos de ocorrências históricas de conflitos temos 1892 ocorrências e 195605 famílias em conflitos por terra e situação de covid no Brasil (mapa 4).

Comparando o mapa de ocorrências históricas e o mapa de ocorrências históricas com covid, observamos que a maior elevação dos conflitos, ocorreu nas regiões, estados e municípios já historicamente impactados pelos conflitos no campo. Todavia, observamos um número mais crescente de casos em ocorrências no estado Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta situação se expressa também no número de famílias em conflitos históricas e casos de Covid-19 (mapa 5).

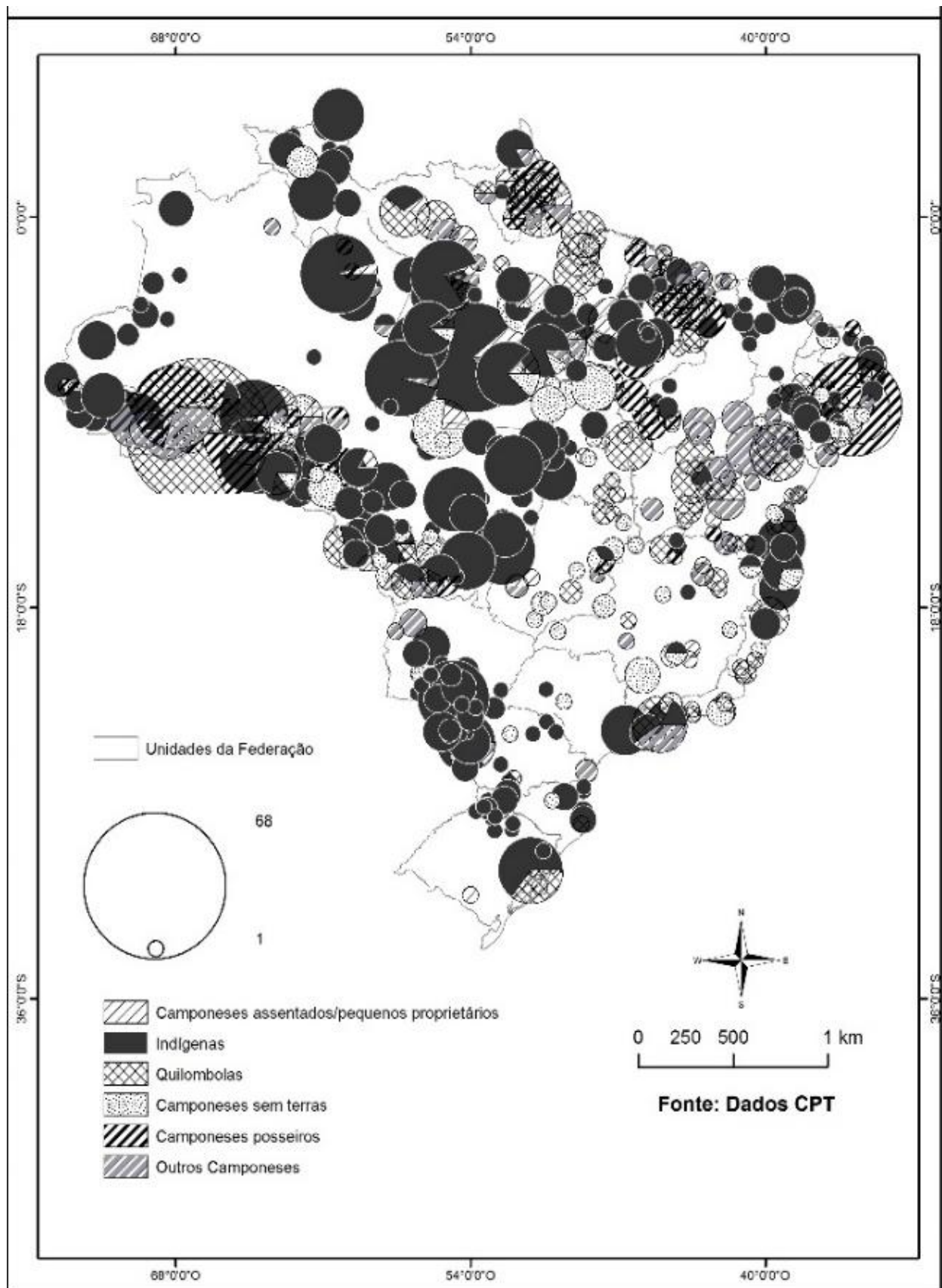
Esses estados concentram um número considerável de territórios indígenas e quilombolas. Observamos ainda maior predominância de números de mais de oitocentas famílias nos estados impactados por ocorrências históricas e Covid-19. A situação dos sujeitos sociais é expressa a seguir: (mapa 6).



Mapa 4. Ocorrências de conflito por terra e Covid-19 em 2020.



Mapa 5. Famílias em conflitos por terra e Covid-19 em 2020.



Mapa 6. Sijetos sociais em conflitos por terra e Covid-19 em 2020.

Assim, os camponeses posseiros se destacam no Amapá, no Maranhão, no Acre, no Tocantins, e nos estados do litoral da região nordeste. Quilombolas na Bahia, no Tocantins, Pará, Maranhão, Amapá

e Goiás. Camponeses sem Terra no Pará, no Mato Grosso e em Rondônia e os indígenas são predominantes em todas as partes do país.

ALGUMAS QUESTÕES PARA O CONTEXTO

De um modo geral, nos últimos dez anos os registros de ocorrências de conflitos no campo assumiram a seguinte dinâmica: 2013,1.266; 2014, 1.286; 2015, 1.217; 2016,1.536; 2017; 1.431; 2018; 1.489, 2019; 1.833, 2020; 2.054, 2021; 1768, 2022; 1572 ocorrências de conflitos no campo. Observamos que na medida em que os conflitos por terra e violências contra a posse e a ocupação foram aumentando, a realização de ocupações e retomadas, assim como de acampamentos entraram em descenso sistematicamente. Observa-se a luta incessante das populações indígenas e quilombolas pela manutenção de seus territórios, assim como do campesinato pela manutenção de suas pequenas propriedades e posses.

A abertura de novas posses e pequenas propriedades registrados no Censo Agropecuário de 2017 demonstram a reprodução desses camponeses. *“Em 2017, eles alcançaram o total de 80.891.084 hectares, sendo que, em 2006, atingiam um total de 80.102.694 hectares, portanto uma diferença de 788.390 hectares a mais, ou seja, um total de 0,98% a mais. Com relação ao aumento dos camponeses (familiares), os proprietários apresentaram em 2017 um total de 71.336.379 hectares contra o total de 70.190.973 hectares em 2006, ou seja, uma diferença a mais de 1.145.406 hectares, o que equivale a dizer que apresentou 1,63% a mais.”* (Oliveira, 2020) Assim, os dados do censo confluem com os dados de posseiros, pequenos proprietários e assentados envolvidos em conflitos ao longo da série histórica aqui apresentada.

O recuo das ocupações e acampamentos vem ocorrendo desde os períodos de governo Fernando Henrique Cardoso e governo Lula. Assim, embora os sem-terra se mostrem presentes nas lutas no campo, é perceptível ao longo das décadas a retomada das lutas pelos posseiros, pequenos proprietários, indígenas e quilombolas.

“No período FHC, o recuo se deu por conta da repressão às famílias que vinham buscando principalmente, o Movimento Sem-Terra para ingressarem na luta pela terra. No governo Lula, a iniciativa de recuar da luta pela terra se deu por conta dos pactos políticos que os movimentos construíram com o governo. Não foi por conta de repressão, foi opção. A violência direta, assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato do início da década de 80 até os anos de FHC, tinham como alvo principal os grupos de posseiros e depois de sem-terra, por conta das manifestações coletivas e recorrentes acampamentos e ocupações realizadas, ou seja, a possibilidade de destruir o movimento socioespacial podia constituir-se em um impeditivo do próximo passo dos movimentos camponeses, a ação total de territorializar-se, a conquista da terra.” (Chaves, 2015)

Em Dilma experimentamos os vácuos das políticas de reforma agrária e em Temer e Bolsonaro experimentamos mais uma vez a violência repressiva, o retorno da fome e da pobreza no campo. A pandemia de Covid-19 foi utilizada por Bolsonaro como política de extermínio das populações vulneráveis no campo e na cidade. Em 2018 tivemos o retorno dos Massacres. O massacre de Pau D’arco

no Pará veio marcar o curto governo de Temer. O povo Guajajara no Maranhão chora constantemente as mortes de seus parentes. Sete indígenas foram assassinados em 2020, três quilombolas, três ribeirinhos, um posseiro e dois sem terras. Mostrando que se as lutas pela terra no Brasil precisam reencontrar seus caminhos, as lutas pelo território têm a clareza de que a vitória só é possível a troco de sangue dos guerreiros e das guerreiras, dos parentes indígenas. Assim, também os quilombolas são incansáveis na reconstrução da mãe África em solo brasileiro.

As manifestações nesse último ano ganharam espaços ainda hostis para grande parte das populações que vivem no campo. As manifestações, as jornadas de lutas só foram possíveis via apropriação das redes sociais. As marchas, retomaram de certa maneira, as sensações da década de oitenta, as sensações desencadeadas pela fome. Para muitos comer só foi possível por conta da solidariedade de entidades e organizações sociais que se disponibilizaram no combate à fome. Muitos se expuseram a Covid-19 para levar o pão aos companheiros. Tomaram para si as tarefas do governo, do Estado.

A socioespacialização, “[...] a ação de ocupar ou acampar estão sob essa orientação. “A luta camponesa pela terra se construiu sob uma tríade que ainda não foi bem entendida pelos movimentos organizados. De um lado a ocupação como instrumento de negação da concentração da propriedade privada da terra e negação de seu acesso aos camponeses. De outro, o acampamento como ação positiva de negação da negação, a fixação ainda que temporária dos camponeses na terra concentrada negada. E, por último, o assentamento como conquista irretorquível daquilo que foi sempre negado, a territorialização camponesa na fração capitalista do território capitalista mundializado. É luta de classes, é luta camponesa por um pedaço do mundo para fundar o território camponês da esperança e da partilha. É por isso que o campesinato nunca cessou sua luta, apesar dos movimentos organizados deixarem de ser socioterritoriais, para passarem a ser apenas socioespaciais. Porém, permanece a luta da classe camponesa, esta sim sempre socioterritorial. É assim que a história segue.” (OLIVEIRA, inédito in Chaves 2015)

A pandemia de Covid-19 revelou e fomentou a violência contra as mulheres em todos os cantos. A violência contra a mulher possui três dimensões: a violência do estado, a violência do capital e a violência doméstica/privada. A mulher como maior responsável pelo trabalho do CUIDADO, estruturante nas relações sociais e econômicas, de uma maneira geral, tem sido coata, nos vários processos de luta por terra e território. Por experiência de campo, observo que a mulher regularmente assume a liderança das comunidades. É protagonista das lutas socioespaciais e socioterritoriais. Comer, beber e respirar obviamente constituem as necessidades essenciais a vida. Necessidades que não tem apenas os marcadores de classe como mecanismo de opressão que nos impedem acessá-las. Assim, queremos deixar esta questão como problema que suscite debate “no campo do campo” reflexão para outro texto, mas não para outro contexto.

REFERÊNCIAS

Boff, L. Sonhos e Lutas para a construção de uma sociedade pluri-étnica, justa e sustentável. Conferência Nacional da Terra e da Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável. São

Paulo: Expressão Popular, 2007. [https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon](https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/Com-Bolsonaro-desmatamento-na-Amazônia-cresce-150%,-pior-marca-já-registrada-pelo-Imazon). Consulta realizada em 26/07/2023.

Boff, L. Teologia do Cativo e da Libertação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Chaves, P. R. “Sangue de peão, engorda boi de paulista”: A questão do trabalho escravo na região do bico do papagaio. Revista Geografia em Questão. v. 13, n. 5 (2020) DOI: <https://doi.org/10.48075/geoq.v13i5.27159>

Chaves, P. R. Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do bico do papagaio. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Oliveira, A. U. (Org). A grilagem das terras na formação territorial brasileira. Projeto editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

Oliveira, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro: In Novos Caminhos da Geografia Brasileira (org. Carlos). 5. Ed. Contexto: São Paulo, 2007.

Oliveira, F. Noiva da revolução e elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008.

Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap10

João Paulo de Oliveira Moreira 

INTRODUÇÃO

Com o intento de “frear o trem do progresso capitalista” foi estruturado o Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA), importante e decisiva ferramenta dos povos tradicionais andino-amazônicos nas lutas contra os empreendimentos propostos pela IIRSA e financiados pelo BNDES durante o século XXI na região da Pan-Amazônia.

No presente capítulo⁴¹, faremos uma breve apresentação do Fórum Social da Pan- Amazônia (FOSPA), entre os anos de 2002-2014, com o objetivo de concatenar a sistematização de suas agendas de lutas mais gerais com sua contraposição aos empreendimentos expropriatórios na região.

A PAN-AMAZÔNIA

A região Pan-Amazônica⁴², usualmente é definida sob diferentes prismas, tais como: político-administrativo (Região norte do Brasil), econômico (Amazônia Legal), Amazônia sul-americana, Amazônia Brasileira ou Pan-Amazônia. Tais critérios não conseguem dar conta da totalidade do processo e das lutas que envolvem as relações sociais nesta territorialidade.

A região tem tido distintas definições, mediante diversos critérios, dando origem a três tipos de abordagens: a) a Amazônia Florestal; b) a Amazônia Hidrográfica; c) a Amazônia Geopolítica. A Amazônia Florestal compreende uma área total de 5.897.795km². Inclui-se na Amazônia Florestal a área formada pelas Guianas – República da Guiana, Suriname e Guiana francesa.

Já a Amazônia Hidrográfica exclui naturalmente as Guianas e, no caso brasileiro, inclui a área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, cujos tributários meridionais do rio Amazonas nascem em regiões de cerrados e savanas. Admite-se que a Amazônia Hidrográfica tem 6.869.344 km² e é formada pelas áreas da bacia amazônica que integram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela (veja o mapa abaixo).

⁴¹ Este capítulo é desdobramento de um conjunto de reflexões travadas na tese de doutoramento: MOREIRA, J.P.O. O Capital-Imperialismo Brasileiro: A atuação do BNDES na Pan-Amazônia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

⁴² As informações político-administrativas e territoriais sobre a Amazônia e Pan-Amazônia foram obtidas através do clássico estudo de Bertha Becker, Amazônia (1990) e da mais recente obra, As Amazônia de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade (2015).

Mapa – Região da Pan-Amazônia



Fonte: <http://portalamazonia.com/articulas/osiris-silva/pan-amazonia-futuro-a-construir>

A Pan-Amazônia possui 5 milhões de km quadrados, sendo que a grande parte desta região se localiza no Brasil (85%), representando 61% do território brasileiro, dividido em 9 estados e 8 países sul-americanos (Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname). Além disso, há um importante manancial hídrico que chega a 20% da água doce disponível na terra e uma importante área de reserva florestal.

O termo Pan-Amazônia passou a ser utilizado e difundido pelos movimentos sociais, como instrumento de unidade nas lutas dos distintos povos. O Fórum Social Pan- Amazônico, que começou em 2002, acabou por ser o *lôcus* de encontros e formulação política das distintas organizações dos povos

tradicionais da região. Estima-se que mais de 370 comunidades indígenas e um total de 33 milhões de indivíduos vivam na floresta ou da floresta, números que mostram a importância desta região para as lutas sociais⁴³.

O FOSPA

Em 1984 foi fundada a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), pioneira nas avaliações das grandes questões que envolviam os direitos indígenas. Na Bolívia, em 1987 foi criada a Assembleia do Povo Guarani e em 1989, o Congresso de Povos Indígenas do Beni, que apresentavam pautas como o reconhecimento territorial, a revalorização cultural, o fim das atividades de empresas madeireiras e pecuárias em seus territórios e a convocatória de uma “Marcha pelo direito ao território e a vida dos povos indígenas” no país. Essa marcha ocorreu em 1990 e resultou num importante impacto organizativo dos movimentos indígenas e camponeses na Bolívia, pois acabou por unificar as diversas organizações amazônicas do país numa central única, a Central Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB).

Em dezembro de 1999 realizou-se em Belém o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocado em conjunto pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (México) e pela Prefeitura da capital paraense. Em 2002, no rastro da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado no ano anterior em Porto Alegre, aconteceu igualmente em Belém, o I Fórum Social Pan- Amazônico (FOSPA), com o intento de reunir as entidades indígenas e camponesas para uma articulação de lutas contra os empreendimentos da IIRSA e, posteriormente, das obras e projetos financiados pelo BNDES.

Esta articulação desde o seu início pressupunha duas frentes orgânicas de lutas:

1. atuação na esfera institucional e jurídica, tais como fóruns da ONU e órgãos dos Estados nacionais, além da responsabilização criminal dos Estados por violação da consulta prévia aos indígenas (Marco 169 da OIT);
2. organização das resistências nos locais dos empreendimentos – utilização de recursos midiáticos (rádios comunitárias, internet, vídeos e jornais dos movimentos) reuniões amplas, passeatas, ocupações de territórios e em alguns casos, confrontos com as forças repressivas do Estado nacional em questão.

Desde 2002, o fórum reafirma em suas cartas uma visão de mundo totalizante, no sentido de confrontar o modo de produção capitalista, a economia verde e o aquecimento global, defendendo outro horizonte de sentidos, no qual o território seja baseado em relações de respeito e integração com o tecido amazônico em todas as suas dimensões, em contraposição a todas as formas de mercantilização do conjunto da vida social. Até 2014 foram realizados sete fóruns: 2002 – Belém (Brasil); 2003 – Belém

⁴³ Dados levantados pelos pesquisadores vinculados ao Fórum Social da Pan- Amazônia. Disponível em <https://foropanamazonico.wordpress.com/historia> Princípios.

(Brasil); 2004 – Ciudad Guayana (Venezuela); 2005 – Manaus (Brasil); 2010 – Santarém (Brasil); 2012 – Cobija (Bolívia); 2014 – Macapá (Brasil).

O FOSPA possui algumas tradições metodológicas. Os movimentos integrantes do fórum sempre começam por uma marcha pela cidade sede do evento e concluem com uma assembleia, na qual, por consenso é aprovada a carta da edição e suas moções. As atividades são divididas em autogestionadas (organizadas livremente por redes, entidades e movimentos) e centralizadas (mesas de debate definidas e sistematizadas pela organização do evento, após consultas), sendo estas últimas divididas em eixos e espaços temáticos.

O Fórum é composto por 23 organizações, sendo 11 do Peru⁴⁴, 4 do Brasil, 2 da Bolívia, 2 do Equador, 2 transandinas, 1 apoiadora de fora da Pan-Amazônia e 1 da Colômbia. Essas organizações são autônomas nas suas formas organizativas, tendo cada uma o seu funcionamento próprio com estatutos, sites, meios de comunicação, agenda de lutas, formas de se lutar e formação de militantes próprios.

Os temas são plurais, porém destacam-se algumas problemáticas históricas que compõem a centralidade de boa parte da agenda de lutas das organizações, tais como: Defesa do território, preservação dos direitos, garantia da convenção 169 da OIT, agroecologia, combate as opressões, combate ao colonialismo etc.

As formas como as lutas são encaminhadas também diferem entre as entidades. Existem aquelas que se dedicam a atuar pelas vias institucionais denunciando as arbitrariedades dos Estados nacionais em órgãos internacionais; entidades que atuam produzindo relatórios de violações dos direitos humanos; entidades de pesquisa sobre a condição indígena; entidades que atuam diretamente nas lutas de enfrentamento com os agressores/expropriadores de suas terras e as forças repressivas do Estado; entidades de formulação de políticas agroecológicas.

Ainda que com múltiplas pautas de debates e organização das lutas, os eixos trabalhados ao longo dos fóruns se repetiram na maior parte das vezes, o que nos possibilitou a identificação de um diagnóstico comum dos movimentos sociais acerca das questões a serem enfrentadas.

Vejamos o Quadro 1 abaixo.

⁴⁴ Salta aos olhos a predominância de entidades peruanas no Fórum não identificamos nas fontes uma explicação direta para o fenômeno, todavia, entendemos que a Amazônia Peruana acabou sendo o principal polo receptor de empreendimentos da IIRSA e dos financiamentos de obras do BNDES em áreas a serem expropriadas, além de importante corredor de exportação de commodities para o Pacífico e parceiro diplomático dos Governos do PT, entre 2003-2014.

Quadro 1. Síntese das Propostas e Objetivos dos Fóruns Indígenas-Amazônicos (2002-2014). Fonte: elaborado pelo autor com base nas cartas e moções disponibilizadas pelo FOSPA.

Síntese das Propostas e Objetivos dos Fóruns Indígenas-Amazônicos (2002-2014)	
Ano Local	Propostas
2002 Belém	• Articulação dos diálogos e das existências dos diversos povos amazônicos; • Organizar as lutas contra o neoliberalismo, a degradação ambiental, a pirataria e a destruição das formas de vida tradicionais; • Estruturar uma entidade para resistir aos empreendimentos da IIRSA na Pan- Amazônia⁶
2003 Belém	• Elaborar estratégias de enfrentamento aos empreendimentos na região • Aprofundar alianças com movimentos sociais da Pan- Amazônia • Abrir um canal de diálogo com o Governo Brasileiro frente aos empreendimentos previstos de serem financiados por BNDES, Eletrobrás e Banco do Brasil⁷
2005 Manaus	• Organização das resistências contra iniciativas que não contam com o consentimento das populações afetadas, como os tratados de livre comércio entre os países latino-americanos e a União Europeia, bem como aos empreendimentos financiados pelo BNDES e previstos na IIRSA • Reconhecimento do Buen Vivir e dos direitos da natureza como constitutivos da construção de um “outro mundo” • Combate ao machismo, racismo, as agressões a livre manifestação religiosa e as pessoas com deficiência⁸
2010 Santarém	• O tema das hidrelétricas foi o mais debatido no fórum • Organização das lutas e participações nos fóruns internacionais para barrar os empreendimentos da IIRSA-BNDES • Organização de redes de comunicação e educação popular • Defesa das culturas e diversidade dos povos⁹
2012 Cobija (Bolívia)	• Organização de grupos temáticos para além do FOSPA que discutissem os efeitos da crise econômica na Pan- Amazônia: 1 – Buen Vivir e Pluriculturalidade 2 – Processos de integração e desintegração na região com os projetos da IIRSA 3 – Lutas anticapitalistas e por justiça ambiental; 4 – Ciência e tecnologia indígenas • Defesa e exercício pleno dos direitos na Pan-Amazônia • Entendimento das crianças e dos jovens como agentes da nova sociedade Unidade dos povos para defesa de uma política de desmatamento zero
2014 Macapá	• Exigência do cumprimento dos tratados internacionais: direito a consulta prévia e convenção 169 • Incorporar ao FOSPA todos os movimentos e organizações que lutam em defesa dos seus territórios e da natureza • Denunciar o trabalho escravo • Avançar na reflexão do Buen Vivir como programa alternativo • Apoio ao feminismo e a luta das mulheres indígenas • Avançar nas cobranças de políticas contra o aquecimento global e por soberania alimentar

Os eixos temáticos formuladores das políticas oscilaram ao longo dos anos, e ampliaram-se em diversas direções. Alguns grupos de discussões foram mantidos desde o surgimento do Fórum: Terra e território; Impactos ambientais dos grandes empreendimentos; Buen Vivir; Integração da Pan-Amazônia. Pelo quadro acima, podemos depreender que as propostas mais gerais do Fórum como a própria articulação das diversas resistências aos empreendimentos na região datam do surgimento do FOSPA já em 2002.

A partir de 2004, inicia-se uma tentativa de dialogar com povos e entidades até então não participantes deste espaço, como os indígenas da Guiana Francesa, além de quilombolas e trabalhadores rurais, também sob o efeito das expropriações. Em 2005, ano de aprofundamento e expansão dos projetos e obras na Pan-Amazônia num contexto de governos progressistas, o Fórum delibera pela valorização do Buen Vivir e dos direitos da natureza, enquanto defende um horizonte de sentidos oposto e alternativo aos “desenvolvimentismos” expropriatórios em andamento na região. No mesmo ano as pautas de lutas contra as diversas formas de opressão são incorporadas politicamente – feminismo, luta antirracista, combate a intolerância religiosa e defesa de políticas públicas para pessoas com deficiência –, em consonância com a ascensão e visibilidade de coletivos e movimentos urbanos de mulheres, LGBTs, negras e negros, e de políticas públicas afirmativas.

No ano de 2010, com a proliferação de contratos bilaterais entre Brasil-Peru para a construção de hidrelétricas, o tema aparece como central, tanto para o debate energético, quanto para as táticas de enfrentamento as obras a serem empreendidas, visto que as mesmas levariam a impactos ambientais e culturais irreversíveis. Com relação a questão

ambiental, sinteticamente, podemos apresentar sete grandes impactos “gerais” mencionados em todos os eventos: 1 - industrialização forçada da selva amazônica; 2 - reorganização territorial da Amazônia; 3 - a possibilidade de colapso hidrológico; 4 - perda de biodiversidade e devastação da floresta; 5 - destruição dos modos de vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; 6 - crescimento urbano desordenado.

Ainda em 2010, os temas da educação popular, das redes de comunicação e das culturas, aparecem nas propostas como elementos fundamentais a serem organizados. Vale mencionar que a cultura apareça como uma importante ferramenta tática para as lutas desde o surgimento da FOSPA.

A diferença para os outros anos é que a partir de 2010, o Fórum passaria a cumprir um papel educativo-pedagógico, na formação de seus militantes, reafirmando a cada edição a necessidade de expansão das culturas amazônicas através de um sistema comunicacional alternativo e próprio dos movimentos, capaz de promover o enfrentamento a mídia proprietária.

Em 2012 e 2014, as entidades participantes do Fórum demonstraram estar em sintonia com o conjunto de lutas na região e em âmbito internacional, ao propugnarem, tal qual num programa em movimento, propostas de debates e reflexões sobre políticas econômicas e as consequências para os povos indígenas, assim como uma saída alternativa para a crise civilizacional, que passaria pelas lutas

anticapitalistas e por justiça ambiental (desmatamento zero). As lutas anticapitalistas estavam em discussão entre os movimentos indígenas na América Latina.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO FOSPA

1) Coordenação Nacional para os Direitos Humanos do Peru (CNDDHH): composto por ativistas e acadêmicos que produzem relatórios sobre as violações dos direitos humanos no Peru.

2) Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): sediado na cidade de Natal-RN, este movimento pauta o combate ao machismo, homofobia e racismo. Em seus documentos e princípios, a AMB reafirma a luta contra o capitalismo e as políticas neoliberais⁴⁵.

3) Associação de Produtos Orgânicos do Peru (ANPE): é uma organização nacional com ampla capilaridade em diversas regiões do país. Tomam como pauta central a defesa da agroecologia.

4) Coordenação Andina de Organizações Indígenas: compõe organizações indígenas da Amazônia boliviana, colombiana, equatoriana e peruana. A Coordenação pauta a autodeterminação dos povos indígenas, a defesa dos territórios, a consulta prévia e o combate a militarização dos territórios indígenas.

5) Central Asháninka do Río Ene no Peru (CARE): agrupa os povos indígenas da etnia Asháninka. Possuem um caráter defensivo, de preservação de seus direitos e garantia do território nas proximidades do Río Ene.

6) Confederação Nacional Agrária do Peru (CNA): organização indígena fundada em 1974, no contexto da reforma agrária do então Presidente Juan Velasco Alvarado. Atualmente promovem debates sobre a soberania alimentar e agroecologia.

7) Conferência Nacional de Desenvolvimento Social do Peru (CONADES): organização que congrega inúmeras ONGs, Igrejas e movimentos sociais. Fundada em 1996, o CONADES pautou seus primeiros debates em torno da questão da pobreza e da fome. Atualmente promovem debates sobre modelos alternativos de desenvolvimento e buscam seguir uma linha de defesa da cidadania, levando aos candidatos à presidência as suas propostas:

“CONADES tiene como objetivo central definir y presentar, a los candidatos a la presidencia de la República y congresistas del Perú, las propuestas conjuntas de las organizaciones y movimientos ciudadanos para el desarrollo nacional y descentralizado del Perú para los próximos años.” (Disponível em: <http://conades.org.pe/que-es-conades/>. A tirar pelas moções e cartas, o CONADES exerce pouca influência na proposição política e linha de atuação no FOSPA).

8) Comissão Pastoral da Terra (CPT): nasceu em junho de 1975, durante a reunião de bispos e prelados da Amazônia, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Goiânia. Foi fundada durante a ditadura militar, em resposta à grave situação vivida por trabalhadores

⁴⁵ <http://www.articulacaodemulheres.org.br/>

rurais, especialmente na Amazônia, muitas vezes em condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras ocupadas.

9) Fundação Jubileu da Bolívia: é uma instituição católica que trabalha em áreas de política social e econômica, desenvolve processos de pesquisa e informações sobre a questão indígena na Amazônia.

10) Instituto Latino-Americano para a Sociedade e Direito Alternativo (ILSA): criada como Fundação Privada e Associação sem Fins Lucrativos (FASFIL) em 1978, o ILSA tem sede em Bogotá na Colômbia. A sua área de atuação se circunscreve aos debates de gênero e mudanças constitucionais. Em seu site não constam patrocinadores ou qualquer indício de relações com outras ONGs ou APHs. A ILSA se organiza através da publicação de boletins, relatórios e palestras. Pelo perfil das entidades que compõem o Fórum, a ILSA se apresenta como um “ponto fora da curva” por ser uma FASFIL e pautar a sua atuação nas discussões sobre mudanças constitucionais e não na defesa dos direitos indígenas e seus territórios.

11) Associação Latino-Americana para a Rádio Educação (ALER): é uma rede de comunicação de educação popular transandina. Tem por principal objetivo o debate sobre democratização da mídia.

12) Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica – Peru (COICA): organização de diferentes povos que habitam a Bacia Amazônica, região de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados. A COICA procura garantir a convenção 169 da OIT e a Convenção sobre Diversidade Biológica, enviando representantes aos fóruns de debate da ONU.

13) Federação Nacional de Mulheres Rurais, Índios e Assalariados do Peru (FENMUCARINAP): entidade que estrutura as lutas das mulheres camponesas, indígenas e trabalhadores de descendência indígena em solo peruano.

14) Instituto Bartolomé de las Casas – Peru: organização da sociedade civil vinculada a preceitos de uma “Igreja Pobre”, com enfoque de gênero e fortalecimento das entidades indígenas locais.

15) Associação interétnica para o desenvolvimento da selva peruana (AIDASEP): é uma organização civil que reúne diferentes organizações sociais na Amazônia do Peru.

16) Organização Nacional de Mulheres Indígenas do Peru andino e amazônico: reúne as mulheres indígenas e camponesas da região amazônica peruana.

17) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Brasil: é um movimento popular, tem o objetivo de organizar toda a população em risco ou afetadas por barragens, represas e pelo hidronegócio.

18) Conselho Indigenista Missionário (CIMI): órgão vinculado à CNBB, criado em 1972, no contexto da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, mais precisamente quando o regime implementava megaprojetos de infraestrutura. O CIMI buscou fortalecer a articulação entre aldeias e povos indígenas, bem como garantir o mínimo dos direitos a esses povos.

19) Centro de Trabalho e Desenvolvimento Agrário (CEDLA): centro de pesquisa vinculado à Universiteit Van Amsterdam. O CEDLA é parceira do Fórum e desenvolve pesquisas sobre o mundo do trabalho na região andino-amazônica e os impactos do desenvolvimento.

20) Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI) – Peru: grupo que tem por objetivo a articulação dos povos andinos e a difusão do Buen Vivir.

21) Central Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB): fundada em 1982, em Santa Cruz de la Sierra, a CIDOB reúne 34 povos das chamadas terras baixas boliviana.

22) Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE): fundada em 1986 com o objetivo de consolidação dos direitos e lutas dos diferentes povos indígenas do Equador. No site da CONAIE, é enfatizado, entre os seus objetivos, a luta contra o colonialismo e o neocolonialismo via atuação das multinacionais em terras indígenas.

23) Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (CONFENIAE): entidade que representa 1500 comunidades indígenas na Amazônia Equatoriana. Na sua descrição, os membros da CONFENIAE ressaltam uma crítica radical ao capitalismo e seus asseclas na Amazônia:

Los nuevos retos planteados en la Amazonía por la expansión de las actividades petroleras, agroindustriales, BNDES, IIRSA y madereras, han hecho que se privilegie la lucha por la legalización y defensa de los territorios ancestrales de los pueblos y nacionalidades; ello ha conducido a replantearse las formas tradicionales de organización y a adoptar formas legales de existencias para poder defender con más eficiencias a los derechos de los pueblos amazónicos frente al modelo extractivistas impulsado desde el Estado.

¡Por todo esto nuestra lucha nuestra lucha es firme y combativa contra un estado colonial y el sistema capitalista que nos explota a los pueblos!

¡Nuestra firme lucha por la AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS! (Disponível em: <https://confeniae.net/quienes-somos>. Acessado em 22/04/18).

CARTAS E MOÇÕES

Na carta de Santarém (2010) é reafirmada a necessidade de uma “utopia” para os povos da Pan-Amazônia. Esta utopia seria uma outra integração e cooperação dos povos que não a que estava colocada pelos Estados nacionais e multinacionais envolvidas nos projetos de integração. A efetivação política desta utopia deveria passar pela construção de um horizonte transnacional das lutas, que articulasse tanto a preservação e aquisição de direitos imediatos dos povos originários, quanto a longo prazo, a superação da ordem do capital, por outra a ser construída sob os pilares éticos do Buen Vivir.

A construção de um continente sem fronteiras e livre de todas as opressões e explorações passaria pela formação primeira de Estados plurinacionais garantidores dos direitos dos povos tradicionais e da natureza. Nesse sentido, a relação com a natureza a partir de uma lógica de coexistência e não de dominação ou mercantilização, seria a condição fundamental para alcançar tal utopia. A participação plena e igualitária das mulheres também seria uma condição na construção das novas sociedades. Da mesma forma a proteção integral das crianças, como portadoras do futuro da Humanidade.

Nesse sentido, as alterações climáticas, as atividades mineradoras, petrolíferas e o agronegócio constituem inimigos a serem derrotados, juntamente com os megaprojetos expropriatórios. A unificação

das lutas se daria em torno do enfrentamento e interrupção desta lógica de desenvolvimento adotada na região. Para tanto, foram defendidas as seguintes linhas de ação:

- Lutar pela produção de outras formas de energia em pequena escala, fortalecendo a autonomia e a autogestão da Amazônia e de suas comunidades;
- Realizar campanhas pelo reconhecimento, demarcação e homologação das terras indígenas, titulação coletiva das terras quilombolas e de comunidades tradicionais;
- Pleno direito de consulta livre bem-informada e consentimento prévio para projetos com impacto social e ambiental;
- Alianças entre os povos da floresta, dos campos e das cidades;
- Participar das redes que investigam a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil), contribuindo para obstruir os financiamentos a projetos que destroem o meio ambiente;
- Promover ações articuladas de denúncia e pressão contra projetos de caráter sub-imperialista do governo brasileiro na Pan-Amazônia;
- Unificar as lutas contra a construção de represas hidrelétrica nos rios da bacia amazônica, em especial as lutas contra Belo Monte, Inambary, Paitzpatango, Tapajós, Teles Pires, Jirau, Santo Antonio e Cachuela Esperanza;
- Lutar pela titulação de terras aos trabalhadores do campo e da cidade; organizar fóruns regionais para troca de conhecimentos e implementação de ações, com organizações de outras regiões, em cada local onde a Mãe Terra esteja sendo agredida, ou ameaçada;
- Realizar encontros e marchas denunciando as diversas formas de opressão, como o machismo, racismo e homofobia, e apresentando as soluções propostas pelas organizações e movimentos sociais;
- Avançar na elaboração de propostas para garantir vida digna a todos os povos da Pan-Amazônia, considerando suas diferenças intra e inter-regionais;
- Mobilizar as sociedades civis Pan-Amazônicas, contra as falsas soluções de mercado para o clima, como o REDD;
- Desenvolver lutas contra o patenteamento do conhecimento das populações tradicionais, que apenas promovem os interesses das grandes corporações transnacionais;
- Mobilizar as organizações contra as estratégias dos governos e das grandes empresas, voltadas à flexibilização da legislação ambiental na Pan-amazônia;
- Lutar pelo reconhecimento legal de “territórios livres da mineração” e de outros empreendimentos, nos ordenamentos jurídicos dos países da Pan-Amazônia;
- Constituir um centro de comunicação do FOSPA, de maneira compartilhada, com a função de interligar os movimentos sociais da Pan-Amazônia, socializar debates e iniciativas de ação;

- Divulgar as ações, discussões e resultados do FOSPA nas comunidades, através de uma rede de comunicação⁴⁶.

Em 2012, a Aliança dos povos tomou como principais pontos a serem combatidos e defendidos:

- A unidade dos povos dos rios da Pan-Amazônia na luta constante por um modelo de desenvolvimento que respeite as formas de ser, fazer, viver, saber e de se organizar dos povos amazônicos;

- Combate e denúncia da truculência com a qual os governos estão conduzindo seu modelo de desenvolvimento e negação da chamada sustentabilidade;

- Que a Pan-Amazônia não é um espaço vazio que vive na “solidão”;

- Entendimento de que os Estados Nacionais da Bacia Amazônica estão enfrentando um momento de superexaltação do econômico em detrimento das garantias políticas e sociais e que isso é a nota característica de Estados de exceção e ditatoriais;

- Não aceitação da utilização de força e violência policial contra os povos da Pan-Amazônia e responsabilização integral do governo brasileiro pelos impactos ambientais da hidrelétrica de Chaglla e Mandariacu;

- Não aceitação dos grandes empreendimentos serem financiados com dinheiro público; Busca de apoio internacional para a proteção dos direitos e declaração de insurgência e beligerância no sentido que o direito internacional público confere a estas categorias⁴⁷.

No fórum de 2014, as moções aprovadas também foram de encontro à necessidade de barrar as construções de hidrelétricas e barragens, compreendidas como “projetos megalomaniacos”, geradores de concentração de riquezas e devastação dos territórios. Por conseguinte, a palavra de ordem do fórum foi “Por uma Pan-Amazônia livre de barragens⁴⁸”.

Além da proposta de mobilizações e protestos para barrar esses projetos, definiu-se por levar as instâncias de Governos, empresas e bancos aos tribunais nacionais e internacionais. A percepção do problema, forjada nas lutas, articulava os agentes da devastação de maneira a não sobrepor inimigos. Esta visão fica bem elucidada nas moções⁴⁹ a seguir reveladas:

MOÇÃO DE DENÚNCIA: O governo brasileiro continua com seu plano megalomaniaco de construção de mais de 30 grandes empreendimentos energéticos na Amazônia Brasileira e ainda participa na construção de hidrelétricas em países como Bolívia, Peru, Equador, com o intuito de aquecer as empresas brasileiras que vivem da especulação da miséria do povo Pan-Amazônico em prol de seus lucros. Seu único objetivo é produzir energia para atender a um consumo cada vez maior na sociedade brasileira e das empresas de mineração que crescem cada vez que uma nova hidrelétrica entra em

⁴⁶ Carta de Santarém (2010), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁷ Carta de Cobija (2012), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁸ <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

⁴⁹ Carta de Macapá (2014), disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

operação. Por isso denunciamos esta ofensiva contra os povos indígenas, camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos e nos juntamos ao Povo Munduruku para dizer ao governo brasileiro que não aceitaremos nenhuma hidrelétrica na Bacia do Rio Tapajós, assim como nas bacias dos rios Teles Pires, Juruena e Xingú. Conclamamos a Aliança dos Rios da Amazônia para levar este caso à Corte Internacional incriminando o Governo Federal, estaduais e municipais.

MOÇÃO DE DENÚNCIA: Denunciamos a cumplicidade dos Estados que aprofundam nas últimas quatro décadas a arquitetura da impunidade por meio da implementação de instrumentos de proteção e promoção dos interesses das empresas transnacionais a partir de Parcerias público-privadas; Financiamento público direto no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil (por exemplo, via BNDES) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA); Acordos de livre comércio, tratados bilaterais de investimento e mecanismos de resolução de controvérsias jurídicas enviesados em favor do capital transnacional (tais como o CIADI do Banco Mundial e o Mecanismo de Resolução de Controvérsias da OMC); o desmantelamento das legislações ambientais e dos instrumentos de proteção de direitos humanos em vários níveis.

MOÇÃO DE DESAGRAVO A GOVERNOS: Que o Governo da Bolívia cumpra a resolução do Centro Interamericano de Direitos Humanos, rechaçando a pseudo consulta que fez sobre a Carretera por TIPNIS e seu traçado atual. Que os países e governos amazônicos cumpram sua obrigação internacional de fazer as consultas prévias livres, informadas com os povos indígenas quando pretendem fazer obras que afetam a eles e seu meio ambiente.

Esta última moção preconiza as denúncias das obras em andamento e aquelas que estavam por sair do papel. A ênfase é dada na responsabilização dos Estados nacionais, já num cenário de refluxo dos empreendimentos e investimentos na região, desdobramento da crise econômica, da Operação Lava-Jato e do início do contingenciamento de recursos do BNDES para as obras promovidas pelas empresas de construção civil. Presenciamos também um refluxo do próprio projeto da IIRSA e do “modelo de desenvolvimento” adotado no período, o que pode ter favorecido uma resolução que priorizasse os canais institucionais de atuação do Fórum e entidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos em linhas gerais algumas das proposições do FOSPA, tivemos por objetivo demonstrar, ainda que superficialmente, as reações organizativas dos desdobramentos dos projetos levados a cabo pela IIRSA e financiados pelo BNDES, assim como a miríade de contradições e tensões existentes na região que necessitavam de uma entidade que soldasse as lutas e organizações.

Foi através dos encontros nos fóruns e da criação de uma rede de contatos e informações entre as diversas organizações que foi possível articular qualitativamente as lutas das organizações em âmbito

local e saltar quantitativamente para uma teia solidária internacional de enfrentamentos aos empreendimentos. Através destas lutas foi possível “frear” o trem do progresso capitalista em algumas das obras previstas pela IIRSA e com possibilidades de financiamento pelo BNDES.

O FOSPA não parou na cronologia desta pesquisa, e se mantém até o atual momento ativo⁵⁰, combativo e organizador das pautas dos povos tradicionais em âmbito internacional. Em 2020, o Fórum foi realizado na Colômbia, à luz de um crescimento vertiginoso do assassinato de lideranças campesinas e indígenas no país, demonstrando que os organizadores do Fórum buscam realizar o evento onde as lutas mais agudas se encontram.

O processo de unificação das lutas e das diversas e múltiplas organizações da Pan- Amazônia ainda está em andamento, ainda assim podemos apontar para importantes lutas de resistências vitoriosas: dos Ashaninka, contra as hidrelétricas e a estrada TIPNIS; formação de uma intelectualidade indígena, formuladora de políticas e teoria; projetos de educação popular, comprometimento e cobrança dos órgãos estatais com a educação bilíngue; defesa dos modos de vida comunitários e revalorização dos sábios e tradições ancestrais⁵¹.

Se frear o trem da barbárie significou num momento mais imediato combater o neoliberalismo e barrar os empreendimentos na região, é possível depreendermos que parcela significativa das entidades que atuam no FOSPA formularam e sintetizaram uma visão de mundo em que o modo de produção capitalista engendra, impulsiona e normatiza a barbárie, por isso o inimigo a ser derrotado é a própria sociabilidade do capital, incompatível com a natureza e os modos de vida dos povos tradicionais.

REFERÊNCIAS

- Becker, B. K. Amazônia. Rio de Janeiro. Editora Ática, 1990.
- Becker, B. K. As Amazônias de Bertha K. Becker - 3 volumes. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.
- García-Falces; Pardo. “La Cuestión del Medio Ambiente”. Foro Social Mundial y Pueblos Indígenas, Madrid, diciembre / 2002, pp. 1-34. Disponível em <http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Informes/Verdes/Foro%20Social%20Mundial%20y>
- Moreira, J.P.O. O Capital-Imperialismo Brasileiro: A atuação do BNDES na Pan- Amazônia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

⁵⁰ Em 2024, o Fórum será realizado novamente no departamento de Cobija, na Bolívia.

⁵¹ Ver: MOREIRA, 2019, p. 284-285.

Ecosocialismo, uma proposta concreta

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 25/05/2025

 10.46420/9786585756488cap11

Arlindo Rodrigues 

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade defronta-se, no início do século XXI, com uma grave crise socioecológica que a coloca diante de uma bifurcação. De um lado, há o modelo atual regido pela ética do capital e pela busca do lucro, em que as grandes corporações, dominadas pelas organizações financeiras, são as condutoras, e que pressupõe que tudo é mercadoria, inclusive a vida, em todos os seus sentidos. A outra opção se orienta pela construção de uma nova ética de civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária, em que a lógica do lucro é substituída por uma orientação regida pelo bem viver de todos os seres, uma opção antagônica ao caminho anterior.

O transtorno socioecológico da primeira opção é que, nela, a preservação das vidas Humanas e não Humanas está subjugada à orientação do lucro. Essa alternativa se guia por um conjunto de valores que considera os seres vivos como insumos necessários ao processo de geração de riqueza. Por um lado, a vida humana é entendida como mão de obra que deve ser explorada ao menor custo e maior produtividade possíveis. Por outro lado, considera que a Natureza, como qualquer recurso, deve ser esgotada para maximizar o retorno do capital investido na sua obtenção. Além disso, dentro dessa perspectiva, ações de mitigação dos impactos ambientais da produção e remuneração do trabalho não podem afetar a rentabilidade das corporações.

O caráter destrutivo subjacente a esse caminho já podia ser observado desde os primórdios da Era Moderna como destaca Capra (2006, p. 52) retomando a obra de Bacon: “A natureza, na opinião dele, tinha que ser ‘acossada em seus descaminhos’, ‘obrigada a servir’ e ‘escravizada’. Devia ser ‘reduzida à obediência’, e o objetivo do cientista era ‘extrair da natureza sob tortura, todos os seus segredos’”. Para Löwy (2011, p. 80), essa ética se alinha ao pensamento do filósofo francês Descartes, para quem a Natureza deve ser dominada e escravizada pelo homem. Trata-se, ainda, de uma concepção política cujo pensamento progressista opõe a Humanidade à Natureza, estabelecendo uma relação de propriedade daquela sobre esta (Löwy, 2011, p. 80). Mas esse progressismo, hegemônico no atual modelo de civilização, orientado pela rentabilização monetária da relação Humanidade e Natureza, tem, na verdade, esgotado os recursos naturais, rompendo suas fronteiras e dilapidando as condições da natureza prover a vida no planeta, inclusive a humana.

Ademais, o atual modelo de sociedade, ao mesmo tempo em que gera déficit na capacidade do planeta prover vida, produz riqueza de forma concentrada, privilegiando poucos e, concomitantemente, deixando grande massa de pessoas na miséria e em situação de fome. As alterações quantitativas da segmentação de renda mundial durante a crise sanitária Covid-19, em 2020, por exemplo, comprovam a perversidade dessa lógica. Conforme o relatório *Vírus da Desigualdade* da OXFAM, a pandemia afetou as economias de todos os países e os empregos e rendas de suas populações. No entanto, esse impacto foi desigual, pois o “aumento da fortuna daqueles que estão no topo da pirâmide econômica, ao lado dos impactos negativos significativos sobre os que estão na base, está aumentando a desigualdade econômica” (Berkhout, 2021, p. 29). Outra evidência desse processo é que, em todo o planeta, em plena crise pandêmica, os bilionários viram sua riqueza aumentar em espantosos US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020 (Berkhout, 2021, p. 24). Essa relação de crise socioecológica e concentração de renda confirma a afirmação de Dowbor (2020, p. 162) de que “estamos destruindo o planeta, a própria base da nossa sobrevivência, e que estamos fazendo para o proveito do já clássico 1% de mais ricos, que apresentam a particularidade de serem improdutivos, quando não danosos”.

As alterações nas condições do planeta, principalmente a partir do aumento do produtivismo capitalista desde a Revolução Industrial e agravadas após a Segunda Guerra Mundial, foram expressivas e provocaram a mudança da era planetária de Holoceno para o Antropoceno. Essa nova Era, conforme proposto por Crutzen e Stoermer (2000), substitui o período iniciado há dez mil anos cuja principal característica era a estabilidade climática, responsável pelas estações do ano, cuja constância permitiu que a humanidade desenvolvesse a agricultura e assentamentos em cidades. O Antropoceno, com o seu esgotamento dos recursos naturais, aumento da liberação de vários gases de “efeito estufa” na atmosfera, geração de poluição e extinção massiva de espécies (Crutzen, Stoermer, 2000), representa sério risco para a manutenção da vida no planeta, sendo a crise climática a dimensão mais urgente e abrangente.

As consequências socioambientais dessa crise, apresentadas na obra *Seis Graus*, de Mark Lynas (2008), indicam alterações radicais nas condições socioambientais da Terra. O aumento de um grau na temperatura planetária até 2100, além de causar furacões mais ferozes, por exemplo, deixará um terço do planeta desprovido por completo de água doce, tornando, assim, muito hostil a vida no planeta (Lynas, 2008, p. 37). Assim, a perda da estabilidade climatológica vigente no Holoceno, vital para a agricultura, coloca em sério risco a capacidade de alimentar bilhões de pessoas.

Os alertas de Lynas (2008) foram confirmados, recentemente, pelo relatório IPCC, publicado em 2021, e evidenciaram, ainda, alguns agravantes. Entre eles está a identificação de que a crise climática já teve início, constatação confirmada pelas evidências de ondas de calor na América do Norte, Europa, Austrália, oeste e leste da África Austral, Ásia, incluindo a Sibéria (Allan, 2021, p. 14). A tendência, projetada nesse relatório, prevê aumentos na frequência de ondas de calor associadas a secas em escala planetária, clima de fogo e inundações em algumas regiões de todos os continentes (Allan, 2021, p. 12).

Para Tanuro (2021; tradução própria), “esse relatório nos obriga a enfrentar a realidade: estamos literalmente à beira do precipício”.

As transformações socioambientais provocadas pelas mudanças climáticas podem levar, enfim, a humanidade à barbárie, situação que já é realidade em diversas regiões do planeta, atingindo, principalmente, as camadas mais pobres dessas regiões. As disputas por água e terras férteis desencadeiam conflitos e guerras como ilustra a reportagem de Ahmed (2015): “O mundo já está enfrentando uma epidemia de escassez local e regional de água e, a menos que essa tendência seja revertida, levará a mais migrações forçadas, agitação civil e surtos de conflito”. Esse cenário já estava, também, nos alertas de Welzer (2010) e Davis (2002) quando afirmam que essa guerra não se iniciou no século XXI, ela tem acompanhado a história humana, porém a relação direta entre o domínio e o acesso às fontes vitais de sobrevivência está cada vez mais influenciada pelas crises ambientais, com a sucessiva redução das condições do planeta de prover vida. Nesse cenário, os conflitos e violência são os instrumentos da manutenção do monopólio e poder desses recursos.

Alguns desses conflitos estão registrados na plataforma *Environmental Justice Atlas*⁵², espaço virtual coordenado por Joan Martínez Alier cujo objetivo é apontar as regiões em que estão acontecendo conflitos socioecológicos. Em diversas ocasiões, esses confrontos evidenciam a injustiça ecológica, ao expor o sofrimento imposto aos oprimidos, expropriados de seu acesso à Água e à terra fértil nessa disputa. Nessa dinâmica, a fome e a morte têm sido as companhias de vastos dos grupos sociais vítimas dessas pilhagens. Diariamente, por exemplo, falecem oitocentas crianças com idade inferior a cinco anos pela falta de acesso de Água na quantidade e qualidade adequadas (UNICEF, 2017, p. 14).

Perante esse cenário, a outra opção da bifurcação, diante da qual a humanidade se encontra, é a construção de outra lógica de civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária. Esse caminho, antagônico ao atual modelo de sociedade, implica uma troca de ética, pois a nova orientação é regida pelo bem viver de todos e essa valorização da vida não cabe na lógica do lucro. Dessa forma, a busca desse novo modelo de sociedade envolve a superação do atual modelo de sociedade.

Nesse sentido, o estabelecimento de uma sociedade pós-capitalista é o caminho sugerido por essa construção, cujo alicerce é o diálogo entre os diversos segmentos dos movimentos socioecológicos contra-hegemônicos definidos por Alier (2009) como ecologistas dos pobres. Esses movimentos buscam defender a vida, em todas suas expressões, e, para isso, a justiça social é ligada ao respeito à Natureza, pois não há sociedade sã em um planeta doente.

Dentre os segmentos do ecologismo dos pobres, este texto focará no ecosocialismo, por sua amplitude e radicalidade. Esse segmento socioecológico retoma o conceito da superação do Reino da Necessidade pelo Reino da Liberdade presente na obra marxiana em diálogo com as atualizações das ciências ambientais e humanas no século XXI.

⁵² Disponível em: <https://ejatlas.org/>.

O ecossocialismo é um segmento do movimento socioecológico, cuja proposta é unificar a práxis ecológica e a socialista, pois considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser alternativa aos desafios socioecológicos do século XXI e que a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

Aplicando o método de denunciar a crise e seus agentes e anunciar uma nova lógica de sociedade, este artigo está estruturado em três capítulos, o primeiro com uma breve exposição da crise socioecológica, o segundo traz a apresentação da utopia ecossocialista e o terceiro expressa as ações concretas para o processo de transição na construção dessa utopia.

CRISE SOCIOECOLÓGICA, UM TREM PARA O ABISMO

A vida no planeta está estruturada em um sistema complexo e delicado. As espécies estão presentes em diferentes nichos complementares e em constantes ajustes (homeostase). A complementaridade entre os nichos elimina a geração de sobra, “lixo”, pois os resíduos de um nicho de espécies oferecem recursos vitais para outros:

Toda essa complementaridade entre as espécies só é possível devido à diversidade que elas apresentam, fazendo com que se complementem, evitando a competição e possibilitando a cooperação. Ela é tão requintada que faz com que na natureza não exista a noção de “lixo”, porque os resíduos de uma determinada espécie são suporte para a existência de outra (Milanez, 2003, p. 79).

A quebra dos ciclos da homeostase pode provocar um cenário ambiental hostil. Nesse contexto, se a capacidade de adaptação às novas condições ambientais pelas espécies for esgotada, sua extinção é a consequência mais provável; e como a biodiversidade garante a complementaridade entre os nichos, a extinção de uma espécie desarmoniza o sistema causando reação em cadeia, impactando a sobrevivência das outras espécies dependentes.

Nessa complexa harmonia dinâmica, a humanidade obtém condições da Natureza para prover sua sobrevivência e seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo devolver as sobras e o resultado não aproveitado no seu processo de reprodução, alterando as condições do planeta. Porém, o modelo produtivista e consumista da sociedade pós-Revolução Industrial exerce uma pressão sobre os recursos naturais de uma forma cada vez mais agressiva, provocando assim, a ruptura do ciclo de homeostase do planeta.

As consequências da alteração do fluxo das mudanças estruturais do planeta e a resposta dele para estas interferências desafiam toda sociedade a repensar o modelo produtivo. O *Special report: How our economy is killing the Earth* publicado pela revista New Scientist (2008a; 2008b) ilustra o crescimento das atividades humanas em diversos níveis e ao mesmo tempo o esgotamento das condições da Natureza. A convergência do ritmo dos diversos vetores das atividades humanas e do crescimento da degradação ambiental está demonstrada pelo Gráfico 1.

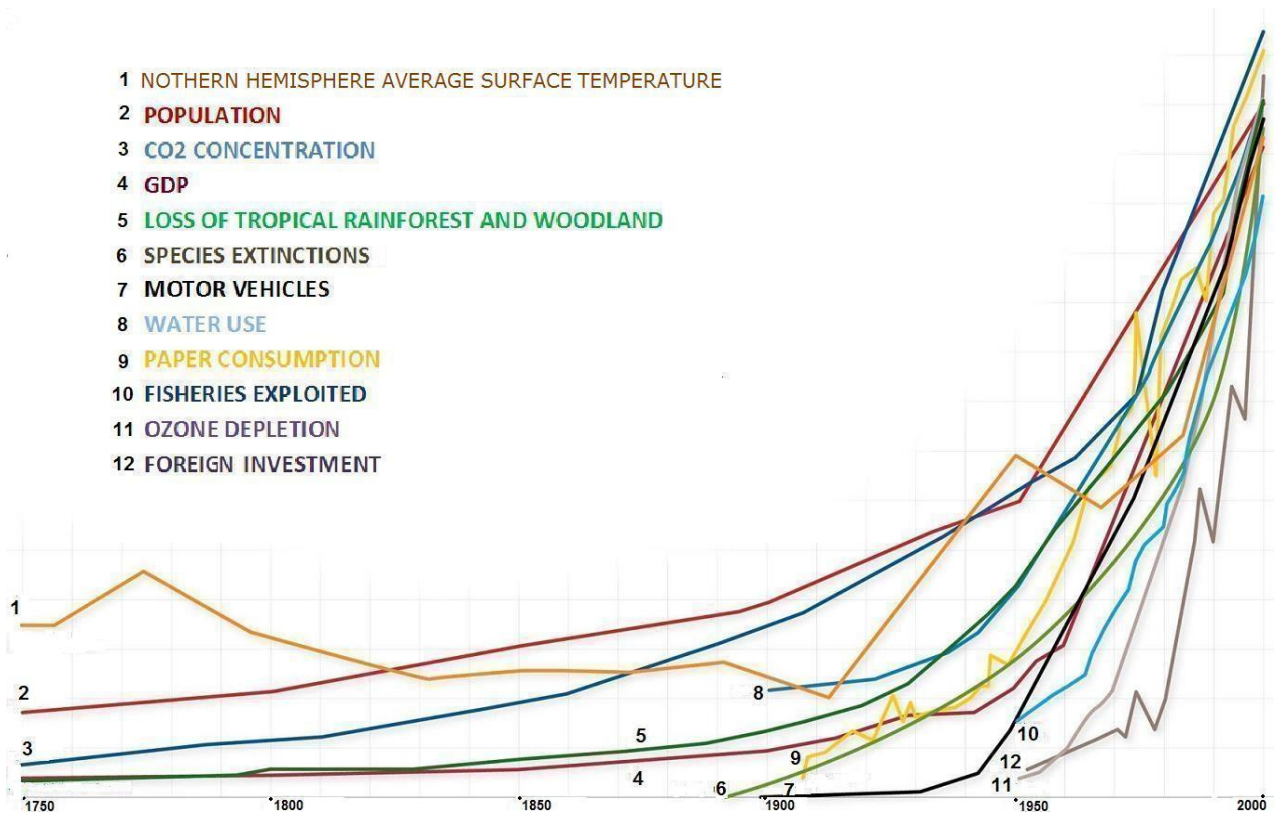


Gráfico 1. Macrotendências – de 1750 até atualidade. Fonte: New Scientist, (2008a).

Esse gráfico indica que as curvas dos índices - a temperatura no hemisfério Norte, população mundial, concentração de CO₂, PIB, perda de florestas tropicais, extinção das espécies, automóveis, uso da água, consumo de papel, exploração da pesca, perda da camada de Ozônio e investimento estrangeiro inicialmente - não refletem uma relação direta entre eles, mas passaram a apresentar um paralelismo de suas curvas a partir de 1950, indicando mútua influência entre esses fatores.

As alterações nas condições do planeta provocadas pela produção capitalista, apresentadas no Gráfico 1 – Macrotendências – de 1750 até atualidade, interferiram na dinâmica do planeta e com elas, vieram os riscos de colapso da possibilidade do planeta em suprir as condições necessárias à reprodução da vida dos seres nela, inclusive os seres humanos.

Considerando os severos riscos envolvidos nessas alterações, pesquisadores do Stockholm Resilience Centre, Stockholm University, elaboraram os indicadores *Fronteiras do Planeta*, que ajudam a compreender a dimensão e os riscos envolvidos nessas alterações, isto é, transgressão da estabilidade e resiliência do sistema terrestre, condição fundamental para o bem-estar humano (Rockström, 2023, p. 1), pois para esses pesquisadores, as rápidas mudanças no sistema planetário estão provocando uma séria crise na estrutura de suporte à vida, com risco de atingir pontos de inflexão que desestabilizariam irreversivelmente o sistema terrestre (Rockström, 2023, p. 1). O objetivo dessa métrica é responder: Quais são as pré-condições planetárias não negociáveis que a humanidade precisa respeitar, a fim de evitar o risco de mudanças ambientais prejudiciais ou mesmo catastróficas para humanidade? (Rockström, 2009). Para responder essa questão, foi elaborado um modelo de métricas para identificar os limites perigosos

cujas ultrapassagens provocaria “mudanças ambientais globais inaceitáveis”, isto é, cenário com riscos de eliminação das condições do planeta de suprir a civilização (Rockström, 2009). Esse modelo foi desenvolvido a partir de estudos existentes e pareceres de especialistas compartilhados, como a ODS, Agenda 2030 (Rockström, 2023, p. 2).

A estrutura das fronteiras planetárias surge da evidência científica de que a Terra é um sistema único, complexo e integrado – isto é, os limites operam como um conjunto interdependente. Embora uma análise sistemática e quantitativa das interações entre todos os processos para os quais os limites são propostos permaneça além do escopo da modelagem atual e da capacidade observacional, o sistema da Terra claramente opera em estados bem definidos nos quais esses processos e suas interações podem criar estabilização ou feedbacks desestabilizadores (Steffen, 2015, p. 745).

A civilização, em 2009, já tinha ultrapassado três fronteiras (Rockström, 2009):

- Mudanças Climáticas: a proposta é ter 350 ppm (partes de CO₂ por milhão), mas em 2009, o planeta já apresentava 387 ppm. Nessa métrica, há também a retenção da radiação solar, isto é, a diferença da radiação recebida do Sol pelo planeta e aquela irradiada de volta ao espaço, o proposto é 1 e a situação em 2009 era 1,5;

- Perda de biodiversidade: a proposta é 10 espécies extintas por milhão de espécies por ano, em 2009 o planeta apresentava um número superior a 100. A perda da biodiversidade é relevante, pois ela compromete a capacidade biótica de sustentar seu funcionamento sob novas condições ambientais (Folke, 2013, p. 24);

- Ciclo do nitrogênio: a quantidade de N₂ removida da atmosfera pela humanidade deveria ser de 35 milhões de toneladas por ano, mas em 2009, o indicador apresentava a perda de 121 milhões.

As demais fronteiras estavam dentro do marco proposto. A figura 3 ilustra a tabela, as sinalizações “vermelha” e “amarela” auxiliam a análise da situação e riscos dos índices. As fronteiras marcadas em vermelho indicam que os limites foram ultrapassados e as em amarelo indicam perigosa aproximação do limite.

Em 2015, foi publicada a atualização da estrutura das Fronteiras Planetárias de 2015. Essa nova versão teve como objetivo superar as lacunas provocadas pela implementação de políticas ambientais globais relacionadas às Fronteiras Planetárias, onde as tendências problemáticas não estão sendo interrompidas ou revertidas, apesar do consenso internacional sobre a urgência dos problemas exigindo mudanças a metodologia e incorporação dos avanços científicos após a publicação de 2009 (Steffen, 2015, p. 746).

A atualização de 2015 demonstra que três fronteiras críticas - mudanças climáticas, destruição do ozônio estratosférico e acidificação dos oceanos - permanecem essencialmente inalteradas em relação à análise publicada em 2009 (Steffen, 2015, p. 736). Porém o cenário piorou.

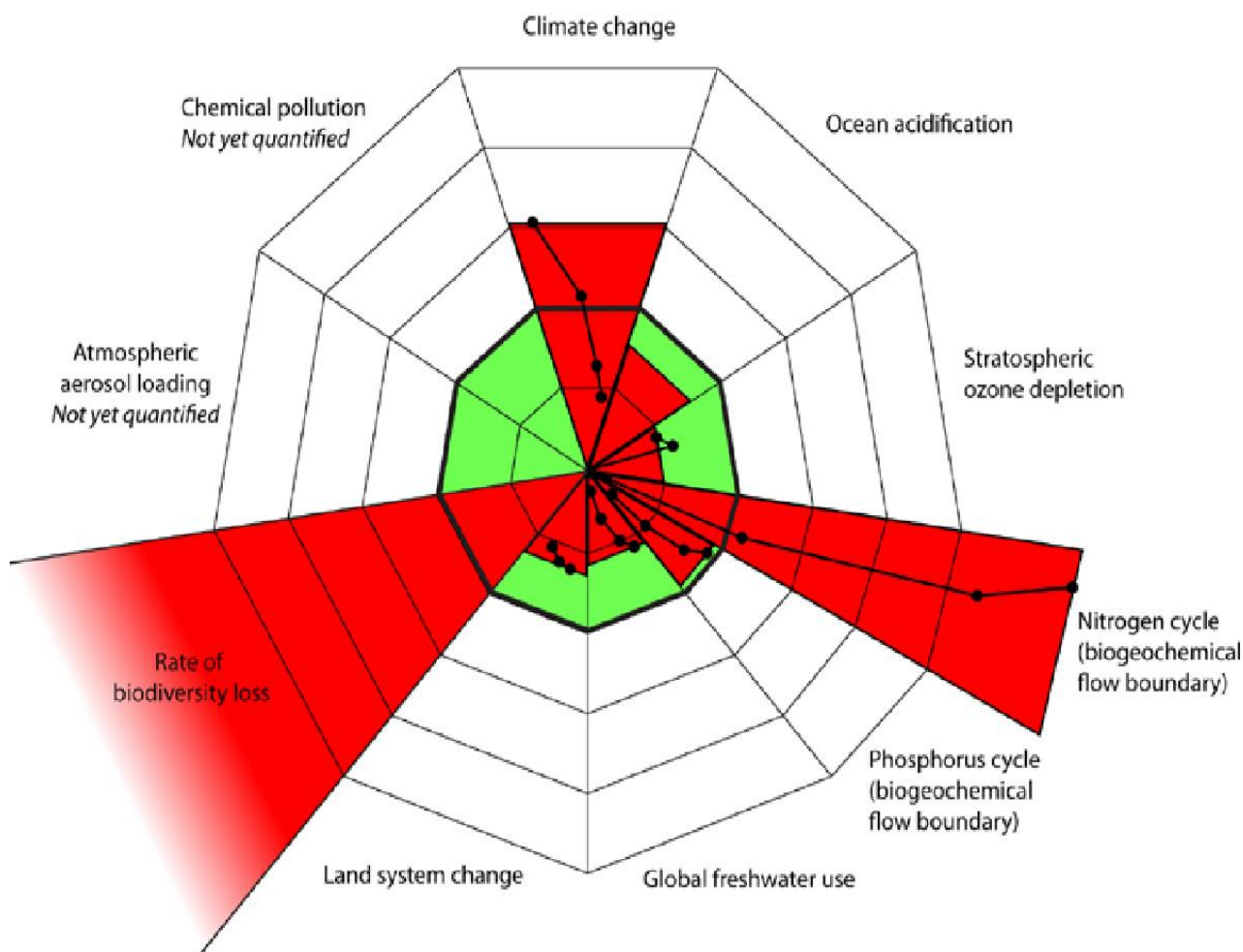


Figura 1. Fronteira Planetárias em 2009. Fonte: Rockström, 2009⁵³.

Essa atualização apresenta que a situação das variáveis de controle das Fronteira Planetárias, os níveis de perturbação antropogênica de quatro Fronteiras (mudanças climáticas, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos e mudanças no sistema terrestre) excedem o limite proposto (Steffen, 2015, p. 736). O risco dessa fratura na fronteira é que ela afeta a capacidade do sistema planetário de persistir em um estado característico ao Holoceno, isto é, o planeta em condições mutáveis, mas nos limites inerentes a homeostase (Steffen, 2015, p. 737), em uma dinâmica que mantém a resiliência ambiental e permite a adaptação dos seres às mudanças planetárias.

Essa Era, marcada por uma estabilidade dinâmica climática, forneceu as condições naturais favoráveis ao ser humano, principalmente disponibilidade de solos férteis, alimentação de origem marinha rica em proteínas e as geleiras e aquíferos, que funcionam como gigantescos reservatórios de água (Folke, 2013, p. 21). Essa estabilidade planetária permitiu que a humanidade iniciasse a agricultura, entre outras

⁵³ A zona verde é o espaço operacional seguro, o amarelo representa a zona de incerteza (risco crescente), o vermelho é uma zona de alto risco, e a zona cinza representa as fronteiras que ainda não foram quantificadas.

atividades necessárias ao seu desenvolvimento. Antes dessa estabilidade, a humanidade vivia em pequenos grupos como caçadores-coletores (Steffen, 2007, p. 614). O ingresso da nova Era, o Antropoceno, provocará a perda da capacidade do planeta suprir de condições à vida, inclusive a humana.

A fronteira que desperta urgente preocupação é a “Mudanças Climáticas”. O risco envolvido nas mudanças climáticas é a perda da estabilidade vigente no Holoceno. As transformações socioambientais pelo incremento descontrolado das mudanças climáticas podem levar à barbárie, temida por diversos setores do movimento socioambiental, pois as disputas por nascente de rios e terras férteis já provocam conflitos e guerras.

Nesse cenário, o risco de aumentos rápidos e incrementais de temperatura é iminente. O ciclo de mudanças climáticas descontroladas (*runaway climate change*) é uma das ameaças mais inquietantes (Löwy, 2009, p. 7). Esse risco está cada vez mais concreto, pois os tímidos e insuficientes compromissos governamentais firmados nas COPs e o acordo de Paris não avançam.

A associação dessa crise ecológica com a agressiva concentração de riqueza confirma a afirmação de Dowbor (2020, p. 162) de que “estamos destruindo o planeta, a própria base da nossa sobrevivência, e que estamos fazendo para o proveito do já clássico 1% de mais ricos, que apresentam a particularidade de serem improdutivos, quando não danosos”, pois a crise socioecológica não está restrita ao esgotamento dos recursos naturais, a civilização também tem sérios problemas na divisão justa da riqueza produzida.

A fúria dessa política de destruição social está quantificada no relatório da OXFAM de 2015, a partir de dados da *Credit Suisse*, indica que 1% da população mais rica detinha 48% de toda a riqueza produzida, enquanto os demais 52% da riqueza estavam dispersos nos demais 99% da população, e 85 bilionários tinham a mesma riqueza que a metade inferior da população do mundo (OXFAM, 2015). A perspectiva era de agravamento da diferença, pois a curva de acumulação projetava que em 2016, 1% da população teria a mesma quantidade dos demais 99% (50% para cada) e a partir deste momento, a parcela mais rica acumulará cada vez mais riqueza (OXFAM, 2015).

A sociedade global não puxa o freio desse trem desgovernado porque está preso na gaiola de ferro do Deus Lucro. A chave para abrir essa prisão é a construção coletiva de outra lógica civilizatória, retirando esse deus e seus símbolos dos nossos altares sagrados e assumindo como desejável, a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária. Nesse caso, a proposta apresentada, por este texto, para abrir essa gaiola de é o ecossocialismo.

ECOSSOCIALISMO, UMA PROPOSTA CONCRETA

O ecossocialismo é um segmento do movimento socioecológico cuja proposta associa as lutas ambientalistas aos demais movimentos representativos da classe social oprimida. O ecossocialismo une as práxis ecológica e socialista, pois considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser

alternativa aos desafios socioambientais do século XXI e ao mesmo tempo, ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

A definição presente na obra de Löwy (2005, p. 47) para o ecossocialismo é: “uma corrente de pensamento e ação ecológica que incorpora fundamentos do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que o liberta das escórias produtivistas”. Para esse segmento, a lógica da dominação do mercado e a sua busca de lucro como fim em si mesmo, inerente ao capitalismo e ao autoritarismo burocrático do finado socialismo “real”, são incompatíveis com a necessidade de preservação da capacidade da Natureza suprir a vida, inclusive a da humanidade.

O movimento ecossocialista propõe um planejamento ecológico democrático, como resultado de uma síntese dialética das teses do movimento ambientalista radical com a crítica marxista sobre a economia política. E esta síntese dialética é ao mesmo tempo uma crítica à ecologia de mercado e ao socialismo produtivista, que continuam a ser indiferentes aos limites da Natureza (Münster, 2013, p. 128).

A práxis ecossocialista está em construção e tem diversos “operários”. Para Münster (2013, p. 139), o ecossocialismo surgiu nos anos 1970 com a integração da ecologia política por algumas correntes socialistas, associando uma postura ecológica radical à proposta de um socialismo autogestor; e, também, com uma corrente marxista internacional comprometida em, além de eliminar a visão produtivista nas suas propostas, assumir valores da ecologia política. Essa corrente tem os seguintes representantes mais significativos: René Dumont⁵⁴ e André Gorz (França), David Pepper (Inglaterra), Joel Kovel (Estados Unidos) e Michael Löwy (França e Brasil).

Löwy amplia a quantidade de “construtores da práxis ecossocialistas”. Para ele, o ecossocialismo teve as primeiras contribuições através do socialismo ecológico de alguns pioneiros russos, ainda no período entre o final do século XIX e início do século XX, entre esses pensadores estão Sérgio Podolinsky e Vladimir Vernadsky (Löwy, 2000b, p. 234). As contribuições de elaborações teóricas e práticas ao ecossocialismo têm evoluído a partir da década de 1970 com colaborações surgidas em diversos países: Elmas Altvater e Frieder Otto Wolf (Alemanha); Barry Commoner, James O'Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster (EUA); Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechmann, Joan Martínez Alier e Manuel Sacristán (Espanha); André Gorz, Jean-Marie Harribey e Jean-Paul Deléage (França); Raymond Williams (Reino Unido) (Löwy, 2005, p. 48; Löwy, 2020). Esse segmento tem se enriquecido com a ingresso de novas contribuições, com destaque de Ian Angus e Naomi Klein entre outros.

A dialógica ecossocialista é divulgada por publicações e sites. No Brasil, há contribuições como a Tese Onze de Sabrina Fernandes⁵⁵; *O que você faria se soubesse o que eu sei* de Alexandre Araújo Costa⁵⁶; e *Humanidade e Natureza, uma relação em movimento* de Arlindo Rodrigues⁵⁷. Os endereços eletrônicos das

⁵⁴ Ele foi primeiro candidato de plataforma socioecológica à presidência da França em 1974, nessa campanha eleitoral, ele obteve 1,32% dos votos (CHESNAIS, 2012, p. 157).

⁵⁵ O Canal Tese Onze está disponível em: <https://teseonze.com.br/>.

⁵⁶ <http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com/>

⁵⁷ <https://arlindorodriguesblog.wordpress.com/>.

revistas e dos blogs estão crescendo com o surgimento de novas contribuições, em 2023, foi criado o site da Rede Brasil⁵⁸.

O ecossocialismo é também chamado de ecomarxismo, porque a presença do pensamento marxista na forma do ecossocialismo propor as transformações para uma outra sociedade é essencial e polêmica. A relação do pensamento marxista com o debate ecológico é controversa, pois há passagens da produção marxiana em que ocorre forte presença de questões ecológicas e em outras, o tema é ignorado. Para Löwy (2005, p. 19), os temas ecológicos não estão no lugar central nas obras marxianas, mas há referências do poder destrutivo do produtivismo capitalista e a necessidade de outra forma de relação entre a Natureza e o homem. A não centralidade do debate ecológico na produção marxiana possibilitou questionamentos sobre o produtivismo e posição “prometeico” na sua obra.

Alguns setores do movimento ecológico acusam o pensamento marxista de ser produtivista. Por um lado, essa acusação é apropriada, pois a questão do progresso da sociedade foi associada ao evolucionismo, e há falta de uma crítica mais radical à civilização industrial, essa interpretação da contribuição da evolução humana do capitalismo pode ser encontrada no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 (Löwy, 2005, p. 24; 2020). Por outro lado, a acusação é injusta, pois apesar da questão ambiental não ser o tema central de sua obra, Marx denunciou o produtivismo da acumulação capitalista como objetivo por si mesmo como fonte de deterioração da saúde do trabalhador e da destruição da Natureza (Löwy, 2005, p. 23-24; 2020), pois para Marx (2017a, p. 574), a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

O Reino da Liberdade é a alternativa marxiana à fúria destrutiva do produtivismo. Nessa proposta utópica, Marx aponta para uma nova forma de relacionamento da humanidade com a felicidade, que valoriza a relação entre os seres humanos com os demais seres e entre si, indica a ruptura com a lógica produtivista do capitalismo e socialismo “real” e resgata a valorização do ser humano com sua plena realização de suas potencialidades. O tempo social é proporcionado pela libertação da “obrigatoriedade” de as pessoas acumularem bens, e essa liberdade gera condições delas se realizarem através do convívio cidadão e lúdico, essencial para uma sociedade ecossocialista:

o ecossocialismo é fundado numa aposta, que já era a de Marx: predominância, numa sociedade sem classes, do “ser” sobre o “ter”, isto é, da realização pessoal, pelas atividades culturais, lúdicas, eróticas, esportivas, artísticas, políticas, em vez do desejo de acumulação ao infinito de bens e produtos. Esse desejo é induzido pela ideologia burguesa e pela publicidade, e nada indica que é uma “natureza humana eterna” (Löwy, 2005, p. 58).

Associada a crítica de produtivismo, há também, a acusação de que Marx e Engels defendiam a posição humana como o conquistador “Prometeu”. Essa posição opõe a humanidade à Natureza, dando ao homem o poder de mestre e dono do mundo natural, assim, submetendo-a ao domínio tirânico do

⁵⁸ <https://www.ecossocialismo.net>.

mesmo, mas essa percepção é contraditória com a definição de domínio presente nos escritos de Marx e Engels, quando eles definem que no socialismo os seres humanos terão consciência da Natureza pelo domínio do conhecimento das suas leis (Löwy, 2005, p. 20).

A associação dos pensamentos marxista e ecológico provoca um ganho consistente para as duas correntes de pensamento em igual importância. Para Löwy (2005, p. 37), é impossível ter uma análise ecológica sem considerar a crítica marxista da acumulação destrutiva do capital, sem essa gama de conceito, o parecer ecológico não consegue superar a limitação de propor ajustes dos excessos do capitalismo produtivista e perde a capacidade de apresentar soluções consistentes para a crise socioambiental.

Para compreender esta realidade, suas contradições e as possibilidades de sua transformação radical, a obra de Marx permanece um ponto de partida indispensável, uma ferramenta insubstituível, uma bússola sem a qual temos boas chances de perder o caminho (Löwy, 2000c, p. 61).

Em contrapartida, o debate ambiental é uma oportunidade de enriquecimento do pensamento marxista. O movimento ecológico, além dos demais movimentos sociais (pacifismo, feminista, diversidade sexual etc.) contribui com a renovação necessária do pensamento marxista, dando-lhe um caráter universal de busca da eliminação de todas as formas de opressão (Löwy, 2000a, p. 126). Para Löwy (2005, p. 38), a questão ecológica é “o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI”, pois ela provoca uma revisão profunda da concepção das forças produtivas no pensamento marxista atual, assim como rompimento com os atuais paradigmas do progresso e tecnologia da civilização industrial moderna.

Ao mesmo tempo, o ecossocialismo procura apresentar alternativa à esquerda tradicional, cujo projeto político mantém o atual modelo produtivista, deixando investimentos ambientais negligenciados ou marginalizados (Löwy, 2009, p. 36). A esquerda tradicional busca a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva dos meios de produção, mas os ecossocialistas acreditam que esse encaminhamento é bom, mas não é o suficiente, pois não é possível o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, deve-se questionar sobre a manutenção do próprio aparelho produtivo (Löwy, 2012a, p.13). Nesse aspecto o diálogo dos setores partidários ecossocialistas com os demais setores da esquerda é fundamental para renovar seu pensamento e propostas. Esse diálogo deve buscar superar a crise socioecológica a partir da ruptura sistêmica, pela construção de uma outra lógica de sociedade, uma outra ética.

A ética ecossocialista orienta a nova forma de propor e construir uma outra civilização com valores sociais e ecológicos irreduzíveis aos valores do capital. Para isso, une valores fraternidade, igualdade e justiça social do socialismo e valores ecológicos como proteção ambiental, proibição do desperdício de energia, respeito pela Natureza e pela vida em todas as suas formas, proteção da biosfera, movimento cooperativo e uma transformação radical da relação entre humanidade e Natureza (Münster, 2013, p. 123).

Há, nessa ética, a consciência de que apenas o desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica ecológica, substituindo a lógica capitalista e produtivista, pode prevenir novas catástrofes ambientais e proteger a humanidade (Münster, 2013, p. 126).

Para Münster (2013, p. 123-124), a ética ecossocialista está baseada na consciência utópica da necessidade de transformação radical das nossas relações com a Natureza e do modo de vida atual e assume que a sobrevivência da humanidade está ameaçada pela atual forma de civilização com a poluição das nossas cidades, destruição progressiva dos ecossistemas e biosfera. Essa consciência crítica provoca o enfrentamento ao poder das forças capitalistas poluidoras e o sentimento de solidariedade a todas as vítimas das ações antiambientais das corporações em todo planeta, principalmente na África, Ásia e América Latina.

Nesse sentido, a troca ética proposta pelo ecossocialismo envolve a superação de uma sociedade da busca do lucro, da priorização do valor de troca e da hegemonia do “ter” regida pela lógica do capital, da rentabilidade e pela acumulação de riqueza, isto é, uma orientação de conduta definida por Weber como anético (anesh). Para pensador alemão, o capitalismo “não tem necessidade de nenhuma ética, pois enquanto sistema rigorosa e implacavelmente impessoal, ele é radicalmente impermeável a uma regulação moral” (Weber, 1922, p. 800 apud Löwy, 2014, p. 49). A proposta da ética ecossocialista é substituir essa lógica pela construção de uma humanidade orientada solidariedade, da priorização do valor de uso e da hegemonia do “sermos”. Assim, a ética ecossocialista orienta uma nova forma de construir outra civilização, que tenha valores sociais e ecológicos orientados pela satisfação das necessidades sociais, do bem comum e pela justiça social (Löwy, 2020, p. 99).

Para isso, a associação do socialismo e ecologia provoca uma transformação radical da relação entre Humanidade e Natureza, pois essa ética une a fraternidade, a igualdade e a justiça social do socialismo ao respeito pela Natureza e pela vida da ecologia. Para Münster (2013, p. 126), há, na ética ecossocialista, a consciência de que apenas o desenvolvimento de uma nova racionalidade econômica ecológica, substituindo a lógica produtivista do capitalismo, pode proteger a vida no planeta, inclusive a humana. Conforme Löwy (2005; 2020), a ética ecossocialista se compõe das seis dimensões: Ecológica, Social, Igualitária, Solidária, Democrática e Radical.

A ética Ecológica ecossocialista propõe uma ruptura na atual relação entre Humanidade e Natureza, a partir da troca da exploração do planeta pelo respeito e cuidado com a nossa Mãe Terra. Para contrapor a visão capitalista de “mercantilização da vida”, nessa concepção, a Natureza é a Grande Mãe provedora da vida, e nesse papel participa da grande comunidade planetária, em que a interação entre humanidade e Natureza é orientada pelo cuidado coletivo, pela consciência que nós pertencemos à Natureza e que o nosso futuro depende dela. Assim, nesta proposição, essa relação não se resume em modelos quantitativos, valores intrínsecos, e sim por meio da valorização ética, imensurável, da preservação da vida plena para todos os seres. Nesse sentido, ainda, os povos originários assumem um importante papel pedagógico na retomada da conexão com a Natureza (Löwy, 2020), pois essas

comunidades dominam o diálogo com as florestas, animais e montanhas (Krenak, 2019), e essa sabedoria deve ser irradiada a toda humanidade. A ética Ecológica alerta sobre a urgência dessas mudanças, pois a previsão de consequências futuras da degradação ambiental não é mais factível, visto que a sociedade já vive as dramáticas consequências da destruição e do envenenamento capitalista da biosfera e, em curto prazo, enfrentará flagelos socioecológicas (Löwy, 2020).

A ética Social ecossocialista assume como premissa que a construção de uma nova sociedade é uma responsabilidade coletiva. Desse modo, as ações individuais como respeito ao meio ambiental, autolimitação ou recusa aos desperdícios são importantes, mas, insuficientes. As transformações ocorrem com a participação coletiva organizada, isto é, a sociedade organizada nos movimentos ambientais e sociais, partidos políticos etc. (Löwy, 2005, p. 72-73; Löwy, 2011, p. 122; Löwy, 2020b, p. 101). Nesse sentido, essa ética tem um profundo diálogo com a proposta do arco-íris ecossocialista de Jorge Riechmann (2012), que envolve as especificidades e as congruências dos movimentos negros, sindicais, feministas, pela paz, ecológica, LGBTQIA+ e dos povos originários. Além da interconexão dos movimentos sociais, há a importância do diálogo entre os movimentos ecossocialistas, pois a troca de experiências e junção de esforços em rede é uma ferramenta fundamental para a construção da sociedade desejada por esse segmento. Assim, a experiência da GEN, Global Ecosocialist Network, vem se consolidando como um importante espaço de construção coletiva de troca de experiências e proposição de ações e debates ecossocialistas.

A ética Igualitária ecossocialista denuncia que a produção e consumo dos países desenvolvidos são perdulários, ostentatórios e ambientalmente destrutivos e, se forem democratizados, isto é, acessíveis a todos no planeta, mantendo esse modelo de consumo, provocarão colapso, inviabilizando a presença humana no planeta. Essa ética propõe a redistribuição planetária da riqueza de forma igualitária com responsabilidade ambiental, assumindo um novo paradigma produtivo (Löwy, 2005, p. 74; Löwy, 2011, p. 123; Löwy, 2020, p. 102).

A ética Solidária ecossocialista implica assumir que a satisfação das necessidades sociais deve ser regida pela apropriação coletiva dos meios de produção, e a distribuição de seus produtos deve seguir o critério da equidade, isto é, a partilha será “a cada qual segundo as suas necessidades” (Löwy, 2005, p. 74-75; Löwy, 2011, p. 123-124; Löwy, 2020, p. 102). Dessa maneira, a estrutura de acumulação privada do capital é substituída por novos arranjos produtivos, pela geração de renda de forma coletiva e pela autogestão, sem exploração do trabalho humano e sem esgotamento da Natureza.

A ética Democrática ecossocialista pressupõe que as decisões socioeconômicas e as escolhas produtivas devem ser realizadas pela sociedade, tirando esse domínio dos banqueiros e tecnocratas, donos do poder capitalista e do *Politburo* do socialismo “real”. Assim, as definições sobre a produção e distribuição serão frutos de debate democrático e plural, e sempre orientadas por outra forma de responsabilidade, sem a exploração dos trabalhadores e com o cuidado da preservação do meio ambiente (Löwy, 2005, p. 75; Löwy, 2011, p. 124; Löwy, 2020, p. 102). Nesse sentido, o Estado é substituído por

outras formas de organização social, organizações comunitárias em rede tendo como espaço de diálogo as Instâncias Multicomunitárias.

A ética Radical ecossocialista aponta para a raiz da crise socioambiental e alerta que as propostas de reformas e mercados monetários do direito para poluir são incapazes de oferecer uma solução concreta. Segundo essa ética, é “necessária uma mudança radical de paradigma, um novo modelo de civilização, em resumo, uma transformação revolucionária” (Löwy, 2005, p. 76; Löwy, 2011, p. 124; Löwy, 2020, p. 102), isto é, uma sociedade pós-capitalista. Essa ética aproxima, ainda, o movimento ecossocialista aos movimentos socioecológicos altermundistas e aos demais segmentos definidos por Alier (2009) como ecologistas dos pobres, e, ao mesmo tempo, o coloca em posição antagônica aos adeptos do “Evangelho da ecoeficiência” (Alier, 2009, p. 21), isto é, os ecocapitalistas.

Além das éticas citadas, o Ecosocialismo dialoga com a ética da responsabilidade e do cuidado como base de outra lógica de civilização. O princípio da responsabilidade assumido por essa ética está presente na reflexão de Hans Jonas (2006) em sua obra *O Princípio da Responsabilidade*. Sua contribuição foi apresentar as ameaças de destruição ambiental pela tecnologia moderna às futuras gerações (Löwy, 2011, p. 125; Löwy, 2020, p. 103), porém o alerta de Hans Jonas sobre riscos projetados para as futuras gerações deve ser revisto porque foi antecipado pelas mudanças climáticas; as consequências e riscos da crise ambiental já se iniciaram no início do século XXI (Löwy, 2005, p. 73-74; Löwy, 2011, p. 125; Löwy, 2020, p. 101). Outro ponto de divergência entre o princípio da responsabilidade e a ética ecossocialista é que esta não é fruto do medo, mas sim de uma consciência lúcida e crítica que se une ao “otimismo militante” e à esperança messiânica, isto é, a fé utópica na construção de uma nova sociedade de Ernst Bloch (Münster, 2013, p. 127).

A ética ecossocialista orienta caminhos reais para a superação do atual modelo capitalista, seja norteando a construção utópica de outra lógica de civilização, regida eticamente pela justiça social, compaixão com os demais seres do planeta, e respeito aos limites e condições da Natureza, seja indicando respostas imediatas para questões concretas, como mobilidade, educação, saúde entre outras demandas sociais urgentes.

Assim, a corrente ecossocialista não fica restrita apenas a debates de projetos futuros e planos utópicos, seu planejamento e estratégia envolvem ações imediatas identificadas como emergências para a justiça socioambiental, seja propondo soluções para problemas concretos, seja refutando falsas soluções. Nesse sentido, uma das ações ecossocialistas é se opor radicalmente a grandes projetos inúteis e ao desmatamento florestal (Münster, 2013, p. 156-157).

PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE ECOSOCIALISTA

A sociedade ecossocialista não ocorrerá naturalmente, deverá ser construída. A proposta de Münster de ações emergenciais para essa construção foi influenciada pela perspectiva do pensamento de

Gorz (assim como já tinha sido definido por René Dumont). As ações propostas por Münster unem as visões ambientalista e socialista de autogestão, são elas (Münster, 2013, p. 130 - 131):

- Substituição da racionalidade econômica dominante por uma racionalidade econômica e social, em ruptura da lógica capitalista produtivista, de exploração ilimitada dos recursos naturais, destruidora dos ecossistemas e de maximização do lucro;
- Decrescimento da produção, graças à autolimitação das necessidades de consumo, assumindo que a sociedade pode produzir melhor com menos. Uma declaração de guerra ao capitalismo e seu produtivismo;
- Instauração de linhas de produção comunitária de autogestão dos trabalhadores associados;
- Direito a um rendimento, dissociado do trabalho, ou seja, uma renda de subsistência, independentemente de inclusão em estruturas de trabalho organizado.

Assim, para o segmento ecossocialista, a sociedade pós-capitalista será um processo longo, com ações urgentes para superação das crises socioecológicas que se agravam e põem a humanidade em risco.

Essas são as bases para a construção de uma sociedade ecossocialista, que terá um processo longo, e as necessidades de mudanças são urgentes. Nesse processo, há ações de transição. Para Löwy (2009, p. 36), para construir uma sociedade ecossocialista, é necessário superar três condições para efetivar as transformações socioambientais:

- “propriedade coletiva dos meios de produção”, o termo “coletivo” é definido como propriedade pública, comunitária ou cooperativa;
- “planejamento democrático que possa permitir à sociedade a possibilidade de definir seus objetivos no que concerne ao investimento e à produção” e
- “nova estrutura tecnológica das forças produtivas”.

O planejamento ecossocialista envolve transformação crítica do conjunto de avanços capitalistas produzido pela ciência e tecnologia. As inovações que envolvem produtivismo, riscos à Natureza e à humanidade devem ser descontinuadas, por exemplo, a geração de energia nuclear, técnicas de pesca intensiva, produção com desmatamento de florestas entre outros, assim como, deve haver investimento nas inovações que melhoram as condições de produção humana com baixo impacto ambiental. A geração de energia é um desafio crítico, pois as soluções hegemônicas, fósseis, impactam nas mudanças climáticas, além de envenenar solo, rios e lençóis freáticos, nesse caso, as soluções energéticas que devem ser geradas por fontes renováveis: Sol, ar e água (Löwy, 2009, p. 38). A solução energética nuclear não é indicada pela severidade dos riscos envolvidos e a falta de solução consistente para seus resíduos tóxicos (Löwy, 2009b, p. 38).

Outro critério do planejamento ecossocialista é o pleno emprego equitativo (*plein-emploi équitable*) (Löwy, 2009, p. 38). Por ter forte relacionamento com o modelo capitalista de divisão de tarefas, a palavra emprego pode ser substituída por participação socioambiental, ficando o termo como “plena participação socioambiental equitativa”, esse item, aproxima a perspectiva ecossocialista com as expectativas das

organizações da classe trabalhadora, mas em uma nova estrutura socioambiental, pois associa o controle público dos meios de produção e um planejamento democrático (Löwy, 2009, p. 38). A proposta da apropriação dos meios de produção, não somente retira o poder de decisão da classe dominante financeira e industrial, mas altera a lógica organizacional, pois envolve a associação dos trabalhadores organizados com os demais setores da sociedade, sejam seus consumidores ou vizinhos. Assim, haverá uma profunda transformação na decisão produtiva, pois os “critérios sociais, políticos e ecológicos” substituirão a “lei da oferta e da procura” (Löwy, 2009, p. 39).

O planejamento democrático ecossocialista está associado ao tempo investido pela população. Como defendido por Marx, o Reino da Liberdade prevê tempo social livre para a população estar disponível para a cidadania, isto é, debates democráticos e gestão socioecológica da sociedade e das organizações (Löwy, 2009, p. 39). Assim, a pauta sindical da redução da jornada de trabalho é importante na fase de transição.

Entretanto, a construção do Reino da Liberdade é pavimentada por intentos imediatos. As pautas que atendem as necessidades concretas e contribuem para a mobilização da sociedade para o ecossocialismo prevê: a substituição progressiva da energia fóssil por fontes de energia “limpa”, principalmente a solar;

- a promoção de transportes públicos – trens, metrô, ônibus, bondes – baratos ou gratuitos como alternativa ao abafamento e à poluição das cidades e do campo provocados pelo veículo individual e pelo sistema de transportes rodoviários;

- a luta contra o sistema da dívida e os “ajustes” ultraliberais impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países do Sul e com consequências dramáticas: desemprego maciço, destruição de proteções sociais e de culturas alimentícias, destruição de recursos naturais para exportação;

- defesa da saúde pública contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou dos alimentos causada pela avaria das grandes empresas capitalistas;

- desenvolvimento subvencionado da agricultura orgânica em lugar da agroindústria;

- redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegia o tempo livre em relação à acumulação de bens

Essa construção envolve a dialógica entre o movimento ecossocialista e os diversos movimentos sociais. Desde os protestos dos indignados com a inércia dos representantes oficiais da COP de Copenhague em 2009, quando ocorreu a manifestação com mais de 100 mil pessoas em protestos nas ruas, com a palavra de ordem “change the system, not the climate”, ou seja, “mudemos o sistema, não o clima”, associando as mudanças climáticas ao modo capitalista de produção, a reivindicação era o fim do capitalismo como forma de superação da crise ambiental climática (Löwy, 2012a, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A civilização está perante uma bifurcação, ou continua avançando para o abismo do consumo e da degradação das condições do planeta até a sua extinção ou puxa o freio de emergência e altera o rumo de seu desenvolvimento. O primeiro caminho leva a humanidade aos conflitos socioambientais dentro dos territórios e entre territórios, por Água e Terra fértil cada vez mais escassas, uma rota que nos leva à barbárie e à extinção. O segundo, assume a perspectiva de uma luta socioambiental radical, isto é, implica o enfrentamento dessa crise, cuja raiz é a fúria do capital que, na sua busca de lucros crescentes, vem esgotando as condições do Planeta suprir vida e pilhando os direitos das famílias, principalmente as mais humildes. Assim, a resposta urgente à grave crise que assola o planeta é estruturar outra forma de organizar a sociedade, evidenciando e ampliando as soluções já presentes nas pequenas organizações sociais contra-hegemônicas, por exemplo, MST, organizações autogestionárias, entre outras.

Nesse processo, a construção de outra sociedade exige um amplo diálogo entre os diversos setores da sociedade civil sendo que, para o segmento ecossocialista, essa tarefa é uma construção coletiva, pois ações individuais são importantes, porém insuficientes. Como afirma Löwy (2011, p. 35-36), as reformas parciais são totalmente insatisfatórias: uma outra sociedade só é possível pela substituição da micro-racionalidade do lucro pela macro-racionalidade social e ecológica. Nesse sentido, a proposta ecossocialista agrega os saberes e práticas militantes coletivas, ao mesmo tempo que apresenta soluções concretas para pautas urgentes como a mobilidade urbana de qualidade e gratuita, acesso à Água na quantidade e na qualidade necessária a reprodução humana, garantia de acesso à alimentação com qualidade, isto é, sem agrotóxico, redução da jornada de trabalho sem redução do salário e outras lutas definidas pelos movimentos sociais, além de projetar a construção de uma outra civilização, socialmente justa, ambientalmente integrada e solidária.

Entretanto a sociedade justa proposta pelo ecossocialismo se difere da sociedade proposta pelo socialismo “real”, pois propõe a união das práxis ecológica e socialista. Além disso o movimento ecossocialista considera que o socialismo sem a visão ecológica não consegue ser alternativa aos desafios socioambientais do século XXI, e a ecologia que não seja socialista não tem a radicalidade necessária para enfrentar esses desafios.

Para avançar nessa proposta de uma sociedade justa e ambientalmente responsável, a corrente ecossocialista enfrenta seus desafios internos. Uma oportunidade de melhoria na formação dos ecossocialistas, por exemplo, seria incorporar conhecimentos das ciências da Natureza em sua formação. Essa proposição já estava na obra de Engels e Marx: o domínio da Natureza pelo homem é o domínio do conhecimento para poder manter o metabolismo entre a humanidade e o planeta perene, não só para a atual geração, mas também para as futuras.

Outra dificuldade é a resistência de setores da sociedade em debater a questão ambiental, pois a ilusão da empregabilidade e ganhos monetários do incremento dos PIBs a entorpece, enquanto o discurso ecossocialista, contestando a fantasia hegemônica, enfrenta resistências, inclusive na esquerda tradicional.

Assim, considerando a urgência das mudanças estruturais, o movimento ecossocialista apoia e participa de ações imediatas para solução de crises emergenciais, mas sem perder o horizonte que a solução concreta está na ruptura sistêmica, pois devemos mudar o sistema e não o clima e, muito menos, a nossa Era Holoceno.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, Nafeez. New age of water wars portends 'bleak future'. 21 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/new-age-water-wars-portends-bleak-future>. Acesso em: 20 maio 2023.
- Alier, Juan Martínez. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização. São Paulo: Contexto, 2009.
- Allan, Richard P. et al. IPCC - Climate Change 2021 – The Physical Science Basis. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- Berkhout, Esmé et al. Relatório OXFAM: O vírus da desigualdade. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Boff, Leonardo. Ética da Vida: A Nova Centralidade Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- Capra, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2006
- Crutzen, Paul J; Stoermer, Eugene F. The “Anthropocene”. Global Change Newsletter, 41, maio 2000, p. 17-18. Disponível em: <http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Davis, Mike. Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Dowbor, Ladislau. O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Sesc, 2020.
- Engels, Friedrich. Dialética da Natureza. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Folke, Carl. Respeitando os Limites Planetários e nos Reconectando à Biosfera. In: The Worldwatch Institute. Estado do Mundo 2013: A Sustentabilidade. Ainda é Possível?. Salvador / BA: Uma Ed., 2013, p. 19 – 27.
- Foster, John Bellamy Marx and the Rift in the universal metabolismo of Nature. Dez. 2013. Nova Iorque: Monthly Review: An Independent Socialist Magazine, Vol.65, 7 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2013/12/01/marx-rift-universal-metabolism-nature/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Foster, John Bellamy. A Ecologia de Marx: materialismo e natureza. Trad. MACHADO, Maria Teresa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

- Jonas, Hans. O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Lisboa, Marijane; Montez, Luiz B. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- Klein, Naomi, Steffert, Rebecca. How to Change everything. New York: Atheneum, 2021.
- Klein, Naomi. This changes everything – Capitalism vs The Climate. New York: Simon & Schuster, 2014.
- Krenak, Ailton. Ideias para adiar o fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- Löwy, Michael. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- Löwy, Michael. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b, p. 147 - 156.
- Löwy, Michael. De Marx ao Ecossocialismo. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. TEIXEIRA, Guilherme. São Paulo: Xamã, 2000b, p. 227–238.
- Löwy, Michael. Écosocialisme: L’alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 2011.
- Löwy, Michael. Ecossocialismo e planejamento democrático. Trad. BOITO, Sofia. In: Crítica Marxista, n.28. Campinas: 2009, p. 35-50.
- Löwy, Michael. Ecossocialismo: alternativas de desenvolvimento para superar o modelo produtivista-consumista. IN: ABONG. Por um outro Desenvolvimento. Página 7 – 15. 2012a. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/porumoutrodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- Löwy, Michael. Marxismo e Utopia. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. BURIGO, Elisabete. São Paulo: Xamã, 2000a, p. 124–130.
- Löwy, Michael. Marxismo: Resistência e Utopia. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. São Paulo: Xamã, 2000d, p. 241–247.
- Löwy, Michael. Por Um Marxismo Crítico. In: LÖWY, Michael; BENSAÏD, Daniel. Marxismo, Modernidade e Utopia. Trad. LEITE, José Corrêa. São Paulo: Xamã, 2000c, p. 58-67.
- Löwy, Michael. Pour une éthique écosocialiste. 29 maio 2006. Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article2340>. Acesso em: 20 maio 2023.
- Löwy, Michael. Qu’est-ce que l’écosocialisme? Montreuil: Les Temps des Cerises, 2020.
- Lynas, Mark. Seis graus: O aquecimento global e o que você pode fazer para evitar uma catástrofe. Trad. Valente, Roberto Franco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. RANIERI, Jesus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro I: o processo da produção do capital. 2ª Edição. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2017a.

- Marx, Karl. O capital: Crítica da Economia Política: Livro II: o processo de circulação do capital. Trad.: ENDERLE, Rubens. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Milanez, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antônio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 76-84.
- Münster, Arno. Pour un socialisme vert. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2012.
- Münster, Arno. Utopie, Écologie, Écosocialisme: De l'utopie concrète d'Ernst Bloch à l'écologie socialiste. Paris: L'Harmattan, 2013.
- NEW SCIENTIST. Special report: How our economy is killing the Earth. 15 Out. 2018a, p. 40-41. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/mg20026786-000-special-report-how-our-economy-is-killing-the-earth/?ignored=irrelevant>. Acesso em: 01 maio 2023.
- NEW SCIENTIST. Special report: The facts about overconsumption. 15 Out. 2018b. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/dn14950-special-report-the-facts-about-overconsumption/>. Acesso em: 01 maio 2023.
- OXFAM. Governar para las elites: Secuestro democrático y desigualdade económica. 20 Jan. 2014. Disponível em: <http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-es.pdf>. Disponível em: 10 maio 2023.
- OXFAM. Wealth: Having It All and Wanting More. 19 Jan. 2015. Disponível em: http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.
- Riechmann, Jorge. De la economía A la ecología. Madri: Editorial Trotta, 1995.
- Riechmann, Jorge. El Socialismo puede llegar sólo em bicicleta. Madri: Catarata, 2012.
- Rockström, Johan et al. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. In: Ecology and Society 14(2): 32, 2009. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>. Acesso em: 10 Jan. 2023.
- Rockström, Johan et al. Safe and just Earth system boundaries. 31 maio 2023. Nature (2023). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>. Acesso em: 5 jun. 2023.
- Rockström, Johan. Bounding the Planetary Future: Why We Need a Great Transition. Abr. 2015. Disponível em: <https://greattransition.org/publication/bounding-the-planetary-future-why-we-need-a-great-transition#top>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- Rodrigues, Arlindo. Ecosocialismo: Uma utopia concreta. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- Steffen, Will. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. 15 jan 2015. SCIENCE. 15 Jan 2015 Vol 347, Issue 6223, p. 786. DOI:10.1126/science.1259855. Disponível em <https://www.science.org/doi/10.1126/science.1259855>. Acesso em 05 fev. 2023.
- Steffen, Will; Crutzen, Paul. J.; McNeill, John R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? In: Source: Ambio, Vol. 36, No. 8 (Dec., 2007), pp. 614-621. Published

by: Springer on behalf of Royal Swedish Academy of Sciences Stable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em: 10 maio 2023.

Tanuro, Daniel. Au Bord du gouffre, le scénario que le GIEC ne modélise pas. 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gaucheanticapitaliste.org/au-bord-du-gouffre-le-scenario-que-le-giec-ne-modelise-pas/>. Acesso em: 30 maio 2023.

Tanuro, Daniel. L'Impossible Capitalisme vert. Pistes pour un anticapitalisme vert. Paris: Éditions La Découvert, 2012.

Tanuro, Daniel. Les fondements d'une stratégie écosocialiste. 4 avril 2011. Disponível em: <http://ecosocialistnetwork.org/Wordpress/wp-content/uploads/2012/03/TANURO-Fondements.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Tanuro, Daniel. Trop tard pour être pessimiste! Paris: Éditions Textuel, 2020.

Tible, Jean. Marx Selvagem. São Paulo: Annablume, 2013.

UNICEF. Thirsting for a future: Water and children in a changing climate. Mar. 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/media/49621/file/UNICEF_Thirsting_for_a_Future_ENG.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

Weber, Max. A Ética Protestante e o "Espírito do Capitalismo". São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Welzer, Harald. Guerras Climáticas: por que mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

America Latina: la Simplificación Territorial

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap12

Julio Carrizosa Umaña 

INTRODUCCIÓN

Lo que hoy conocemos como América Latina fue la última porción del planeta ocupada por los humanos; pasaron varios cientos de miles de años antes de que nuestra especie terminara en la Patagonia su migración. Los grupos de pueblos asiáticos que ocuparon América llegaron al neotrópico hace apenas 7 u 8 mil años y habían iniciado sus migraciones desde el trópico africano hace casi un millón de años. Ese retraso, esa ocupación tardía, no trajo en las mentes de los amerindios todas las experiencias del género humano en África y Europa, pero sí fue América Latina el hogar de aquellos que, en el norte de Asia, ya habían desarrollado una cultura propia.

Cuando, miles de años más tarde, se produjo la invasión de los europeos, el choque de ambas culturas no fue solamente el enfrentamiento armado de dos maneras de ver lo sagrado, dos formas de considerar la naturaleza, sino también el enfrentamiento de dos tipos de diversidad biológica: la de humanos, plantas cultivadas y animales criados, desarrollada durante cientos de miles de años en África y Europa, y la del neotrópico, resultado de los azares químicos, físicos y biológicos ocurridos durante su aislamiento del resto del planeta, incluyendo la de los humanos neotropicales, representada no solo en el color de la piel, sino en su sistema inmunológico y, probablemente, en las formas de pensar. El resultado inicial de este enfrentamiento fue una catástrofe demográfica y ambiental que todavía tiene repercusiones en nuestra vida diaria.

Durante dos o tres siglos, esa catástrofe mantuvo muy bajos niveles de población humana y una situación de tensión permanente en los ecosistemas, sujetos a la intervención continua de grupos de exploradores, a la intensificación de la extracción de oro y plata, la introducción de la ganadería y de los granos europeos, la caza con armas de fuego y a la extracción de materiales para la construcción de viviendas y caminos.

En América Central y en América del Sur, las preocupaciones por el deterioro de los ecosistemas en América Latina fueron sostenidas por unos pocos naturalistas, la mayoría apoyados en la tradición ilustrada y utilitarista sostenida por las expediciones botánicas de la monarquía borbónica, en algunos países por los restos del pensamiento indígena cercano a posiciones neopanteístas, y por la interpretación que algunos antropólogos dieron a esas posiciones indigenistas. Todo esto fue apoyado en procesos

culturales e interpretado, reconfigurado y difundido en la literatura, en la música y en las artes plásticas de cada país.

El debate ambiental irrumpió en América Latina unos años después del triple enfrentamiento entre las teorías anglosajonas del desarrollo, las teorías cepalinas acerca de las interrelaciones entre centro y periferia, y la realidad de la revolución cubana, fuertemente influenciada esta por las ideas leninistas y por el éxito guerrero del estalinismo. El proceso de enfrentamiento que se había iniciado en la década de 1960 culminó en 1972 en la Conferencia de Estocolmo, en donde fue importante el liderazgo de los representantes desarrollistas de Brasil, liderazgo que concluyó en lo que se llamó en la época “el derecho al desarrollo” y que trató posteriormente de ser opacado por la presentación en el PNUMA del modelo de ecodesarrollo, que se había fundamentado en las observaciones antropológicas de la situación en algunas islas oceánicas, pero que se trató de realizar por primera vez —y apoyado por el PNUMA— en Colombia.

Ese aspecto político del ambientalismo tenía raíces en los cambios económicos y sociales que se realizaron en todos los países latinoamericanos al terminar la Segunda Guerra Mundial, cambios impulsados en buena parte por la difusión comercial de las tecnologías que no habían sido difundidas por la guerra o que habían sido desarrolladas durante la guerra. Entre esas tecnologías, las correspondientes a los avances de la medicina y de la ingeniería sanitaria modificaron profundamente los procesos de crecimiento de la población; la introducción masiva de agroquímicos transformó las posibilidades de avance de la frontera agropecuaria; los nuevos sistemas de construcción impulsaron la urbanización; la introducción de los plásticos y de las industrias relacionadas con los químicos desarrollados para la guerra aumentaron la contaminación del agua y del aire; la producción masiva de automóviles modificó completamente el espacio urbano, y la introducción de la televisión amplió para siempre la difusión de la información. Todos ellos modificaron los procesos ambientales en América Latina y conformaron el aspecto más real del llamado proceso de desarrollo. Una característica importante de este proceso fue la debilidad de sus lazos con el conocimiento universitario de la región y con el capital interno, y sus fuertes relaciones con grupos tecnológicos y financieros norteamericanos y europeos.

Lo que sucedió en esos años y lo que continúa sucediendo puede comprenderse mejor si se analiza desde el pensamiento ambiental complejo que se expondrá en este texto. Ambos procesos iniciados después de la Segunda Guerra Mundial —el político y el económico-tecnológico— tuvieron como una de sus consecuencias la conformación de lo que pudiéramos llamar dos capas de complejidad socioeconómica y tecnológica nuevas y extrañas a la realidad anterior de América Latina: una simbólica e ideológica, y otra material y crematística. Nuevas ideas y nuevos cambios reales en todos los órdenes llegaron intempestivamente e influyeron inmediatamente en los procesos de decisión, aumentando así las brechas entre sociedad y naturaleza y entre la mayor parte de la población —poco consciente de lo que estaba sucediendo— y aquellos círculos más cercanos al proceso de complejización.

Paradójicamente, este proceso de complejización, que podría ser calificado como superficial y restringido, concluyó en un aumento de la simplificación de las élites gobernantes, las cuales, incapaces de profundizar en lo que estaba sucediendo, lo convirtieron rápidamente en una nueva ideología resumida en dogmas y frases hechas, ajena a la profundización debida a la magnitud del cambio tecnológico. Inclusive la ligera profundidad de los modelos neoliberales y neomarxistas que llegaron a América Latina, condensados en textos de estudio y en artículos periodísticos, fue menguada aún más cuando se trasladó a las clases políticas directivas latinoamericanas, deseosas de aplicar rápidamente lo que llegaba de los centros de poder.

Es así como la complejidad del conjunto de ecosistemas que comprenden los países llamados latinoamericanos ha ido disminuyendo continuamente, en gran parte debido al enfrentamiento entre una naturaleza no humana muy compleja y unas clases dirigentes y opositoras que simplemente repiten continuamente los eslóganes y las órdenes recibidas de Estados Unidos, Europa y Asia. En este texto se aportan elementos de análisis que facilitan la interpretación de lo que está sucediendo en América Latina. Inicialmente, se aporta una brevísima explicación de cómo la mayor o menor complejidad de las definiciones de ambiente influye en las decisiones políticas; luego, se afronta el reto de construir una definición compleja del ambiente, y en los siguientes puntos se sintetizan los diferentes campos de análisis que surgen de la aplicación del pensamiento complejo a la comprensión de la situación ambiental de nuestra patria grande.

LA COMPLEJIDAD DE LOS CONFLICTOS AMBIENTALES EN AMÉRICA LATINA

Desde que Joan Martínez Alier (2007) nos ilustró acerca de la necesidad de enfocar la gestión ambiental en la definición y manejo de los conflictos ambientales, han sido numerosos los investigadores que se han dedicado a identificar en cada país estos conflictos. Yo vengo de Colombia, donde la iniciativa de Joan tomó forma gracias a un grupo universitario liderado por Mario Pérez Rincón (2015), quienes han logrado demostrar que en mi país, además de otros conflictos, los ambientales son abundantes.

En esta exposición trataré de acentuar cómo el concepto de complejidad ambiental ayuda tanto a comprender las estructuras y funcionamientos de esos conflictos como a resolverlos, al menos parcialmente y durante algunos períodos. El concepto de complejidad ambiental al cual me referiré fue presentado por Enrique Leff *et al.* (2000) en el libro *La complejidad ambiental*, y también fue fundamento de un libro mío publicado por el PNUMA en el año 2003 titulado *¿Qué es ambientalismo? La visión ambiental compleja* (Román, 2003).

Como sucede en otros países de América Latina —tal vez en todos—, los principales conflictos colombianos actuales (se identificaron 95) tienen que ver, como lo explica Pérez Rincón (2015) en el artículo titulado *Los conflictos ambientales en Colombia*, con enfrentamientos por la posesión o la utilización de la totalidad o de partes de lo que pudiéramos llamar el patrimonio geoecológico: los

minerales, el petróleo, el gas, las aguas, los suelos, la selva, las sabanas, inclusive los animales silvestres. Los conjuntos geoecológicos también son objetos de conflicto: localidades enteras, parques nacionales, porciones de costas, espacios en donde es alta la posibilidad de generar energías alternativas —eólicas, solares, geotérmicas, marinas.

Los conflictos comunes en América Latina

A partir de esta definición y yendo hacia nuestros orígenes comunes, es interesante constatar como todos en América Latina tenemos por lo menos dos conflictos ambientales comunes: uno que pudiera llamarse el Conflicto Original y otros que llamaremos Conflicto Principal.

El Conflicto Original

Llamaremos Conflicto Original al que fue surgiendo en el territorio que es hoy nuestro, cuando los primeros humanos, probablemente caminando o navegando desde otros continentes, llegaron aquí. Sin duda, fue un conflicto ambiental el que surgió entre estos humanos y el resto de la naturaleza en este espacio del planeta.

No sabemos mucho acerca de las características de este Conflicto Original. Hay varias teorías al respecto; la más conocida es parecida a la que Rousseau propuso en Europa: la del Buen Salvaje. Otra es la que algunos investigadores están desarrollando en los últimos años al notar que la desaparición de especies está relacionada con la ocupación humana del territorio.

Según la primera, el pensamiento indígena precolombino ondulaba entre un panteísmo —Dios está en todas partes—, un animismo —todas las cosas tienen alma— y actitudes guiadas más por necesidades que por identificaciones de lo sagrado. La segunda interpretación se fundamenta en consideraciones neoevolucionistas y utilitaristas, y se ciñe estrictamente a los indicios de lo que eran las interrelaciones de vida y muerte entre los indígenas y la fauna silvestre.

Es interesante anotar cómo formas del Conflicto Original todavía caracterizan algunos de los conflictos ambientales en América Latina. Debido a la resiliencia de los grupos indígenas en Colombia, todavía subsisten, algunos con lengua propia, alrededor de 50 grupos, y algunos de los conflictos identificados tienen que ver con su persistencia en la defensa de “sitios sagrados” del territorio colombiano: espacios de las selvas, las cordilleras, las planicies o las costas que estos grupos han logrado mantener casi intocados durante siglos.

Las características físicas y biológicas específicas de estos sitios —su clima, su geomorfología, su biodiversidad— han tenido un papel fundamental en esa persistencia, o mejor dicho hoy, en su sostenibilidad. La estética ha tenido un papel importante en la tenacidad con que se han defendido estos territorios, así como su capacidad de sustentar la vida original: el clima, la biodiversidad de especies

comestibles, la abundancia de agua. La palabra complejidad es buena para determinar cuáles son los sitios que menos han sido transformados.

El conflicto principal

Para algunos, entre los que me cuento, el Conflicto Ambiental Principal en América Latina fue — y tal vez continúa siendo, en algunos países— el enfrentamiento entre los imaginarios de los conquistadores europeos y la realidad integral del continente que invadieron; entre los sueños europeos y la totalidad concreta humanos-ecosistema. Pienso que ese enfrentamiento está todavía en la raíz de casi todos los conflictos ambientales en nuestros países.

Un ejemplo interesante lo encontramos también en la historia de Colombia: los primeros españoles lograron desembarcar en sus costas a principios del siglo XVI, pero no lograron consolidarse; a los pocos meses habían desaparecido o se habían retirado. Los historiadores han encontrado un elemento común en esas pocas situaciones: el hambre. Parece que los soldados y marineros que desembarcaron no estaban preparados para alimentarse fuera de sus navíos y, aunque llegaron cerca de grupos indígenas — y en un principio ellos les ofrecieron alimentos—, no los consideraban como tales y solo los consumían cuando ya estaban demasiado débiles. Parece también que estos primeros europeos en las Indias no eran hábiles ni en la pesca ni en la caza.

El concepto de imaginarios explica parte de esta extraña situación: todos los recién llegados eran gentes de guerra, soldados expertos que habían participado en las luchas imperiales, cuyo sostenimiento dependía del botín que encontraban o de la eficiencia de las cadenas de alimentación que acompañaban a los ejércitos. Su imaginario estaba además alimentado por las ilusiones con que los habían reclutado: las riquezas varias que encontrarían en Oriente y, sobre todo, el oro que ya habían entrevisto en el Caribe. El contraste con la naturaleza, con los poblados indígenas y con la mentalidad de sus habitantes no podía ser mayor: para ellos, lo que habían encontrado eran grupos de salvajes lejanos de la humanidad, seres que se alimentaban de cosas inmundas y que no sabían que el oro era para fundir y producir monedas, no para adornar sus viviendas. Probablemente eran —como llegaron a creer los monarcas antes de que el fraile Las Casas les explicara lo contrario— animales sin alma.

Pienso que, si se profundiza en algunos de los conflictos ambientales actuales y en la situación general que hemos padecido en América Latina, todavía, siglos después, es posible encontrar situaciones semejantes. Y que la dureza de ese Conflicto Principal todavía persiste en muchos de nosotros cuando nos consideramos con derechos cuyo origen se remonta a estas primeras invasiones armadas. Es también probable —como lo trataré más adelante— que el hecho de ser países conformados mediante la violencia marque a muchos de sus habitantes, y que estos diseños violentos hagan todavía más difícil evitar lo que llamamos conflictos ambientales.

EL PROCESO COMPLEJIZACIÓN-SIMPLIFICACIÓN EN AMÉRICA LATINA

Una manera de entender la situación es reconocer la extrema complejidad del sistema planeta-humanidad y aceptar que, en la mayoría de las situaciones, nuestras mentes tratan de simplificar estas realidades para poder manejar las condiciones en que vivimos. En estas interacciones entre el reconocimiento de la complejidad y la necesidad de simplificarla, algunas veces olvidamos las características de la realidad, pero, afortunadamente, nuestras mentes son capaces de interactuar continuamente entre ideas y percepciones complejas y simples.

Sin embargo, estos ejercicios mentales se debilitan en ocasiones debido a circunstancias personales y colectivas. En el caso concreto de Latinoamérica, la confrontación continua entre un conjunto de ecosistemas extremadamente complejo y grupos directivos fundamentados en simplificaciones dogmáticas de la realidad socioeconómica conduce a la conformación de estrategias individuales y colectivas, como se explica en el punto siguiente.

Las estrategias para enfrentar la complejidad

La complejidad y la belleza de América Latina han servido de ámbito favorable para el asentamiento de una alta diversidad humana, originada en las corrientes migratorias prehispánicas desde Asia y Oceanía y en las vicisitudes históricas que han acentuado sus mezclas con lo europeo y con lo africano. Esta diversidad humana, biológica y cultural, es posible que no sea mayor que la existente en otros países situados entre los trópicos, pero es muy probable que esté entre las más vigorosas, por la tasa de crecimiento de la población y por las condiciones ecológicas que favorecen los procesos de regionalización y el aislamiento de grupos rurales.

La alta diversidad humana, biológica y cultural tiene consecuencias en el comportamiento individual y afecta el comportamiento colectivo. En lo individual, favorece la construcción de modelos mentales diversos: unos, plenos de emociones y de intereses, imprevisibles en sus reacciones y capaces de innovar y crear; otros, rígidos y constreñidos por normas y dogmas, maximizadores de obsesiones, como lo predicen las ideologías económicas y como lo desean los políticos. Unos pocos, seguros de tener la verdad y capaces de gozar imponiendo por la fuerza su voluntad. Muchos, parece, convencidos de que el fin justifica los medios.

Esa alta diversidad latina ocasiona que el comportamiento colectivo se haga impredecible, ondulante entre emociones e intereses, modelado por millones de genes, de experiencias y de historias que se han construido desde que los primeros seres humanos avanzaron por el istmo hace más de catorce mil años. Algunos —tal vez la mayoría— gozan con la libertad, casi anarquista, que es garantizada por la complejidad del territorio; otros aspiran a tener orden a su alrededor. Muchos sufren por la magnitud de las diferencias económicas; otros mantienen un optimismo ilimitado y confían en que algún día serán ricos y famosos.

Durante la vida de cada uno de nosotros, recibimos infinitud de mensajes que no provienen de los sistemas educativos formales, sino de multitud de agentes cuyo objetivo es influir en nuestro comportamiento. Me refiero, principalmente, a los procesos de mercadeo y a los procesos políticos, aunque debería también incluir los mensajes de carácter religioso y ético, y aquella información que recibimos al azar sin que hayamos sido enfocados por quien la envía.

Para concentrarme en esos procesos, utilizaré el concepto amplio de modelo mental (van Dijk, 1983, 1998), como una “interfase entre representaciones socialmente compartidas y prácticas personales...”. Según Theo van Dijk y otros representantes de las ciencias cognitivas, los modelos mentales son “esencialmente personales y subjetivos...”, representaciones en la memoria de acontecimientos vividos y de episodios e ideas sobre los cuales se ha escuchado o leído. Entre los diferentes tipos de modelo mental, van Dijk distingue los “modelos de contexto” y los define como “el evento comunicativo o situación en que el discurso corriente se produce o se recibe” (van Dijk, 1998). Al ampliar la noción de “situación” a lo ambiental y a lo territorial, nos enfrentamos a la influencia que todo lo que rodea a un individuo tiene en la construcción de su modelo mental.

El uso del concepto de modelo mental proporciona claridad a otro concepto muy usado entre los psicólogos cognitivos: el de filtro de información, o sea, la capacidad que tiene todo ser humano de concentrar su atención en una porción de la complejidad que lo rodea. Los modelos mentales actúan como un conjunto estructural de filtros que seleccionan, casi automáticamente, la porción de la realidad que se desea considerar. Esta idea coincide con algunas de las afirmaciones de la corriente de la psicología económica (Kahneman, 2012), según la cual el cerebro selecciona el camino menos complicado para aproximarse a la realidad; un conjunto de filtros ya establecido facilitaría esta tarea. Coincide también con los estudios recientes del neurocientífico Marcel Just sobre el poder del “cerebro visual” (Just; Varma, 2007): según él, la capacidad desarrollada en los humanos, desde épocas de cazadores y recolectores, para dar un vistazo a un gran paisaje y captar los más leves movimientos.

Según otro neuropsicólogo contemporáneo, Jaak Panksepp (1998), este tipo de actividades seleccionadoras se explica por la existencia de un “circuito de búsqueda” relacionado con las actividades de exploración y de ganancia, controlado por la dopamina. En lo filosófico, esta idea coincide con una serie de pensadores relativistas, de los cuales el más sobresaliente es Nietzsche (2007 [1887]), con sus aportes sobre el perspectivismo, y los más actuales corresponden con las líneas fenomenológicas, especialmente con Merleau-Ponty (1945) y Bachelard (1957).

En este contexto, el concepto de modelo mental facilita la comprensión de una pluralidad de visiones de nuestro entorno que, al situarlas política y administrativamente, se convierten en una pluralidad de visiones del futuro. Es natural que los promotores, los medios y sus agentes lo hagan desde sus propias perspectivas, enfocados desde sus propios puntos de vista, enmarcados y transformados por los límites y los filtros de sus propios modelos mentales. Es importante señalar que esto se realiza no solamente en los modelos mentales ilustrados, académicos, educados o politizados, sino en cualquier

cerebro lego o ausente de educación, que no haya estado completamente aislado de las experiencias y de los discursos.

En la construcción de modelos mentales, tanto valen las estrategias ilustradas de los jardines infantiles como la historia sagrada de las parroquias, la lectura de Marx ou la experiencia del hambre, de la violencia o del desplazamiento. Lo que varía son los colores y las características ópticas de cada conjunto de lentes y filtros que modifican la realidad. Políticos, empresarios, generales, profesores, artistas, escritores, profesionales, amas de casa, técnicos, vendedores, secretarios, obreros, soldados, desempleados, guerrilleros, narcotraficantes, delincuentes, adultos y niños, mujeres y hombres: todos vemos la realidad actual, interpretamos la historia y proyectamos el futuro desde nuestros propios modelos mentales.

Es importante tener en cuenta que estos modelos mentales son también de carne viva; no se realizan en lo espiritual, tienen siempre una estructura orgánica, tangible y medible, ligada inexorablemente a lo no orgánico por flujos de energía y de materia y, por lo tanto, interrelacionada con los ecosistemas y con el territorio. No son solamente las neuronas y los neurotransmisores los que ordenan estos flujos: es también el resto del organismo de cada cual, con todas sus fortalezas y debilidades, sus genes, sus hormonas y sus músculos. El ambiente físico y biótico, orgánico e inorgánico, interactúa con cada organismo y es, a la vez, sujeto y objeto para cada individuo: objeto de sus creaciones, deposiciones y agresiones; y sujeto que establece límites, que origina catástrofes y que también proporciona alimentos y otros recursos materiales y, sobre todo, símbolos, movimientos, colores y formas, paisajes que ilusionan y generan fantasías y deseos.

A lo largo de la historia de la ciencia se ha tratado de explicar el comportamiento de los humanos explorando, unas veces, las características espirituales; otras, los materiales de cada cual y, en ocasiones, las espirituales y materiales de su entorno. En el tema de este texto, sería imposible introducir un estado del arte de la discusión, pero el concepto de modelo mental nos facilita, por lo menos, aclarar su complejidad y denunciar la simpleza de quienes tratan de afrontar semejante problema desde los dogmas. Monod (1970) propuso dos conceptos —el azar y la necesidad— como síntesis de una parte de la explicación. Herbert A. Simon (1957) desveló a la diosa razón, haciendo ver sus limitaciones. Gregory Bateson (1972) aportó la idea de ecología de la mente para lograr una visión más completa de los factores ideológicos en competencia que agregan variedad al comportamiento humano. Jon Elster (1990) distingue informaciones, emociones, deseos y creencias en sus análisis de la racionalidad y la irracionalidad.

En la ecopsicología y en la psicología ambiental actualmente se trata de revivir parte de las ideas que divulgaron geógrafos deterministas alemanes y franceses. Los conceptos de dependencia del medio y de estilos cognitivos en la psicología cognitiva, al ser confrontados experimentalmente, proporcionan fuertes indicios de la existencia de marcos de referencia ecoculturales que influyen sobre el comportamiento humano.

Hormonas, alimentos, energías, ecosistemas, paisajes, sociedades, culturas, ilusiones, razones, pasiones, intereses, mimesis, consensos, solidaridades, leyes: es imposible negar la influencia de todo esto en el comportamiento de políticos, generales, paramilitares, narcotraficantes y guerrilleros, cada cual dotado de un cerebro —el organismo más complejo de la naturaleza—, capaz de optimizar decisiones, pero también susceptible a ligamentos y obsesiones que lo apartan de lo razonable.

Las experiencias de las últimas dos o tres generaciones de latinoamericanos no permiten albergar muchas esperanzas sobre su capacidad de afrontar la alta complejidad de su territorio. Acosados por más de sesenta años de enfrentamientos políticos agudos, muchos de ellos actores o testigos de actos homicidas o de crueldades inusitadas, más de la mitad sometidos a los rigores de la pobreza y limitados por la escasez de proteínas en sus alimentos, la gran mayoría sin acceso a una educación adecuada, sus modelos mentales deberían estar más dirigidos hacia la venganza y la amargura que abiertos hacia la aventura y entusiasmados por la magnitud de los retos inducidos por las características de su territorio. Sin embargo, como lo veremos en el siguiente punto, la realidad es menos oscura.

Para enfrentarnos diariamente a la complejidad de nuestro territorio, los latinoamericanos hemos desarrollado estrategias. Dentro de la diversidad de actitudes que ha construido la especie, entre las actitudes que predominan en otras culturas y sociedades hemos seleccionado algunas que, a nuestro juicio, son las más adecuadas para sobrevivir y prosperar en esa triple diversidad: la biótica, la geomorfológica y la antrópica. Voy a mencionar algunas de estas estrategias, las que considero más comunes y dominantes.

Dogmatismo

El conjunto de ecosistemas que es hoy América Latina fue inicialmente el resultado del enfrentamiento de dos dogmas. Uno muy claro y definido: el de los Reyes Católicos, Isabel y Fernando, liderado por la cruz y los evangelios, excitado por la pasión de la Contrarreforma, armado hasta los dientes por la tecnología de los ejércitos del Emperador romano-germánico. El planeta se percibía como un lugar a evangelizar y conquistar, nuevos territorios para el Imperio.

Frente a este dogma, claro y fuerte, se encontraban los cacicazgos de indígenas asentados en América del Sur desde hacía más de 10.000 años. Sus dogmas eran diferentes: no un solo dios, sino multitud de fuerzas que habitaban la naturaleza y que la caracterizaban. Podría decirse hoy que algunos eran animistas y otros podrían caracterizarse como panteístas. Para los europeos, eran bárbaros y herejes aquellos que adoraban los árboles, como los muiscas que se reunían alrededor de sus nogales, o los tayronas que se imaginaban como encargados de mantener la Sierra Nevada, dispensadora de armonía y de equilibrio.

Conforme se fue construyendo nuestra nación latinoamericana, los dogmas fueron modificándose. Hoy hay dos principales: el neoliberalismo, que cree en el mercado y en el homo economicus, y el marxismo-leninismo, que cree en la revolución y en la posibilidad de generar hombres

nuevos. Los dos grupos de dogmáticos mantienen cerradas todas las visiones diferentes y se enfrentan armados, tratando así de manejar la totalidad.

El dogmatismo como estrategia para enfrentar la complejidad ha tenido consecuencias en nuestras tierras: se han negado las características especiales del territorio, se han disminuido las posibilidades de conocimiento científico, se ha convertido la naturaleza en botín de guerras ideológicas. Los nogales de las altiplanicies fueron destruidos porque eran adorados por los muiscas; la selva se ha convertido en erial porque evitaba el crecimiento de la economía.

Simpleza

No todos los latinoamericanos se encierran en el dogmatismo; otros logran desencadenarse y, entre ellos, hay muchos que tratan de manejar la totalidad de su país olvidándose de su complejidad y simplificando lo que no entienden. Es así como el planeta se percibe como un espacio plano en donde los empresarios pueden moverse libremente, o como un campo de juegos eróticos, o como, simplemente, un lugar para sobrevivir.

La simplificación de la realidad incluye, naturalmente, la negación de lo sagrado, el convencimiento de que todo puede verse y tocarse, la negación incluso de las verdades que han descubierto los científicos occidentales. Para el simplificador, todo el universo puede manejarse con reglas de tres, sumas y restas; no es necesario ir más allá de las ecuaciones de primer grado. Hombres y mujeres solo buscan su propia utilidad y pueden manipularse con unas pocas leyes o unas pocas armas.

Gran parte de los problemas que afronta América Latina se fundamentan en estas visiones simplistas de la realidad; se presentan tanto en la vida diaria como en muchas aproximaciones profesionales que escogen los caminos aparentemente menos enredados: urbanizan los mejores suelos agrícolas, construyen carreteras sobre depósitos de cienos y arcillas moldeables, aspiran a enriquecerse destruyendo la selva y convirtiéndola en potrero o en plantación, organizan partidos políticos como si fueran recuas de mulas.

Es curioso cómo, paralelamente a esta alta complejidad y diversidad —física, biológica y cultural—, se ha desarrollado una sociedad relativamente simple, en donde unas pocas personas que comparten las mismas ideologías y experiencias deciden la suerte del país. La democracia formal que hemos “gozado” durante tantos años nunca ha profundizado lo suficiente para romper las diferencias y ampliar esos grupos directivos.

Todo esto ocasiona que en América Latina no sean más que unas pocas decenas de miles las personas que deciden sobre los movimientos de grandes capitales, y que estas, sumadas a las que intervienen en las decisiones del Estado, probablemente apenas completen unos pocos cientos de miles. Que sean pocas las personas que recomiendan y toman decisiones puede ser favorable cuando se trata de diseñar órdenes elementales, fundamentadas en cartillas dogmáticas, pero es altamente inconveniente

cuando se trata de resolver problemas de extrema complejidad: no hay suficientes pensadores, y los pocos que son tenidos en cuenta generalmente están fuertemente comprometidos con ideologías simplificadoras de la realidad.

Desdén

La simplificación como estrategia generalmente desemboca en el desdén hacia aquellos que no se consideran importantes para comprender la realidad, los despreciables en las operaciones de matemáticas simples, los que se tachan sin remordimientos. En lo territorial, ese desdén abarca los espacios que no intervienen en los dogmas del poder y del dinero: se desdeñan los territorios tachados, los arrabales de las ciudades, el campo, la selva, los desiertos, el mar, los países lejanos en donde nuestros símbolos no funcionan.

El desdén es efectivo como estrategia para manejar la complejidad: los desdeñosos pueden olvidarse de muchos de sus componentes. Basta con incluirlos en sus listas de cosas no importantes. Entonces pueden desaparecer porciones enteras de la naturaleza; todas las plantas que aparentemente no tienen utilidad alguna se clasifican como malezas, los animales muy pequeños apenas se consideran cuando son capaces de hacer daño, los paisajes extraños a nuestras consideraciones estéticas, las mismas partes de las ciudades que han sido construidas por los pobres.

Lo mismo puede hacerse con grupos enteros de seres humanos: se desdeña, y así desaparecen todos los que no merecen una mirada; los diferentes a uno mismo, los de otro color, los que hablan lenguas ignoradas y poco poderosas, los que piensan diferente, los que tienen otros dioses, los que fueron nuestros enemigos.

Trampa

En un mundo extremadamente complejo que se trata de manejar desde el dogma, la simplicidad y el desdén, la trampa aparece fácilmente. Como estrategia, la trampa significa olvidarse de todos los límites establecidos en otras estrategias y obtener nuevamente la libertad. El tramposo se mueve dentro de esos límites y puede creer que está manejando la complejidad de su entorno.

La trampa se ejerce también sobre los territorios. Se ejerce sobre el planeta cuando se falsifican o se confunden los estudios científicos para no firmar los acuerdos sobre biodiversidad o sobre cambio climático. Se ejerce sobre la selva cuando se corrompe a los funcionarios públicos encargados de protegerla. Se ejerce sobre el mar cuando se arrojan a escondidas los residuos de toda índole.

Los tramposos están siempre al acecho de las normas para encontrar la forma de incumplirlas y ganar así ventajas. No comprenden que, al fin y al cabo, la complejidad del ambiente ejerce su poder contra los mismos que trampearon. Es entonces cuando se quiebran los proyectos que incumplieron para

tener ventajas sobre los demás, cuando se derrumban las montañas sobre las carreteras mal construidas, cuando se inundan las haciendas que le robaron terrenos a los humedales.

Violencia

Algunas veces, el dogmatismo, la simplificación, el desdén y la trampa descienden hasta la estrategia más baja: la violencia. Es común que la violencia se ejerza primero sobre las otras especies, sobre plantas y animales no humanos. Quienes tratan con crueldad a las otras especies son proclives a ejercer violencia también sobre sus congéneres: están acostumbrados a la muerte, les resulta más fácil acercarse a la savia y la sangre derramadas; la visión de los despojos no es ajena a su carácter; sus oídos se han acostumbrado a los quejidos.

Quienes tratan de manejar la complejidad usando estrategias violentas lo que buscan es disminuir a la fuerza la cantidad de elementos interrelacionados. Algunos lo hacen a gran escala, inundando o quemando ecosistemas enteros; otros tratan de reducir la biodiversidad aplicando venenos sobre enormes extensiones. Algunos se enfocan en una sola especie que interfiere en sus planes, como los cazadores de felinos o los especialistas en eliminar las malezas.

Cuando se considera la Tierra como una totalidad, se comprende mejor la gravedad de la aplicación de la estrategia de la violencia contra los otros seres humanos. Los mayores atentados contra el planeta han sido ejecutados durante las grandes guerras, cuando la violencia se ejerce contra la totalidad.

LA SIMPLIFICACIÓN DE AMÉRICA LATINA

Hoy, en los medios internacionales, pareciera que América Latina se puede condensar en cuatro palabras: corrupción, violencia, caos, alimentos. Se espera que un continente corrupto, violento, caótico produzca alimentos para salvar de la hambruna futura al resto del planeta.

América del Sur y América Central ya han pasado por varios procesos de simplificación semejantes. Desde que Colón pensara que había llegado a las Indias e Isabel se enfocara en evangelizar todo un Nuevo Mundo, oro y evangelio fueron las imágenes principales iniciales, y la violencia real fue consecuencia casi inmediata, que se convirtió rápidamente en imaginario pendiente sobre las cabezas de invasores y de invadidos: los tres imaginarios que definieron el futuro de la conquista y de la colonia. Los europeos que desde entonces llegaron a Abya Yala vinieron buscando espacios para ejercer el poder imperial, para enriquecerse o para evangelizar, todo en un contexto de violencia.

Los que se quedaron, se mestizaron, formaron familias y mantienen su fe en la existencia de América Latina. Han conservado, durante decenas de generaciones, gran parte de ese imaginario inicial, a pesar de los sucesivos fracasos cuando se ha intentado, individual y colectivamente, la conformación de una realidad de riqueza y de homogeneidad religiosa. De ese imaginario inicial, solo la violencia se ha realizado y continúa presente en la cotidianidad de todos los latinoamericanos.

La independencia política de España y de Portugal y la subsiguiente guerra entre México y Estados Unidos conformaron territorios que asumieron el imaginario republicano general. Fue así como un nuevo proceso de simplificación se impuso con diversas formas ideológicas para representar la realidad latinoamericana. Bajo el rótulo de República, se fueron conformando réplicas de las ilusiones filosófico-políticas europeas, que apenas lograron mantener ligeros contactos con la realidad de las poblaciones indígenas y mestizas que suponían unificar como naciones.

Los procesos socioeconómicos reales de carácter global influyeron en las formas simplificadas de las nuevas repúblicas. El utilitarismo ilustrado proporcionó un contexto de utilización científico-comercial de la naturaleza, durante algún tiempo, a algunas de estas imágenes republicanas. En otros momentos históricos, la imagen evangelizadora inicial revivió para construir naciones aparentemente unidas por un catolicismo extremo y una centralización completa del poder.

La superficialidad y la simplificación de las ideologías impuestas —en muchas ocasiones, a manos armadas— apenas lograron que estas imágenes sobrevivieran durante pocos años, sin lograr nunca representar la voluntad de la mayoría de la población.

Las simplificaciones actuales

Desde el triunfo de la revolución bolchevique, el pensamiento marxista-leninista se introdujo en América Latina en pequeños grupos de intelectuales y estudiantes que transmitían los lemas y los manuales que llegaban de la Unión Soviética por medio de organizaciones políticas comunistas y socialistas que fueron perseguidas implacablemente en casi todos los países. En ese proceso, no faltaron los filósofos de la región que trataron de interpretar el momento histórico dentro de los esquemas que se popularizaron en un nuevo proceso de simplificación de las características específicas de Latinoamérica.

Terminada la guerra con el gran triunfo militar de Stalin, la creación de las repúblicas populares y el avance del maoísmo, la versión marxista del futuro cobró enorme fuerza y respaldo político y económico internacional, lo cual favoreció la victoria de la revolución cubana y la organización de grupos guerrilleros en varios países (Anderson, 1967).

Como reacción ante la situación, grupos de sociólogos y economistas anglosajones propusieron dos corrientes filosófico-políticas que han aprovechado la dificultad de comprender la complejidad de América Latina para someterla a dos nuevos procesos de simplificación: calificarla de subdesarrollada y calificarla de premoderna. Con esos dos apelativos se facilitaron numerosos procesos de apropiación de las mentes y de los territorios.

Al clasificar a los latinoamericanos como subdesarrollados y premodernos, se iniciaba una nueva conquista, esta vez apoyada por los think tanks, los grupos de intelectuales y escritores que conformaron en breve tiempo las teorías de la modernización y del desarrollo. Dos pensadores anglosajones, Talcott Parsons y Walt Whitman Rostow, propusieron esquemas interpretativos de las relaciones entre los países

ricos y los pobres alrededor de dos ideas principales: la de que la pobreza estaba relacionada con la persistencia de culturas tradicionales (Parsons, 1951) y la de que el aumento del capital irreductiblemente transformaría a todos los países pobres en países ricos (Rostow, 1960).

La aparente sencillez de ambos procesos ha, desde mediados del siglo anterior, captado el interés y generado el entusiasmo por el desarrollo y la modernización de muchos líderes y pensadores latinoamericanos, y hoy es parte del acervo intelectual de todos los partidos no socialistas de la región.

Los tres conjuntos de ideas —marxismo-leninismo, modernización y desarrollo— conforman capas que ocultan la complejidad real de América Latina, y las ideas que se lanzan periódicamente desde esa corteza simplificadora introducen estrategias e instrumentos que las clases dirigentes aplican sin éxito, malgastando así las energías regionales y generando tragedias, decepciones, impotencias e incredulidades colectivas.

Entre esas estrategias instrumentales inútiles y malsanas hay dos que hoy persisten, a pesar de que sus fracasos han sido reconocidos: la violencia y el extractivismo. Unidos, originan el fenómeno simplificador más dañino en la historia de América Latina: la expansión del narcotráfico.

UNA COYUNTURA OPORTUNA

Sigue existiendo un pensamiento complejo latinoamericano. ¿Cómo ha sido posible? En Estocolmo la delegación de Brasil puso obstáculos a todo el proceso al hablar del “Derecho al desarrollo” (PNUMA, 1972), una de las grandes simplificaciones. ¿Qué pasó de allí en adelante?

Unos años más tarde, Héctor Sejenovich, Augusto Angel y Enrique Leff coincidieron en el PNUMA; y en la CEPAL, Osvaldo Sunkel y Nicolás Gligo: cinco personas que, siendo funcionarios internacionales, hicieron lo posible para que el grupo de pensamiento ambiental se conformara en varios países de América Latina (Leff, 2000). Gracias a ellos, que desempeñaron sus funciones en un contexto latinoamericano y al CIFCA, es que se puede hablar del papel del pensamiento ambiental latinoamericano. Entre los que fuimos favorecidos con esas acciones institucionales se debe rendir un homenaje a Jorge Morello, no solo porque fue precursor en el análisis ecológico de todo el subcontinente, sino porque en Colombia fue fundamental para iniciar un experimento que sí tenía en cuenta la complejidad local: llevar a cabo el modelo de Ecodesarrollo en las Sierras Nevadas de Santa Marta en 1975 (Morello, 1977).

Pocos años después de iniciar el proyecto de ecodesarrollo, surgió en Colombia un factor simplificante que ha influido en todos los temas: el país se convirtió en el mayor productor mundial de cocaína. Los ingresos por cocaína sirvieron para revivir las guerras iniciadas años antes, financiadas por todos los consumidores de cocaína y marihuana en el mundo. Tres años antes de la conformación de los carteles de narcotraficantes, lo que habíamos escuchado de Estocolmo y comenzado a trabajar con Jorge Morello empezó a materializarse en Colombia, por lo menos en los textos jurídicos. De allí surgió el primer Código Ambiental en el mundo, en el cual colaboraron argentinos, chilenos, todos magníficos

abogados, como el profesor argentino Guillermo Cano, especialista en Derecho de Aguas, que fue fundamental en ese inicio del pensamiento ambiental latinoamericano (Colombia, 1974).

Al mismo tiempo que se conformaban los carteles de la droga internacionales y se reiniciaba la guerra en Colombia en los años 70, se organizaban las ONGs ambientalistas. Con la ayuda de esos grupos se ha logrado proteger alrededor del 10% del país en medio de la guerra y el narcotráfico, pero, al mismo tiempo, la población se concentró en una sola cuenca: la del Magdalena-Cauca. Hubo que construir ciudades rápidamente para albergar a millones de campesinos desplazados a la fuerza del campo. Colombia ha tenido alrededor de 9 millones de desplazados del campo, quienes construyeron ciudades para más de 30 millones de habitantes. La complejidad humana resistió la simplificación de la violencia y el narcotráfico.

Volvemos a la palabra: complejidad. Es muy difícil trabajar un ecosistema integral sin tener en cuenta esa palabra; eso es relativamente nuevo y obra en contra de los modelos dominantes. Estos, tanto en la izquierda como en la derecha, son simplificaciones de la realidad. Están contruidos conectando dogmas; incluso hay dogmas comunes. Y sus simplificaciones son las que hacen extraordinariamente difícil la gestión ambiental.

En la Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Estudios Ambientales, nos topamos con el pensamiento de Edgar Morin: el pensamiento complejo (Morin, 1990). Y alrededor de eso se escribió el primer libro que editó Enrique Leff, titulado *La visión ambiental compleja* (Leff, 2000). Hemos seguido trabajando tratando de encontrar modos dentro del pensamiento complejo que ayuden a dilucidar las situaciones ambientales. Uno de estos modos se apoya en el estudio del concepto de simplificación, al cual Morin llama el paradigma más importante de nuestra época; son múltiples las simplificaciones que uno encuentra cuando reconoce la complejidad de las situaciones.

Enfrentarse a esa simplicidad debería ser una de las labores principales del ambientalismo, porque todas nuestras ciencias madres —la geografía y la ecología— han luchado contra las simplificaciones a lo largo de su historia, y tenemos los instrumentos (inclusive dentro de la Teoría General de Sistemas) para luchar contra ellas.

Dentro de las ciencias sociales hay conceptos que ayudan a aclarar la situación. Uno proviene de las ciencias cognitivas, de la psicología: el concepto de modelo mental (Johnson-Laird, 1983), el cual sostiene que, para explicar las diferentes formas de ver, nuestras neuronas se van modificando a lo largo de la vida y estas modificaciones se deben a las historias que oímos, a las experiencias que tenemos, a la educación que recibimos. Todo lo que sucede a lo largo de nuestras vidas va estableciendo una suerte de filtro que no nos deja ver parte de la realidad.

Por eso es importante la visión ambiental compleja: nos hace reflexionar sobre quiénes somos. Somos personas que vemos la realidad en forma más amplia y profunda, que la entendemos con un deber ser dentro de nosotros, no somos neutrales; la vemos dinámicamente; vemos hasta la más mínima

interrelación entre las personas y las cosas. Debemos reconocernos y, solo teniendo conciencia de quiénes somos, podemos empezar a comprender nuestro entorno, que es lo fundamental.

Esa concientización nos surge en Colombia debido a nuestra especificidad, a nuestra diferencia con los países, inclusive los limítrofes; a todas las tragedias que nos han sucedido en una época en que no deberían sucedernos. Comprender cada país puede ser algo extremadamente importante para los ambientalistas, pero antes debemos darnos cuenta de quiénes somos en este momento, después de haber sufrido procesos intensos de simplificación de lo propio.

Para avanzar en la respuesta a esta pregunta, plantearé en este texto como hipótesis el fracaso masivo de estos intentos de negación de nuestra especificidad. En el caso colombiano, este fracaso está claro en la resistencia de pueblos y comunidades a todos los intentos de simplificación. A pesar de la colonización ideológica intensa de los grupos directivos, tanto de derecha como de izquierda, la gran mayoría de la población —las masas urbanas, el campesinado, los afrodescendientes y los grupos indígenas— han mantenido sus propias formas de ver la realidad, concentrados en sobrevivir, manteniendo sus culturas, aprovechando con sagacidad y destreza los resquicios de los sistemas. A pesar de las décadas críticas, sujetos a las violencias y a la corrupción, estas masas han construido ciudades para más de 30 millones de colombianos, han evitado las hambrunas y han logrado el reconocimiento de la multiculturalidad nacional, obteniendo el control territorial mediante la organización de áreas protegidas, propiedades colectivas y resguardos indígenas en grandes extensiones.

Procesos semejantes están sucediendo en otros países latinoamericanos, a pesar del poder de la corteza de simplificaciones generadas por los dogmas. Los ambientes imaginados desde Europa y Norteamérica y sus instrumentos económicos, sociales, políticos y culturales han permeado y convencido a una mayoría de las clases dirigentes en la derecha y en la izquierda, pero los pueblos latinoamericanos han permanecido más ligados a sus realidades que a manuales y modelos. En esas realidades sobresale una estructural y otra funcional: la naturaleza no humana y la complejidad del comportamiento humano.

Las descripciones y los análisis ecológicos de Jorge Morello (Morello, 1995) cobran importancia para ampliar esa persistencia de la presencia de la naturaleza no humana en el pensar y el accionar latinoamericano. Pero para completar la complejidad de América Latina es preciso agregar su otra especificidad: la persistencia del pensamiento complejo popular, no comprometido con los manuales y modelos económicos y políticos, muy ligado a las tradiciones sagradas y lúdicas de la humanidad y producto de experiencias asiáticas, africanas y europeas, que en estos momentos ha colocado, como alternativa al pensamiento simple dominante, los conceptos de Pacha Mama y Buen Vivir.

LOS CINCO TEMAS PARA EL FUTURO: LAS NUEVAS OPCIONES DE COMPLEJIZACIÓN

Esas persistencias de la realidad ecosistémica y de un pensamiento y unas acciones complejas populares, con fuertes raíces en el triple mestizaje-mulataje latinoamericano, plantean temas de gran importancia relacionados con la posibilidad de generar nuevas teorías críticas del fracaso de los procesos de simplificación y acordes con la realidad de los pueblos.

Ojalá el planteamiento de estos temas sea visto en las universidades latinoamericanas como un nuevo reto, y que este reto abra caminos para reflexionar acerca de las graves diferencias existentes entre una complejidad popular creciente, cada vez más aislada y crítica de las simplicidades dominantes, y la enorme fuerza política de estas simplicidades. Los cinco temas son los siguientes:

Primero: la persistencia de una imagen interior de América Latina, aislada de los imaginarios inducidos desde Europa y Estados Unidos, crítica y burlona de las versiones criollas de estos imaginarios, y fuertemente vinculada a la complejidad del ser latinoamericano y del territorio que habita.

Segundo: la integralidad ecológica, económica, social, política y cultural de esta imagen, y la presencia continua de lo lúdico como característica sensorial principal y especificidad emocional y estética de mayor contraste con las imágenes de otros conjuntos territoriales.

Tercero: la extraordinaria magnitud de la energía demostrada en la supervivencia de las culturas vencidas en el siglo XVI.

Cuarto: la capacidad de cooptación de esa energía en la integración mestiza y mulata de masas populares de origen asiático, africano y europeo, y la confrontación continua de esas masas con los sistemas políticos dictatoriales y electorales.

Quinto: la materialización de esa unidad de imagen latinoamericana en grandes ciudades lúdicas como Ciudad de México, Lima, Santiago, Miami, Cartagena, Río de Janeiro y Buenos Aires, y en espacios naturales de gran belleza como las playas del Caribe, la selva tropical, los llanos, la pampa, la Patagonia y la alta montaña.

Las ciencias ambientales y la educación ambiental compleja que defino en este capítulo podrían apoyar a los intelectuales dispuestos a ensayar nuevas opciones de complejización de las sociedades latinoamericanas.

LAS MIRADAS DESDE EL CENTRO Y SUS SIMPLIFICACIONES

Pienso que la relación centro-periferia, tan acertadamente presentada por Prebisch (1949) hoy puede ampliarse y aplicarse en la coyuntura si se examina desde otros puntos de vista. Me refiero a lo propuesto por la teoría ecológica, por los filósofos perspectivistas, por Morin (1990) en sus aproximaciones al pensamiento complejo y por los psicólogos cognitivistas que han propuesto el concepto de modelo mental.

La enorme importancia del modo como se mira el mundo está incluida en muchas aproximaciones culturales, pero fueron dos filósofos, aparentemente muy diferentes, Nietzsche y Ortega y Gasset, quienes han señalado más concretamente que en el modo de mirar influye el sitio desde donde se mira.

Desde este Escorial, riguroso imperio de la piedra y la geometría en donde he asentado mi alma, veo en primer término el curvo brazo ciclópeo que extiende hacia Madrid la Sierra de Guadarrama, El hombre de Segovia, desde su tierra roja, divisa la vertiente opuesta Tendría sentido que disputásemos los dos sobre cual de estas dos visiones es la verdadera?. Ambas lo son, ciertamente ...Pero la realidad no puede ser mirada sino desde el punto de vista que cada cual ocupa...La verdad, lo real, el universo, la vida-como queráis llamarlo, se quiebra en facetas innumerables. La realidad, pues, se ofrece en perspectivas individuales (Ortega y Gasset, 1961).

Lo cierto es que la relación centro-periferia está afectada por la forma como nos miran desde allá, y que las teorías de los perspectivistas aplicadas a la situación de América Latina explican muchos de los procesos que hemos sufrido. En realidad, es muy claro que desde los centros políticos y económicos se acostumbra a no ver todo lo que los rodea, y que esas fallas en el mirar de quienes tienen el poder central afectan a los territorios periféricos y simplifican los modelos mentales de las personas que miran desde el centro.

No ver la totalidad es característica del mirar desde lejos. La imposibilidad física de ver todas las variables e interrelaciones que se ven desde cerca solo se soluciona apelando a medios diferentes, pero ese profundizar en el mirar implica costos adicionales, y la necesidad de disminuir o minimizar esos costos conduce a procesos mentales de abstracción, disyunción y reducción, o sea, a simplificar las características de los territorios periféricos.

El filósofo francés Edgar Morin explica en una breve frase la importancia actual de los procesos de simplificación:

“Vivimos bajo el imperio de los principios de disyunción, reducción y abstracción cuyo conjunto constituye lo que llamo el paradigma de simplificación. .El principio de simplicidad o bien separa lo que está ligado (disyunción) o bien identifica lo que es diverso (reducción)... El paradigma de la simplicidad es un paradigma que pone en orden el universo y persigue el desorden. El orden se reduce a una ley, a un principio. La simplicidad ve a lo uno y ve a lo múltiple, pero no puede ver que lo Uno puede, al mismo tiempo, ser Múltiple. La patología moderna del espíritu está en la hipersimplificación que ciega a la complejidad de lo real (Morin, 1990, p. 20).

En esos procesos de simplificación es posible que se pierdan variables e interrelaciones fundamentales para comprender el territorio periférico y, por lo tanto, se llegue a errores en su manejo centralizado. Aplicar continuamente los procesos de simplificación es una actividad coherente con los modelos simplificados de las corrientes principales de las ciencias políticas y de la economía.

Todo esto no sería tan grave si la aplicación continua y justificada ideológicamente de los procesos de simplificación no condujera, también, a una simplificación física de los modelos mentales de las personas que los aplican. Este es el caso de los reiterados intentos de fundamentar en la extracción de minerales el bienestar de los pueblos latinoamericanos, a pesar de que cada uno de los intentos ha conducido al fracaso económico, social y ecológico.

Algunos psicólogos cognitivos han profundizado en el concepto de modelo mental, como lo hace Teun A. van Dijk:

La gente representa su conocimiento y opiniones personales y locales sobre un evento con modelos mentales” “ los modelos mentales permiten que las opiniones o actitudes socialmente compartidas sean relativamente estables(si bien pueden cambiar con el tiempo), mientras al mismo tiempo sostiene la variación y unicidad individual y contextual (van Dijk, 1999, p. 67).

Mirar desde el centro o imaginarse que se está mirando desde el centro deforma lo mirado en las mentes de quienes miran. Algunos analistas actuales resucitan la confrontación centro-periferia como el resultado de estas formas de mirar, como lo hacen Ramoneda y Espinoza:

El centrismo expresa la voluntad de negar curso legal a la ideología. Puesto que solo hay un sistema posible y puesto que no hay ni puede haber alternativa alguna, todo converge en un punto, el centro (Ramoneda, 2004).

el centralismo ideológico consiste en aquella creencia por la cual se valora más lo que proviene del “centro” o de la capital, mientras que se desprecia o minusvalora aquello que proviene del “interior”. por ejemplo, mucha gente considera que se vive mejor en la capital (ya sea del país o de la región) o que el estilo de vida de dicha ciudad tiene que ser imitado por todos (Espinoza 2010).

Además de Prebisch, otros pensadores latinoamericanos analizaron en su época las deformaciones causadas por las miradas desde el centro, como lo sintetiza Aydalot:

Sin embargo, las oportunidades de beneficio no son percibidas ni utilizadas en la periferia, que a su vez es incapaz de adaptarse por falta de mano de obra y de capital (Aydalot, 1985, págs. 147-148)), establece una relación de dominación del centro (por su capacidad de innovación tecnológica e institucional) sobre la periferia (no apta a la innovación), y concluye que las disparidades regionales tienen su causa tanto en las relaciones interregionales como en la dinámica interna de la periferia, incapaz de generar una dinámica propia de desarrollo (Prebisch, 1949; Friedman, 1972; Lipietz, 1990).

Hoy pienso que es necesario afirmar nuevamente que el centralismo es una forma de ver el mundo, que esa forma de ver puede caracterizarse y que esa forma de ver el mundo simplifica todo lo diferente al centro.

En el largo plazo, esa simplificación en la visión central genera una simplificación física real en los territorios, en donde todo lo que no se considera desde el centro —estructuras, personas, sociedades, animales, plantas, minerales — empieza a convertirse en desechos, en “males” y recibe el tratamiento de tales, como ha sucedido en América Latina desde la invasión europea.

Ver solamente el oro deseado: cascabeles y cuentecillas de cristal

Desde la invasión europea, esas miradas desde el centro se han enfocado hacia lo extraíble, lo que puede enriquecer el centro. En Colombia y en varios otros países, el oro —objetivo principal en el siglo XVI de las miradas europeas — en la actualidad sigue siendo una de las atracciones más importantes de los inversionistas internacionales.

Colón relata que fue entregando cascabeles y cuentecillas de cristal a los indígenas como logró obtener los primeros objetos de oro para llevárselos a los Reyes Católicos (Colón, 1493). Durante siglos, estos intercambios han seguido formatos similares; hemos entregado el oro a cambio de cuentos y objetos que satisfacen nuestros sentidos. En Colombia son numerosas las tristes memorias de la entrega de las minas de oro a cambio de historias, cascabeles y cuentecillas actuales, acerca de cómo las compañías mineras desarrollarían nuestras regiones.

La historia latinoamericana muestra numerosos ejemplos de nuestra aceptación de los cuentos europeos y norteamericanos y de las formas como nuestros modelos mentales se han simplificado y nos han conducido a mirar a nuestro alrededor en formas similares a como nos miran desde el centro. El cuento del extractivismo y sus cascabeles afectó en Argentina, en Brasil, en Bolivia, en Colombia, en Ecuador, en Venezuela, tanto a la derecha como a la izquierda. Otro cuento, esta vez de hadas inglesas, el del libre comercio, fue aceptado rápidamente después de la Independencia en todos los países en donde el utilitarismo de Smith y Bentham se aceptó como el nuevo evangelio que reemplazaba al impuesto por la corona española (Smith, 1776; Bentham, 1789).

Fueron pocas las élites que no imitaron en sus miradas esas miradas llegadas desde el centro; en casi todos los países, las élites comenzaron a mirar a sus conciudadanos simplificándolos en formas semejantes a como ellos mismos eran simplificados por los que los miraban desde el centro: únicamente como instrumentos capaces de aumentar la riqueza personal o colectiva, nunca como seres humanos complejos e independientes, generadores de sus propios objetivos.

La palabra "desarrollo" como sinónimo de bienestar, utilizada por Marx en el prólogo a su obra máxima, *El Capital*, fue la que escogió Schumpeter en su libro de juventud *The Theory of Economic Development* (Schumpeter, 1911); la usó Freud en otro sentido, como desarrollo cultural, para proponerle a Einstein una alternativa a la guerra (Freud, 1932). Y después de que esta terminara, fue recogida por un grupo de economistas vinculados al Banco Mundial y ansiosos de proponer una salida diferente a la búsqueda del paraíso comunista.

Sin embargo, fue en América Latina donde se aplicó por primera vez en el ámbito político la idea de que la economía, los modelos económicos diseñados en Europa para otras épocas, podían resolver aquí todos los problemas. La idea de desarrollo que había sido tratada por Smith, por Marx, por Schumpeter y por Lenin, al finalizar la Segunda Guerra Mundial, fue acogida por Truman después de que un puñado de economistas contratados por las Naciones Unidas construyeron a las carreras un modelo aplicable a los países pobres como alternativa a la promesa de un paraíso comunista (Truman, 1949).

El primer país en donde trató de aplicarse fue en Colombia, y es también en ese país donde hemos sufrido los fracasos de todas las variaciones que se han inducido en el modelo inicial para tratar de que funcione y acabe con la pobreza y con la inequidad. Prebisch, economista argentino en la CEPAL, no logró convencer de que el problema está precisamente en las consecuencias de la situación económica

global (Prebisch, 1949). Fue un economista latinoamericano, el brasileño Celso Furtado, quien expresó más claramente el fracaso. Furtado escribió en 1975:

Ahora sabemos de manera irrefutable que las economías de la periferia nunca serán desarrolladas, en el sentido de ser semejantes a las economías que forman el actual centro del sistema capitalista. Pero ¿cómo negar que esa idea ha sido de gran utilidad para movilizar a los pueblos de la periferia y llevarlos a aceptar enormes sacrificios, para legitimar la destrucción de formas de vida arcaicas, para explicar y hacer comprender la necesidad de destruir el medio físico, para justificar formas de dependencia que refuerzan el carácter predatorio del sistema productivo? (Furtado, 1975, p. 37).

En nuestro continente hoy el Buen Vivir es presentado como el concepto alternativo principal al de desarrollo, inclusive al más específico de desarrollo sostenible. Surge este concepto de los países en donde es más fuerte la presencia indígena, Bolivia y Ecuador, y en esos países ya está inscrito en sus Constituciones Políticas (Gudynas, 2011). El Buen Vivir está conectado con lo que era la presencia humana antes de la conquista española y con sus relaciones con lo que denominaban la Pacha Mama. Algunos ambientalistas importantes ya se han pronunciado acerca de la importancia de este nuevo concepto, para mí mucho menos confuso que la palabra desarrollo y menos manipulable que el desarrollo sostenible. Los conflictos ambientales son más manejables si el objetivo de las personas dejara de ser el enriquecimiento o el poderío y se redujera a ser, a vivir bien, en paz con el resto de la naturaleza. Pero, ¿cómo inducir esta nueva idea tan diferente a toda la retórica del poder y del dinero?

¿Podrían dos palabras —Buen Vivir— reemplazar esa palabra, Desarrollo, que se ha convertido en el único objetivo de las políticas públicas latinoamericanas? No es una casualidad que la palabra haya surgido en el Ecuador y en Bolivia, países en donde la izquierda prospera y en donde las teorías sobre la posibilidad del desarrollo económico parecieran estar más lejos de la realidad, y las poblaciones indígenas ostentan más presencia política y cultural (Acosta, 2010). En Colombia, la líder campesina más exitosa, Olga Castro, que ha logrado derrotar electoralmente en Cajamarca a una de las compañías mineras más poderosas del planeta, en una reunión reciente dijo que una de las razones de su triunfo era que su pueblo "era un paraíso" y había que conservarlo.

Esa presencia, completamente inusitada, del Buen Vivir en un pueblo que, como todos los colombianos, ha sufrido los mil azotes de la pobreza, la ignorancia, la desidia, la corrupción, el narcotráfico, la guerra, lo que indica es la posibilidad de mirar el mundo en forma diferente. Y lo que demuestra es que la complejidad del cerebro humano puede mantenerse aún en tales circunstancias. Tal vez lo que estamos presenciando es la resurrección de las palabras que los filósofos siempre usaron para identificar lo humano: palabras como bondad, amistad, belleza, amor, justicia, pasión. Y eso sucede mirando el paisaje americano, más concretamente mirando el paisaje estructural y resiliente de los Andes húmedos, fríos y calientes, en donde Olga logró que el 99% de sus conciudadanos defendieran un volcán, el Machín, con sus enormes laderas cubiertas de cenizas volcánicas. La complejidad del cerebro de Olga y de sus conciudadanos ha permitido que ellos miren diferente, que los cascabeles y las cuentecillas de oro de Colón ya no tengan el mismo trágico impacto.

La ecología política y la ecología integral podrían aprovechar estas muestras de complejidad de la realidad latinoamericana para plantear soluciones ecológicas, económicas y sociales no ideologizadas. Las experiencias de los últimos años tienen enseñanzas de gran importancia, como la imposibilidad de que los ingresos provenientes de la venta del capital natural sean suficientes para proporcionar bienestar a todos los ciudadanos; la vulnerabilidad de las ciudades construidas en las laderas de las montañas o en las planicies inundables; la inestabilidad de las inversiones de los extranjeros; la casi imposibilidad de competir con nuestras manufacturas; el bajo porcentaje de la población que obtiene ganancias de la agricultura en gran escala; los enormes costos sociales y económicos de las ciudades construidas sobre los Andes; las dificultades insalvables del desarrollo científico y la investigación; los costos sociales, políticos y económicos de la segregación y la exclusión; la persistencia de la pobreza y la falta de equidad, a pesar de todas las políticas públicas extranjeras que hemos aplicado para acabarlas; la emergencia de fallas éticas cuando los gobernantes permanecen demasiado tiempo en el poder; la inutilidad de los levantamientos armados; la necesidad de legalizar el uso de drogas psicoactivas para evitar, entre otros males, el enriquecimiento de grupos criminales; la urgencia de conocer detalladamente las características de los ecosistemas que conforman nuestro territorio; la enorme complejidad y diversidad de la ciudadanía; la gran importancia de factores no económicos, entre ellos la dignidad de los pobres, cuando se trata de lograr el Buen Vivir.

El reconocimiento de esta enorme complejidad de la realidad latinoamericana podría conducir al olvido de las antiguas recetas europeas y norteamericanas y a lograr soluciones propias. El Buen Vivir podría ser el objetivo capaz de generar nuevas formas de ver la economía y la política, solo como partes de la complejidad del ser humano que vive en un territorio físico específico. Y así, libres de los dogmas de izquierda y derecha, tal vez seríamos capaces de encontrar nuevas formas de convivir, de educarnos, de ordenar el espacio, de proporcionar ingresos básicos a todos los ciudadanos.

¿Podría esa idea aparentemente tan sencilla —la que unida a mucho de lo que hemos pensado y dicho los latinoamericanos— lograr el milagro de unirnos en un inmenso país verde, en una nueva oportunidad para la humanidad? Nuestra desunión, tan absurda, podría ser el campo ideal para que fuera real un gran encuentro que ayudara, por ejemplo, a disolver el Conflicto Principal: la conquista armada de una cultura que apenas se estaba construyendo, la imposición forzada de una minoría sobre millones de indígenas, cinco siglos de humillaciones simplificadoras.

Los pensadores latinoamericanos inicialmente se unieron con entusiasmo a la nueva propuesta, pero luego personas como Prebisch y Furtado fustigaron desde la economía propia ese unirse al pensamiento ajeno. Posteriormente, Acosta, Ángel, Boff, Castro, Elizalde, Escobar, Gallopín, Gligo, Gudynas, Leff, Lugari, Marino, Morello, Rodríguez, Sejenovich, Toledo, van Neff, Wilches y cientos más, incluido Francisco, han ido conformando lo que pudiera llamarse un ambientalismo latinoamericano, una de cuyas características es tener un mirar propio.

REFERENCIAS

- Acosta, Alberto. *El Buen Vivir: sumak kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria Editorial, 2013. 144 p. ISBN 9788498885175.
- Anderson, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Zahar, 1967. 112 p.
- Aydalot, Philippe. *Dynamiques spatiales et mutations industrielles*. Paris: Éditions Economica, 1985. 269 p. ISBN 9782717808646.
- Bachelard, Gaston. *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- Bateson, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1972. 545 p. ISBN 9780226039053.
- Bentham, Jeremy. *Introduction to the principles of morals and legislation*. London: Oxford University Press, 1907. (Original de 1789). Disponível em: <https://www.earlymoderntexts.com/assets/pdfs/bentham1780.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.
- COLOMBIA. Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección al Medio Ambiente. Decreto Ley 2811 de 1974. Bogotá: Ministerio de Agricultura, Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente (INDERENA), 1974.
- Elster, Jon. *Tuercas y tornillos de las ciencias sociales*. Tradução de Miguel Candel. Barcelona: Gedisa, 1990. 215 p. ISBN 8474321488.
- Espinoza, Oscar. Centralismo ideológico y representaciones sociales del espacio. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 37, p. 70–83, 2010. ISSN 0123-885X.
- Freud, Sigmund. *Por qué la guerra? Correspondencia con Albert Einstein*. París: Instituto Internacional de Cooperación Intelectual, 1933. (Publicación original: 1932). Disponível em: <https://www.un.org/es/global-issues/por-que-la-guerra>. Acesso em: 23 maio 2025.
- Friedmann, John. A general theory of polarized development. In: HANSEN, Niles (ed.). *Growth centers in regional economic development*. New York: The Free Press, 1972. p. 82–107. ISBN 9780029142503.
- Friedmann, John. A general theory of polarized development. In: HANSEN, Niles (ed.). *Growth centers in regional economic development*. New York: The Free Press, 1972. p. 82–107. ISBN 9780029142503.
- Gudynas, Eduardo. *Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo*. Quito: Ediciones Abya Yala, 2011. 168 p. ISBN 9789978229234.
- Johnson-Laird, Philip Nicholas. *Mental models: towards a cognitive science of language, inference, and consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. 513 p. ISBN 9780521273918.
- Just, Marcel; Varma, Sashank. The organization of thinking: what functional brain imaging reveals about the neuroarchitecture of complex cognition. *Cognitive, Affective & Behavioral Neuroscience*, v. 7, n. 3, p. 153–191, 2007. DOI: <https://doi.org/10.3758/CABN.7.3.153>.

- Just, Marcel; Varma, Sashank. The organization of thinking: what functional brain imaging reveals about the neuroarchitecture of complex cognition. *Cognitive, Affective & Behavioral Neuroscience*, v. 7, n. 3, p. 153–191, 2007. DOI: 10.3758/CABN.7.3.153.
- Kahneman, Daniel. *Thinking, fast and slow*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.
- Leff, Enrique (org.). *La visión ambiental compleja*. México, D.F.: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA); Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM); Siglo XXI Editores, 2000. 303 p. ISBN 9682323241.
- Leff, Enrique et al. *La complejidad ambiental*. 1. ed. México, D.F.: Siglo XXI Editores, 2000. 277 p. ISBN 9682323241.
- Lipietz, Alain. *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le Tiers Monde*. Paris: La Découverte, 1990. 284 p. ISBN 9782707118075.
- Lipietz, Alain. *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le Tiers Monde*. Paris: La Découverte, 1990. 284 p. ISBN 9782707118075.
- Martínez Alier, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 376 p. Tradução de Tania Pellegrini. ISBN 8572443799.
- Merleau-Ponty, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- Monod, Jacques. *Le hasard et la nécessité: essai sur la philosophie naturelle de la biologie moderne*. Paris: Éditions du Seuil, 1970. 213 p. ISBN 2020004289.
- Morello, Jorge. *Ecología y medio ambiente en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1977. 242 p.
- Morello, Jorge. *La cuestión ambiental en América Latina: su enfoque geográfico y ecológico*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), 1995. 210 p. ISBN 9502904753.
- Morin, Edgar. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1990. 127 p. ISBN 8474321844.
- Nietzsche, Friedrich. *Genealogía de la moral: un escrito polémico*. Traducción de Andrés Sánchez Pascual. Madrid: Alianza Editorial, 2007. (Original de 1887). ISBN 9788420660703.
- Nietzsche, Friedrich. *Zur Genealogie der Moral: eine Streitschrift*. Leipzig: C.G. Naumann, 1887.
- Ortega Y Gasset, José. *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Revista de Occidente, 1961. 232 p.
- Panksepp, Jaak. *Affective neuroscience: the foundations of human and animal emotions*. New York: Oxford University Press, 1998. ISBN 9780195096732.
- Parsons, Talcott. *The social system*. New York: The Free Press, 1951. 556 p.
- Pérez Rincón, Mario. Los conflictos ambientales en Colombia: una aproximación desde la ecología política. In: LEFF, Enrique; ALIMONDA, Héctor; ACSELRAD, Henri (org.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Tomo I. Ciudad de México: CLACSO; Siglo XXI Editores, 2015. p. 241–272. ISBN 9786070307854.

- PNUMA – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. Declaración de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano. Estocolmo, 5–16 de junio de 1972. Nairobi: PNUMA, 1972.
- PNUMA – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. Informe sobre el estado del medio ambiente 1972–1992: Cuidar la Tierra. Nairobi: PNUMA, 1992. 310 p. (Colección Medio Ambiente y Desarrollo).
- Prebisch, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Santiago: CEPAL, 1949. (E/CN.12/89/Rev.1).
- Prebisch, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. Santiago: CEPAL, 1949. (E/CN.12/89/Rev.1).
- Ramonedá, Josep. El centrismo como negación de la ideología. *El País*, Madrid, 10 jul. 2004. Sección Opinión.
- Román, Manuel. ¿Qué es ambientalismo? La visión ambiental compleja. Nairobi: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), 2003. 120 p. Colección Medio Ambiente y Desarrollo.
- Rostow, Walt Whitman. The stages of economic growth: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. 179 p. ISBN 9780521097101.
- Schumpeter, Joseph A. The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. Tradução de Redvers Opie. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934. 255 p. (Original de 1911). ISBN 9780674879904.
- Simon, Herbert A. Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations. 2. ed. New York: The Free Press, 1957. 259 p. ISBN 0029289718.
- Smith, Adam. La riqueza de las naciones: investigación sobre su naturaleza y causas. Traducción de Carlos Rodríguez Braun. Madrid: Alianza Editorial, 2006. (Original de 1776). ISBN 9788420649449.
- Truman, Harry S. Inaugural Address. 20 jan. 1949. In: Public Papers of the Presidents of the United States: Harry S. Truman, 1949. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, 1964. p. 1–5.
- Van Dijk, Teun A. Cognitive psychology and discourse: towards a multidisciplinary theory of cognition and text processing. In: PETÖFI, Janos S.; ÖSTERREICHER, Walter (ed.). Text – Kontext – Konstitution. Hamburg: Buske Verlag, 1983. p. 123–153.
- Van Dijk, Teun A. Discourse and context: a sociocognitive approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. ISBN 9780521895592.
- Van Dijk, Teun A. Ideología: una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999. 248 p. ISBN 8474326846.
- Van Dijk, Teun A. Ideology: a multidisciplinary approach. London: SAGE Publications, 1998. ISBN 9780761956549.

A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap13

Carlos Eduardo Silva do Nascimento 

Victor Luccas Maffei Costa 

Douglas Verbicaro Soares 

INTRODUÇÃO

A discriminação e ódio contra o indivíduo homossexual é um fator corriqueiro presente em nossa sociedade, não apenas no Brasil, mas como em todo o mundo. Tal aversão é definida como homofobia que, assim como o racismo, tem a tentativa de incitar a inferioridade de pessoas diferentes, visando excluí-las e marginalizá-las perante à comunidade. O termo “homofobia” foi registrado pela primeira vez em 1973 pelo psicólogo George Weinberg em seu livro *Society and the Healthy Homosexual*, destacando o medo do ser humano pelo diferente, num contexto histórico que não favorecia os homossexuais (Weinberg, 1973, p.20).

Apesar do preconceito enraizado, nem sempre a situação homoafetiva foi vista como algo para ser odiado, havendo até civilizações que aceitavam a prática da homossexualidade. É o caso da antiguidade grega, que não se preocupava em definir sexualidade já que o homem era o gênero de poder na sociedade e a mulher vista como um ser reprodutivo, mas alguns deles mantinham relações sexuais com outros homens apenas por prazer e satisfação. Na época não se tinha uma conceituação sobre heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, mas as distintas orientações sexuais existiam. Esse ponto é fundamental para entender que o homossexual não é uma criação contemporânea adquirida por influência, sendo isso um argumento homofóbico (Moreira Filho & Madrid, 2008, p.4).

No entanto, houve um período na história em que a Igreja Católica regia toda a Europa, enquanto no Oriente, o Islamismo começava sua dominação. Ambas as ideologias foram extremamente fortes contra a prática da homossexualidade, fazendo a cultura greco-romana baseada nisso, desaparecer, e a partir da propagação ideológicas dessas religiões monoteístas, começou-se a repressão do homossexual em aflorar seus desejos sexuais. A religião e sua força na Idade Medieval foram tão fundamentais para os pensamentos homofóbicos que até hoje, quase 600 anos depois do fim da Era Média, muitas pessoas utilizam de textos e palavras da época para tentar justificar seu ódio. Enquanto em muitos países dominados pelo Islã, a homossexualidade é punida com a morte (Faro, 2015, p.123).

O entendimento dessa abordagem histórica é importante para perceber a necessidade de falar sobre homossexualidade e homofobia, visto que os homossexuais se esconderam por séculos, vivendo uma vida indigna de Direitos Humanos. A evolução do pensamento crítico, advento do Iluminismo, não deve se resumir a apenas outros campos da sociologia, mas à sexualidade humana e suas dificuldades também. Entrelaçando com o Direito, que no Brasil, é fruto de um Estado Democrático regido pelos Direitos Humanos e pelo princípio da Dignidade da Pessoa Humana (Keske & Marchini, 2019, p. 20). Mas que ainda não tem uma norma, fundamentando a criminalização da homofobia no país, mesmo sendo parte do gráfico de nações com maiores índices de homicídio de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBTs (Acoverde & Sousa, 2019).

A Constituição Federal de 1988 define em seu art. 4º, inciso II, a prevalência dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Esse princípio está diretamente relacionado com os crimes de homofobia, que ainda não são criminalizados por lei específica. A necessidade da criação de uma lei que vise a proteção de pessoas LGBT se dá devido a marginalização que essa comunidade possui, somado com os altos números de violências e homicídios dessas pessoas. A condição de possuir orientação sexual diversa do comum, definido pela própria sociedade, gera uma segregação social, que torna os homossexuais, bissexuais e transgênero parte de uma minoria. Quando existe uma minoria, automaticamente existe poder exercido por uma maioria sobre a segregada, trazendo à tona uma necessidade de amparo legal diverso do empregado para todos, sendo isso a realização da equidade (Silva & Bahia, 2015, p. 27).

Por mais que ainda não tenha lei específica combatendo e criminalizando a homofobia, ocorreram várias tentativas de implementar legislação que versasse sobre o tema. Em 2001, a Deputada Federal Iara Bernardi propôs um projeto de lei que regulamentaria crimes provenientes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo e orientação sexual. O projeto foi aprovado apenas em 2006, no qual foi para o Senado Federal e foi convertido para Projeto de Lei nº 122/2006. No entanto, na segunda casa legislativa, o projeto ficou esquecido por anos, tendo o seu arquivamento feito em 2014 por nenhuma manifestação para julgá-lo. A partir disso, é notável a gritante falta de compromisso do Poder Legislativo para com a Constituição Federal e seus princípios de Direitos Humanos, sendo omissos às questões de homofobia que estão enraizadas na nossa sociedade e precisam ser combatidas (Nogueira, 2019, p. 42).

Por fim, em 2019, o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 (ADO), onde o órgão se manifestou devido à omissão das casas legislativas em propor leis que visam combater e criminalizar práticas discriminatórias resultantes de preconceito de gênero, sexo e orientação sexual. No julgamento, de relatoria do Ministro Celso de Mello, foi reconhecida a negligência do Congresso Nacional em promover a igualdade e bem-estar de todos (Gonçalves, 2010). Dando brechas para que a homofobia continue sendo aplicada sem freios e não garantindo o princípio da Dignidade da Pessoa Humana para indivíduos LGBTs, que têm de viverem escondidos e reprimidos por uma sociedade heteronormativa discriminatória.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica, que buscou em artigos científicos, na doutrina e na própria decisão da Suprema Corte a concretude necessária para a realização deste trabalho, são apresentados os argumentos favoráveis e contrários à decisão, de maneira a entender a real necessidade de uma iniciativa legislativa forte que busque criminalizar de maneira específica e rígida a homofobia e a transfobia no país. Para o estudo foram pensadas algumas perguntas: quais os argumentos favoráveis à decisão do Supremo? E os contrários?

Dessa maneira, no primeiro capítulo é feita uma análise minuciosa dos argumentos favoráveis à decisão do STF, já no segundo capítulo são analisados os argumentos contrários, e, por fim, na conclusão percebemos o que pode ser entendido de todo esse estudo e o que deve ser levado adiante para resolver de maneira eficaz o problema da homofobia e da transfobia, que ainda se faz tão presente no nosso cotidiano.

DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À DECISÃO DO STF QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO Nº 26

Para a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, os argumentos favoráveis utilizados se transvestem de vários princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, garantidos pela Constituição Federal de 1988. Esses princípios estão relacionados à Direitos Humanos Coletivos e Individuais, pois a garantia de uma norma que visa criminalizar atitudes discriminatórias e desumanas deve ser fundamental no Brasil.

Apesar de todos os movimentos sociais, que ganharam muita força no final do século XX, no Brasil houve diferentes tentativas para a criminalização da homofobia, porém todas sem sucesso. A mais conhecida é o projeto de Lei 122/2006 (ou projeto de Lei 5.003/2001), que visava criminalizar práticas discriminatórias motivadas pela orientação sexual. Este projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2006, mas devido à demora do Senado Federal em julgar o projeto, foi arquivado em 2014, configurando mais uma tentativa falha da criminalização da homofobia em solo brasileiro (Freire & Cardinali, 2012, p. 18-19).

Foi em 2019, cinco anos depois do arquivamento da Lei Complementar 122/2006, que o Supremo Tribunal Federal trouxe ao plenário a omissão legislativa em criar lei específica para criminalizar a homofobia. Antônio Baptista Gonçalves (2020) relata que a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 foi um julgamento do Supremo, com relatoria do ministro Celso de Mello, que reconheceu a negligência do Congresso em legislar a favor da comunidade LGBT para combater e criminalizar atos de ódio destinados a esta minoria. O julgamento teve uma vitória de cinco votos a três, enquadrando o pedido de crime por homofobia à lei de racismo – Lei 7.716 de 1989.

A ADO nº 26 foi formulada em juízo pelo Partido Popular Socialista que, diante dos altos índices de homofobia no país e da mora legislativa, veio a pedir criminalização específica para os crimes contra

a orientação sexual e identidade de gênero. Para isso, como não há legislação específica, os crimes de homofobia e transfobia foram enquadrados nos crimes de racismo, definidos na Lei nº 7.716/89.

O julgamento da ação deu-se em 2019, com o ministro Celso de Mello sendo o relator, amplamente conhecido pelas suas defesas de direitos dos grupos vulneráveis. Em seu voto, o ministro destacou:

Os dados estatísticos revelados pelos “amici curiae” demonstram que a comunidade LGBT no Brasil é, reiteradamente, vítima das mais diversas formas de agressão motivadas, única e exclusivamente, pela orientação sexual e/ou identidade de gênero dos indivíduos, sendo as agressões físicas – lesões corporais e homicídios – a concretização efetiva do comportamento racista dirigido contra essa minoria, dissonante do padrão hétero-normativo prevalecente na sociedade brasileira (Melo, 2019, p. 56).

É perceptível desde a propositura desse Remédio Constitucional que o que norteia a ação são os graves e elevados índices de violência contra pessoas LGBTQIA+, onde vivem no país ocidental que mais mata indivíduos devido sua orientação sexual ou identidade de gênero diferente, dados trazidos pelo próprio relator em seu voto.

A Procuradoria Geral da República, em seu parecer, reafirmou a necessidade de enquadramento da homofobia e transfobia à Lei do Racismo, também destacou a urgência do pedido, pois a mora legislativa ocorre desde a redemocratização brasileira.

Nesse sentido, será possível acolher o pedido de aplicação da Lei 7.716/1989 para todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente), ofensas (individuais e coletivas), homicídios, agressões, ameaças e discriminações motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima. Tal pedido repousa na técnica de interpretação conforme a Constituição, em que o Supremo Tribunal Federal poderá adotar decisão de perfil moderadamente aditivo a partir da legislação existente. Ao tempo em que se respeita a vontade manifesta do Poder Legislativo, externada em lei vigente por ele criada, concede-se interpretação extensiva, sintonizada à realidade social (Barros, 2015, p. 28).

Neste sentido, quanto à própria ADO, o Supremo Tribunal Federal julgou e procedeu os pedidos, mas não estipulou prazo para o Congresso Nacional elaborar lei que preencha aquela lacuna inconstitucional. Por isso, além de declarar a omissão das casas legislativas, foi necessário aplicar legislação já existente nos casos de homofobia e transfobia. Ao fazer isso, o poder Judiciário não está legislando, como alguns críticos da ADO nº 26 costumam dizer, mas sim garantido que a Constituição não deixe de ser aplicada, mesmo que a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal não crie as leis necessárias para garantia da dignidade da pessoa humana.

Quanto a isso, a jurista Flávia Piovesan argumenta que:

A título de proposição, sustenta-se que mais conveniente e eficaz seria se o Supremo Tribunal Federal declarasse inconstitucional a omissão e fixasse prazo para que o legislador omissor suprisse a omissão inconstitucional, no sentido de conferir efetividade à norma constitucional. O prazo poderia corresponder ao prazo da apreciação em “regime de urgência” que, nos termos do art. 64, § 2º, do texto, é de quarenta e cinco dias. Pois bem, finalizado o prazo, sem qualquer providência adotada, poderia o próprio Supremo, a depender do caso, dispor normativamente da matéria, a título provisório, até que o legislador viesse a elaborar a norma faltante. Esta decisão normativa do Supremo Tribunal Federal, de caráter temporário, viabilizaria, desde logo, a concretização de preceito constitucional. Estariam então conciliados o princípio político da

Portanto, apesar das críticas quanto à natureza da ADO nº 26, verifica-se que o seu conteúdo é de suma importância para a população, caracterizando um bem maior com força constitucional, pois trata-se de princípios como Dignidade da Pessoa Humana, Direito à Vida e a Liberdade.

O Ministro Gilmar Mendes, em seu voto, reiterou a divisão dos poderes do Estado, citando a necessidade de suas independências e autonomias para que haja harmonia entre a sociedade e o Estado Democrático de Direito. No entanto, no caso de omissão de um desses poderes, deve o outro fiscalizar para que não fujam das linhas constitucionais.

Nós poderíamos ter aqui dificuldades de compreensão, talvez, no campo da divisão dos Poderes, mas é inequívoco, a meu ver, que, como deixou bem claro o Decano no seu voto, e depois nos votos que o seguiram, que a decisão do Tribunal com força normativa colmatativa terá sua ultratividade cessada no momento em que promulgada a lei. Portanto, aqui está estabelecido, de maneira muito clara, o respeito que se deve ter às instituições. [...] Portanto, a mim me parece que, aqui, não há conflito, pelo contrário, acho que há complementação. E Vossa Excelência tem representado muito bem o Tribunal e chamado a atenção, inclusive para a necessidade de que nós observemos os limites dos Poderes. Isso é fundamental, inclusive porque os Poderes devem ser independentes e harmônicos. É preciso que haja, portanto, o exercício respeitoso das funções. Mas, aqui, não se pode esquecer que, de fato, a Constituição conferiu ao Supremo Tribunal Federal esta dimensão de fazer uma verificação, uma aferição da omissão legislativa, considerando que ela pode ser lesiva aos direitos fundamentais (Mendes, 2019, p. 360).

Por fim, entende-se previamente a necessidade de criação de legislação específica para a criminalização da homofobia, pois é visto que, no Brasil, os casos de homofobia e transfobia não são raros. A ofensa à dignidade humana de cada um é crime e, devido ao contexto histórico em que a sociedade brasileira evoluiu, ainda é grande a carga de preconceitos e discriminações às pessoas LGBTQIA+. Por isso o Supremo agiu, visto a omissão do Congresso Nacional em legislar, pois diversos projetos de lei foram colocados em pauta, mas nenhum foi aprovado. Enquanto isso não ocorrer, fez-se necessário criminalizar a homofobia por outros métodos constitucionais, que é a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À DECISÃO DO STF QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO DIRETA DE OMISSÃO DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 26

Mesmo que tenha sido recebido de maneira tranquila e sem maiores problemas por boa parte da sociedade civil, existem setores que não concordam ou que veem complicações no julgamento conjunto da ADO nº 26/DF e do MI nº 4.733/DF. Algumas das opiniões contrárias encontram-se no próprio campo do Direito, em razão de diversos autores apontarem que a Suprema Corte, por meio do julgamento, violaria os princípios constitucionais da cidadania e do pluralismo político, além de atuar como legislador positivo ao criar um tipo penal, usurpando o papel do Congresso brasileiro e desrespeitando a separação dos Poderes (Dos Reis, 2020).

Antes de adentrar nas opiniões contrárias de autores e juristas ao julgamento do STF, é importante que se observe alguns pontos levantados em votos do processo. Os três votos contrários à equiparação da homofobia ao crime de racismo vieram dos ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Dias Toffoli (Master Juris, 2019). Em seu voto, Lewandowski reconhece a necessidade de se criminalizar condutas que discriminem principalmente grupos minoritários, que notadamente possuem menos força para se defender de ataques, e cita o artigo 5º, XLI, da Constituição, que deixa claro que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (Brasil, 1988) (Lewandowski, 2019).

Lewandowski entende a omissão parlamentar frente à questão da homofobia como um fenômeno não apenas jurídico, mas sobretudo político. Admite também que a judicialização pode ajudar a inserir determinados temas na agenda política, e que todos os Poderes possuem uma dívida histórica com os grupos oprimidos. Porém, o ministro acredita que estender o tipo penal para que este abrigue situações não tipificadas de maneira específica pela norma penal incriminadora atenta contra o princípio da reserva legal, que determina que as obrigações dos indivíduos só podem ser criadas por espécies normativas produzidas em conformidade com o devido processo legislativo (Lewandowski, 2019).

Dessa maneira, Lewandowski vota para que seja parcialmente provida a ação, “de maneira a reconhecer a mora legislativa, dando-se ciência ao Congresso Nacional para a adoção das providências necessárias” (Lewandowski, 2019, p. 19). Ou seja, embora reconheça a omissão legislativa quanto à criminalização da homofobia, não acredita que o papel de preencher esse vazio pertença ao Poder Judiciário, mais especificamente à Suprema Corte (Lewandowski, 2019).

Quanto ao ministro Marco Aurélio, este opta por não reconhecer em seu voto a omissão legislativa quanto à criminalização específica da homofobia e da transfobia, além de pedir que se respeite o princípio da reserva legal e a separação dos Poderes. Marco Aurélio não entende que o STF seria responsável por suprir a omissão legislativa, e que tal omissão nem sequer existiria, pois não há ordem para que o legislador tome qualquer providência sobre o assunto (Aurélio, 2019):

Eventual opção pela criminalização de condutas motivadas pela ‘orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima’ há de se dar na esfera própria, em outra parte da Praça dos Três Poderes que não o Plenário do Supremo, não podendo, possível omissão, ser suplantada por exegese extensiva da legislação em vigor. Ausente imposição, no âmbito criminal, de ordem ao legislador, reconhecer eventual omissão do Congresso Nacional não merece apoteose (Aurélio, 2019, p. 556).

Portanto, para Marco Aurélio, o MI e a ADO não são vias adequadas para esse tipo de pedido, e não é dever da Suprema Corte interpretar uma lei de modo a ampliar a sua aplicação (Master Juris, 2019). Já o ministro Dias Toffoli acompanhou de todo o voto proferido por Lewandowski, mas chama a atenção para o fato de que todos os votos, mesmo com as suas divergências, condenam a discriminação, o ódio, o preconceito e a violência por razões de orientação sexual. Ao tomar nota disto, Toffoli cita o artigo 3º,

IV, da Constituição, que fala em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988) (Dias Toffoli, 2019).

Percebe-se pela análise dos três votos divergentes que estes concentram seus argumentos contrários principalmente na questão da separação dos Poderes e do princípio da reserva legal. E enquanto dois votos assumem que existe uma omissão legislativa quanto à criminalização da homofobia e transfobia, o outro diz não haver nada disso. Entretanto, os votos carregam em comum a ideia de que não cabe ao Poder Judiciário a ampliação do sentido de qualquer texto legal. Por fim, com relação ao julgamento, vale ressaltar determinados trechos das teses propostas pelo ministro relator Celso de Mello, fundadas no resultado do processo:

“1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”);

[...]

3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito” (De Mello, 2019, p. 559 - 560).

Importante notar por estes trechos que a equiparação da homofobia ao crime de racismo é válida apenas até o momento em que o parlamento decida legislar sobre a matéria, e que o conceito de racismo pode ser entendido também em sua dimensão social, ao ter o seu significado estendido para todos os grupos vulneráveis que sofrem com a subjugação e a dominação histórico-cultural. O jurista Bruno Medinilla de Castilho traz, em seu artigo “A Criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal: Conflitos Acerca da sua Legitimidade”, alguns argumentos contrários à legitimidade do STF em equiparar a homofobia ao crime de racismo, citando primeiramente a professora Luciana Boiteux, que entende que o princípio da reserva legal, um dos pilares do Direito Penal, seria violado pelo julgamento (De Castilho, 2021).

Para Boiteux, compete apenas ao Poder Legislativo a previsão de crimes, e não ao Judiciário, e por conta disso o desrespeito ao princípio da reserva legal implicaria diretamente na violação do princípio da separação dos Poderes. Um alerta deixado por Boiteux, explica De Castilho, é o do precedente que a decisão do STF pode abrir, tendo em vista que futuros julgamentos podem considerar criminosos atos e grupos ligados aos setores mais progressistas da sociedade (De Castilho, 2021).

Já Gustavo Badaró em sua crítica inicial também toca na tecla do princípio da reserva legal, já que os atos discriminatórios contra a comunidade LGBT não estão acolhidos pela Lei nº 7.716 de 1989, que especifica o crime de racismo. Além disso, Badaró também critica a interpretação do STF de que o racismo também poderia englobar outras discriminações a grupos minoritários, ao pontuar que as palavras “homossexual”, “bissexual”, “heterossexual”, “intersexual”, “pansexual” e “assexual” não teriam como ser interligadas com os substantivos presentes no artigo 1º da lei de combate ao racismo, que são “raça”, “cor”, “etnia”, “religião” e “procedência nacional” (De Castilho, 2021). De Castilho termina a sua análise sobre a posição de Badaró ressaltando as opiniões do jurista sobre a matéria:

Compreende o jurista, pois, que ao julgador cabe interpretar a lei, mas jamais reescrevê-la. Não lhe é atribuído o poder normativo, já que há garantia constitucional de reserva de lei. Estar-se-ia, nesse caso, substituindo o princípio da legalidade por um de “jurisdicionalidade”, em que um órgão judiciário determinaria a conduta criminosa, em detrimento do papel do legislador. Embora não delimite, entende-se, ainda, que há referência ao “princípio da legalidade estrita”, já explorado anteriormente, uma vez que cabe ao Legislativo estabelecer os tipos penais de maneira precisa, clara e taxativa, vetando incerteza ou inovações, exatamente como pensa o professor (De Castilho, 2021, p. 62).

O último autor a ser mencionado por De Castilho é Eduardo Luiz Santos Cabette, que entende como imprudente a interpretação ampliativa do crime de racismo para que abarque outros preconceitos. Para Cabette, também existe na decisão do STF o desrespeito ao princípio da reserva legal, e trata o episódio como uma invasão do Judiciário na esfera legislativa (De Castilho, 2021).

Passando para a análise do artigo “Ativismo Judicial e a Nova Postura do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão: Justiça Social ou Criação Judicial de Norma Jurídica Penal na Equiparação da Homofobia e Transfobia ao Crime de Racismo”, seu autor, o jurista Wanderlei José dos Reis, aponta que ao criar um novo tipo penal, o STF atuou como legislador positivo, ou seja, criou nova norma, dessa maneira, segundo Reis, a separação dos Poderes é desrespeitada pela decisão da Suprema Corte (Reis, 2020).

Reis lembra que o artigo 103, § 2º, da Constituição Federal, ao tratar do instituto da ADO, deixa claro que o STF não pode suprir qualquer lacuna normativa que exista, como pode ser notado pela leitura do dispositivo (Reis, 2020):

Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias (Brasil, 1988).

Portanto, para o autor é importante que se note que o julgamento conjunto da ADO nº 26/DF e do MI nº 4.733/DF indica uma guinada jurisprudencial do STF, bastante comemorada por uns e criticada por outros. Reis entende que o ativismo judicial é um fenômeno não apenas jurídico, mas também político, que vem violando a Constituição e cada vez mais chamando a atenção da doutrina constitucional. O autor entende não haver omissão legislativa no caso em questão, pois tal omissão só poderia ocorrer se existisse uma ordem constitucional que impusesse ao Poder Legislativo o dever de criar determinada norma, o que não é o caso (Reis, 2020).

Para Reis, não é apenas porque o Poder Legislativo se mostra atrasado em relação a pautas como a da homofobia e da transfobia que o STF pode ampliar o sentido de determinada norma para que abarque essas questões. O autor reforça que a Suprema Corte fere os princípios da reserva legal e da separação dos Poderes ao julgar procedentes a ADO e o MI. Reis conclui este raciocínio afirmando que a situação pode configurar um caso de “usurpação, pelo juiz constitucional, de núcleo essencial de função dos órgãos com competência legislativa” (Reis, 2020. p. 45).

Por fim, em suas considerações finais, Reis se mostra contrário ao ativismo judicial e à decisão da Suprema Corte, que diz ferir princípios basilares da Constituição:

Dito isso, nos parece que, apesar de boa parte da doutrina constitucional e um segmento da sociedade ver como um avanço do STF o novo tratamento que vem sendo dado à ação direta de inconstitucionalidade por omissão e ao mandado de injunção, não se pode olvidar que o Tribunal, descredenciado para criar o direito in abstracto, mais uma vez, agora no julgamento da ADO n.º 26/DF e do MI n.º 4.733/DF, ao nivelar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo e atropelar o processo legislativo a esse respeito – que, naturalmente, demanda debates e maturação –, acabou por criar um novo tipo penal e, por consequência, a atuar de forma explícita como legislador positivo – em postura diametralmente oposta àquela idealizada por Kelsen de legislador negativo –, usurpando assim a função própria do Poder Legislativo (e do Executivo, através da sanção ou veto), que detém a legitimidade democrática para tanto, e incidindo em manifesto e preocupante ativismo judicial perturbador do regime democrático (Reis, 2020, p. 47).

Percebe-se então que os argumentos contrários à decisão do STF que julgou como procedentes a ADO n.º 26/DF e o MI n.º 4.733/DF se concentram justamente nos princípios da separação dos Poderes e da reserva legal. O ativismo judicial também é bastante criticado, pois ultrapassaria as barreiras entre os Poderes e abriria um precedente grave para novas decisões que possam surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a diversidade está sendo discutida cada vez mais pela população, entender que todos podem ser diferentes e respeitar essas diferenças é essencial para o desenvolvimento da sociedade e evolução humana. A homossexualidade e a bissexualidade devem ser respeitadas, assim como o padrão equivocadamente estabelecido (heterossexual dominante). Ser parte de uma minoria social pode ser traumatizante para muitas pessoas, que vivenciam diariamente o ódio e a discriminação, e o Direito deve agir para proteger essas minorias das injustiças causadas pela maioria, visto que não há proporcionalidade.

O Congresso Nacional se mostra competente em várias vertentes do direito brasileiro, criando leis diariamente que possam beneficiar alguém. No entanto, há uma omissão das casas legislativas em praticar os Direitos Humanos, garantindo uma lei específica que vise a segurança pessoal de indivíduos LGBTs. Essa omissão está diretamente relacionada com o preconceito estrutural contra esses indivíduos, fortemente influenciado pela religião cristã.

A “Bancada Evangélica” dos deputados não acha pertinente o julgamento de uma lei que verse sobre homofobia, pois, para eles, a prática da homoafetividade deve ser repreendida e combatida, portanto, não há pretensão para criação de uma lei que proteja essas pessoas. Veremos que esses

argumentos são desrespeitosos diretamente à Constituição Federal, que garante igualdade a todos, independente de sexo, raça, religião e orientação sexual, assim como vai de contra ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

A necessidade de uma norma social que lide com a homofobia se torna mais pertinente com o passar dos anos, visto que, no Brasil, os índices de criminalidade contra a minoria LGBT continuam em alta. É preciso que o Direito brasileiro atue nessa esfera de Direitos Humanos e estabeleça lei específica que verse sobre os crimes de homofobia. A omissão do Congresso é ação inconstitucional, conforme definida em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal em 2019.

Por mais que, desde o julgamento do STF, o ato de discriminar alguém devido a sexo, gênero ou orientação sexual seja considerado crime, é preciso que tenha mais do que isso. O crime de homofobia foi enquadrado na Lei 7.716/89, que trata sobre os crimes raciais, por isso, não é pertinente que ambos os crimes sejam regulamentados pela mesma lei.

Mesmo que existam argumentos contrários ao julgamento da ADO nº 26, até mesmo aqueles que são favoráveis à decisão concordam que casos de ódio contra a LGBTfobia devem ser regulamentados por legislação própria, visto que o contexto histórico-social não se equipara ao racismo, e cada crime deve ser tratado conforme suas peculiaridades e especialidades. Dessa maneira, a decisão do STF é apenas uma breve solução, que deve ocupar pelo mínimo de tempo possível o espaço de uma resolução permanente para um problema tão importante.

REFERÊNCIAS

- Acoverde, Léo; Sousa, Viviane. O Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas. In: G1 São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.
- Borrilo, Daniel. Homofobia: história e crítica de preconceito. Autêntica Editora: Belo Horizonte, Ensaio Geral 1, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.> Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão: ADO 26 DF 9996932-64.2013.1.00.0000. Relator: CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 13/06/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 06/10/2020. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>> Acesso em: 20 out. 2022.
- De Castilho, Bruno Medinilla. A CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONFLITOS ACERCA DA SUA LEGITIMIDADE. Revista Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 46-68, 2021.

- Dos Reis, Wanderlei José. ATIVISMO JUDICIAL E A NOVA POSTURA DO STF NAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO: JUSTIÇA SOCIAL OU CRIAÇÃO JUDICIAL DE NORMA JURÍDICA PENAL NA EQUIPARAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA AO CRIME DE RACISMO (ADO N.º 26/DF E MI N.º 4.733/DF). Revista Eletrônica do UNIVAG, n. 23, 2020.
- Faro, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. In: Revista Subjetividades, v. 15, n. 1, p. 124-129, 2015.
- Freire, Lucas; Cardinali, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social, da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. In: Revista Latinoamericana: Rio de Janeiro, p. 37-63, 2012.
- Gonçalves, Antonio Baptista. STF e a criminalização da homofobia. Migalhas. 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/319644/stf-e-a-criminalizacao-da-homofobia>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.
- Moreira Filho, Francisco Carlos; Madrid, Daniela Martins. A Homossexualidade e sua História. In: ETIC – Encontro de Iniciação Científica, p. 21-76, v. 4, n. 4, 2008.
- Nogueira, Millena Alves. Análise Jurídico-Constitucional da criminalização da homofobia: da omissão legislativa ao ativismo judicial. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2019.
- Portilho, Grazielle Jordão; Gonçalves, Me Jonas Rodrigo; Caldas, Paulo Gustavo Barbosa. O ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal na criminalização da homofobia e transfobia (ADO 26/DF). Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, v. 11, n. 40, p. 04-15, 2020.
- Redler, Ivana. Criminalização da homofobia no STF: veja como votou cada Ministro. Master Juris, 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://masterjuris.com.br/criminalizacao-da-homofobia-no-stf-veja-como-votou-cada-ministro/>>. Acesso em 20 out. 2022.
- Silva, Diogo Bacha E; Bahia, Alexandre Gustavo Melo Franco. Necessidade de criminalizar a homofobia no Brasil. In: Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, v. 60, n. 2, p. 177-207, 2015.
- Weinberg, George H. Society and the Healthy Homosexual. Garden City, Nova York, 1973.

A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção

Recebido em: 21/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap14

Bruno Cezar Malheiro 

INTRODUÇÃO

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie.
(Walter Benjamin)

As trilhas do desenvolvimento abertas no coração da Amazônia por meio de grandes projetos de mineração, não obstante as práticas discursivas que as colocaram num caminho de acertos, transformaram vidas humanas em objeto, povos e comunidades em extensões de uma natureza a ser dominada, mundos de vida em perigo e risco. Assim, essas trilhas são feitas de escombros, ruínas de mundos despedaçados. Ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista na região, esses empreendimentos criaram, e ainda criam, zonas de indiferença, espaços tornados não existentes, territórios cujas formas de sentir, pensar e se relacionar são apagadas da cartografia funcional ao (des)envolvimento.

Assim, pensar em grandes projetos de mineração na Amazônia significa visualizar dispositivos políticos que, ao reproduzirem a dependência como mote de integração global, não apenas desempenham a função de drenagem de matéria e energia por meio do saque neocolonial, como também possibilitam o uso da violência como processo de acumulação por espoliação, expropriando as condições de existência e as energias vitais de povos e comunidades tradicionais; fato este que torna o sacrifício, a destruição e a morte em caminhos naturalizados do que se institui colonialmente como progresso.

Foucault (2008) certa vez advertiu – invertendo a tese de Clausewitz, da guerra como continuação da política por outros meios – que, na verdade, é a política a continuação da guerra por outros meios. Se tomarmos a experiência da grande mineração na Amazônia, a partir daqueles que estiveram e ainda estão em seu caminho, perceberemos que ela se explica pela relação umbilical entre Estado, grandes corporações e frações do agronegócio local/regional; relação esta materializada em processos extrativos encadeados a complexas operações logísticas que suspendem leis em nome da lei e transformam o que se distingue da racionalidade dos empreendimentos em risco a ser gerido e eliminado. Assim, tais projetos

se tornam uma guerra aos povos e comunidades pelo desenho de uma geografia de exceção.

Podemos definir essa geografia de exceção como o exercício do que Mbembe (2014), lembrando Césaire e Fanon, chama de razão sacrificial, aquela ativada pelos processos de acumulação violentos, que transformam o outro em animal para o qual, pelos cortes de raça, está reservado o sacrifício. Nesse particular, quando Foucault (2008) demonstra que, para o exercício do poder biopolítico, torna-se necessário o ajustamento das populações aos movimentos econômicos, pergunta-se de que maneira a tecnologia do poder emergente, centrada na vida, poderia exercer o poder de morte. O racismo é a resposta dada, uma vez que, por ele, podem-se criar condições de aceitabilidade do poder de morte e garantir que a morte regulada de alguns signifique a vida regulada de outros. Por isso, o que queremos aqui é olhar os cacos das histórias e geografias de destruição deixadas por grandes projetos de mineração na Amazônia em territórios indígenas e quilombolas, para demonstrar os cortes raciais e étnicos e as marcas de exceção dos processos de territorialização desses megaempreendimentos.

Nestes termos, o sentido geral deste texto, portanto, é, por meio de uma pesquisa e análise bibliográfica e documental, problematizar a geografia histórica dos grandes projetos de mineração na Amazônia, que se instituem como dispositivos políticos centrais para a expansão/invasão capitalista nessa região a partir da década de 1950 até os dias atuais. Acreditamos que a compreensão dos rastros de destruição histórica e geográfica destes empreendimentos em distintos grupos, povos e comunidades amazônicas, particularizando povos indígenas e quilombolas, leva-nos a compreender as linhas de força que explicam as suas lógicas de territorialização. Desse modo, se entendemos que “a crítica da violência é a filosofia de sua história” (Benjamin, 2013, p. 155), nossa tarefa é transformar a memória dos grandes projetos minerais na Amazônia em um território em disputa, para que se consiga ver ruínas onde só se enxergam grandes construções, uma vez que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi, significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1993, p. 224).

A estrutura desse artigo está dividida em três momentos: o primeiro centra em uma leitura das violações da mineração aos territórios de povos indígenas na Amazônia; o segundo faz uma interpretação das intrusões da mineração em territórios quilombolas; enquanto o terceiro momento analisa a dinâmica espacial dos grandes projetos de mineração na Amazônia como processos de territorialização de exceção.

A MINERAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Qualquer exercício analítico sobre os grandes projetos de mineração na Amazônia não pode prescindir da compreensão de que tais empreendimentos, vistos por suas ruínas, expressam-se pelo exercício de uma razão sacrificial ou de uma geografia de exceção. Começamos nossa análise, então, encadeando fragmentos de histórias de violência aos direitos territoriais indígenas.

Em 1981, o presidente militar João Figueiredo assinava o Decreto Federal nº 86.630, de 23 de novembro de 1981 (Brasil, 1981), que interditava uma área no interior do território dos indígenas Waimiri

Atroari para fins de pacificação e atração dos indígenas. A mesma área de 536.800 hectares seria cedida à Mineração Taboca, do Grupo Paranapanema⁵⁹, para a exploração da mina do Pitinga, maior reserva de estanho do Brasil. Por trás do decreto, uma história de violações.

Os Waimiri Atroari, população indígena da família linguística Caribe, habitam uma parte do norte do Estado do Amazonas e sul do Estado de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiaú e do igarapé Santo Antônio do Abonari. Desde o século XVII e, mais profundamente, nas primeiras décadas do século XX, eles sofrem, de forma sistemática, várias tentativas de exploração de suas áreas por frentes econômicas ligadas à castanha, à borracha, à madeira e à mineração, que chegaram por meio de expedições, empresas e jagunços que sempre encontraram profunda resistência da parte desses povos.

Os Waimiri-Atroari não aceitaram os papéis de canoieiros, remeiros, mão-de-obra da construção civil (destino da maioria dos índios destruídos, 'descidos'), de seringueiros, de caucheiros, de balateiros. A essa condição social proposta pelos governos colonial, provincial, estadual e federal os Waimiri- Atroari responderam com a permanente atitude de guerra (Monte, 1992, p. 152).

Já na década de 1970, destaca-se a abertura da BR-174 para interligar Manaus-AM a Boa Vista-AC e dar acesso às minas de Pitinga. A obra ficou a cargo do Exército Brasileiro e vários relatos apontam a ocorrência de chacinas em territórios indígenas, como o relato de Egydio Schuwade, missionário do Centro Indigenista Missionário (CIMI) que alerta para o desaparecimento de 2.000 indígenas entre 1972 e 1975, sem o registro de um único atestado de óbito (CEV, 2012).

Com todo o aparato repressivo montado, a entrada da Mineração Taboca nas minas de Pitinga, após concessão do governo, deu-se por meio de aviões búfalo e tropas do Exército para expulsar garimpeiros e indígenas das áreas das minas. A violência da entrada do referido grupo de mineração se estabeleceu pela contratação dos serviços da empresa Sacopã, que, comandada por dois ex-oficiais e um oficial do Exército, prestava serviços à mineradora e a fazendeiros da região para realizar uma “limpeza” das áreas em questão. Um dos fundadores do Grupo Paranapanema, Octávio Cavalcanti Lacombe, chegou mesmo a defender a criação de uma polícia mineral (CEV, 2012).

Dessa maneira, nove aldeias dos Waimiri Atroari desapareceram após a entrada da mineradora e do Exército na região. Os indígenas chegaram a fazer expedições em busca das aldeias, denominadas de Tikiriya, mas sem sucesso. Frases do tipo “Taboca chegou, Tikiriya sumiu, por quê?” e “A casa toda furada. Parede caiu. Taboca foi no lugar onde Tikiriya morava” foram escritas pelos indígenas sobreviventes em trabalho de alfabetização do missionário Egydio Schuwade nas aldeias (CEV, 2012). Entretanto, além da estrada e da mineração, ressalta-se que em 1987 foi inaugurada a Hidrelétrica de Balbina, responsável por desalojar mais duas aldeias para a formação do lago.

A larga violação dos territórios indígenas pela mineração de cassiterita e estanho não se desenvolveu apenas nas reservas do Pitinga. Várias outras regiões foram mineradas em Rondônia, no sul

⁵⁹ Grupo empresarial criado em 1956, com atuação na Amazônia a partir de 1969, na exploração de minas de cassiterita e estanho e nas obras da rodovia Transamazônica em 1971, Hoje o grupo atua na fundição e refino de cobre primário e na produção de semimanufaturados de cobre.

do Amazonas e no norte do Mato Grosso. Os Tenharins⁶⁰, particularmente os Tenharim do Igarapé Preto, também tiveram seus territórios violados por garimpeiros e pela mesma empresa presente no massacre aos Waimiri Atroari, empresa Paranapenema, bem como pela Mineração Brasileira Estanho Ltda., cujas intrusões se deram por meio de várias frentes de exploração do estanho nas terras indígenas (Leonel, 1995).

Os processos de mineração industrial na Amazônia, com exceção das jazidas que exigem um alto investimento tecnológico para a extração mineral, ou vieram nas trilhas de garimpos ou mesmo trouxeram demandas de garimpeiros para a região. Nesse particular, os atentados às terras indígenas são incontáveis e muitos deles ainda desconhecidos. Entre os casos conhecidos, temos o massacre de mais de cinco mil Cinta Larga no noroeste do Mato Grosso e sudeste de Rondônia pela expansão dos processos de colonização e pelo avanço das empresas de mineração em seus territórios (Brasil, 2014). O relatório Figueiredo, produzido em 1967 a pedido do Ministério do Interior para verificar violências praticadas aos povos indígenas pelas frentes econômicas e por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), chega a descrever os ataques aos Cinta Larga e registra aviões jogando dinamite nas aldeias, mateiros caçando indígenas com metralhadoras, além da decapitação dos indígenas sobreviventes (Brasil, 1967).

Entre os casos de brutalidade, é preciso que se cite o chamado *Massacre do Paralelo 11*, em outubro de 1963, ocorrido durante uma expedição planejada por Francisco Amorim de Brito, pela empresa Arruda, Junqueira e Cia. Ltda. para verificar a existência de minerais preciosos na região do rio Juruena. A expedição terminou com, pelo menos, 7 indígenas mortos com requintes de crueldade (Poz Neto, 1991). Contudo, a mineração de pedras preciosas continuou, chegando a reunir, em 2004, cerca de 5 mil garimpeiros no território dos Cinta Larga.

Além dos Cinta Larga, a expansão de garimpos também afetou e ainda afeta os Yanomami, que, com a conivência do Estado, tiveram suas terras recortadas por interesses minerários de, pelo menos, 40 mil garimpeiros. Dentre as violações que provocaram 354 mortes entre os indígenas, é válido lembrar o Massacre de Haximu, em 1993, quando 16 indígenas foram assassinados por garimpeiros (Brasil, 2014). Na esteira da lógica do garimpo, os Munduruku, no Pará, ainda hoje convivem em seu território com pelo menos 20 mil garimpeiros em busca de ouro.

Voltando à mineração industrial, o primeiro megaempreendimento mineral na Amazônia, em Serra do Navio, no Amapá, também deixou rastros de destruição em terras indígenas. Através da expansão das pesquisas por parte da Indústria de Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), os indígenas Waiãpi foram contatados na década de 1970, sendo que algumas descobertas de ouro em seus territórios desencadearam a entrada de garimpeiros, o que provocou um surto de sarampo que matou pelo menos 50 indígenas. Em 1973, a FUNAI criou uma frente de atração para possibilitar a expansão da rodovia

⁶⁰ Os Tenharins já haviam sido mortalmente atingidos pela abertura da transamazônica, existindo, inclusive, denúncias de Margarida Tenharim à Comissão Nacional da Verdade de centenas de indígenas mortos em consequência da estrada (Brasil, 2014).

Perimetral Norte por sobre o Território Waiãpi, de modo que, enquanto os indígenas se agrupavam próximos à FUNAI, os garimpeiros entravam e seu território era cortado ao meio por 30 quilômetros de estrada (Gallois, 2011).

Vale ressaltar que a mineração industrial de ouro e ferro no município de Pedra Branca do Amapari (AP) também promove processos de intrusão no território dos Waiãpi. Essa dinâmica mineral – que já incluiu a empresa MMX, de Eike Batista, acusada pela Polícia Federal de cometer irregularidades no licenciamento ambiental da Estrada de Ferro do Amapá (construída pela ICOMI em 1957 e assumida pelo grupo em 2006) – também já envolveu, em relação ao minério de ferro, corporações como a Anglo American (Reino Unido), a Zamin (Índia) e a Internovia Natural Resources (Emirados Árabes Unidos), sendo que, na mineração de ouro, empresas como Algo Gold (África do Sul), que teve projeto recentemente assumido pela Gold Corp (Canadá), atuam na região. Portanto, processos territoriais transnacionais afetam os Waiãpi produzindo vários tipos de pressão.

Tantas violações fizeram com que os Waiãpi fossem alterando suas próprias formas de compreensão e projeção de sentidos ao território. De uma maneira de pensar o espaço sem a ideia de limite e a partir dos processos de sociabilidade, com as insistentes e violentas intrusões, a autorrepresentação étnica do “nós Waiãpi” torna-se um modo de enfrentamento ao ser alheio, o que culmina num processo de autodemarcação do território e na demanda por seu reconhecimento (Gallois, 1989).

Também não poderíamos deixar de mencionar, em termos de violações aos territórios indígenas, o Projeto Ferro Carajás, estabelecido na região a partir da década de 1980. Vários povos indígenas ficaram no caminho de um projeto que não apenas explorava o ferro da Serra dos Carajás e o transportava por ferrovia ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA), como também alterava decisivamente a dinâmica regional, atraindo, além de uma migração desenfreada, a entrada de madeireiros e a expansão de monocultivos responsáveis por redesenhar as formas e os conteúdos geográficos regionais. Por conta do projeto, foi assinado em 1982 um convênio entre a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para a elaboração de estudos técnicos de cerca de 90 aldeias e 24 postos indígenas, que totalizam uma população de 12.500 índios, entre o Maranhão, Pará e Tocantins (Vidal, 1986).

Não obstante a assinatura do convênio, já em seu segundo ano de vigência, em 1983, concomitante aos estudos antropológicos realizados e algumas demarcações feitas, “o poder executivo foi autor de vários projetos de lei, decretos e regulamentos, que reduziram os direitos patrimoniais indígenas” (Vidal, 1991, p. 69).

Os Apinaye, da família linguística Jê, hoje localizados no estado do Tocantins, mesmo incluídos no convênio CVRD/FUNAI, só tiveram parte de suas terras reconhecidas quando, em fevereiro de 1985, interromperam o tráfego da Transamazônica, após terem iniciado, por conta própria e em parceria com os Krahô, Xerente, Xavante e alguns Kayapó, a demarcação de seu território, que, por sua vez,

quando concretizada, retirou áreas importantes para a reprodução da vida dos indígenas, alterando o sentido e o tamanho do território indígena (Ladeira; Azanha, 2003).

Os Gavião, cujo povo Akrâtkatêjê já havia sido deslocado de seu território por conta da construção da UHE de Tucuruí e concentrado, junto aos povos Parkatêjê e Kyikatêjê, no interior da Terra Indígena Mãe Maria (Ferraz, 1984), continuaram a sofrer violações, seja pela construção de estradas, como a PA-070 e a PA-150, que provocaram o alargamento de frentes econômicas, seja, ainda, pela construção de uma linha de transmissão da Eletronorte e da ferrovia Carajás-Itaqui, ambas, cortando o território indígena. As tensões agrárias regionais chegaram a incluir um processo de militarização das margens da ferrovia, o que provocou uma “crescente onda de violência desencadeada a partir da intervenção policial na faixa de fronteira da ferrovia no interior do território tribal” (Ferraz, 1984, p. 3).

O povo Aikewara também foi outro a sofrer diretamente com o Projeto Ferro Carajás. Isso porque, além de já ter convivido com intrusões violentas de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e castanheiros em seu território, esse povo também passou por momentos de terror durante as operações militares para o desmantelamento da Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974; momento em que a aldeia foi transformada em um campo de prisioneiros e os homens foram forçados a guiar militares em busca de guerrilheiros, enquanto mulheres e crianças eram mantidas reféns (Brasil, 2014).

Os Aikewara também estavam no convênio CVRD/FUNAI, mas foram profundamente confinados na definição de seus territórios, não incluindo nos processos de demarcação antigas aldeias, castanhais, lugares de caça e jazidas de argila para a fabricação de painéis (Ferraz; Suruí; Calheiros; Suruí, 2014). Ademais, pelas constantes intrusões, esse povo também reconstruiu sua forma de viver em meio à necessidade de lutar pela existência, como nos fala Tupiakaw Suruí em relato a Dias dos Santos (2014, p. 33):

[...] a gente já brigou muito, os antigos contam que nós somos guerreiros mesmo. Porque quando ficávamos só nós aqui era mais calmo, sem guerra [...]. Mas foi chegando gente, gente pra tudo, atrás de ouro, atrás de castanha, de madeira, de terra, e a gente foi ficando sem espaço.

Se os Aikewara foram confinados no processo de demarcação de seu território, outro povo diretamente afetado pelo Projeto Ferro Carajás, os Xikrin do Cateté, também teve 3.125 ha de seu território subtraído, no sentido de criar faixas e isolar as áreas de lavra de minério de ferro (Ricardo, 1985). Os Xikrin, do subgrupo Kaiapó (Mebengokrê), também possuem uma história de violações, principalmente pela entrada de caucheiros, castanheiros, madeireiros e fazendeiros em seu território. Entretanto, após o Convênio 453/89 – que cria o “Programa Xikrin”, exigido pela Resolução 331 do Senado Federal como contrapartida pela Concessão de Lavra à Companhia Vale do Rio Doce na Serra dos Carajás –, os indígenas construíram uma relação direta com a empresa; relação esta tensionada por pressões indígenas, em vários momentos, para alargar os repasses de recursos do convênio e por respostas da empresa, que chegou a suspender o repasse dos recursos em 2006 em represália à ocupação de guerreiros Xikrin nas minas de Carajás (Ribeiro dos Santos, 2009).

Vale lembrar, que os Xikrin Mebengokrê sempre construíram uma dinâmica de distinção interna no grupo baseada na captura de objetos exteriores, utilizados em rituais que garantiam beleza e autenticidade diferenciais para quem os conseguia. Entretanto, com o acesso permanente às mercadorias, esses objetos externos, que antes eram resultantes de verdadeiras jornadas, foram se tornando comuns, perdendo sua característica de distinção e seu sentido de organização e hierarquia interna do grupo (Gordon, 2006). As violações produzidas pela expansão mineral na Amazônia – e o caso Xikrin demonstra claramente isso – marcam, também, o estabelecimento de um contato desigual e profundamente violento entre maneiras distintas de significar o mundo.

Mas a dinâmica ligada ao Projeto Ferro Carajás também atravessou o mundo de vida dos Guajajara, Krikatí, Ka'apor e Awá-Guajá, no Maranhão. A abertura da Ferrovia Carajás-Itaqui produziu inúmeras intrusões nas terras desses povos, principalmente de madeireiros e fazendeiros. Na Terra Indígena do Caru, no Maranhão, uma expressão clara disso são os Awá-Guajá, um dos últimos povos exclusivamente caçadores e coletores do Brasil, que foram confinados pela ferrovia, que passa a cerca de 500 metros de sua área de perambulação; intrusão, vale dizer, que os indígenas já haviam experimentado desde a década de 1970, quando atividades econômicas começaram a pressionar os seus espaços de caça e quando, também, em 1975, criou-se a frente de atração Guajá da Funai, de modo que tal contato provocou, seja por doença, seja por assassinatos (a FUNAI confirma 5 assassinatos de indígenas por posseiros), a morte de mais de 60 indígenas (Gomes, 1991).

Vários outros povos tiveram seus territórios recortados pela mineração ou definidos a partir da racionalidade do Projeto Ferro Carajás, como os Parakanã, que já haviam sido removidos⁶¹ por conta da construção da Transamazônica e por conta da construção da UHE de Tucuruí. Ademais, com o convênio CVRD/FUNAI e as relações com a ELETRONORTE, esses povos passaram a conviver com novas modalidades de políticas de intervenção indigenistas.

Entretanto, muitos povos afetados pela dinâmica regional gerada pelo projeto nem foram incluídos no convênio CVRD/FUNAI, que demarcou arbitrariamente um perímetro de influência de 100 km de cada lado da ferrovia. Povos como os Araweté, do Igarapé Ipixuna, os Karajá, da TI Xambioá, os Krahô, da TI Kraolândia, os Xerente e os Tembê simplesmente se tornaram inexistentes à racionalidade do projeto (Vidal, 1991).

As violações provocadas pela expansão mineral na Amazônia não pararam de ameaçar os povos. Os indígenas do Xingu, extremamente afetados com a construção de Belo Monte, ainda sofrem com o projeto da empresa canadense Belo Sun; projeto este voltado à extração de ouro na volta grande do Xingu e que, durante 12 anos de exploração, prevê a retirada de 600 toneladas de ouro, além de produzir 504 milhões de toneladas de estéril, ocupar 346 hectares e afetar diretamente os povos indígenas que ficam na TI Paquçamba, Arara da Volta Grande do Xingu, Ituna/Itatá e Trincheira Bacajá. A recente discussão

⁶¹ Entre 1971 e 1977, foram registradas cinco remoções (BRASIL, 2014).

e extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) também poderá legitimar processos violentos de mineração nas terras indígenas Waiãpi, Uaçá, Galibi, Juminã, Parque Indígena Tumucumaque e Rio Paru d'Este.

Entretanto, não se pode pensar em todas essas intrusões representando os indígenas apenas como vítimas de um processo que os destrói. Isso porque, refletir dessa maneira, significa contrariar a própria lógica dos acontecimentos históricos, uma vez os indígenas foram e são atores políticos de suas próprias histórias. De um lado, os Waimiri Atroari, por exemplo, não aceitavam o papel que a sociedade nacional os impunha, tratando como guerra as intrusões em seus territórios. Por outro lado, todos os contatos amistosos com os Cinta Larga ocorreram por iniciativa dos indígenas, como estratégias para “pacificação” dos brancos (Poz Neto, 1991).

Ainda nesse sentido, a voz dos Yanomami contra a mineração ainda ecoa pelo pensar de David Kopenawa na luta pela Terra-Floresta, sobretudo por uma visão de solo e subsolo como unidade existencial diante de tantos interesses minerários em seus territórios. Os Waiãpi foram alterando sua percepção territorial sem limites para politizar sua condição étnica, fazendo emergir uma identidade territorial pelo contraste ao outro que lhe impunha condições degradantes de vida (Gallois, 2011). Os Apinaye, não esperando pelo reconhecimento do Estado, e como forma de pressão para tal, empreenderam um processo autônomo de demarcação de seus territórios com alianças de outros povos, marcando no espaço sua geografia diferencial. Os Gavião já fecharam algumas vezes a Estrada de Ferro Carajás, além de terem participado de entidades de representação e organizações indígenas para fazer valer seus direitos territoriais, assim como também o fizeram os Guajajara, Krikatí, Ka'apor e Awá-Guajá. Os Xikrin, por sua vez, ocuparam as minas da mineradora Vale, impedindo os funcionários de entrar e os projetos de funcionar, como forma de pressão, não apenas pelas intrusões da empresa, mas para abrir novos canais de negociação. Os Parakanã⁶², diante das marcas deixadas pela sociedade nacional em seus corpos, vidas e território, atribuíram as mortes e a doença à feitiçaria dos pacificadores, mantendo uma atitude de distância e prudência aos estrangeiros (Fausto, 2014).

Assim sendo, as violações das mineradoras a territórios indígenas na Amazônia se avolumam a cada empreendimento. Essas intrusões são registradas nos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), ainda que o reconhecimento dos povos indígenas seja feito, via de regra, por necessidade burocrática. Entretanto, quando tratamos de comunidades quilombolas, na maioria dos casos, não há nem mesmo o apontamento de tais comunidades. São as violações a territórios quilombolas que agora vamos colocar em foco.

⁶² Identificam-se, segundo Fausto (2014), dois blocos populacionais de indígenas Parakanã: os orientais e os ocidentais. Falamos aqui dos orientais, que se fixaram em um território após várias remoções provocadas pela Transamazônica, pela UHE de Tucuruí e que lutaram pela demarcação para se defender das intrusões.

A MINERAÇÃO EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

Há uma leitura de forte recorte racial que desconsidera os territórios quilombolas na Amazônia, uma leitura que é recorrente desde o contexto de escravidão negra na região e que se inicia em meados do século XVIII com a política pombalina. A reinvenção da liberdade produzida pelos quilombos na Amazônia, historicamente, foi tornada inexistente:

A organização social alternativa do quilombo, reunindo índios, escravos, foros, nasce com uma visibilidade negativa por representar limites e afrontas à sociedade escravista. O quilombo foi positivamente o limite de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social. Nesse sentido, atinge profundamente a ordem escravista, tendo como resposta a repressão e a estigmatização por parte dos senhores e das autoridades [...]. Não cabia a essa sociedade entender aspirações de liberdade, muito menos valorizar outro sistema de vida e de trabalho gerado na contradição de sua existência (Acevedo Marin; Castro, 1998, p. 67).

As aspirações de liberdade quilombola e de seus sistemas próprios de vida e de trabalho continuam não cabendo na racionalidade da lógica capitalista contemporânea na Amazônia, movida, dentre outros negócios, pelos grandes empreendimentos de mineração. Mas essa lógica particular de organização social e territorial também tem uma história de articulações, solidariedades e resistências. Basta pensarmos nos quilombos de Macapá, no Amapá, e do Trombetas, no Pará, que tiveram contatos com as Guianas Francesa e Holandesa, esta última, hoje, Suriname, num processo de trocas culturais e políticas importantes para o fortalecimento dos grupos (Acevedo Marin; Castro, 1998).

Várias, portanto, são as ruínas produzidas pelos projetos de mineração em territórios quilombolas. O projeto de extração do manganês na Serra do Navio, no Amapá, que também criou uma infraestrutura para a circulação e exportação do minério, com a Estrada de Ferro do Amapá e o Porto de Santana, além das cidades-empresa de Serra do Navio e Vila Amazonas, alterou o cotidiano de múltiplas comunidades quilombolas, principalmente aquelas localizadas nas proximidades ou no interior dos municípios de Santana do Amapá e Macapá, como a comunidade Curiaú, Conceição do Macacoari, Ambé, São Pedro dos Bois, Mel da Pedreira, Comunidade do Rosa, São José do Mata Fome, Ilha Redenda, Engenho do Matapi, São Raimundo do Pirativa, Cinco Chagas do Matapi e Lagoa dos Índios.

É importante ressaltar que, submetido a elevadas temperaturas, o manganês libera uma substância tóxica, o arsênio, que, inclusive, contaminou comunidades e moradores de Santana do Amapá, com particular destaque à vila Eslebão. Pelas trilhas do manganês, chegam às comunidades o óleo queimado das caldeiras, a fumaça, o mau cheiro, o pó a cobrir as palafitas e, também, os casos de câncer, malária e problemas nos rins. Na esteira da contaminação, também estavam os territórios quilombolas, como a comunidade de Curiaú, para onde a empresa ICOMI planejou jogar seu lixo tóxico. Entretanto, com a resistência dos moradores, que queimaram e destruíram as instalações, a empresa teve de mudar de ideia (CETEM, 2014).

Saindo do Amapá rumo às margens do rio Trombetas, oeste do Pará, podemos encontrar grupos remanescentes de quilombolas – que constituíram laços de cumplicidade com a natureza ao reconstruírem

o sentido de sua liberdade por ela – sendo ameaçados, desde 1967, pela criação da Mineração Rio do Norte (MRN), uma empresa voltada à exploração de Bauxita. Os quilombos do Trombetas eram destinos frequentes dos escravos fugidos de fazendas, seja da região do entorno (Óbidos, Santarém, Alenquer...) ou até mesmo de Belém. Entretanto, outras formas de ver a natureza se instalam, negando as lógicas territoriais de existência dos remanescentes de quilombolas (Acevedo Marin; Castro, 1998).

Ainda na década de 1970, várias famílias foram expulsas da comunidade Mãe Cué por conta das instalações do projeto da Mineração Santa Patrícia/Grupo Ludwig/JARI. Os quilombolas foram para a outra margem do rio Trombetas, mas novamente, em 1979, com a criação da Reserva Biológica do Trombetas, precisaram voltar para suas antigas áreas abandonadas pela Mineração Santa Patrícia. Ao voltarem para suas terras, permaneceram ameaçados, pois as instalações da antiga empresa foram compradas pela ALCOA em 1981 e só dez anos depois o projeto foi abandonado (Acevedo Marin; Castro, 1998). As violações, entretanto, continuam por parte da MRN, tanto que, em 2013, comunidades quilombolas denunciaram o licenciamento de áreas de exploração por parte da empresa, a qual, além de realizar supressão florestal nesses territórios, atuava sem pagar indenização e sem consultar as comunidades atingidas.

Grande parte da bauxita produzida no Trombetas abastece as indústrias de fabricação do alumínio, ALBRAS/ALUNORTE, localizadas em Barcarena, no Pará. Entretanto, a bauxita que as abastece não provém apenas das reservas do Trombetas, pois a partir de 2007 começa a entrar em operação a Mina de Bauxita situada em Paragominas. A empresa Vale que detinha o controle da mina, de parte significativa da MRN e das empresas ALBRAS/ALUNORTE, em acordo com a Norsk Hydro, faz dessa empresa norueguesa a principal investidora na cadeia do alumínio na Amazônia⁶³.

Entretanto, os caminhos do minério novamente são desenhados desconsiderando povos e comunidades tradicionais. Quinze comunidades quilombolas de Jambuaçu⁶⁴, localizadas no município de Moju, no nordeste do Pará – que já haviam sido recortadas por dois minerodutos de transporte de caulim, das minas em Ipixuna do Pará a Barcarena, das empresas Pará Pigmentos e Rio Capim Caulim que pertenciam a Vale e hoje estão sob o domínio da francesa Imerys – também têm a intrusão em seu território de, pelo menos, 15 km do mineroduto de Bauxita, que possui 248 km e liga a mina em Paragominas às empresas ALBRAS/ALUNORTE em Barcarena, além de uma linha de transmissão de energia elétrica. Dessa maneira, as condições de existência das comunidades quilombolas são colocadas em xeque, uma vez que “experimentam a perda de terras cultivadas e aráveis, a destruição de recursos florestais (inúmeras castanheiras, entre as espécies mais valorizadas) e a poluição de recursos hídricos”

⁶³ Em 2010, uma parceria com a VALE faz da Norsk Hydro detentora do controle da jazida de bauxita, além de contar com 91% de participação na Alunorte e 51% na Albras, sendo que a parte da VALE na parceria foi se tornar controladora de 22% das ações da empresa norueguesa (Costa, 2010).

⁶⁴ São elas: São Bernardino, Vila Nova, Nossa Senhora das Graças, Bom Jesus do Centro Ouro, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, São Sebastião, Santo Cristo, Santana do Baixo, Conceição do Mirindeua, Santa Maria do Mirindeua, São Manoel, Jacundaí, Ribeira do Jambuaçu e Santa Luzia do Poacê.

(Acevedo Marin, 2010, p. 50).

Na ponta desse processo, a indústria de transformação do alumínio ALBRAS/ALUNORTE – que construiu sua *Company Town* com a denominação, um tanto cínica, de Vila dos Cabanos – também precisou, para sua instalação e de sua cidade, desalojar comunidades ribeirinhas inteiras. A empresa quebrou as profundas relações com o rio e a floresta das comunidades dos sítios São João, Cupuaçu, Conceição, São Lourenço e São Sebastião de Burajuba, dentre outras. Os contínuos processos de degradação ambiental do rio Murucupi, por conta das instalações industriais e a perda das condições de existência das comunidades, fez florescer múltiplos processos de luta e resistência, sendo que “no presente as unidades sociais [...] se autodefinem como ‘quilombolas indígenas’, igualmente, redefinem o sentido de comunidade, enquanto forma política” (Maia; Acevedo Marin, 2014, p. 4).

PARA NÃO CONCLUIR: AS RUÍNAS AMAZÔNICAS E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DE EXCEÇÃO

As ruínas deixadas como rastros de grandes projetos de mineração na Amazônia carregam outro olhar para a história e para a geografia. Elas nos ensinam as linhas de força que definem a racionalidade desses projetos e suas geografias de exceção. Por elas, encadeamos fragmentos de histórias para que o exercício de pensar o tempo em geografia não se reduza ao ato de colecionar fatos, nem de identificar regularidades e constâncias para definir períodos, mas seja um ato de salvar silêncios, de juntar os cacos da história, que também são (geo)grafias em ruínas, para que a leitura dos processos espaciais e territoriais, nesse caso a compreensão dos grandes projetos minerais na Amazônia, não reforce esquecimentos, mas restitua experiências desperdiçadas e despedaçadas.

Olhar a história e a geografia pelas ruínas não significa ver os processos unicamente pelo signo da destruição. As ruínas querem demonstrar mais o que ficou e continua a existir, para que a memória do que se destruiu ou não teve o direito de se falar por história, por geografia, ative as lutas do presente. Não há como negar as violências, os extermínios, essa biopolítica e necropolítica, mas mostrá-las assume o sentido não de asseverar uma imagem de poder aos seus processos instituintes, mas de reconstruir sua definição pelos olhares esquecidos, tornados ausentes para, assim, construir-se uma história e uma geografia a contrapelo.

As experiências dos povos indígenas e quilombolas em relação aos grandes projetos de mineração na Amazônia alargam o solo epistemológico de problematização sobre os processos de expansão/invasão capitalista na região. Os cacos das históricas e geografias aqui enunciados, mostram-nos que a racionalidade desses megaempreendimentos inclui: uma total irrelevância à vida; um modo fascista de tratamento das diferenças; uma a noção instrumental de natureza como obstáculo; e um modo autoritário e antidemocrático de tomada de decisões. Por isso, falarmos de uma geografia de exceção.

O espólio ao território dos Waimiri Atroari, Cinta Larga, Yanomami, Waiãpi, Aikewara, Guajajara, Awá-Guajá, ao território dos quilombolas do Trombetas e do Jambuaçu e aos territórios de tantos outros

povos e comunidades tradicionais na Amazônia, define uma distribuição das populações em distintos domínios de valor por meio de grandes projetos de mineração, regulamentando, assim, um sistema hierárquico de controle sobre as populações amazônicas.

O percurso construído nos aponta três marcas gerais que demonstram as linhas de força dos processos de territorialização dos grandes empreendimentos de mineração na Amazônia. Sugerimos, aqui, entender essa dinâmica pela ideia de territorialização de exceção, já apontada por Haesbaert (2014) a partir de uma leitura geográfica das compreensões do campo de concentração como paradigma biopolítico em Agamben.

Em primeiro lugar, entendendo que se territorializar significa, como nos fala Haesbaert (2004, p. 92), “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”, um aspecto a se ressaltar é que, nos processos de territorialização de exceção, a criação de mediações espaciais passa por dinâmicas de suspensão normativa e/ou desregulação dos sistemas normativos vigentes para a criação de uma esfera de indeterminação política que permite que o exercício do poder e a dinâmica de territorialização se realizem legalmente fora da lei.

Em segundo lugar, as relações de poder que definem os processos de apropriação/dominação do espaço (Haesbaert, 2004) poderiam ser melhores descritas como dinâmicas de governamentalização do espaço, ou seja, são práticas espaciais agindo sobre a possibilidade de existência de outras práticas espaciais, ou ainda, uma forma de estruturação/definição/interdição do campo de ação dos outros (Foucault, 1995). Isso se traduz como a estruturação de um conjunto de instituições, procedimentos, discursos e cálculos estatísticos de exercício do poder, tendo como alvo a população, ou os cortes populacionais, ou em termos mais geográficos, processos territoriais que interditam a possibilidade de existência de outros territórios e territorialidades.

Em terceiro lugar, essa lógica que organiza uma arte de governar e constrói um recorte racial e étnico aos processos de territorialização de exceção, desse modo, pode ser descrita como uma campanha de desterritorialização, nos termos definidos por Almeida (2008), ou seja, os processos de territorialização de exceção podem ser lidos como um ataque sistemático aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Dessa maneira, chegamos a termos mais precisos, entendendo a territorialização de exceção como um processo em que a criação de mediações espaciais, que proporcionem acesso a recursos e/ou domínio de terras, passa por dinâmicas de suspensão normativa, concebendo dispositivos com claros recortes raciais e étnicos de gestão de populações, numa lógica de ação que estrutura/define/interdita o campo de ação e a possibilidade de criação de mediações espaciais de outros grupos sociais, os quais, definidos por um menor valor, tornam-se politicamente matáveis e territorialmente invisíveis e dispensáveis.

REFERÊNCIAS

- Acevedo Marin, R. Estratégias dos quilombolas de Jambuaçu e projetos da Vale S. A. no Moju, Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). Territórios quilombolas e conflito. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010. p. 50-62.
- Acevedo Marin, R.; Castro, E. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. 2. ed. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- Almeida, A. W. B. Antropologia dos arquivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- Benjamin, W. Escritos sobre mito e linguagem. São Paulo: Editora 34, 2013.
- Benjamin, W. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Brasília, DF, 2014. v. 2.
- BRASIL. Decreto Nº 86.630, de 23 de novembro de 1981. Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 1981. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86630-23-novembro-1981-436058-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- BRASIL. Ministério do Interior. Relatório Figueiredo. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CETEM. Região Norte. 2014. Disponível em: <<http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=7&s=5>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CEV. O genocídio do povo Waimiri-Atroari: 1º relatório do Comitê Estadual da Verdade. Manaus, 2012. 92 p.
- Costa, M. Vale vende controle dos negócios de alumínio. Estadão, São Paulo, maio 2010. Seção Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-vende-controle-dos-negocios-de-aluminio-imp,546031>>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- Dias Dos Santos, B. Arukwahaw: uma etnografia do casamento Suruí à luz da etnologia ritual. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- Fausto, C. Inimigos selvagens: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: EDUSP, 2014.
- Ferraz, I. Os Parkatêjê das matas do Tocantins: a epopeia de um líder Timbira. 1984. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- Ferraz, I.; Suruí, W.; Calheiros, O.; Suruí, T. O tempo da guerra – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia: 1º relatório da Comissão de Verdade Suruí. Brasília, 2014.

- Foucault, M. O sujeito e o poder. In: Rabinow, P.; Dreyfus, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- Foucault, M. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Gallois, D. O discurso Waiãpi sobre o outro: um profetismo moderno. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 30, p. 457-467, 1989.
- Gallois, D. Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial. São Paulo: Iepé, 2011.
- Gomes, M. P. O povo Guajá e as condições reais para a sua sobrevivência. In: RICARDO, C. A. (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90. São Paulo: Cedi, 1991. p. 305-350.
- Gordon, C. Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebengôkre. São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2006.
- Haesbaert, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- Haesbaert, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- Ladeira, M. E.; Azanha, G. Apinayé. São Paulo: ISA, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>>. Acesso em: 09 abr. 2017.
- Leonel, M. Etnodicéia Uruéu-au-au. São Paulo: Edusp/IAMA/FAPESP, 1995.
- Maia, R. O. M.; Acevedo Marin, R. E. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-30.
- Mbembe, A. Crítica à razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.
- Monte, P. Etno-História Waimiri-Atroari (1663-1962). 1992. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- Poz Neto, J. D. No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual. 1991. 394 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- Ribeiro Dos Santos, J. O sistema jurídico indígena e o direito estatal: o caso Xikrín versus mineradora Vale. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP, 5., 2009, Belém. Anais... Belém: ANDHEP, 2009. p. 1-16.
- Ricardo, C. (Org.). Povos indígenas no Brasil: Sudeste do Pará (Tocantins). São Paulo: CEDI, 1985.
- Vidal, L. B. A questão indígena. In: ALMEIDA, J. M. (Org.). Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPq, 1986. p. 78-93.
- Vidal, L. B. Os índios da Amazônia – um desafio recíproco. In: HÉBETTE, J. (Org.). O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Fase, 1991. p. 54-77.

Índice Remissivo

A

ADO 26, 238, 262
Amazônia, 6, 7, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72,
73, 74, 75, 144, 152, 249, 250, 251, 252, 255,
256, 257, 258, 259, 260

B

Brasil, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46,
47, 49, 52, 54, 56, 238, 239, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 247

C

Covid-19, 157, 169, 172, 176
Criminalização, 244

E

Ecosocialismo, 192, 205
Estados Unidos, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29

F

Facções, 70, 74
Fórum Social da Pan-Amazônia, 179
FOSPA, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189,
190, 191

G

Geografia, 62, 67

H

Homofobia, 245

M

Mineração, 126, 127, 251, 252, 258

N

Neoliberalismo, 181

S

Saúde, 6, 7, 8, 9, 13

Os organizadores



Tiago Siqueira Reis

Professor do curso de Licenciatura Intercultural, no Instituto de Formação Superior Indígena - Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, linha de pesquisa História Contemporânea. Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Licenciado em História e Sociologia, e bacharel em Turismo. Contato: siqueira.treis@gmail.com



Evânio Mascarenhas Paulo

Professor Adjunto, nível A, na Universidade Federal de Roraima, onde ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Graduado também em Economia pela Universidade Regional do Cariri. Linhas de pesquisa: ciência social, em especial à Ciência Econômicas, sendo que elas estão contidas em revistas, livros e anais de congressos, tanto nacionais como internacionais, de reconhecida notoriedade. Contato: evanio.paulo@ufrr.br



9786585756488



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br